

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

SÓ A LUTA
CRIA A VIDA

ESTILHAÇOS, BARRICADAS E FAÍSCAS DE 2013

LEILA SARÁIVA

JUNHO
2025

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Só a luta cria a vida: estilhaços, barricadas e faíscas de 2013

Leila Saraiva

Brasília - DF
junho de 2025

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Só a luta cria a vida: estilhaços, barricadas e faíscas de 2013

Leila Saraiva

Orientadora: Dra. Christine Chaves

Tese apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Christine Chaves (PPGAS/UnB) – Presidente
Prof. Dra. Antonádia Monteiro Borges (CPDA/UFRRJ)
Prof. Dra Marcela Stockler Coelho de Souza (PPGAS/ UNB)
Prof. Dra. Stela Zagato Pasteniani (PPGAS/Unicamp)

Suplente:

Prof. Dr. Jean Tible (DCP/USP)

*Para Amélie, um pouco do sonho da mamãe de um mundo
vivível para você
A meus e minhas companheiras que fazem desse sonho uma
realidade possível*

AGRADECIMENTOS

Tanta coisa aconteceu desde que entrei no doutorado, no primeiro semestre de 2017. Se todo agradecimento é sempre falho — porque inevitavelmente deixará muita gente de fora —, um que se refere a um período tão longo será ainda mais cheia de buracos.

Desde então, passei por dois empregos, uma gravidez, uma filha. Uma pandemia, um golpe, e um quase golpe. Um governo Bolsonaro. Uma quantidade surpreendente de países, graças aos meus trabalhos. Aprendi sobre orçamento público e financiamento direto. Aprendi a ser mãe (ou sigo tentando).

Há quem sempre esteve aqui. Agradeço “aos nanas”, minha família nuclear, pequena, feita da minha mãe Adriana e do meu irmão Felipe, que ganhou outras cores com a chegada da Amélie e do Titi. É bom saber para onde voltar — e melhor ainda quando esse lugar consegue se reinventar, oferecer cuidado nas viagens e nos dias urgentes da tese. Um companheirismo muito concreto e que me fez ser quem eu sou (obrigada, mamis elefante).

Quero também agradecer à família Saraiva de forma geral — uma inspiração de como coisas bonitas podem florescer, sem perfeição, apenas Saraiva. É impossível não lembrar aqui do meu querido avô, que certamente ficaria orgulhoso de me ver doutorando, mesmo tendo ele próprio queimado sua tese escrita à máquina. E da minha avó, Gabriela, aquela do sorriso doce mesmo com palavras difíceis — de cujo exemplo às vezes tento me afastar, sem sucesso. Agradeço ainda à minha tia Clá, cujo talento em defender os seus consolidou em mim uma noção de lealdade que carrego fundo.

Também há aqueles cuja presença se tornou indispensável, mesmo tendo chegado depois. Aqui, agradeço em primeiro lugar ao Movimento Passe Livre — minha vida teria sido inteiramente diferente, não sei nem como, se aos 17 anos eu não tivesse chegado àquela reunião que desdobrou tudo que fiz até hoje, inclusive esta tese. Essa mesma coletividade me colocou em contato com tantas outras que fizeram da minha vida, vida.

Sou especialmente grata aos companheiros e companheiras que conversaram comigo nesta pesquisa: Vicente, Briza, Karina, Aline, Caribé, Manolo, Samara, Khaled, Paique, Cled, Nina, Mayara, Biba, Marquinhos, Camila, Rathão e Dessa — e também a tantos outros que, mesmo não diretamente citados, dedicaram seu tempo e contribuíram

com seu tempo e conversas. Ao coletivo do MPL-DF, que participou de uma forma ou de outra desse longo e difuso processo que é fazer tese em meio às nossas reuniões. Pouca gente sabe, mas a gente não precisa concordar para fazer consensos.

Agradeço às amizades fortes que construí e que, muitas vezes, me ouviram nos momentos mais disparatados, me aguentaram nos mais ausentes ou, de algum modo, conseguiram me entender nesse mundo cheio de incompreensão. Ivy, Rodrigo, Ronan—meus amores de tantos anos. Ernesto e Lili — amores também antigos, agora aparentados pelos laços com Amélie. Carol e Ester — com quem as angústias do doutorado se tornaram mais compreensíveis. Cled e Higo — representando aqui um time muito específico, lembrança eterna de que o amor pode e deve ser bonito. Rafael — por compartilhar esse cuidado nada banal com nossa filha, pelas noites em que o sono, o banho ficaram por sua conta, enquanto eu me dedicava a escutar as estórias de meus companheiros, naqueles dias de pandemia.

Aos amigos mais recentes, mas fundamentais: Caio e seus gêmeos, que me conheceu já lamentando sobre a tese e sempre me encorajou a seguir. Carmela, Cleo, Tati e Cássio — presentes que ganhei do Inesc, tantas vezes ouvindo sobre tudo isso (e tantas outras coisas). Marcelo, Andrea e Karina — e minha equipe Shandia, João e Silvia — que aqui agradeço em nome da equipe da GATC. E também ao compa Joshua Lichtenstein, que aguentou minhas demandas na etapa final da tese. Obrigada por aguentarem minhas ausências, furos e confusões mentais, e ainda assim me dizerem: “só vai que a gente te cobre” e pela alegria que eu senti que sentiram comigo na conclusão dessa etapa.

Mesmo não sendo muito afeita a lideranças, agradeço às minhas reunidas na Aliança Global de Comunidades Territoriais. Em especial à Juan Carlos Jintiach, Kleber Karipuna e Dinamam Tuxá, que estimularam a seguir em frente — ainda que, para isso, fosse necessário me ausentar um pouco em meio a decisões importantíssimas. Houve um momento curioso em que parecia que minha tese era, de fato, uma torcida de muita gente, espalhada pelas florestas tropicais do mundo.

Agradeço a todas as pessoas que ajudaram a cuidar da Amélie quando eu estava completamente doida: destaque para Carol, Iúna e Raoni — nossas filhotas do teatro; Gabriel e Letícia, Bebel, Alice e o macarrão à bolonhesa; Greyce e Iara — sempre inexplicavelmente dispostas; Raquel e Alina — mais duas amigas criadas por Amélie; Levi e Rodrigo — salvação cotidiana.

Agradeço à minha orientadora, Christine pelo árduo trabalho de não permitir que

eu deixasse tudo para lá, em um mundo em que muita coisa pareceria mais importante do que terminar meu trabalho. Obrigada por me lembrar sempre que eu talvez tivesse algo a dizer e por se dispor a pensar, sempre com muito carinho e com o mesmo ímpeto, junto comigo. Sentirei saudade dessa parceria.

Em sentido semelhante,gradeço a Jean pelas leituras sempre generosas e à Marcela, pelas infinitas conversas, nos mais variáveis contextos. Agradeço, ainda, à Antonádia e à Stella por tudo o que me apontaram com seus frutíferos comentários, aos quais eu espero ter podido ao menos um pouco fazer jus.

Agradeço a meu companheiro, João Mitia, por uma jornada que seguramente não era a que desejávamos, mas a que nos reservou o imponderável da vida. Por isso mesmo e mesmo assim, fomos encontrando jeitos de traçá-la sem esquecer que também estamos falando de sonho, de imaginar, de viver. Saber encontrar sonho, imaginação e vida nesses vários contextos que passamos juntos não é pouca coisa e, mais, é fundamental para tudo o que discuto nessa tese. Como também podemos ver nessa tese, essas coisas não se fazem no abstrato. Urge algum tipo de vida e cuidado cotidiano. No processo dessa tese, para mim, de você, ler cada linha do que escrevi, me incentivar a seguir escrevendo, conversar comigo e me lembrar que era importante, a despeito de qualquer coisa. E aí também agradeço por essa quantidade infinita de amor que fizemos florescer entre Radú, Laura e Amélie, junto com a gente. Parece-me um bom indício do que conseguimos construir em meio às várias ruínas.

Por fim, vou agradecer e pedir desculpas. Querida filha, a vida é tão imprevisível e eu não quero jamais te fazer pensar que qualquer destino seja inevitável. Nem o da “vitória” e nem o da “derrota”. Eu que, honestamente, muitas vezes nem sei mais o que são essas duas coisas. É meio confuso, e seguramente é mais fácil quando achamos que sabemos como definir tudo. Mas, olha, eu ainda sei dizer o que não está bom, e foi assim que de repente você sabe tanto sobre o capitalismo, mesmo sem saber o que esse termo significa (como muitos de nós). Mas tudo, absolutamente tudo que eu escrevo aqui, hoje em dia tem a ver com você. E aqui vem meu agradecimento: obrigada por me lembrar que a vida pode ser outra, obrigada por me lembrar do meu compromisso para que ela de fato seja. A gente vai tentando do jeito que pode e a ideia não é necessariamente conseguir (mas, definitivamente, é tentar).

RESUMO

A tese "**Só a luta cria a vida: estilhaços, barricadas e faíscas de 2013**" analisa as manifestações de 2013 no Brasil como um momento liminar. Por meio de uma abordagem etnográfica que privilegia as experiências concretas de integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) e coletivos afins, o trabalho busca escapar de análises totalizantes, concentrando-se nas relações cotidianas, nos afetos e nas estórias, seguindo a provocação de Ursula Le Guin, valorizando histórias que sustentam a vida, abrem futuros e conectam múltiplas perspectivas. Este compromisso com o "manter-se com os problemas", proposto por Donna Haraway, fundamenta a metodologia. Inspirada pela noção de liminaridade, de Victor Turner, a pesquisa argumenta que as manifestações suspenderam normas e categorias vigentes, criando espaços de experimentação e produção de outras sociabilidades, como a do manifestante e a do militante. As tensões dessa última sociabilidade se complexificam quando observamos os contraexemplos e inspirações que são parte da formação do MPL, cuja prática de criar composições esdrúxulas é ressaltada como fazer político, tendo sido confrontada em 2013. A tese discute, ainda junto com Turner, as monstruosidades decorrentes dos momentos liminares, cuja feição varia de acordo com o ator, no que a autora chama de maldito relativo. Por fim, são analisados os rituais de purificação, no sentido de Mary Douglas (1996), realizados por distintos atores de 2013, mas centrado na categoria de "bons e maus manifestantes". Estruturada em três partes — **Estilhaços, Barricadas e Faíscas**, a pesquisa articula memórias, relações e imaginários políticos emergentes de 2013. Combinando reflexões teóricas e relatos de militantes, a tese contribui para compreender as insurgências contemporâneas, destacando as potências das estórias, das sociabilidades emergentes na luta e das práticas companheiras na construção de futuros possíveis.

Palavras Chaves: Manifestações de 2013, Movimento Passe Livre, liminaridade, sociabilidades em luta.

ABSTRACT

The thesis “Only Struggle Creates Life: Shards, Barricades, and Sparks from 2013” analyzes the 2013 protests in Brazil as a liminal moment. Through an ethnographic approach that privileges the concrete experiences of members of the Free Fare Movement (Movimento Passe Livre – MPL) and related collectives, the work seeks to move away from totalizing analyses by focusing on everyday relations, affects, and *stories*—inspired by Ursula Le Guin’s call to value the kinds of narratives that sustain life, open futures, and connect multiple perspectives. This commitment to “staying with the trouble,” as proposed by Donna Haraway, underpins the methodology. Drawing on Victor Turner’s notion of liminality, the research argues that the protests suspended prevailing norms and categories, creating spaces of experimentation and the emergence of alternative forms of sociability, such as that of the protester and the militant. The thesis also examines counterinsurgency strategies and the attempt to fragment collective subjects into isolated individuals, as seen in the rise of *selfie-mode politics*. Structured in three parts—*Shards, Barricades, and Sparks*—the research weaves together memories, relationships, and political imaginaries emerging from 2013. Combining theoretical reflections and accounts from activists, the thesis offers insights into contemporary insurgencies, highlighting the power of *stories*, the sociabilities forged in struggle, and companion practices that shape possible futures.

Keywords: 2013 Protests, Free Fare Movement, liminality, sociabilities in struggle.

SUMÁRIO

NA MIRA DO GÁS LACRIMOGÊNIO E DE OUTRAS TÉCNICAS DE DISPERSÃO:	15
A NUVEM TÓXICA E A BAILARINA:	15
A (CONTRA)INSURGÊNCIA DO INDIVÍDUO	20
DISSIPANDO AS NUVENS.....	24
ROTAS DE FUGA, ABRIGOS E POSSIBILIDADES DE REENCONTRO	29
FAZER DA ESCRITA ROTAS DE FUGA	30
FAZER DA ESCRITA ROTAS DE FUGA, MULTIPLICANDO ABRIGOS,	32
FAZER DA ESCRITA ROTA DE FUGA MULTIPLICANDO ABRIGOS COMO POSSIBILIDADE DE REENCONTRO	33
O DESTINO TRÁGICO DAS REVOLUÇÕES, OS LEVANTES PERDIDOS	35
ESTILHAÇOS, BARRICADAS, FAÍSCAS	37
BREVES COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS CONCEITOS:.....	39
ESTILHAÇOS	43
ESTÓRIAS:	45
ESTÓRIAS/ODISSEIAS.....	47
TECER A BOLSA COLETORA	49
PORTO ALEGRE	51
2013 NÃO COMEÇOU EM 2013:	52
A LUTA CONTRA O AUMENTO CONSTRUÍDO NO QUILOMBO:	54
TORRENTIAL:.....	55
ISSO AQUI VAI VIRAR PORTO ALEGRE:	57
ESTÓRIAS DE OCUPAÇÃO:.....	60
2013 NÃO ACABOU EM 2013	62
OS SEIS DE PORTO ALEGRE	63
GOIÂNIA	65
INSPIRAÇÕES, NOTÍCIAS DO FRONT E COTIDIANO COMUM:.....	67
CRIATIVIDADE, OUSADIA E PETULÂNCIA.....	67
NÃO É POR 20 CENTAVOS (É POR 30).....	69
MULTIPLICIDADE NA LUTA, TÁTICAS VARIADAS:.....	70
O SHOW DOS PODEROSOS:.....	71
OPERAÇÃO 2,80.....	73
“A HISTÓRIA NÃO SE FAZ DE PRAÇAS CHEIAS”.....	75
SALVADOR	76

2003	79
PRIMEIRA ONDA:.....	82
2013	82
A GEOGRAFIA DOS ATOS:.....	84
MPL®.....	85
2 DE JULHO	86
“SE RECLAMAR, VAI TER DUAS COPAS”: A DOBRADINHA REPRESSÃO E CAPTURA.....	87
SALDOS ORGANIZATIVOS, DILEMAS QUE PERMANECEM.....	89
FLORIANÓPOLIS:	92
OUTROS TEMPOS	94
ARTIFICIAL: 2013	95
A REVOLTA É O ESPETÁCULO: 20 DE JUNHO	96
DE REPENTE, O QUE IMPORTA	97
- O QUE VOCÊ ACHA QUE PRECISAVA TER SIDO REINVENTADO?.....	99
[VIVO].....	100
DISTRITO FEDERAL.....	100
DAQUI, DA NOSSA TERRA.....	101
CONTÁGIO	102
COPA DAS CONFEDERAÇÕES	104
TUDO AO MESMO TEMPO AGORA	107
19 DE JUNHO: “VAMOS ABRIR O MPL. VAMOS CHAMAR UM ATO.”	109
“MINHA HISTÓRIA NÃO ME AUTORIZARIA”	113
ESCALAS CRUZADAS, AFINAL, BRASÍLIA:.....	115
AINDA JUNHO - ASSEMBLEIA DOS POVOS	116
ABERTURA DE HORIZONTES.....	118
SÃO PAULO	120
2011	123
OQUEFAZER.XLS	125
JUNHO	126
02 DE JUNHO.....	128
06 E 07 DE JUNHO	128
11 DE JUNHO	130
13 DE JUNHO.....	132
14 DE JUNHO.....	134
17/06	134
(Cama de gato).....	134

(o ato).....	136
18 DE JUNHO.....	136
20 DE JUNHO.....	137
24 DE JUNHO.....	139
POST SCRIPTUM DE JUNHO - OUTUBRO DE 2013	139
REDESENHOS DO COLETIVO:	140
JUNHO VIROU	141
RIO DE JANEIRO	143
RACHADURAS.....	144
RACHAS HABITUais, ALIANÇAS IMPENSÁVEIS.....	146
ESTÓRIAS DA VIDA CONCRETA.....	147
OCUPA	149
“OS VERDADEIROS MANIFESTANTES”	149
SOBRE O QUE NÃO É VENDÁVEL	150
MURALHA DA CHINA DAS CATRACAS:	151
SANTIAGO.....	152
OS 23 DO RIO	153
CÁRCERE.....	154
QUESTÕES INTERNAS:.....	157
DO MAIS IMPORTANTE DA VIDA A UM GRANDE BORRÃO.....	158
BARRICADAS.....	162
RECUSAR É IMAGINAR.....	168
SOCIABILIDADES EM LUTA.....	171
ESTAR NA RUA EM 2013 - <i>MANIFESTAR</i>	171
FAZER BARRICADA FAZENDO O MOVIMENTO PASSE LIVRE - <i>MILITAR</i> . 177	177
IMAGENS DA MULTIDÃO – O MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO E O MOVIMENTO PASSE LIVRE	181
A LUTA DEGENERA EM GOVERNO – O PARTIDO DOS TRABALHADORES E O MOVIMENTO PASSE LIVRE	187
COMPOSIÇÕES ESDRÚXULAS, MONSTRUOSIDADES LIMINARES.....	191
MAIS COMPOSIÇÕES ESDRÚXULAS E O MALDITO RELATIVO	193
RITUAIS DE PURIFICAÇÃO	197
POLÍTICA NO MODO SELFIE: NOTAS SOBRE AS ATUALIZAÇÕES DA CONTRAINSURGÊNCIA.....	201
DE ONDE SE FILMA, O QUE SE ENQUADRA	203
FAÍSCAS	206
O PASSE LIVRE E A DEMOCRACIA	207

SOMOS, AGORA, INCONTORNÁVEIS	218
PASSOS COLETIVOS E TRÔPEGOS.....	223
IMAGINAR É RECUSAR.....	225
REFERÊNCIAS.....	232

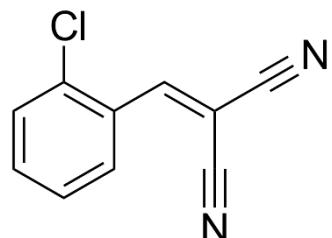
ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Identify the weapon	16
Figura 2 - Bombas de gás atiradas em 2013	19
Figura 3- Manifestações pelo Brasil - 2013.....	20
Figura 4 -Manifestação em Brasília.....	22
Figura 5 - Tatu Murcho	53
Figura 6 - Assentamento Utopia e Luta.....	54
Figura 7 - Linha do tempo das manifestações de Porto Alegre.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 8 - Ocupação Sonho Real.....	65
Figura 9- Manifestação fecha as ruas de Goiânia.....	68
Figura 10 - A Revolta do Buzú.....	76
Figura 11- A Revolta da Catraca	92
Figura 12 - Santuário dos Pajés, 2011	102
Figura 13 - A Inauguração da Copa das Confederações	105
Figura 14 - Assembleia dos Povos do DF	116
Figura 15 - Twitter de Eduardo Paes	208
Figura 16 - Twitter de Gleisi Hoffmann	213

NA MIRA DO GÁS LACRIMOGÊNIO E DE OUTRAS TÉCNICAS DE DISPERSÃO:

Sentir, viver e pensar 2013

A NUVEM TÓXICA E A BAILARINA:



2-Chlorobenzalmalononitrile

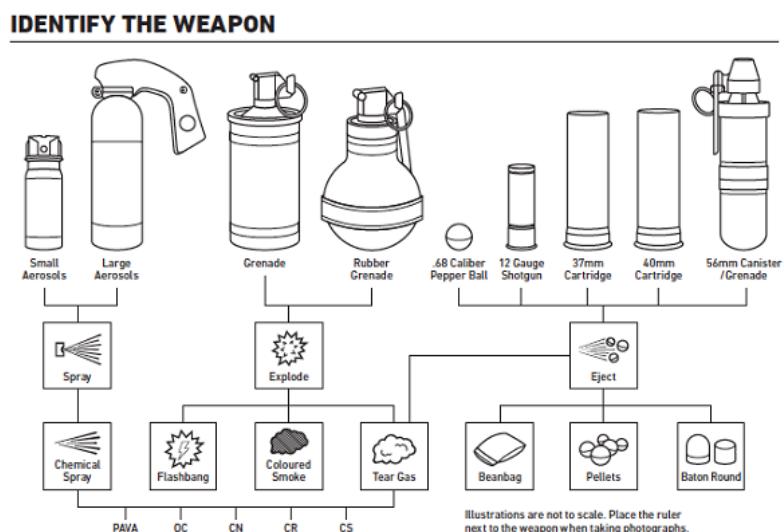
“Gás lacrimogênio” é um nome impróprio.¹ A substância não é um gás, mas uma reunião de ativos químicos sólidos cujas partículas se dissolvem no ar, obtendo feições de nuvem. Tampouco causa apenas lágrimas, e aí está o outro equívoco do nome: os efeitos em quem é a ele exposto variam entre ânsia de vômito, tosse, asfixia, salivação intensa, desorientação, confusão e, por vezes, pânico. Não se trata, sequer, de um único composto químico: há toda uma variedade de composições, das quais a 2-Chlorobenzalmalononitrile é a mais comum.

Como nos narra Feigenbaum (2021), a primeira utilização de armas químicas que deram origem ao gás lacrimogêneo ocorreu ainda na I Guerra Mundial. O emprego de armas do gênero em guerras foi proibido pelo Protocolo de Gênova em 1925, mas não há tratados internacionais para banir, ou mesmo regular, seu uso doméstico. O gás lacrimogênio, afirma ainda a autora, é um componente fundamental para a invenção de uma doutrina de contrainsurgência, em desenvolvimento ao menos desde os anos 1930.

¹ Fonte: “About Tear Gas | War Resisters League”, in <https://www.warresisters.org/>. Consultado em 10/10/2024.

Muito trabalho foi necessário para tornar aceitável o uso de uma ferramenta de guerra em tempos de *paz* e, ainda por cima, contra um *inimigo interno*: experimentações nos laboratórios vivos das colônias britânicas, negociações entre altos escalões de empresas e estados. E propaganda, muita propaganda. Ainda segundo a autora, na década de 30 eram comuns as publicidades que alardeavam o gás lacrimogênio como solução de segurança tanto para roubos de casa como de banco e, principalmente, para conter manifestantes. A imagem da substância foi pouco a pouco se desassociando da guerra que a originou, transformando-a, assim, em uma possibilidade *humanitária* de repressão e contenção de distúrbios.

Figura 1- Identify the weapon



Fonte: Feigenbaum (2021)

Lembro bem de uma das primeiras vezes em que a polícia lançou bombas de gás lacrimogênio contra uma manifestação que organizamos como Movimento Passe Livre, no Distrito Federal. Era 2006, em um protesto contra o aumento da passagem instituído no dia 1º de janeiro, fato que havia transformado, para nós, a virada do ano em um insólito acontecimento. Cinco dias depois, chamamos um *ato* na Rodoviária do Plano Piloto, local que aos poucos se transformaria em cenário principal de nossas lutas. Nossa modesta chamada foi como uma faísca para a indignação de milhares de usuários/as de ônibus que retornavam à casa naquela sexta-feira, depois de um dia de trabalho. Assim o ato foi abordado pelo Jornal de Brasília:

Centro nervoso da capital, às 18h30. A Rodoviária do Plano Piloto virou uma praça de guerra. Cerca de 600 pessoas, segundo estimativa da Polícia Militar, entraram em conflito com cerca de 150 PMs. Paus, pedras, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e até frutas de ambulantes serviram de armas no embate.(...) A manifestação começou às 16h, com cerca de 200 estudantes. Eles, integrantes do Movimento do Passe Livre (sic), reclamavam contra o aumento de 21% nas passagens de ônibus, que começou a vigorar no primeiro dia do ano. Aos poucos, os usuários começaram a aderir ao movimento e a situação ficou incontrolável por cerca de duas horas. (“Badernaço para o coração de Brasília”- Jornal de Brasília, 07/01/2006)

Os números, além de subestimados, são infinitamente menores do que aqueles calculados na chamada “Jornadas de Junho”, tema de estudo desta tese. Para aquela que agora escreve, no entanto, trata-se de acontecimento importantíssimo, constituinte. Era a primeira vez que uma manifestação que organizávamos tornava-se *incontrolável*. Era a primeira vez que efetivamente vislumbrávamos a possibilidade de reverter um aumento de passagem no Distrito Federal.² E era também uma das primeiras vezes que as nuvens de gás que estava acostumada a ver nas imagens de manifestações que nos inspiravam, povoavam uma das nossas.

De lá para cá, muita coisa mudou. Na cidade, entre nós, na lógica de funcionamento do transporte.³ E também no que diz respeito ao aparato policial. Se em 2006 as bombas de gás eram uma eventualidade, a partir de 2013, se tornaram prática cada vez mais corrente de repressão às manifestações, especialmente aquelas do mesmo tipo que organizamos: sem carro de som, sem autorização prévia, sem rumo pré-determinado. As nuvens venenosas tornaram-se companhia habitual de nossos encontros.

Conta-se que, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, o arsenal de bombas de gás da Polícia Militar chegou a acabar. "Foi tudo tão inesperado que o governo precisou fazer uma dispensa de licitação para repor o estoque da PM. Não estavam preparados para a onda de manifestações", afirma um policial, em reportagem do dia 26/06/13.⁴ Bombas com validade expirada foram usadas nas ruas cariocas, e o estoque reposto com artifícios tinha como destino anterior Angola, o que supostamente criaria um outro problema. Na geopolítica das armas “não-leais”, a concentração química é duas vezes maior nas bombas usadas no país africano que o utilizado normalmente pela polícia fluminense.

² O objetivo, porém, não foi alcançado. Ao menos não como esperávamos: depois de quatro meses de manifestações semanais, o aumento se manteve, nós nos vimos cansados – mas passamos nove anos sem que o preço cobrado na catraca se alterasse.

³ Discorro sobre algumas dessas mudanças em minha dissertação de mestrado.

⁴ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/27/estoque-acaba-e-pm-compra-bo> (acessado em 20/10/2024)

Não se tratava, porém, de tempos *normais*: R\$ 1,6 milhões foram gastos para que as devidas medidas contra os distúrbios que ocupavam as ruas da cidade pudessem ser tomadas.

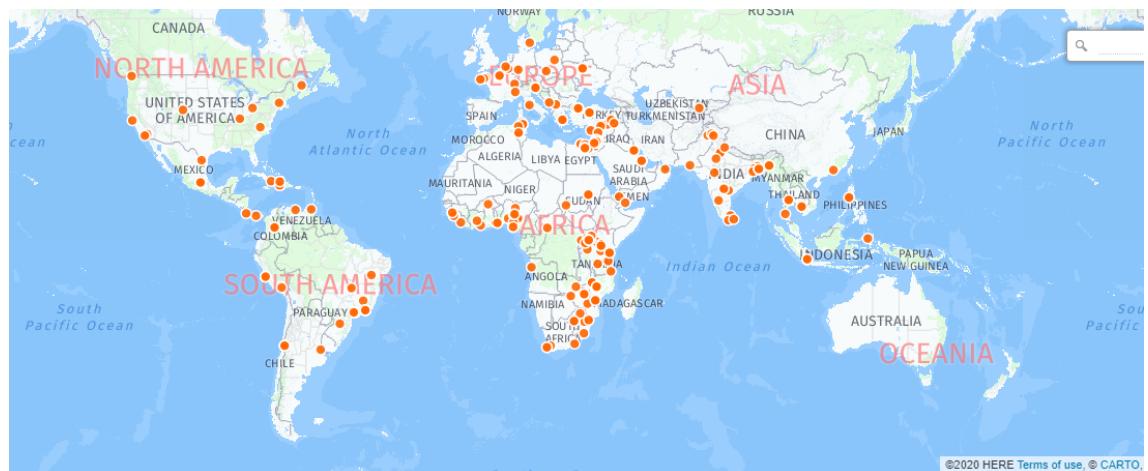
Para a sorte das forças policiais brasileiras, as bombas são produzidas aqui mesmo, em território nacional. O município de Nova Iguaçu, também no Rio de Janeiro, abriga a empresa líder em produção de *armas não-letras* da América Latina, como orgulhosamente se apresenta a CONDOR S/A. Foi dela que vieram os 2.000 artefatos explosivos encomendados emergencialmente para a capital, produzidas em “uma ilha ecológica”, já que a companhia destina cerca de 70% de sua área total para a “preservação da floresta nativa, dos mananciais hídricos, da flora e da fauna (...) em perfeita sintonia com o conceito “Não Letal” de respeito à vida e à cidadania”.⁵

Além de *sustentável*, trata-se de um mercado lucrativo e bem articulado. Entre circulação de insumos, pesquisas e sedes de fábricas, as bombas de gás hoje conectam cantos longínquos: da China, com os compostos químicos, à Israel, Alemanha, França, Estados Unidos e Brasil, como sede das principais empresas produtoras destes tipos de artefato. Comerciantes e compradores refazem ainda seus laços em grandes salões de exibição, onde compartilham as últimas novidades em tecnologias de contenção de distúrbios, realizadas nas mais variadas cidades do mundo. Nesses encontros, a *nossa* CONDOR S/A se destaca: seus grandes estandes de venda ficam atrás apenas dos pavilhões de exposição americanos. Em 2006, a empresa chegou a sediar a maior conferência internacional de armas não-letras, afirmando-se como ator importante do mercado. Para a Copa do Mundo FIFA de 2014, a empresa firmou um contrato de U\$ 22 milhões para prover ao Estado brasileiro granadas, balas de borracha e teasers (ibdem).

Mais compartilhada é a experiência de quem aspira o veneno das bombas. Dos 130.000 artefatos usados nos primeiros 20 dias dos protestos turcos de 2012 ao carregamento comprado emergencialmente para o Rio de Janeiro em 2013; das crianças de Nairobi alvo das granadas em 2015 às ruas de Jerusalém. Apesar de seu intuito dispersivo, o gás lacrimogênio entrelaça pessoas desconhecidas, causas e até mesmo temporalidades distintas. Uma pesquisa colaborativa realizada no ano de 2013 registrou 314 episódios de utilização do gás lacrimogênio ao redor do globo, brindando-nos com um vago mapa do mundo comum produzido entre as nuvens de gás.

⁵ Fonte: <https://www.condornaoletal.com.br/>. (Acessado em 20/10/2024)

Figura 2 - Bombas de gás atiradas em 2013



Amsty International, disponível em: <https://teargas.amnesty.org/#incident-map>

Entre as tantas espécies lançadas em também tantas ruas, há uma que se destaca. Um artefato que, disparado, salta e faz movimentos em direções diversas, assemelhando-se, para a peculiar percepção de seus criadores, ao de uma dança. A bomba recebe o singelo nome de bailarina. Seu objetivo é evitar que o feitiço vire contra o feiticeiro, quando manifestantes chutam as granadas de volta para o cerco policial. Lançada em 2009, foi usada aos montes nas ruas cheias de 2013, assim como a granada de longo alcance G202, ainda sem apelido. Não só no Brasil, aliás. Na Turquia, no ano anterior, projéteis *made in Brazil* foram encontrados por manifestantes em Bahrein. Lá, elas foram acusadas de causar a morte de um bebê.⁶ Aqui, poucos dias antes da polícia do Rio de Janeiro encomendar mais explosivos, Cleonice Viera, gari, morreu em Belém em decorrência da inalação do gás.⁷

⁶ Fonte: “Bomba brasileira na pele turca” – Agência Pública. <https://apublica.org/2013/06/gas-lacrimogeneo-brasileiro-utilizado-pela-policia-na-turquia/>. Acesso em: 20/10/2024.

⁷ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298942-morre-em-belem-pa-gari-que-inalou-gas-lacrimogeneo-em-protesto.shtml>. Acesso em 20/10/2024.

A (CONTRA)INSURGÊNCIA DO INDIVÍDUO

“É mais fácil para os homens (sic) manterem sua moral diante de balas que na presença de um gás invisível (...) **o gás isola o indivíduo do espírito de multidão**”.(Feigenbaum:2021, 361, tradução minha).

“Procuramos o poder no estado sólido, enquanto ele passou há muito tempo para o estado líquido, senão para o estado gasoso.” (Invisível, 2016: 81)

Estávamos em 20 de junho de 2013 e havia alguns dias, quiçá semanas, que os noticiários haviam sido tomados por manifestações em várias cidades do país. Naquela data, no entanto, a cobertura midiática adquiriu outra dimensão. A Rede Globo havia direcionado três horas de sua programação para transmitir ao vivo os protestos e as primeiras palavras de William Bonner no Jornal Nacional foram para celebrar o fato daquela edição ser uma cobertura especial da “noite de protestos”.

Uma sucessão de imagens das manifestações tomou conta do principal telejornal brasileiro. Filmagens feitas sempre de cima tornavam tudo mais ou menos igual: ruas cheias de gente, barreiras do Choque montadas, as próprias cidades quase indistinguíveis entre si. Um único repórter, em Belém, aparece no mesmo plano dos manifestantes e, mesmo assim, tudo o que se vê é o robusto cordão policial que parece servi-lo como proteção.

Figura 3- Manifestações pelo Brasil - 2013





Fonte: Rede Globo de Televisão, 2013

“O trabalho da imprensa é dar voz às reivindicações, como a gente tem feito”, afirma Bonner, em tom de autodefesa, depois de noticiar o incêndio de um carro de outra emissora de televisão ocorrido pouco antes no Rio de Janeiro. Lamenta, ainda, que *grupos radicais* ou *minorias agressivas* insistam em aparecer nos protestos. O *verdadeiro espírito* das manifestações não é esse, alegam sucessivamente os repórteres: a orientação é pacífica. “O MPL pede a taxa zero [sic], mas muita gente mesmo está lutando contra a corrupção, contra a PEC37, por mais saúde, mais educação”, dizem. “A população pede paz nas ruas”.

De vez em quando, um ou outro “confronto” toma conta das imagens: cenas de *quebra-quebra*, fogueiras, tiros da PM, correria. Em Goiânia, as empresas de ônibus

denunciam o incêndio de 35 ônibus, computando um prejuízo de R\$ 970.000,00. Em Brasília, os cones das barreiras policiais transformam-se em clareiras, espalhadas pelo gramado da Esplanada dos Ministérios. No Rio de Janeiro, o fogo também arde, transformando o “um local de muita alegria”, lamenta a repórter. “É natural que aconteça de um ou outro se exaltar, nesse grito contra a corrupção”, afirma Bonner. “Sempre há um grupo de infiltrados que vão mesmo para tumultuar e os próprios manifestantes estão se organizando para isolá-los”.

Não há somente nas ruas uma multidão de pessoas, há também uma multidão de cartazes. Não há apenas a mesma narrativa e mesmo ângulo das imagens, mas também a bruma densa do gás lacrimogênio presente em todas as cidades, que parecia conectá-las. Em toda parte, os manifestantes jogam de volta para a barreira policial as granadas lançadas, em toda parte há um movimento contínuo de dispersão e reagrupamento, diante do estampido das bombas. Em Brasília, uma repórter comenta: “mesmo aqui, do sétimo andar de um prédio da Esplanada, dá para sentir a irritação do gás jogado lá embaixo.”

Figura 4 -Manifestação em Brasília



Fonte: Rede Globo, 2013

A intensa cobertura midiática das manifestações daquele 20 de junho nos causou surpresa, mesmo que o tom da grande imprensa acerca das manifestações já viesse mudando há alguns dias. Em quase 10 anos de Movimento Passe Livre, jamais havíamos lidado com tanta projeção e, ainda mais espantosa, declarada simpatia. Uma simpatia ambivalente, claro, acompanhada de uma cuidadosa seleção das formas válidas e inválidas de se manifestar, de progressivo reformular do significado das ruas, da exaltação do “cidadão”. Mas, ainda assim, uma simpatia.

Pelas telas das TVs, víamos um Junho⁸ recontado, com outros intuitos, um Junho celebrado pelos grandes conglomerados de comunicação, um Junho palatável, vestido de branco. Em oposição ao março, abril e maio que naquele e em outros anos construímos nas ruas, o Junho televisionado tinha pouco ou nada a ver conosco – ainda que estivesse ali, também entre nós, não apenas nas imagens aéreas e nos relatos dos repórteres. A imagem na televisão era ao mesmo tempo produto e produtora daquilo que vivíamos em ato, a paulatina expropriação das nossas manifestações, a operação de transformá-las em mais uma mercadoria. Além de uma ferramenta para a sua própria política.

Nas propagandas norte-americanas da década de 30, as bombas de gás eram vendidas como instrumento ideal para isolar o indivíduo do espírito de multidão (ou de *povo*, se preferirmos). Nas narrativas midiáticas de Junho, o procedimento similar de separação se realizava: cada manifestante tornava-se um manifestante de si mesmo, convocado por suas próprias vontades, responsável pelo sucesso de seu próprio intento, ao mesmo tempo junto e competindo com outros manifestantes.

Tal qual as nuvens tóxicas do gás, as representações espetaculares de Junho se esforçavam para transformar em fumaça aquilo que efetivamente vivíamos (Debord, 2007). Se não podíamos distinguir uma cidade da outra nas imagens feitas de cima, também se enevoavam ali as relações concretas, as práticas e os sonhos que construímos nas e com as ruas.

Estratégias distintas, mas companheiras, de dispersar a multidão. Fundamental para ambas é fazer, a partir de ruas povoadas de relações, emergir o indivíduo. Isolado de seus companheiros pela nuvem tóxica do gás ou convencido de sua primazia pelas narrativas espetaculares, o procedimento de captura realiza-se ao transformar as manifestações em mais um palco da subjetivação capitalista, desfazendo laços para reinventar o indivíduo (ou cidadão) como fenômeno primário da vida (ou da política).

Mas se o indivíduo, tal como seu binômio sociedade, é uma forma particular de organizar a experiência (Leach apud Strathern, 2017, p. 232) e, a despeito da competência de apropriação pelo capital de formas múltiplas de troca/existência, a vida segue se reinventando mesmo nas ruínas (Tsing, 2015), o que floresceu, sob as nuvens de gás e do espetáculo?

⁸ Escolho a grafia de “Junho” com inicial maiúscula para enfatizar o mês como um período de eventos e manifestações que marcaram a história do país. Como veremos, essa marcação é em si mesma complexa, já que cola aqueles acontecimentos principalmente à experiência de São Paulo.

DISSIPANDO AS NUVENS

Não demorou muito para que o rebuliço das ruas tomadas nas mais diversas cidades brasileiras em 2013 se desdobrasse também em análises sobre os impactos daqueles acontecimentos para a vida do país. De comentários rápidos a tratados ansiosamente definitivos, das mesas de bar aos colóquios das ciências sociais, quem quer que se instigue por isso que gostamos de chamar de *política* possui (e escreveu) algo a declarar sobre.

Mesmo caminhando em direções distintas, houve certo consenso em alçar rapidamente 2013 a um evento divisor de águas da política nacional, seja como *momento de inflexão política ou marco de uma nova conjuntura* (Bringel & Domingues, 2013; Fernandes, 2019; Ferreira, 2016; Quadros & Bartz, 2017). Foram também rápidos os esforços de conectar aquilo que acontecia por aqui com ruas tomadas por contingente parecido de pessoas, no país ou fora dele, como o movimento das Diretas Já e o Fora Collor, ou ainda Maio de 68 e os mais recentes Occupy Wall Street e a Primavera Árabe (Adusp, 2014; Bringel & Domingues, 2013; Coutrot, 2014; Nunes *et al.*, 2018; Singer, 2013).

Marcados por temor profundo ou por terno encantamento, pela nostalgia ou pelo rancor, mesmo listar os afetos que 2013 evoca é um desafio. Há, aliás, quem diga que a dificuldade de produzir análises desapaixonadas sobre tais acontecimentos é um dos indícios de sua importância (Nunes In Nunes *et al.*, 2018). Essa me parece uma proposição interessante, pois vejo nos atravessamentos, incômodos e perguntas provocadas por alguns acontecimentos aquilo que fazem deles bons para pensar, não suas métricas, números ou estatísticas. Em outras palavras, faltam análises desapaixonadas de 2013. Ainda bem!

Parece-me, no entanto, que foi fundamentalmente o impacto das métricas e estatísticas, o “gigante” daquelas manifestações, o foco da atenção de boa parte dos analistas que se propuseram a escrever sobre elas. Naturalmente, a mobilização pelo *maior* de 2013 desdobra-se também em interesses “maiores”. Definido o enquadramento analítico mais adequado, o esforço das/os autoras/es segue o propósito de pensar as *grandes questões* que definiriam o fenômeno.

“De onde emergiu 2013?” - as respostas se multiplicam entre o descontentamento justo ou injusto com o Lulismo (Nobre, 2013; Singer, 2015), a complexidade desigual da vida nas cidades (Braga, 2015; Chauí, 2013), as diversas articulações da política e economia internacional (Alonso e Miche, 2015). “Por que explodiu 2013?” – as hipóteses versam sobre a suposta massiva presença da classe média e consequente adesão midiática (Souza, 2016); ou sobre o papel da repressão da Polícia Militar na difusão de um sentimento de indignação (Júnior, 2014) ou ainda na evidenciação de uma crise de representatividade há muito cozinhada no sistema político brasileiro (Chauí, 2013; Singer 2013, Nobre, 2015). O delineamento dos panos de fundo ou contextos que possibilitaram 2013, objeto dessas análises, no geral apontam para explicar por que, como na frase de Rolnik (2013) repetida à exaustão, “Junho não foi um raio em céu azul”. Chama atenção como a precisão das causas listadas contrasta com os rostos surpresos de todos/as nós, quando efetivamente vivíamos aquele momento.

Há também outra chave de preocupações: “quais são os impactos de 2013 para a Esquerda⁹ brasileira?” – os palpites oscilam da ascensão do franco autoritarismo e destituição do progressismo (Bucci, 2016; Chauí; Santos, 2013a, Santos, 2013b) à necessidade de politização e formação política popular para a construção de um projeto radical (Fernandes, 2019). E, por fim, mesmo quando, eventualmente, os olhares se voltam para os aspectos peculiares das manifestações de 2013 (centralidade da ação direta, horizontalidade// falta de direção// não coordenação; pauta concreta; papel das redes sociais; entre outros), também o fazem a partir da mesma aflição: a de responder, *no grande*, o que emergiu como *grande* daquele ano. Não à toa, 2013 muitas vezes é conhecido por *Junho*, uma referência direta aos acontecimentos de São Paulo, cuja centralidade na vida nacional parece evidente para parte considerável dos autores/as.¹⁰

Sem desconsiderar o que há de valoroso nesses esforços de elaboração, acredito haver coisas importantes a serem repensadas nesse tipo de análise.

A ânsia de estabelecer quadros gerais para “explicar” 2013 e seus efeitos também passa longe, muito longe, da experiência de quem viveu e construiu aquelas ruas. Se lembarmos do gás lacrimogênio jogado aos montes para controlar as multidões, podemos pensar como a constante operação desses empreendimentos de reduzir os acontecimentos

⁹ Utilizo Esquerda com “E” maiúsculo como uma provação aos grupos e organizações que vem o centro de atuação de seu projeto a disputa por hegemonia – Esquerda, com “E” de Estado.

¹⁰ Por outro lado, há alguns trabalhos que se esforçam em fazer o movimento contrário, de ressaltar 2013 para além do eixo Rio-São Paulo como por exemplo (Machado Tavares et al., 2016; Menezes, 2017)

de 2013 ao macro, e, mais marcadamente ao nacional, embota nossa visão. As explicações totais funcionam como a névoa branca e espessa do gás, provocando um tipo particular de cegueira.

Talvez a primeira coisa que se torne invisível nessa chave analítica seja, curiosamente, um dos enunciados fundamentais daquele ano. Os saltos interpretativos tendem a ignorar ter sido um motivo “cotidiano” que levou multidões às ruas de tantas cidades. Há, afinal, algo mais corriqueiro do que o suplício vivenciado no transporte coletivo? Chacoalhar em ônibus apertados, tristes, atrasados e caros – martírio diário. Mesmo o aumento de passagem que, em minha dissertação, argumento ser um momento no qual a violência obliterada da catraca volta a aparecer (Saraiva, 2018), não é um evento incomum, mas parte regulamentar da vida urbana.

Diante de uma agressão tão comum, não à toa uma parte considerável das suspeitas levantadas ainda no calor daquelas manifestações (e constantemente requeridas em suas rememorações) versa, justamente, sobre a suposta banalidade de suas reivindicações. “Não é possível que tudo isso decorra de um simples aumento de passagem”, disseram muitos. Assim, analistas políticos das mais diversas vertentes se apressaram em dizer que “havia algo por trás” e então se agarraram na urgência de trazer à superfície, algo que possibilitasse entender as causas daquela revolta aparentemente injustificada.¹¹

Qualquer desconfiança com esse procedimento logo se deparará com a declaração: fosse só pelo aumento das passagens, as multidões não teriam tomado a dimensão que tomaram¹² – uma asserção razoável (especialmente se pensarmos que um aumento de passagem é “só” um aumento de passagem). Por outro lado, vale a insistência e talvez até mesmo uma troça: haveria 2013 sem aumentos de passagem? Fosse a convocação feita em nome do “fim do Capitalismo”, teriam sido as ruas tomadas como foram?

¹¹ Trata-se de procedimento curioso se, ao invés de pensarmos com os olhos do maior, rememorarmos que as condições cotidianas da vida e, mais especificamente do transporte coletivo, já se desdobraram em revoltas em vários outros momentos no país. Podemos ir longe, como na Revolta do Vintém que eclodiu em 1879 no Rio de Janeiro, mas também podemos ficar por aqui e acionar a Revolta da Catraca em Florianópolis, 2004, ou a Revolta do Buzú em Salvador, em 2003. Ou seja, se ouvirmos com mais atenção, não há nada banal em 20 centavos.

¹² Há abordagens interessantes sobre essa transição, da luta pelo aumento das passagens para “pautas difusas”. Bringel, por exemplo, a chama de *transbordamento societário*, quando são ultrapassados os *movimentos madrugadores* responsáveis pela convocação inicial (marcadamente o Movimento Passe Livre, mas não só) e as ruas são tomadas em caráter mais difuso (Bringel, 2013).

Nesse sentido, o trabalho de Andres (2023) me parece fundamental. Em sua tese “A razão dos centavos”, Roberto Andrés propõe uma leitura contracorrente das manifestações de 2013 ao destacar a centralidade das pautas urbanas — especialmente a questão do transporte coletivo — como vetor estruturante das mobilizações. Contra a tendência analítica que busca sempre um “grande motivo” oculto por trás da explosão das ruas, Andrés sugere que é precisamente a “banalidade” do aumento de R\$ 0,20 nas tarifas de ônibus em São Paulo que permite compreender a potência do levante. Ao invés de enxergar o reajuste como mero estopim para causas mais abrangentes, o autor afirma que o conflito em torno do transporte escancara o mal-estar com as formas exclucentes de organização das cidades brasileiras — marcadas por um modelo de urbanismo segregador, mercantilização dos serviços públicos e violência policial como mecanismo rotineiro de gestão.

Para Andrés, o transporte coletivo não é apenas uma demanda pontual, mas um espaço condensador de desigualdades sociais, violência cotidiana e negação de direitos. A luta por tarifa zero e pelo acesso universal à mobilidade revela, nesse sentido, um embate sobre o direito à cidade, sobre a forma como ela é gerida e para quem ela é feita. A razão dos centavos revela a lógica injusta de um sistema urbano que naturaliza a exclusão e transforma a locomoção em privilégio. Ao emergir da vivência concreta das pessoas, a luta contra a tarifa é também uma luta pelos modos de vida possíveis na cidade.

Não estamos, assim, autorizados a ignorar as queixas iniciais dos protestos. Ao não fazê-lo, podemos perceber como o silenciamento dessas queixas em nome de explicações totais e maiores também opera de forma análoga ao gás lacrimogêneo.

Confiantes em sua clarividência, ao procurar pelos motivos ocultos das manifestações, os/as pesquisadores/as trabalham para dissipar com suas análises e teorias a névoa branca que estaria cegando (apenas) os manifestantes. Se creem em posição relativamente imune, distanciada da nuvem tóxica. Tal como a polícia, apostam em suas ferramentas para não se deixarem contaminar, para seguirem formulando suas análises certeiras e desimpedidas.

Essa fé ancora-se em uma velha e confortável ciência social, um tanto convencida de suas próprias prerrogativas. Por um lado, se propõe a descobrir o que há de oculto nos discursos e práticas dos nativos feitos objeto de estudo, cuja vida irracional precisa urgentemente ser explicada pelos olhos distanciados do pesquisador. Por outro, se autoriza a isso pois acredita que apenas as ferramentas do antropólogo (ou sociólogo, ou

cientista político, ou historiador...) seriam capazes de articular, a partir da recollecção de várias experiências particulares vistas em campo, esse todo que precisa ser explicitado para que se produza uma teoria social “de fato”.¹³

Na ânsia de decifrar o que quem está nas ruas não vê e transformar a experiência (dos nativos) em teoria (do antropólogo), quem termina por ser dissipada não é a névoa, mas a própria multidão. Quando múltiplas vozes são reduzidas a algo por elas inalcançável, de repente sua existência parece deixar de ter sentido próprio. O uso de narrativas mestras termina por reconstruir um lugar de passividade daqueles que chamamos de “povo”, reafirmados como incapazes de refletir e teorizar sobre suas ações e/ou simplesmente tão tomados por afetos irracionais que não conseguem prever as consequências de seus atos para a vida política (*como se alguém conseguisse*). Não dá para deixar de pensar que os olhos que se pretendem límpidos estão também enebriados por um vício: parece não haver política se ela não atingir, ocorrer, ou derivar da esfera do estado. Nada mais distinto do que se passou em 2013.

É interessante ressaltar como há muito “fogo amigo” nas elaborações calcadas nesse procedimento. Ou seja, essa operação não tem relação necessária com a afinidade, ou a falta dela, que os pesquisadores têm em relação aos sujeitos que se propõem a decodificar. Muitas vezes o uso do truque de Deus (Haraway, 1995) – ou de quem vê a rua através do drone ou quiçá de cima de um carro de som - essa capacidade de construir análises descorporificadas, parte da percepção de que o poder do analista é justamente o de tornar legível – e, portanto, legítimo – aquilo que parece como incompreensível para a política “de verdade”. Assim, as paixões que mobilizam esse esforço podem ser tão variáveis como o desejo de reestabelecer a ordem (*entender para acalmar as hordas*), a crença no Estado democrático de direito (*transformar a revolta em política pública*) ou o sonho de uma Revolução Socialista (*organizar as massas desordenadas*).

¹³ Os questionamentos dessa opção não são novidade para a antropologia. O caráter de ocultação de muitos de nossos conceitos é comentado, por exemplo por Veena Das (2020), e a atualização colonial operada a partir de sua utilização é tema de muitas conversas, como por exemplo da análise construída por Borges (2013) acerca das discussões sobre bruxaria e seus desdobramentos em categorias como eficácia simbólica, que buscam explicar o fenômeno a partir de sua desconsideração, dando ao analista uma espécie de lugar privilegiado frente aos algo ingênuos nativos. Já a obsessão pelo “todo” e seus diversos invólucros (sociedade, cultura, etc.) que precisa emergir da vida aparentemente desordenada desses mesmos nativos é amplamente discutida, por exemplo, nas elaborações de Wagner (2012) sobre os efeitos da nossa ideia de cultura, ou nas reflexões acerca do social feita por Latour (2012), ou ainda da aposta de Strathern (1991; 2014) nas *relações*, em oposição a uma teoria antropológica feita a partir da premissa que o mundo se divide em unidades com fronteiras definidas.

Assim, a despeito de seus desejos, a insistência em não ouvir o concreto que levou as multidões de várias cidades do país para as ruas e reduzir essas vozes às suas macro causalidades termina por tornar impossível a sua própria existência. Trata-se de uma forma profundamente eficaz de dispersão, com efeitos simultâneos no passado – as análises vão tornando 2013 impossível – e no futuro: é difícil imaginar qualquer outro levante, pois não conseguimos levar à sério as relações que o produzem. Ou seja, ao seguir construindo análises “acima de”, ignorando que estamos todos/as, inclusive quem escreve, com os olhos marejados pelo gás, terminamos (mais uma vez) por esvaziar as ruas.

ROTAS DE FUGA, ABRIGOS E POSSIBILIDADES DE REENCONTRO

Pensemos no momento que, estando na rua, somos atingidos pelos disparos de gás lacrimogênio. Como nos recompomos e o que precisamos fazer para impedir o intento das forças policiais de dispersar a manifestação? A partir dessa indagação, considero pertinente retomar um texto meu, escrito em outra ocasião, no qual compartilho da convivência com as bombas:

Rapidamente a fumaça parece adentrar todos os meus poros, com efeito devastador nos meus pulmões asmáticos. O gosto amargo sobe à boca, e é preciso cuspir o mais rápido possível. Um ardor intenso invade a pele, mas não há tempo para buscar alívio. Uma única bomba já pareceria suficiente para me desorientar, com sua névoa e barulho de guerra, mas as bombas andam sempre em grupo. Agarro o braço de um companheiro que estava do meu lado. Com mais tranquilidade, ele tenta me acalmar: “Calma. Calma, não vamos correr por aí! O vento está nessa direção. Dois passos para frente, dois para dentro”. A voz do compa me vinha firme, assim como era firme o apoio que nossos braços cruzados criaram. “Mas tá vindo muita bomba! Vamos correr!” Calma, Leiloca, Calma.”

Não sei se o ataque cessou ou se havíamos saído da zona de fumaça, mas foi então que outro manifestante passou leite de magnésia no meu rosto, aliviando um pouco a queimação que eu sentia. Outro molhou de vinagre o lenço que eu trazia no pescoço e, pouco a pouco, minha respiração se regularizava. “Vai demorar mais um pouco, mas o mal-estar vai passar”, me disse meu companheiro, que aquele momento parecia ter me salvado a vida. Olho para trás: há uma multidão de gente que está mais ou menos como eu, lágrimas nos olhos, manchas brancas de magnésia no rosto, caras lívidas de quem voltou a respirar há pouco. (Saraiva, 2018: 205).

O gás lacrimogênio desorienta, penetra os poros, deixa a boca amarga e a visão turva. Dá vontade, mas não adianta muito tentar ver “além” da nuvem espessa que nos rodeia. Ela compõe e constrói o cenário, precisa ser enfrentada, vivida. Se o objetivo é

não ceder à pressão da polícia, é preciso criar maneiras de se mover através da névoa, pensar e agir junto a ela.

Há muitas estratégias para isso, mas sem dúvida os braços de nossos companheiros tornam-se bom suporte. Mão diversas encharcam nossos lenços com vinagre, passam leite de magnésia em nossos olhos. Coisas aprendidas por meio de histórias, ferramentas vindas de quem sabe onde. As falas, de vozes conhecidas ou não, nos tranquilizam e cria-se o apoio necessário para continuarmos caminhando. Essa caminhada não é pré-determinada ou regular: não anda reto ou em alguma direção, tropeça, dá dois passos para frente e dois para dentro, a depender de onde sopra o vento. Mas, nessas rotas de fuga que vamos desenhando meio tropegamente, coletivamente, vamos criando também as possibilidades de reencontro, abrigos, compondo outras conexões. Frustramos, assim, os planos da PM.

Seguirei estratégia parecida na escrita desta tese.

FAZER DA ESCRITA ROTAS DE FUGA

significa apostar que a análise não precisa controlar ou dispersar as multidões com suas respostas, mas pode ajudar a pensar outras perguntas e, quem sabe, a traçar novos caminhos.

Nessa toada, não faz muito sentido pretender “explicar” 2013¹⁴. É necessário resistir ao impulso de saltar para metanarrativas, sob o risco de recorrermos a roteiros já conhecidos por aqueles que tentam nos dispersar. Ganhamos fôlego quando somos inventivas, quando vislumbramos possibilidades inesperadas.

Também não é frutífero querer criar qualquer visão definitiva sobre o tema, ou ainda entrar nessa seara que tem se chamado de “disputas de narrativas”,¹⁵ evocação

¹⁴ Ou, inspiradas por Strathern (1991), ao menos não reduzir a noção de explicação apenas a elaboração de cadeias causais.

¹⁵ Devo o sentido da noção de “narrativas” que utilizarei nesta tese a meu companheiro Paique que, em uma das nossas conversas, me chamou atenção para como a ideia de *disputa de narrativas* vinha tomando conta das discussões sobre 2013, dizendo-me: “acho tão estranho falarmos de disputar narrativas. Nós, que sempre falamos de mudar as relações, o mundo, a vida, de repente estamos nos contentando com disputar as narrativas”. Como se verá mais adiante, portanto, associo aqui a ênfase às “disputas de narrativa” como uma questão que emerge ao próprio campo e que se conecta a uma forma de pensar, viver e fazer política profundamente espetacularizada, em conflito com as formas de pensar, viver e fazer política do Movimento Passe Livre, por mim associadas com ao cultivo de imaginários radicais. Não me refiro, portanto, à longa discussão sobre como a antropologia trata principalmente da produção de “narrativas” ou “discursos” como, por exemplo, apontam as elaborações de Marcus e Clifford (2016).

comum sobre 2013, especialmente nas elaborações que entrecruzam a produção acadêmica com o compromisso militante. Se a transformação da multiplicidade em relatos uníssonos é consequência do predomínio da referencialidade, como argumenta Borges (2013), quando se trata de rotas de fuga, é o contrário. Quanto mais, melhor.

Recusando, assim, a possibilidade de ver acima da névoa, com os olhos límpidos de quem não se acha afetado pelas bombas,¹⁶ precisamos recorrer ao que nos aparece no momento, pensar com o que temos à mão, trazendo à tona o que escapa à visão: o tato, os ouvidos, a dependência do outro, para então criarmos um caminho impensado.

No zapatismo, essa ideia é sintetizada a partir de um lema: caminhar perguntando. Conta a história que o falecido Subcomandante Marcos caminhava pela Selva Lacandona junto ao Velho Antônio, até que os dois eventualmente se perderam. Marcos sacou do bolso a bússola, apostando nela para saírem rapidamente dali. Ledo engano: se viram os dois mais embrenhados na mata. Logo Marcos pegou o mapa, seus conhecimentos de astronomia, um livro de geografia. A mata seguia fechando-se mais. Esgotado em suas possibilidades e já achando que não encontrariam qualquer caminho de retorno, Marcos vê Velho Antônio calmamente abrindo espaço entre as árvores com seu facão, criando nova trilha, até que os dois chegam de volta à comunidade. Marcos fica perplexo, e passa a se lamentar: “*Hijole!* Se tivéssemos apostado nisso antes, já tínhamos chegado há tempos! Eu, pelo contrário, só fiz atrapalhar nossa volta com todas as minhas ferramentas!”. Velho Antônio, calmamente, responde: “Não sabemos bem, mas a verdade é que só chegamos também porque testamos as suas ferramentas... A gente vai perguntando na medida que o caminho aparece”.¹⁷

Na discussão antropológica, essa opção implica em levar a sério as pessoas, suas teorias e invenções. Escapar do paradigma da ausência, que tenta alcançar o que *está faltando* e não o que se desenrola bem ali. Uma referência já batida, mas querida, nesse proceder é a obra de Clastres (1978) e sua formulação da “Sociedade contra o Estado”, o giro copérnico da antropologia para pararmos de pensar ao redor de nós mesmos em nossas teorias. Outra inspiração é a proposta de Strathern (1991), de encararmos as

¹⁶ Como não lembrar de Favre-Saada (1990) e a experiência de ser afetada, de fato, pelo campo?

¹⁷ Esse é um resumo meu, um tanto arbitrário, de uma história que li há muito tempo em “Relatos de Viejo Antonio” (2005). Sinceramente, já não lembro bem de sua versão original, mas de como ela foi se transformando em seus contares e recontares ao longo de minha militância junto ao Movimento Passe Livre-DF. Creio que oferecer minha própria versão dela é coerente com sua proposta, mas recomendo a quem quiser aproveitar dessas e outras narrativas, consultar a fonte original.

certezas como parciais e as informações como intermitentes, uma resposta como uma nova pergunta, uma conexão como um vazio, uma similaridade como diferença, e vice-versa. Ou, como também nos conta Latour (2012, p. 76), insistir que “a incerteza deve permanecer como tal o tempo todo, pois não vamos afirmar pressurosamente que os atores talvez não saibam o que fazem enquanto nós, os cientistas sociais, conhecemos a existência de uma força social capaz de “obrigá-los” a fazer coisas sem querer.

Nas assembleias do Movimento Passe Livre -DFE, isso implica em voltar várias vezes ao mesmo tema, pensar novos caminhos para sempre renovados dilemas, quebrarmos a cabeça para pensar como driblar as capturas que nos aparecem.¹⁸

FAZER DA ESCRITA ROTAS DE FUGA, MULTIPLICANDO ABRIGOS,

é se recusar a pensar “a partir” das métricas e estatísticas de 2013 e buscar refletir junto com as relações, afetos e sonhos ali produzidos, muitas vezes de forma singela, como o braço de meu companheiro que me serviu de apoio. Para quem vê as manifestações de cima é difícil imaginar os infinitos gestos de solidariedade e cuidado, os laços que se criam, não só durante, mas também e principalmente, antes e depois que a multidão toma as ruas.

Bringel (2013) chamará essa dificuldade de pensar para além da rua tomada em 2013 de *miopia do visível*. “A história não se faz de praças cheias”, dirão os zapatistas, também acusando a mesma miopia (2007). Aqui, insisto em não ser possível multiplicar abrigos se não pensarmos junto as condições de possibilidade de sua emergência, dadas principalmente em gestos cotidianos ou corriqueiros, ainda que estejamos enfeitiçados pelo gigante das multidões. Em outras palavras, quando as bombas de gás explodem, importa mais estar com quem podemos contar que estar com muita gente – e esses laços são profundamente ordinários, mesmo que surjam em meio ao extraordinário.

Em oposição ao truque do olhar de Deus que já mencionamos, Haraway (1995) propõe a objetividade como fruto de análises corporificadas e suas perspectivas parciais. Só de corpo presente sentimos o braço do companheiro como apoio, o pulmão tomado

¹⁸ Na segunda parte desta tese me debruçarei de forma mais retida nestas elucubrações, mas por agora, parece-me importante afirmar como as teorias de rotas de fuga estão sendo constantemente formulada no âmbito do próprio movimento.

pelo gás, damos nossos passos bambos. A localização como modo de fazer teoria é necessária para que o respiro volte a ser possível.

Também perpassada pelo corpo, outra boa inspiração é a reflexão de Veena Das (2020) sobre as relações entre ordinário e extraordinário. Ao analisar dois eventos críticos¹⁹ da história da Índia – a Partição do país em 1949 e o assassinato de Indira Gandhi em 1984 – a antropóloga discorre sobre como “muitas vezes nosso impulso teórico é o de pensar a ação em termos de escapar do ordinário, e não de descer a ele” (2020, p. 28). Sua aposta é focar nos entrelaçamentos, refletir como o evento, “se prende, com seus tentáculos, à vida cotidiana e penetra os recessos do ordinário.” (2020, p. 22).

Para que os abrigos emerjam em meio às nuvens (de gás lacrimogênio, do espetáculo ou das narrativas totais) é preciso apostar nos entrecruzamentos entre o extraordinário daquele ano e seus imbricamentos com o cotidiano dos coletivos com quem reflito. Se a memória daqueles dias, como ficará evidente nas páginas seguintes, está viva entre os integrantes e coletivos do Movimento Passe Livre, faz sentido pensar, sem pretender remontá-las como um quebra-cabeça, em seus impactos em nossas atuações cotidianas, em suas relações com os modos de fazer política do movimento. Os abrigos estão, justamente, nessas singelas conexões criadas a partir da experiência.

FAZER DA ESCRITA ROTA DE FUGA MULTIPLICANDO ABRIGOS COMO POSSIBILIDADE DE REENCONTRO

é pensar junto com a angústia companheira do ataque tóxico das forças policiais: como, depois do estouro das bombas, voltaremos a nos re-unir? As rotas de fuga e os abrigos criados não têm por objetivo nos deixar seguros (para isso, melhor faríamos se ficássemos em casa), mas criar as condições para nos desfazermos das ordens de dispersão. É preciso, então, dar um jeito de nos reencontrarmos.

É importante trazer para primeiro plano o *encontro*, até para evitarmos algumas possíveis má-interpretações. Se, como argumentei acima, é problemático reduzir 2013 às suas explicações nacionais, isso não implica em dizer que o nacional ou o global não surjam nas ruas tomadas.

¹⁹ Veena Das (2020) define evento crítico como momentos em que os repertórios existentes de pensamento e linguagem não dão conta do acontecimento.

A própria história do Movimento Passe Livre se fez/faz a partir da articulação entre múltiplas escalas, de inspirações, dos contágios. Uma série de ruas tomadas em Salvador contagiam outras tantas ruas em Florianópolis, inspiraram outras tantas ruas no Distrito Federal²⁰ e assim em diante. Ou aquelas ruas mais distantes de Seattle, em 1999, gritando serem as ruas vivíveis, as pequenas *carreteras* de Chiapas, reafirmando a possibilidade do encontro diante da saída aparentemente única da atomização neoliberal.

São também encontros aqueles realizados entre o aspecto hiper-local da pauta que o movimento carrega – a luta por um transporte coletivo de fato público – e o imaginário político radical que construímos. Como argumentei em outro momento, a conexão entre utopias e Utopias é uma estratégia primordial do movimento: lutar pela tarifa zero é tão importante quanto lutar contra o capitalismo porque lutar pela tarifa zero, como o concebemos, é lutar contra o capital.²¹ Pensar na ampliação do possível não passa por combater um capitalismo fantasmático, mas enfrentar seus efeitos no concreto. A luta se faz, assim, a partir de conexões – entre aquilo que poderíamos chamar de “reforma” e “revolução”, entre “pequeno” e “grande”, entre “local” e “global”.

Para darmos a devida importância ao papel produtivo dessas conexões, é importante evitarmos a tentação de vermos os encontros como aquilo que preenche o espaço entre elementos atomizados pré-existentes. Lembrar que as relações, como sugere Strathern (1991), não são “uma forma secundária de conectar as coisas”, e, por consequência, como o faz Das (2020), não pensarmos o sujeito como anterior à experiência. Sujeitos e categorias produzem e são produzidas pelas relações, pelas experiências. Assim, nos encontros de 2013 se produziram ao mesmo tempo as ruas, os manifestantes, os sonhos, o “povo”, o Estado, o “mundo”.

Podemos então intuir que falar dos encontros citados acima não é falar de espelhamento (o local reflete o global) ou acúmulo (vários locais resultam em um global), mas de um processo de mútua produção, que só se dá a partir do vívido. O problema das análises que reduzem 2013 ao nacional não está em pensar nessa dimensão, visto que ela é também produzida ali, mas em vê-la como entidade independente, prévia, um lugar no qual o local se dissolve e se explica.

²⁰ Para mais detalhes sobre essa história, entre tantas possibilidades, recomendo algumas leituras: Mendes (2007), Saraiva (2010), Vinícius (2005) ou ainda minha dissertação (2018).

²¹ Por isso, um aumento de passagem não é só um aumento de passagem.

Por outro lado, como sugere Latour (2002), também não adianta simplesmente reificar o local²²: é preciso redistribuí-lo, reconduzi-lo. Fazer com que local e global se sentem lado a lado, em vez de permitir que saltem um por cima do outro, não deixar que o uso dessas categorias seja barreira de outros encontros. Assim, podemos caminhar mais se, ao assumirmos que muita coisa foi mesmo se desenhando em meio àquelas nuvens de gás, nos dedicarmos a pensar sobre os efeitos daquelas conexões na reinvenção de dimensões nacionais, locais e subjetivas e, de alguma forma, a própria ideia de escala.

Reconhecer esse caráter criativo dos encontros tornará possível que também o ato de teorizar seja uma forma de construir novas reuniões: das teorias construídas “dentro” da academia com as produzidas “fora”, das etnografias “acadêmicas” com as “populares”. Se a experiência não existe sem corpo e vice-versa, a teoria também não. Ela própria também emerge das conexões, sem que por isso seja necessário chegar a sínteses, e sim às possibilidades de seguir multiplicando, e não resolvendo, complexidades. Analisar vira, então, mais uma possibilidade de reagregar, reunir e, por que não, rebelar.

O DESTINO TRÁGICO DAS REVOLUÇÕES, OS LEVANTES PERDIDOS

Em livro lançado no Brasil em 2025, analisando o que o autor chama de “A década da Revolução Perdida”, Bevins (2025) parte de entrevistas realizadas ao longo de quatro anos com atores importantes de levantes populares de tipo mais ou menos parecidos em diversos países: Brasil, Turquia, Coreia, Chile, entre outros. As preocupações do autor passam principalmente por tentar entender o que aconteceu para que eventos de contestação que haviam partido de lutas por mais direitos e com características algo comuns – com tendências horizontais, sem lideranças definidas, de alguma forma também articulada por meios digitais – pudessem ter derrocado em mudanças no jogo político que resultaram em situações contrárias ao seu propósito inicial.

Sobre o Brasil, por exemplo, o autor tenta entender como as manifestações iniciadas em São Paulo pelo Movimento Passe Livre se desconfiguraram em movimentos como o Movimento Brasil Livre, marcadamente de direita, e em mudanças políticas no estado como a ascensão do Bolsonarismo como força factível, capaz de haver governado

²² Também já aprendemos com Strathern (2005 a) que reforçar um dos termos para acabar com uma dicotomia resulta apenas na recriação de sua antítese.

o país por quatro e anos e ainda seguir indiscutivelmente presente mesmo após sua derrota eleitoral em 2022.

À primeira vista poderia ser fácil dizer que as elaborações de Bevins flertam com essa prática de reduzir o que aconteceu nas ruas à suas outras dimensões e escalas, e não estaríamos totalmente incorretos ao afirmá-lo. De outra forma, Bevins traça suas reflexões entrepassadas pelas vivências e dilemas de atores que estavam ali, levando a sério suas concepções. As angústias que o motivam estão interconectadas com as *nossas*, o que acaba por nos aproximar. Não é à toa que, em muitos momentos, destacaremos pontos muito parecidos, mesmo que eu mesma tenha entrado em contato com seu livro apenas ao final da escrita dessa tese.

Porém, em diálogo com seus escritos, preciso destacar a afirmação de Bevins sobre o fracasso dos levantes da década de 2010. Ele argumentará como um imaginário fundamentado na cultura pop e nas imagens da queda do muro de Berlim, além de uma recusa de experiências traumáticas²³ do que foram as revoluções do começo do século XX, levou a uma ideia um tanto idílica de que os levantes por si mesmo seriam capazes de empurrar a história para o “lado certo” ou, em outras palavras, para o sentido que os insurgentes (iniciais) queriam que ela fosse. Como vimos, com o passar dos anos que se sucederam a 2013, não foi isso que aconteceu.

Se não posso discordar que chegamos a lugares definitivamente não pretendidos por mim e meus companheiros, como se verá nas páginas que se seguem, me parece interessante caminhar por outras perspectivas. Talvez nos seja valioso pensar: se muitas das revoluções do século XX lograram mudar radicalmente uma parte da *estrutura*, elas também não se transformaram em seu contrário, ao estabelecer estados ainda mais fortes e seguirem reproduzindo as lógicas de separação entre trabalhadores e patrões, como sintetiza a teoria autonomista (Bernardo, 2009)? E, da mesma forma, será que os nossos levantes, buscando escapar dos dilemas construído sob aquele paradigma, também não abriram espaço para ver como fazer o oposto delas também nos levou, de outra maneira, ao nosso próprio contrário? Da mesma forma, soluções que tentaram conjugar outras formas de mudança, como o Partido dos Trabalhadores e sua crença na aliança entre movimento social e partido, também viraram o seu oposto? Para que não fique dúvida, na

²³ Bevins atribui a Rodrigo Nunes (2022) a aproximação das experiências políticas com o trauma, que marcaria a postura melancólica dos mais diversos tipos de esquerda, ainda que o que seja visto como traumático varie.

perspectiva dessa que escreve, o capitalismo tampouco *deu certo*. Talvez nos sirva questionar se o binômio derrota/vitória nos serve quando falamos de revoltas, revoluções ou levantes ou ainda sobre isso que costumamos chamar de realidade social.

Perpassada por essas questões, preciso anunciar que essa tese falará muito mais sobre o Movimento Passe Livre e outras coletividades afins do que talvez se espere sobre o momento de transbordamento societário (Bringel, 2013) que foi 2013. Como militante do MPL que sou, muitas das reflexões que aqui apresento se relacionam com a nossa forma de ver a política, de encarar o limite do que vivemos, de entender o que aqueles eventos provocaram nas nossas sociabilidades, dilemas, formas de entender e viver o mundo. O caráter de transbordamento estará presente, principalmente a partir da minha concordância com a percepção de que o que se viveu em 2013 ultrapassou, bagunçou, reordenou as nossas próprias fronteiras e categorias – algo que o conceito de liminaridade, propostos por Tuner (2013; 1984) nos ajudará a pensar. Mas, junto ao que aprendi das conversas com meus companheiros/as que me guiaram na construção desse trabalho, voltarei sempre às nossas noções da luta e da vida para pensar.

Não é minha intenção reduzir 2013 a essa dimensão, ou seja, fazer o simétrico oposto do que outras reflexões sobre aqueles dias fazem, ao subsumir essa outra nas leituras sobre impactos na política nacional, conexões com eventos internacionais, ou algo que o valha. Se quisermos pensar nessas questões em separado, recomendo outros trabalhos, como o do próprio Bevins. Minha contribuição pretende ser mais etnográfica, localizada e guiada pela seguinte pergunta: pode a percepção do movimento servir também para pensar o mundo, a história, outras formas de existir, a partir de seus próprios percalços?

ESTILHAÇOS, BARRICADAS, FAÍSCAS

Não é fácil conversar sobre 2013 para essa que agora escreve. Acostumada como estou a partir não do extraordinário, mas do cotidiano da política junto ao Movimento Passe Livre, preciso dizer que o maiúsculo daquele ano foi o que me fez sair pela tangente de seus marcantes acontecimentos, quando, em 2016, escrevi minha dissertação de mestrado. É bem verdade que mesmo ali, com o foco no ordinário e no entrelaçamento de determinados acontecimentos com a vida das pessoas, também adotei procedimento similar aqui proposto, de fazer da escrita uma possibilidade de encontro, uma barricada,

de fazer perguntas “grandes” para coisas aparentemente “pequenas”. Esse exercício não foi coisa aprendida apenas com a antropologia, mas também na militância com o próprio Movimento Passe Livre.

Aceitei o desafio de pensar sobre 2013 porque vejo como as discussões sobre aquele ano seguem nos interpelando. No cotidiano do movimento, além de driblar as acusações recebidas, 2013 também ecoa como um emblema de nossos dilemas, de nossas potências e limites, da nossa urgência em nos reinventar, sem, no entanto, deixarmos de lado aquilo que chamamos de princípios. As conversas se desdobram ao mesmo tempo nas nossas percepções daqueles acontecimentos, em nossas expectativas com sua presença fantasmagórica (haverá MPL depois de junho?), em nossas imaginações das insurgências que queríamos e queremos construir, das relações que buscamos transformar, do povo com quem desejamos estar, de nossos futuros possíveis. Organizo minhas análises nessa tese a partir de três conceitos, que são às vezes capítulos, às vezes um conjunto deles.

Em **Estilhaços**, retomo as memórias daquele ano compartilhadas por meus companheiros e companheiras. Aqui, pretendo principalmente apostar nos impactos, lembranças marcantes de relatos pessoais, e não tanto nas análises generalizantes de 2013, para poder pensá-lo como constituinte e transformador dos/as integrantes e dos coletivos do movimento. Inspirada por essas conversas, reflito sobre como 2013 refez o imaginário do Movimento Passe Livre acerca da luta política – imaginário aqui entendido como prática, aprendizado, luta e capacidade de sonhar com outros futuros. Ao pensar em estilhaços, não tenho a pretensão de voltar a colá-los em um todo inteiriço, assumindo que, necessariamente, deixarei outros tantos pedacinhos para trás. Para tal, inspirada em autoras como Ursula Le Guin e Donna Haraway, distingui entre as *estórias da vida* e as *odisseias heroicas* — entre narrativas que abrem futuros e aquelas que os encerram em glória ou tragédia.

As conversas com meus companheiros e companheiras, conduzidas em plena pandemia, expuseram justamente essa tensão: a necessidade de rememorar, de disputar o sentido de 2013, mas também a dificuldade de escapar da armadilha do protagonismo. Misturam-se, assim, as estórias e as odisseias: ao mesmo tempo em que buscamos preservar as singularidades, relações e afetos que constituíram 2013, somos atravessados pelo desejo de reafirmar seu legado, ou de nos defender de suas condenações. Nesse processo, tentei transformar as estórias que construí a partir das entrevistas — realizadas

online com 17 companheiras/os — em espécies de bolsas coletooras, capazes de acolher múltiplos fragmentos e sentidos que, mais do que formar um todo coeso, possam servir para imaginar novas possibilidades.

Em **Barricadas**, propus pensar 2013 como um momento liminar, em que a estrutura social é suspensa e outras formas de sociabilidade emergem. O conceito de liminaridade (Turner) ajudou a iluminar as transformações vividas nas manifestações: o aparecimento de um *povo* improvável, de um “comitê de camaradas”, de afetos inesperados e alianças dissonantes. A sociabilidade manifestante, marcada pela multiplicidade e pelo efêmero, encontra-se com a sociabilidade militante, que busca durar, organizar, manter princípios. Nessa tensão, emergem dilemas fundamentais sobre como sustentar revoltas sem cristalizá-las. As barricadas também revelam o que chamei de *maldito relativo e monstruoso*: figuras e táticas que ao mesmo tempo inspiram e interditam, que são necessárias para romper, mas também para manter à margem. E, dessa vez guiada por Mary Douglas (1996), observamos os *rituais de purificação* empreendidos por distintos atores — estado, mídia, esquerda institucional e inclusive o próprio Movimento Passe Livre — para reestabelecer quem são os bons e os maus manifestantes, quem pode falar e quem deve ser silenciado. Por fim, o capítulo aborda as armadilhas da política em modo *selfie*, onde a visibilidade e a individuação se tornam exigências de reconhecimento, ameaçando os vínculos e coletividades que as lutas constroem.

Já em **Faíscas**, concentro-me nos desdobramentos cotidianos daquilo que foi aberto em 2013. Trato aqui dos paradoxos da tarifa zero, reivindicação central do MPL, que ao mesmo tempo se radicaliza como horizonte anticapitalista e se desfigura quando capturada como política pública pontual. A conquista da pauta carrega em si tanto um destino trágico — ao ser absorvida e esvaziada — quanto um gesto de abertura: ela permite imaginar que a política pode ser feita de outro jeito, que é possível construir conquistas que desafiem o modo dominante de organizar a vida urbana. E termino por pensar os dilemas abertos e quiçá insolúveis que os resultados de 2013 parecem transparecer, especialmente no papel da revolta como a transformação que desejamos.

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS CONCEITOS:

Antes de prosseguir, talvez seja importante compartilhar como eu me utilizo de alguns conceitos nesse trabalho.

Em primeiro lugar, a ideia de *estado*. Em trabalhos anteriores, procurei pensar o Estado a partir da experiência concreta dos corpos que emergem em confronto com ele.

Na minha dissertação, a partir de etnografia com o Movimento Passe Livre-DF, procurei encará-lo não como um objeto fixo ou uma instância unívoca, mas como uma presença multiforme que atravessa a vida cotidiana, operando menos por coerência e mais por acúmulo de práticas violentas, regulatórias e normalizadoras. Parto de situações em que o enfrentamento direto entre manifestantes e forças de segurança demonstrar como o estado se realiza, com frequência, como ameaça armada — um conjunto de dispositivos que transforma o espaço urbano em campo de controle, e que aparece como figura concreta de bloqueio do possível. Outrora, como aqui, me interessa menos compreender o estado como ente jurídico-institucional e mais como tecnologia de governo — uma tecnologia que se atualiza nos corpos, nos afetos, nas ruas, nas armas e nas narrativas.

Essa formulação encontra ressonância em uma linhagem da antropologia que recusa pensar o estado como entidade coesa e o toma como processo relacional. Em Veena Das (2020), o estado é vivido nos interstícios da vida ordinária, muitas vezes de forma descontínua e encarnada, nos corpos feridos, nas instituições quebradas e nos silêncios que permanecem após os eventos. James Scott (1998), por sua vez, mostra como o estado moderno opera por meio de projetos de legibilidade que simplificam e classificam a vida, apagando a complexidade dos saberes e práticas locais. Já Michael Taussig (1992) lembra que o Estado é também um espetáculo, uma encenação ritualizada de autoridade que se sustenta em mitos, fábulas e no fetichismo do poder. Pensar o estado nesses termos — como presença descentrada, afetiva e espectral — ajuda a compreender como ele pode aparecer tanto nas bombas jogadas nas manifestações quanto nos manuais de boas práticas ou nas imagens de drones que organizam o visível e o invisível da política.

Essa compreensão ganha densidade quando articulada à noção de “Estado Amplo”, proposta por João Bernardo (2009). Para ele, o Estado não se restringe ao aparato jurídico-político, mas se realiza como um sistema social que organiza, disciplina e reproduz a força de trabalho em sua totalidade. Isso inclui empresas, ONGs, mídias, aparelhos de fomento, partidos e até práticas culturais que operam segundo a lógica da separação entre quem gera e quem executa. O estado, nesse sentido, não é apenas quem reprime a multidão nas ruas, mas também quem convoca, regula e traduz a manifestação como expressão legítima, desde que enquadrada nos termos da ordem. A ideia de Estado Amplo nos permite ver como muitas das respostas às revoltas — inclusive aquelas que

vêm “de dentro” dos campos progressistas — podem funcionar como dispositivos de reabsorção e neutralização do dissenso. Mais do que oposição entre legalidade e ilegalidade, o que se joga aí é a disputa por quais formas de vida serão reconhecidas e quais serão dissolvidas.

É por esse caminho que articularei a noção de estado nessa tese. Por vezes, ele pode aparecer de um jeito um tanto estanque, como se equivalesse à noção de “estrutura” que Turner articula em sua elaboração sobre o processo ritual. Essa é e não é a minha intenção. Se, como me considero de um dado lado da barricada, às vezes remeterei a estado como simplesmente algo que está “do lado de lá”, também pretendo articular essa noção como pensarei nos pares de oposição de Turner de forma fluida e compósita em “Barricadas”.

Da mesma forma, também o conceito de “movimento” é um tanto amorfo. Anteriormente, procurei pensar essa ideia como algo além de um antônimo do Estado, mas como força que o atravessa e é por ele constantemente atravessada. Se, como propõe Victor Turner (1982), os rituais liminares suspendem a estrutura e permitem o surgimento de formas transitórias de vida social — como a *communitas*, esse “comitê de camaradas” que se forma no calor da desordem —, o movimento é, por um lado, esse momento em que a “estrutura” pode falhar e outras possibilidades podem emergir. Marilyn Strathern (1991) e Eduardo Viveiros de Castro (2004) nos lembram que as relações não ligam elementos dados, mas produzem os próprios termos da relação. Assim, o movimento é onde se produzem sujeitos, mundos, tempos e espaços. A luta é processo de criação. Assim, na tese, uso os termos estado e movimento como operadores analíticos, ainda que reconheça seu entrelaçamento. Faço isso para nomear, provisoriamente, forças distintas em tensão — uma voltada à ordenação, outra à invenção, ainda que no fazer, as duas claramente se encontrem.

Por fim, talvez seja importante explicitar o que quero dizer com “nós”, um termo que tantas vezes repito ao longo dessa tese. Esse talvez seja o mais fluido dos meus termos: por vezes significa o Movimento Passe Livre, por vezes um conjunto mais geral de organizações que me parecem compartilhar dos mesmos princípios libertários, por vezes um campo amplo que pode ser a E/esquerda²⁴. Aqui também é a ideia pensar a partir

²⁴ A diferença entre “E” e “e” em E/esquerda querendo ela mesma dizer uma junção entre atores afiliados com a transformação institucional e aqueles que se distanciam dela.

de um ponto de vista relacional: o “nós” é diverso, a depender de quem estamos encarando.

ESTILHAÇOS

“Quero permanecer com o problema e a única forma que conheço de fazê-lo é em alegria geradora, terror e pensamento coletivo” (Donna Haraway [tradução livre], 2016, p. 31)

“O problema é que todos nós nos tornamos parte da história do assassino, e assim podemos terminar com isso. Por isso, é com um certo sentimento de urgência que busco a natureza, o sujeito, as palavras da outra história, a não contada, a estória da vida”.
(Ursula Le Guin, 1986, p. 3)

“Janelas quebradas podem ser fechadas com tábuas (com ainda mais destruição de florestas) e finalmente substituídas, mas o estilhaçamento das visões estabelecidas quiçá persistirá por um bom tempo.” (Coletivo ACME in LUDD, 2002, p. 56)

Fachadas de bancos e lojas, para-brisas de ônibus, carros de luxo ou viaturas, transformadas em pedaços. As vidraças estilhaçadas e o barulho do vidro rompendo compõem o imaginário de 2013, ainda que a expressão física da raiva sentida em humilhações diárias estejam longe de ser uma invenção daquelas manifestações.²⁵ Naquele ano, a utilização do “quebra-quebra” como ação política foi muitas vezes objeto de debate, dentro e fora das manifestações, principalmente a partir da difusão da tática *black bloc*.

A tática *black bloc* talvez seja um dos maiores interditos de 2013. Sua condenação foi elemento fundamental para classificação e separação entre maus e bons manifestantes que começou a ser desenhada ainda aquele ano. As acusações pareciam unir lados opostos do campo político: da Rede Globo à Esquerda Institucional. Abaixo, o consenso tinha fissuras – ao menos é o que faz pensar o famoso episódio do apresentador de um programa popular na TV que se surpreendeu ao receber respostas de apoio ao “protesto com baderna” em uma enquete ao vivo.

²⁵ Seria difícil compilar os episódios em que veículos coletivos foram alvo de fúria popular na história do país, seja em manifestações populares, seja em situações mais localizadas, como a revolta de usuários/as diante de um ônibus quebrado. Podemos, no entanto, evocar a lembrança de momentos como a Revolta do Vintém, no Rio de Janeiro em 1879 quando os bondinhos foram virados e tirados dos trilhos diante do anúncio de uma nova cobrança. O historiador Eric Thompson articula essas ações a partir do conceito de “economia moral da multidão” (Thompson, 1979).

Trazer os estilhaços para pensar 2013 é apostar nessas fissuras, nas estórias não ditas e que não podem ser imaginadas a partir das vitrines – ou de cima do carro de som, do drone, dos palácios. Evocar a transformação de objetos inteiriços e repletos de significados e funções – as vitrines – em incontáveis pedacinhos, sem mais ligação necessária entre si – os estilhaços. Não apenas para estar junto do maldito de 2013. Estilhaços como forma de pensar: se desvencilhar do todo-mercadoria, cair na provocação do fragmento-vidro.

A partir do encontro entre o vidro e a pedra – outro também fragmento de cidade (uma pedra portuguesa? Um paralelepípedo?) – pensar-estilhaço é um caminho para permanecermos com o problema, como sugere Donna Haraway (Haraway, 2016), ao invés de tentar resolvê-lo.

“Resolver o problema” de 2013 é tentar construir a narrativa “definitiva” das manifestações, apostar nas explicações totais sobre as quais falamos anteriormente, tentar montar o quadro, o esquema, refazer a “vitrine”. A tentativa de colar os fragmentos em um todo inteiriço outra vez, no entanto, deforma tudo: nem os estilhaços existem a seu modo, nem a vidraça se refaz. Não apenas os estilhaços de 2013 são malditos: suas *estórias* também o são.

Resolver o problema de 2013 é também tentar voltar desesperadamente para o país que alguns de nós acreditávamos viver. Enquanto a vitrine-Brasil se decorava para ser exibida ao mundo nos megaeventos, o fundo da loja continuava manchado de sangue: derramado pelas polícias nas favelas (cadê o Amarildo?), por Belo Monte, pelas remoções em nome de obras turísticas de mobilidade, pelo crescimento do encarceramento da população negra. A vitrine do Brasil cordial, do Brasil Freyriano, se estilhaçou naquele ano: o outro Brasil nunca veio (Freyre, 2003). E quem ficou *bestializado* não foi o *povo*. (Carvalho, 2019)²⁶.

Fujamos do feitiço das vitrines (Coletivo Acme in LUDD, 2002). Fujamos, também, da sua nostalgia. Os estilhaços são o que temos agora.

²⁶ A citação de Carvalho, assim como a de Freyre, está no limiar da ironia e talvez mereça ser explicada. Não é minha intenção aqui dizer que em outros momentos da história, como na Proclamação da República, o “povo” estaria assistindo uma história decidida por cima (como argumenta Carvalho) e que, em 2013, “o gigante accordou”. Bem o oposto: compartilho da historiografia que vê no Brasil lutas constantes, ainda que não organizadas a partir do paradigma do Estado - e, por isso, menorizadas. Nesse sentido, 2013 é mais uma aparição de uma longa trajetória de conflitos sociais e mobilizações populares que bestializam “os de cima”, incapazes de entender o que foge de sua linguagem.

ESTÓRIAS:

“Revolt need other stories” (Donna Haraway, 2016)

“Cuenta el Viejo Antonio que...” (Subcomandante Marcos, 2005)

Ursula Le Guin nos provoca: vamos contar as histórias da vida, não precisamos nos prender ou nos reduzir às histórias do assassino (por mais controlador e intrometido que seja o Herói) (Le Guin, 1986). O convite me lembra uma conversa que tive com o militante Cesare Battisti, na qual ele compartilhava suas memórias das movimentações autonomistas da Itália dos anos 70: “de chumbo eram os anos deles. Os nossos eram os anos do amor”.

Fazer das histórias de luta histórias da vida, no sentido de Le Guin; focar as reflexões no amor, não as reduzir ao chumbo. (Por mais controlador e intrometido que seja o chumbo).

Quando olhamos as manifestações como as que organizamos de longe, parecem apenas um amontoado de gente caminhando, uma bagunça indisciplinada, polícia, bombas de gás. Quando estamos no chão em que elas ocorrem, são uma multiplicidade de relações, uma experimentação de outras formas de vida, ao mesmo tempo fruto e criadoras de outros laços (e também polícia e bombas de gás).

Por isso, há a premência de contar essas outras *histórias* de 2013, as quase não contadas. “It matters what stories we tell to tell other stories with” (Haraway, 2016).

As histórias são mais importantes no cotidiano do Movimento Passe Livre do que quebrar vitrines ou armar barricadas. Foi ouvindo as histórias de Salvador em 2003 e as de Florianópolis em 2004, que coletivos do movimento foram surgindo em outras cidades. As histórias das lutas levadas em cada local foram mais importantes para construir “o movimento nacional” do que os espaços formais dos encontros nacionais e as reuniões de delegados. E o MPL tem seus próprios caminhos para contar suas histórias.

Elas aparecem, por exemplo, em música – como a que criamos no Distrito Federal muito antes de qualquer “gigante”: “foi no dia 24, tudo começou! Fechamos a rua e fomos pra Rodô”.²⁷ Histórias-músicas criadas em contextos específicos, que se transformam em

²⁷ No dia 24 de junho de 2005, o Movimento Passe Livre-DF fez uma das suas primeiras grandes manifestações, fechando as quatro principais ruas da cidade e depois a Rodoviária de Brasília. Essa música

estórias-músicas de outros contextos: a música que evocava, em 2005, um dos principais empresários de transporte de Brasília, em 2013 nos foi recontada com os nomes dos poderosos de São Paulo.

Aparecem nas faixas multiplicadas entre as nossas cidades: “Por uma vida sem catracas”; “Isso aqui vai virar Porto Alegre”. São estórias que contamos uns/as para os/as outros/as, que criam conexões, relações. (As estórias como possibilidade de *become with*, ainda com Haraway, 2016, ou de criar abrigos, como afirmei anteriormente.)

As *estórias* nos conectaram, inclusive, antes de serem “nossas”. As *estórias* das ruas de Seattle, quando a reunião da Organização Mundial do Comércio foi impedida por manifestações altermundistas, em 1999. Ou as estórias do movimento zapatista e os/as indígenas mascarados que tomaram Chiapas, dizendo que havia vida além do neoliberalismo, em 1994. Estórias de lutas aparentemente distantes, mas que costuram escalas, projetos, pessoas, constroem relações, compõe outras redes. Estórias que nos fizeram imaginar outros possíveis e nos trouxeram para próximo de ruas e pessoas desconhecidas. (A revolta exige outras estórias.)

Ainda assim, no MPL-DF, as constantes rememorações das manifestações inaugurais por militantes mais antigos causavam desconforto em militantes mais novos, que se sentiam distantes de uma suposta “Era de Ouro” do movimento.

Na ocasião dos 10 anos de 2013, quando uma enxurrada de histórias, análises, interpretações-totais, explicações e versões definitivas tomaram conta de nossas conversas, ouvimos em uma reunião de uma militante: “o MPL é muito saudosista”. O debate se instaurou. Houve quem dissesse que não tinha qualquer nostalgia com 2013, ou com 2006, (um pequeno 2013 da nossa experiência no MPL-DFE). Inspirada pela discussão que vinha desenhando aqui – e a própria tese vira uma bolsa coletora, uma estória construída com sementes diversas, a muitas mãos, junto as de meus/as companheiros/as — questionei onde estavam as outras estórias, das lutas de que quem achava a “velha guarda” (na qual me incluo) saudosista, mas que já também tinha traçado seus caminhos no movimento. “Nunca conseguimos falar direito sobre a luta pelo passe livre em 2019, uma das poucas coisas que vencemos naquele ano em Brasília...”, ouvi como resposta. Que estórias se contam? Quais estórias se perdem?

foi composta por nós pouco tempo depois, quando ocupamos pela primeira vez a DFTrans, órgão regulador do transporte e então sediado na rodoviária.

ESTÓRIAS/ODISSEIAS

Contar estórias e não odisseias é trabalhoso e às vezes é difícil escapar do Herói, no sentido que nos provoca Le Guin (op.cit). Quando a autora diferencia as estórias do assassino das estórias da vida, de mudar os personagens ou os objetos — do caçador para a coletrora, da arma para a bolsa — nos provoca a olhar para outros lados. As estórias do assassino/herói, as odisseias, têm o hábito da glorificação, dos “Grandes Homens”, dos “grandes feitos” e uma impressionante saudade de si mesmo. Já as estórias da vida não pretendem cristalizar passados, mas sim abrir futuros: contar estórias para sempre poder contar novas estórias.

Esse talvez tenha sido um dos maiores desafios da escrita dessa tese: tentar escapar da odisseia, do heroísmo, da nossa própria glorificação que, como apontou a militante do MPL-DF, vez por outra insistem em aparecer. Se “relembra é com-memorar, ativamente reprimir, reviver, retomar, recuperar” (Haraway, 2016, p. 25), o convite que fiz aos meus companheiros foi o de compor juntos as estórias da vida de 2013. Me esforcei para que as conversas com meus companheiros e companheiras pudesse trazer algo do que era estar ali, para além das grandes imagens, para além das praças cheias, mas também *nas* praças cheias. Que fizessem transparecer algo da tessitura de nossas relações, impossíveis de serem vistas *de cima*.

Não posso dizer que prosperei, ao menos não sempre. Como se verá nas páginas que se seguem, a necessidade de “reafirmar” 2013 permanece como pano de fundo das nossas conversas. E então as estórias flirtam com a odisseia: há protagonismo, controle, sujeitos cartesianos, sacrifícios, vitórias. (“Quem disse que escrever e contar estórias é fácil?”, nos pergunta Le Guin.)

De certa forma, me parece que essa mistura entre estória e odisseia se relaciona com o momento em que as conversas foram realizadas. Estávamos no auge da pandemia do Coronavírus quando me sentei, encerrada em minha casa, para conversar virtualmente com meus e minhas companheiras, eles/as também em isolamento. Era também o auge do governo Bolsonaro. Não me lembro de sentir tanto o imponderável da vida e, principalmente, o imponderável da morte, como naqueles dias. Quiçá exaltar nosso controle, nosso poder de ação, nossa capacidade de pensar e fazer História tenha sido também uma tentativa de escapar do sombrio do que então vivíamos?

Há mais. Para nós, do Movimento Passe Livre, 2013 não deixa de ser uma espécie de clímax. Um clímax de um movimento que havia se inspirado em revoltas como a Revolta do Buzú, 10 anos antes, e que se dedicou, a partir daí, a esboçar uma tecnologia de revolta, espalhada como pólvora naquele ano. Por outro lado, desde então, nos vimos muito mais transformados em *anti-heróis* do que em heróis. Não apenas pelas forças diretamente estatais, como se verá nos tantos episódios de criminalização que meus companheiros e companheiras enfrentaram. Em boa parte das narrativas correntes da Esquerda, somos nós os/as culpados/as pela queda da presidente Dilma Rousseff, pela ascensão da extrema direita no país, pelo governo Bolsonaro, pela... Uma contra odisseia, onde viramos um vilão extremamente poderoso. Este é outro pano de fundo das nossas conversas, a necessidade de se defender dessas acusações.

Em nenhum momento esse pano de fundo, ou a necessidade de *disputar 2013*, como se convencionou chamar, ficou tão explícito quanto na celebração dos 10 anos das manifestações, em junho de 2023. Por um lado, porque as teorias de que éramos nós o “ovo da serpente” voltaram a ganhar destaque em livros, teorias, transmissões ao vivo. Por outro, porque a efeméride criou espaço para que falássemos outra vez daqueles dias e muitos de nós a vimos como uma chance de reapresentar nosso *legado*. Houve quem estava afastado do Movimento voltando a falar publicamente *em nome* de 2013. Houve até quem protagonizasse ato contra a tarifa, mesmo que há muitos anos estivesse afastado de qualquer construção sobre o tema. Nesse momento, como em momentos desta tese, o Herói venceu. (“A maravilhosa, e venenosa, estória do Herói”).

Mas o clímax, ou o anticlímax, a depender da perspectiva, também provoca outras perguntas. Há uma distância enorme entre glorificar a própria memória e fazer da memória semente para novas experiências. Para quem aposta no segundo ato, importam menos as “disputas”, “legados”, “protagonismos” ou “porta-vozes”. Importam mais os dilemas, as armadilhas, os truques, as dúvidas, os delírios. É nelas, mais do que no desejo nostálgico de repetir a si mesmo, que há chance de outras coisas florescerem. Está aí, afinal, a urgência que Le Guin nos convoca de encontrar os sujeitos, as palavras para outras estórias, com a qual me afiliei.

Não posso dizer que falhei, ao menos não sempre. Como se verá nas páginas que se seguem, os dilemas, as armadilhas, as dúvidas e os delírios que permeiam o cotidiano

do Movimento Passe Livre²⁸ pululam. Muitas vezes, variam de cenário, de personagem, e por vezes também se repetem. Ou partem de angústias similares e se desdobram em caminhos distintos. Retomam e recriam perguntas antigas, de outros que, como nós, também recusaram a inevitabilidade de uma forma de viver. “Obrigada pela terapia, compa”, ouvi diversas vezes, antes de encerrar a ligação. E aí me senti pensando, retomando, recuperando, re-vivendo, junto com meus companheiros. Nesses momentos, as estórias emergiram.

TECER A BOLSA COLETORA

“Um romance é um bolsa de mantimentos, ou de medicamentos, onde misturamos e usamos mais de uma coisa e assim estaremos mantendo uma relação particular e poderosa entre cada elemento, entre nós e o outro.” (Ursula Le Guin, 1986, p. 4)

Contar estórias de 2013. Para tal, conversei com 17 dos meus companheiros e companheiras, de sete cidades diferentes²⁹. Infelizmente, naquele momento não podíamos estar juntos como havíamos tantas vezes, compartilhando mesas, ruas, abraços, obrigados como estávamos a falar e ouvir pelas telas. A maior parte dessas conversas foi feita individualmente, e levou cerca de duas horas.

Depois disso, meu esforço foi o de fazer com que aquelas conversas também conversassem entre si, trazer para as mesmas páginas as sementes que meus companheiros tinham trocado comigo separadamente, mas que haviam sido coletadas juntas. Promover o encontro entre os estilhaços, não para remontar a vitrine, mas para criar novas relações entre eles. Tecer a bolsa coletora, que pudesse misturar elementos distintos, sujeitos e perspectivas diferentes. Fazer da tese uma forma de pensar coletivamente, como é de nosso feitio.

Para isso, cada estória me exigiu estratégias narrativas distintas, um recipiente diferente. “Uma folha, uma cabaça, uma concha, uma rede, um saco, um estilingue, uma bolsa, uma garrafa, uma panela, uma caixa ou um recipiente. Um suporte.” (op.cit., p.2)

²⁸Essa que vos escreve, como se sabe, é uma militante do Movimento Passe Livre. O que compartilho aqui se fia nessa experiência, nas relações que construí a partir dessa posição. É nesse sentido que penso principalmente a partir dos dilemas dessa coletividade e me remeto ao MPL como centro de minhas reflexões. Como se verá mais adiante, no entanto, nem todos/as meus/as companheiros/as foram ou são parte do MPL, havendo intersecções com militantes de outras agrupações deste campo que costumamos chamar de *movimento autônomo* ou ainda de uma rede ainda mais ampla, de *movimentos libertários*. Essas marcações estarão explícitas ao longo do texto.

²⁹ Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Florianópolis, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

Optei por sempre apresentar meus companheiros e companheiras: dizer quem estava ali e de onde me falavam me pareceu um jeito de agradecê-los/as por aceitarem compartilhar comigo seu tempo, sua vida e nossa luta.

Ao longo de cada estória, no entanto, muitas vezes os fragmentos me importam mais do que sua autoria, e as memórias-estilhaços se misturam, se encontram na bolsa, sem identificação de quem disse o quê, sempre por meio de travessão, como se estivéssemos juntos/as de fato, em roda nas nossas reuniões, ou em uma mesa de bar. Juntar as apresentações de meus companheiros/as às falas anônimas foi uma maneira de contar estórias que são simultaneamente corporificadas e profundamente coletivas.

Por outro lado, em alguns casos as estórias me trouxeram memórias e dilemas tão perenes do Movimento, que jogar com o contraste das posições de meus companheiros a partir de seus nomes foi como reviver centenas de nossas assembleias. Em outros, ainda, usei da primeira pessoa, de novo sem identificação, como forma de trazer à tona especificidades que pareciam importantes de destacar. Por vezes, essas várias estratégias narrativas se misturam dentro dos relatos de uma mesma cidade.

Para cada estória, uma bolsa coletora, um suporte³⁰.

E logo, tentar fazer com que essas estórias também se conversassem uma com as outras, criando outras bolsas comuns. Muitas vezes, a própria costura – os dilemas, armadilhas, truques e delírios que parecem formar tessituras semelhantes – constrói essa conexão. Para alinhavá-la, nada me pareceu mais apropriado que elaborar perguntas, encontradas ao final das memórias de cada cidade, e que, juntas, pretendem funcionar como o fio da meada das conversas que teremos mais adiante.

Essa é, então, a estória dessas estórias, a estória dessa tese. Naquelas conversas que surgem de muitos anos de braços dados, ocorridas entre telas e entrecortadas pelas mamadas da minha filha ainda bebê, tentamos rememorar os afetos e acontecimentos de 2013, que necessariamente puxam também acontecimentos de outros anos, desde, ao menos, quando começamos a nos organizar como movimento. Às vezes, as memórias confundiram datas, misturaram momentos. Isso angustiava meus/minhas companheiros/as, preocupados/as como estavam com a cronologia dos fatos. Para mim, não era o que importava. Sei bem que não há estórias totais, porque esse não é o propósito

³⁰ A leitora notará também que o uso de imagens também varia em cada uma das estórias. Esta também é uma escolha: procurei trazer imagens do que me parecia importante, mas não tão visto. Não há por exemplo, qualquer fotografia dos protestos no Rio de Janeiro ou em São Paulo, assim como não há nenhuma imagem da nossa reunião com a Presidência da República. Essas imagens estão saturadas.

das estórias. As estórias, por definição, atuam também pela falta – *falta lo que falta*, como dizem os zapatistas. Estórias sem início e sem fim, como declara Le Guin.

PORTE ALEGRE

São dois companheiros que compartilham comigo suas memórias, afetos e vivências de 2013 em Porto Alegre.

Um deles, Vicente, já meu amigo de longa data, um desses encontros que a luta constrói. Quando o conheci, pelos idos de 2009 ou 2010, era anarcopunk e estava envolvido em diversas mobilizações anarquistas na sua cidade. Vicente é um homem negro, na faixa dos 30 anos, que então iniciava seu doutorado em Antropologia em Portugal quando conversamos. Segundo ele, foi justamente por conta de 2013 que mudou de país: diante dos processos enfrentados por conta da luta em Porto Alegre naquele ano, Vicente saiu fugido da cidade e cruzou o Atlântico. Seguiu envolvido com as lutas anarquistas e autonomistas daquele país e, quase por acaso, acabou nas montanhas do Curdistão, em uma brigada de apoio à luta das mulheres de Rojava³¹. A vivência de Vicente entre as mulheres curdas resultou na belíssima dissertação em antropologia “Mitologias da Resistência: o processo curdo e suas metanarrativas”, defendida no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, em 2016.

Foi o Vicente que me passou o contato de Briza, o outro companheiro que escreve comigo os estilhaços de Porto Alegre. Dele sei menos, embora nossa conversa tenha durado como a de velhos amigos. Briza também é um dos processados por conta das manifestações de 2013 em Porto Alegre. Briza também saiu da cidade à procura de outros rumos, por conta da criminalização e perseguição. Foi para mais perto: atualmente mora em Florianópolis, onde termina o curso de Geografia. Briza é um homem, branco, de trinta e poucos anos, formado em Técnica de Meio Ambiente e educador social.

Ambos conversaram comigo em 2020, virtualmente, por cerca de duas horas.

³¹ A luta das mulheres de Rojava, região autônoma de maioria curda no norte da Síria, é emblemática tanto pela resistência contra o grupo Estado Islâmico quanto pela criação de um sistema de governança igualitário. Inspiradas pelo conceito de "Confederalismo democrático" de Abdullah Öcalan, as mulheres de Rojava buscaram construir uma sociedade baseada em igualdade de gênero, autogestão e justiça social. Elas formaram as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ), que lutaram ao lado das Unidades de Proteção Popular (YPG) para defender suas comunidades.

2013 NÃO COMEÇOU EM 2013:

Para nós, foi em Porto Alegre que 2013 começou - ainda em 2012. A mesma cidade onde, oito anos antes, o Movimento Passe Livre foi inventado, com seus princípios e com as suas pretensões de se tornar um movimento nacional. Foi durante o Fórum Social Mundial de 2005 que passamos a nos chamar assim, e a pensar juntos as diversas lutas pelo transporte coletivo que pipocavam em várias cidades do país.

Curiosamente, por outro lado, em Porto Alegre não chegou a haver um coletivo do MPL. Segundo me contam meus companheiros, não por falta de tentativas: “Por algum motivo não dava. Por algum motivo não vingava, gerava pouco interesse, ou vingava por um tempo e depois desmobilizava, né?”. Não foi, portanto, propriamente um coletivo do Movimento Passe Livre que iniciou a luta contra o aumento das passagens em 2012.

Além disso, importante dizer que a lista de lutas em curso na capital gaúcha antes mesmo do aumento de passagens era longa. Explicitava, assim como a disputa pelo preço da tarifa do transporte, os conflitos constituintes da cidade: mobilizações contra a lei do silêncio e fechamento de bares; se opunha ao corte de árvores; reivindicava a rua para ciclistas após um atropelamento em massa³². Havia muitas pequenas manifestações, apoiadas na construção de uma *cena* autônoma que ocupava não apenas as ruas:

— A gente vinha já construindo muita coisa dessa forma autônoma, né? A gente vinha organizando encontros libertários, o Caracol Libertário. Juntava todo mundo: do cara que pensava agroecologia ao punk que estava vivendo no *squat*³³. E era um momento de integrar, sabe? A gente tava muito imerso.

— Em 2012, também, a gente tinha ganhado o diretório acadêmico de Ciências Sociais, a chapa da autonomia e da autogestão. Então a gente começa a movimentar o diretório acadêmico junto com os movimentos da cidade. Por exemplo, o movimento da população de rua, com a frente quilombola, com os povos das aldeias indígenas.

Contam meus companheiros que toda essa efervescência parecia diferente de anos anteriores. Mesmo pequenos, os atos pareciam “estar muito pela desobediência”, “eram

³² Naquele ano, uma bicletada organizada em Porto Alegre foi atropelada intencionalmente por um motorista enfurecido pela ocupação do asfalto pelas bicicletas.

³³ Ocupações urbanas, conectadas ao movimento contracultural.

200, mas trancavam a rua, todo mundo de rosto coberto, com as taquaras na mão...” E algo como uma indisposição comum para “a negociação” baseada, justamente, em experiências malsucedidas de outros processos: “Porque sempre que a gente negociava era afogado nos cálculos. Então a gente tinha decidido: não negociava mais.”

Em meio a esse caldeirão, um episódio ainda em 2012 salta à memória de meus interlocutores. A preparação para a Copa do Mundo de 2014 começava a transformar Porto Alegre e trazia consigo um símbolo. Um Tatu inflável, mascote do evento, aprofundaria uma ideia de cidade como território das corporações, mas não duraria muito tempo de pé.

— Foi a primeira vez que a gente fez uma manifestação, a polícia foi pra cima e a gente revidou, né? A galera revidou, e acabou furando o tatu, né? Também quebraram a prefeitura e destruíram alguns bancos. Foi uma coisa muito repentina.

Figura 5 - Tatu Murcho



Fonte: Uol notícias

Como quem desfaz o gesto da conquista, a derrocada do Tatu antes mesmo de sua efetiva instalação foi uma negação de todo o projeto de cidade, e de mundo, que a Copa pretendia consolidar. Por outro lado, a reação da polícia em defesa do boneco inflável também reposicionou aqueles/as que não compartilhavam de uma postura mais explícita de enfrentamento. Muita gente que antes gritava “sem violência” se impressionou com a

reação da polícia, que acabou por atingir aqueles corpos não acostumados com a força dos cacetetes: filhos de advogados, filhos de desembargadores, “gente que estava apenas curtindo a boemia de Porto Alegre”.

A democratização e o choque com a violência policial posteriormente foram vistos por muitos como explicação da explosão das manifestações em São Paulo, no já gigante de 2013. Mas, para meus companheiros de Porto Alegre, aquele episódio teve outro efeito: “Uma galera sofreu muito naquele dia do tatu, porque apanhou muito, né? E acho isso fez perder o medo. O grande marco do dia do tatu foi perder o medo.”

A LUTA CONTRA O AUMENTO CONSTRUÍDO NO QUILOMBO:

Figura 6 - Assentamento Utopia e Luta



Fonte: Igor Sperotto, 2012

“A Favela só é violenta quando a PM está lá. E o quilombo é a pobreza, para que a favela não queira estar lá” (Nego Bispo)

Já no fim de 2012, quando em Porto Alegre já parecia não haver disposição para negociar, ou tatus infláveis, ou medo, a rotina das violências cotidianas da cidade se preparava para repetir. Como em outras tantas cidades do Brasil, a virada do ano vem acompanhada de mudança de preço de passagens do transporte coletivo, e não apenas os movimentos autônomos, mas também outros setores da Esquerda começavam a se organizar para enfrentar essa medida.

Diante do chamado desses outros setores para “a unidade”, meus companheiros resolveram simultaneamente repetir uma estratégia de 2012 – construir um Bloco de

Lutas pelo Transporte – e reinventá-la. Havia abertura para pensar ações conjuntas nesse Bloco, reunindo partidos políticos, outros coletivos, agrupações anarquistas, autonomistas. Mas havia também, necessariamente, a preocupação de não deixar esse espaço se descolar da luta, das demandas, das pautas. (E essa que, é a primeira das preocupações que dão origem à própria ideia de autonomia como a entendemos, é uma estória que vamos ouvir muitas vezes).

A primeira estratégia para fazer desse espaço de Frente Ampla um espaço fincado na luta foi trazê-la para um território. Todas as reuniões eram no Utopia e Luta, uma ocupação urbana que compunha o cenário dos confrontos em Porto Alegre. “Era Frente Ampla mas era territorializado numa sala bem grande que se chama Quilombo. O Bloco de Lutas foi construído no Quilombo.”

O misto entre a desconfiança de uma ação conjunta entre organizações e movimentos tão distintos, e o reconhecimento da importância dessas redes também impulsionou a construção de outra rede “de pegada mais anarquista”, que passou a ser chamada de Frente Autônoma. Para meus companheiros, a criação da Frente Autônoma marcou mais uma diferença crucial entre o processo que começava em 2013 e os vividos em anos anteriores: reunia todo mundo que era “autônomo, libertário, independente. Inclusive tinha até gente do PCB...” Movimentos quilombolas, organizações de luta pela terra. Eram cerca de 50 pessoas.

—Ali eles chegavam em um espaço de combate, né? Não era papo furado. Nós estávamos em todos os processos de luta pela cidade – porque o pano de fundo era a luta pela cidade, né? O pano de fundo inclusive do transporte era a luta pela cidade – então assim, com quem eu vou me organizar para lutar pela cidade e que não seja para desaguar tudo nas eleições? É com aquela galera ali, né?

A Frente Autônoma virou o espaço onde esses grupos se reuniam antes das reuniões do Bloco – “Nós não perdíamos tempo brigando entre nós, já estávamos alinhados porque nós também temos nossas diferenças, né?”

TORRENCIAL:

Foi com essas ferramentas organizativas e neste contexto que meus companheiros contam ter construído o 2013 de lá. Um processo longo, com cerca de uma manifestação por semana, entre janeiro e junho daquele ano. Ainda em janeiro, os ritos do aumento da

passagem seguiam seu curso habitual: lamentos dos empresários de transporte, organizados em torno da Associação dos Transportadores e Passageiros (ATP); argumentações alegadamente técnicas por parte da Empresa Pública de Transporte Coletivo (EPTC), com posterior convocação do conselho para avaliação. Por fim, autorização da prefeitura. Enquanto a burocracia do aumento acontecia, manifestações contra ela também se desenrolavam.

Foi, no entanto, apenas quando o aumento de passagem passa a vigorar que aquelas manifestações de 200, 300 pessoas ganham também outra proporção.

— Estábamos sem paciência. A gente destruiu a prefeitura. Depois, saiu quebrando a cidade, né? A partir dali, a cidade virou uma cidade de tapume. Todos os bancos! Quebraram todos os bancos. Muita raiva, sabe? E acho que foi muito isso, a primeira sensação era essa: deixa extravasar. Depois vamo ter que organizar um pouco isso, não vai dar pra ser sempre, né? Mas a primeira ação foi isso: vamo botar pra fora o que estava guardado.

O caldo entornava na rua, mas levava junto a rotina de quem convocava aquelas manifestações. Como contam meus companheiros, o dia a dia passou a ser tomado por uma agenda intensa de reuniões, encontros e atividades que transformavam a vida em outra coisa, “uma dinâmica enlouquecida”. “Ato terça e quinta, assembleia segunda, e reunião de Frente Autônoma e de comissão durante a semana.” A vida era outra.

E aquela quantidade infinita de reuniões aparece nas memórias de meus companheiros como tão ou mais relevantes que os próprios atos, espaço onde confianças e desconfianças políticas eram refeitas, revividas, reformuladas. Sobram estórias de um ou outro partido tentando tomar para si a liderança do processo. Multiplicam-se estórias de quase racha, quase briga e momentos em que o Bloco de Lutas se põe por um fio.³⁴ Por outro lado, uma ação fundamental para enfrentar o aumento veio também de um partido: em meio às ruas tomadas de Porto Alegre, a bancada do PSOL na câmara de vereadores entrou na justiça contra o reajuste da tarifa, e uma liminar o revoga no dia

³⁴ “A galera do PSTU tinha marcado ato uma da tarde. Cara, eles descumpriram o acordo do horário e queriam ir pra uma reunião num tribunal de contas, sei lá, sem ninguém do Bloco. Uma perdição, sabe? Terminando aquele dia, a galera da Frente Autônoma se encontrou e fez uma carta cobrando, e fomos para a assembleia, quase pedindo expulsão do PSTU. Quase chegamos às vias de fato. Foram acho que umas cinco horas de assembleia até fazer com que o PSTU reconhecesse que eles tinham tentado manipular o ato. Acho que aquela assembleia marcou uma posição: ó, a gente não vai brincar, vocês não são de confiança e, a partir de agora, ou a gente estabelece uma unidade de verdade, em cima de valores, de princípios... Ou não vai dar.”

seguinte. O anúncio da suspensão do aumento se deu em meio a mais uma manifestação e, misturada com a chuva, a vitória se fez torrencial:

— Eu lembro que era torrencial. Chovia como nunca choveu na vida, era a maior chuva do ano. E a gente tinha umas 2.000 pessoas em frente da prefeitura. E a gente já tinha revogado o aumento da passagem. E aí foi uma loucura, né? Foi a primeira vez na história que a gente conseguiu abaixar o aumento da passagem. A gente entendia que o judiciário só tinha tomado aquela decisão porque estava tudo descontrolado na cidade, que eram as forças das ruas que tinham mudado. A repressão estava muito grande. Então eles tentaram. Eles tentaram fazer isso para acalmar. ‘Chega né, foram atendidos.’ Mas a gente teve alguns atos, tudo cresceu por causa da vitória. E a gente migrou pra causa do passe livre: agora é passe livre, vamos crescer.

ISSO AQUI VAI VIRAR PORTO ALEGRE:

Se a intenção da revogação liminar do aumento era acalmar os ânimos das ruas, de fato, não deu certo. Talvez também estimulados pelo fato de se tratar de uma decisão provisória, mesmo depois do anúncio da revogação, as manifestações continuaram crescendo na cidade. Os atores envolvidos no processo de aumento de passagem continuavam na mira dos atos, cada um deles sendo lembrado de suas responsabilidades. Todos “esses lugares simbólicos onde as coisas aconteciam a gente foi e deixou uma marca: cansamos, não tem negociação, acabou a paciência.”³⁵

A essa altura, meus companheiros não sabiam, mas um inquérito para responsabilizá-los pelas manifestações já estava em curso. O clima de criminalização estava se montando, tanto nos chamados constantes para prestar depoimentos, como a partir de outras armas. A essa altura, campanhas midiáticas intensas estavam sendo construídas pelo principal jornal da cidade, com “o Jornal Zero Hora publicando umas 9 páginas, capa...”. Reuniões das comissões do Bloco de luta foram interrompidas por bombas logo antes de mais um ato. Mas a memória é de um tiro que saiu pela culatra:

³⁵ Destaco aqui a marcha rumo à Associação de Empresários de Transportes, relatada por um de meus companheiros: “Teve uma manifestação que a gente foi na frente da patronal, foi super simbólica, da ATP, que é Associação dos Transportadores de Passageiros, que é a patronal do transporte público de Porto alegre. Só que era uma marcha de 12 quilômetros até lá. E a gente fez a pé, em três mil pessoas! Destruíram a sede da patronal, jogaram os computadores pela janela, foi uma loucura.”

— O maior veículo de comunicação batendo na gente fez o processo contrário: acabou mobilizando mais gente. E era muita gente! Acho que foi o primeiro ato com 5 a 10 mil pessoas. Aí a coisa tomou uma proporção enorme. E a gente até meio sem saber: e agora, o que a gente vai fazer com isso?

— Era muita repressão e a coisa ganhou uma proporção, também a coisa começou a perder um pouco do controle. Porque era uma multidão, assim, uma multidão mesmo. Mas a gente apontou para o alvo certo, porque não tinha negociação a não ser baixar [definitivamente] o valor da passagem.

— Então, assim, na época o que a gente tava sentindo era que era um período assim, porra, revolucionário, né. E nisso, as assembleias do bloco de luta iam ficando cada vez maiores! Chegou um ponto que a gente teve que pedir os mini-estádios de futebol, sabe? Porque era muita gente, né, eram mil pessoas querendo participar.

Quando o 2013 que todo mundo fala chega, Porto Alegre estava vivendo assembleias de mil pessoas em mini-estádios de futebol para discutir os rumos das mobilizações. Alguns meses antes, ninguém de nós imaginou que o que estava começando a se desenhar ali seria radicalmente diferente das diversas lutas com a mesma pauta que tínhamos acompanhado e apoiado ao longo de nossa trajetória como movimento. Estávamos acostumados/as a viver, de longe e como podíamos, os processos de luta de cada uma das cidades que compunham ou pareciam compor o movimento, mesmo antes de 2005: foi assim na Revolta do Buzú em 2003, Salvador, a inspiração de tudo. Foi assim na Revolta da Catraca, 2004, Florianópolis (também “antes de tudo”). Foi assim nas outras tantas lutas em tantas outras cidades contra o aumento da passagem ou pelo passe livre estudantil que se sucederam a essas e que não necessariamente ganharam um nome: no Distrito Federal em 2005 e 2006, ou em São Paulo em 2007.

Nos virávamos como conseguíamos para estar junto de nossos/as companheiros/as, conhecidos ou não, que travavam as batalhas por suas/nossas cidades. E nenhuma imagem é tão representativa dessa forma de construção do movimento como a faixa estendida em São Paulo que, com as letras brancas no pano preto que marcam nossas bandeiras e camisetas dizia, singelamente: “Isso aqui vai virar Porto Alegre”.

Simultaneamente, Porto Alegre também enunciou outros processos que viveríamos de forma mais ou menos similar em outras cidades: primeiro, a narrativa de criminalização midiática, aliada de forte repressão policial; depois, diante do crescimento

das manifestações, um discurso subitamente favorável aos atos, ainda que invertendo suas pautas. Grupos de direita³⁶, pautas distantes, tudo isso começou a aparecer nas ruas cheias da cidade.

— Então, assim, foi um processo que foi crescendo bastante, até que chegou um momento que ficou grande demais [risos] e que, aos poucos a estrutura que a gente tinha criado, que era o Bloco de Luta, já não conseguia mais comportar o número de pessoas que tinha na rua. Começou a ter muita disputa na rua. Eu lembro que começou a ter Helicóptero com letreiros e um monte de panfleto falando sobre aqueles sete planos contra a corrupção.

— Tinha um helicóptero com umas placas de neon com as pautas da PEC dizendo que a polícia não era inimiga. Helicóptero sobrevoando! Quem teria grana para bancar um helicóptero sobrevoando com placa neon?

Um outro companheiro conta a mesma estória em outros tons:

— E quando a mídia mudou o foco, querendo manipular a gente, inflar a marcha com essa galera e desvirtuar a pauta, o nosso grande diferencial que é que nós tínhamos controle da organização de quem puxava o ato, né? Não escapou. Muita gente diz que foi meio a meio... Mas em POA não teve meio a meio: claro, quando a gente tá num ato de 50 mil pessoas a gente não sabe o que acontece no meio e no fim, essas coisas acontecem. Mas não teve disputa de pauta. A pauta era o transporte e outras pautas foram agregadas, mas eram do nosso campo: desmilitarização da polícia, essas coisas.

Um helicóptero sobrevoando as manifestações com letreiro em neon – este dia é lembrado como um dia icônico da chegada de outros grupos, muito distintos dos 200 de 2012, às manifestações. Havia um novo conflito instaurado nas ruas: a mudança midiática em relação às manifestações, a chegada de manifestantes endinheirados com helicópteros, e, simultaneamente, a insistente presença daqueles/as que estavam construindo atos e reuniões desde ao menos 2012. Não à toa, o helicóptero e suas letras neon chegam no mesmo dia que depois embasaria o processo judicial sofrido pelos meus companheiros. As memórias das cenas vividas nesse dia trazem novos elementos, uma vivência de uma barricada que passa de assembleias com mil pessoas que pareciam anunciar uma revolução para ruas que de repente “tinham gente demais”. “Era uma horda de bárbaros,

³⁶ Aqui é importante dizer que esses grupos de direita de rua já eram conhecidos por meus companheiros, ainda que não fossem tão presentes como se tornariam dali em diante.

[risos].” E a resposta que o Governo leu para as reivindicações trazidas em carta naquele mesmo ato: “Não dava prosseguimento, não dava resposta nenhuma. Tinha muito nas entrelinhas, não é?”

As entrelinhas estavam na postura dos governos de não concretizarem as reivindicações, mas também no helicóptero sobrevoando, na mudança do discurso midiático, na raiva de protestos “festivos”, na insistência no microfone de algumas organizações, na horda de bárbaros. Muitas linhas cruzadas.

A escolha de meus companheiros foi, por um lado, continuar fazendo das manifestações uma reafirmação de seus princípios. Por outro, a de continuar apostando no que acontecia para além das ruas, nas infinitas reuniões e nas estruturas organizativas que haviam criado.

— E a gente teve uma sacada, em 2013 a gente amplia o nosso leque de alianças. A gente cria o “Encontro dos De baixo”. No “Encontro dos De baixo” junta a galera da rua, a professorada autônoma, os quilombolas, junta movimento indígena. E faz um encontro paralelo do que o bloco vinha construindo... Todos os setores que a gente acreditava que estavam abaixo, que não eram eleitorais, que tinham os mesmos princípios de luta e de organização, a gente fez um encontro. A gente sabe que os partidos fazem o show pirotécnico deles e a gente tava buscando outras formas de fortalecer porque a gente acreditava que aquela erupção de 2013 podia influenciar outras lutas.

Da mesma forma, a aparente mudança do discurso midiático e a presença de helicópteros com placas neon não fez com que a criminalização arrefecesse, especialmente diante da insistência em manter como alvo o grupo RBS. Aí, é o que dizem meus companheiros, “tudo ganha outra proporção”

— Muita tocaia... A polícia desligava a luz da cidade daquela região e ficava nas esquinas encurralando a gente. E começa também a polícia civil a aprontar os inquéritos... A gente dentro de organização já estava indo na polícia uma vez na semana dar depoimento sobre alguma coisa, né? Nesse dia que fomos ao Jornal Zero Hora, tem um vídeo do coletivo catarse no YouTube que chama: “Chove bomba em Porto Alegre”.

ESTÓRIAS DE OCUPAÇÃO:

Inquéritos montados, tocaias da polícia, helicópteros rodeando os atos. A essa altura, 2013 já era gigante não apenas na vida de meus companheiros e das ruas de Porto

Alegre. Enquanto outras cidades viviam já outras ressacas, o mês de julho começa na capital gaúcha com mais uma redução da passagem de ônibus, dessa vez através da isenção de impostos das empresas de ônibus. Mais uma redução de passagem, mas mais uma redução “vagabunda”, afinal “o Estado se propôs a pagar, uma parte do valor da passagem...”

— A ocupação da Câmara foi um momento incrível, que tem o mesmo problema sobre 2013, que a gente não conseguiu contar essa história da ocupação da Câmara.”, me dizem meus companheiros, que também compartem detalhes do processo de entrada no prédio: a decisão de se manifestar no órgão, a polícia que fecha um grupo lá dentro, quase provocando a própria ocupação, as milhares de pessoas do lado de fora que forçam a entrada. E uma lembrança de que era, de novo “tudo muito intenso”.

Meus companheiros contam que a ocupação pegou “todos eles” de surpresa, mas tampouco parece que o que se conta daqueles dias havia sido totalmente planejado. Algumas tecnologias típicas de momentos de ocupação aparecem, como a criação de comissões para organizar e manter o espaço. Organizar-se para ocupar a Câmara e, ao mesmo tempo, debochar dos poderes com sua presença indesejada e, ao mesmo tempo, utilizar das ferramentas daquele espaço, de outro jeito:

— A gente construiu três projetos de lei: um passe livre pra estudantes, pra desempregados, indígenas, quilombolas e população em situação de rua... E tinha um outro projeto que era de uma auditoria, eu acho que era alguma coisa a ver com os contratos das empresas de ônibus, e a gente tava questionando a licitação de vários contratos e das taxas de lucro das empresas.

A simultânea aposta em estar vivendo um momento revolucionário e a ingenuidade em acreditar em uma negociação baseada em dar seguimento em projetos de lei:

— A negociação foi que a gente sairia, mas eles tinham que discutir e votar esses 2 projetos, e nenhum de nós seria identificado pela ocupação. E, bom, assim, eles não cumpriram a parte deles, né, obviamente. (e meu companheiro cai na gargalhada).

Por outro lado, a experiência da ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre leva, mais uma vez, a luta para o nível mais cotidiano de seus participantes. Dividiam-se ali noites e dias, tarefas para manutenção do espaço, amores, crianças, discussões em assembleia, pessoas comuns elaborando projetos de lei. A vida invadida, não mais separada, a política ocupada pela vida.

— [Sobre a ocupação da Câmara dos Vereadores] teve matérias assim, ó: descreviam orgias, [risos] e que o cheiro dos fluidos corporais... [risos]. Umas matérias, assim, fenomenais, que o cara que escreveu era completamente pervertido, tá ligado? [risos] Era muito engraçado, assim, ‘Montanhas de pênis e bundas se roçando e não sei o que. (Mais gargalhadas, claro).

Mais do que as [imaginadas] montanhas de pênis e bundas se roçando, o que incomoda não seria outro tipo de mistura? A mistura entre representantes e representados, entre povo e políticos, entre os espaços dos eleitos e o dos que elegem? As acusações por parte do Estado vieram justificadas numa suposta incapacidade dos/as ocupantes de manterem o espaço como devia, numa tentativa de refazer a sagrada separação. E talvez seja bem verdade que, afinal de contas, o espaço feito para os eleitos não comporta o povo: “Porque tinha um chão de madeira, que a multidão de gente pulando, gritando e reunindo, afrouxou chão. Eles tentaram dizer que a gente tinha depredado.”

2013 NÃO ACABOU EM 2013

Se as estórias que contam meus companheiros tratam mais do período entre a derrocada do Tatu e a Ocupação da Câmara dos Vereadores, há ainda uma tentativa de afirmar as permanências, ou conexões entre aqueles dias e processos posteriores. E então me contam como eles também seguiram envolvidos, por exemplo, na luta contra a remoção de 30 mil famílias provocada pela duplicação da avenida Tronco decorrente das demandas da Copa. “Isso também levou as manifestações mais pra periferia, assim, a gente tinha outro modelo de manifestação que a gente fazia, que era tipo, fechar uma rua e fazer shows, né, fazer uma festa [risos]”.

Ou quando a demanda do Quilombo dos Machados, “que na época era só ‘Comunidade Sete de Setembro’ passa a virar faixa nas manifestações do Bloco de Luta, até que a própria comunidade passa também a participar das assembleias:

— Foi uma unidade que se construiu ali, eles conheceram a galera da Frente Quilombola, e iniciaram um processo muito bonito, que foi o processo de autorreconhecimento quilombola... Que barrou o processo de desalojo que eles tavam sofrendo. Eles estavam pra ser desalojados e daí um conseguiu uma foto de uma casa de

santo que tinha naquele terreno nos anos sessenta, tá ligado? Então, esse foi um processo ali de 2013 também, assim, fruto das lutas de 2013.

Talvez pelos tantos ataques que 2013 recebeu depois. Talvez porque seja muito difícil escapar das estórias do Herói. Talvez porque quem se viu vivendo um momento de barricada e sentiu que estava num período revolucionário não consiga lembrar ou contar de outro jeito. Talvez porque, quando conversamos, estávamos em meio ao governo Bolsonaro e a uma pandemia. Talvez porque os acontecimentos de 2013 efetivamente inspiraram outros processos não contados. Mas muito provavelmente por uma mistura de tudo isso, esse apelo para essa permanência, para outros frutos, para relações diretas de causalidade serão uma constante nas falas de meus companheiros, de todas as cidades.

Há, ainda, outro fator que não pode ser ignorado. A permanência, os desdobramentos, a afirmação de que nada daquele momento “ficaria para trás” veio também do Estado.

OS SEIS DE PORTO ALEGRE

Como outras estórias de criminalização, as de Porto Alegre em 2013 começam com um infiltrado. “Foi nas assembleias do Bloco de Lutas que teve um infiltrado que... Enfim, devia ter mais de um infiltrado, né, porque era super aberta a entrada”, pondera um de meus companheiros. E a rotina que já vinha marcada por dar depoimentos semanalmente se transforma em um inquérito, aceito pelo Ministério Público, com a singela acusação de “formação de milícia particular.”³⁷ Essa acusação caiu posteriormente, mas estava acompanhada de outras:

— Formação de quadrilha, manejo de explosivos, depredação, roubo...porque esse segundo processo, tipo, pegou os dois maiores dias de Junho, e disseram que foram 6 pessoas que organizaram, que orquestraram tudo, então a gente seria diretamente responsáveis por tudo.

A instauração dos inquéritos e a lista de crimes que, quando conversamos, meus companheiros ainda enfrentavam na justiça, foi só uma parte da criminalização.

³⁷ Segundo me explica um dos meus companheiros, a legislação contra milícia armada surge no Rio de Janeiro, para enfrentar grupos bem diversos daquele que eles compunham, e havia sido proposto pelo PSOL. Sua pena chegava a 20 anos de prisão.

— Imagina de manhã, antes de ir pro trabalho, às oito da manhã, tô saindo do chuveiro, de toalha, tava um outro amigo... Ele fala “Vicente, a polícia ta aí”. E daí eu ‘o que, a polícia tá aí?’. Então eu olho pra lá, tem três policial civil, com a pistola., ‘Opa, bom dia?’ [risos]. Quebraram nossa porta... A chute. E nunca pagaram. Quebraram a casa inteira, pegaram todos os livros, botaram no saco, ficaram selecionando os livros que eles iam levar, né?

— Teve uma quarta de tarde, eu fui no mercado, estava voltando, passou um camburão da polícia: ‘ah, filha da puta, eu vou te pegar’. Drone na minha janela, sair do banho no domingo, lá em casa, no Utopia e tem drone na minha janela. Telefone grampeado. A gente teve uma vida muito exposta né? Balanço Geral expondo a nossa vida. Dando o nome, dando endereço, dando o nome de pai. A gente teve a vida muito bagunçada.

“A gente começa a perder muito”, me conta um dos meus compas – e a lista é maior do que as violências diretas da polícia, passa por perda de empregos, exposição familiar, medo. “Rolou muita coisa da polícia começar a fazer terrorismo psicológico, ir na casa das pessoas, de madrugada, ficar com carro parado na frente, sabe? A gente, lá, acordava de noite, às vezes, às três da manhã com helicóptero sobrevoando nossa casa.”

E, claro, o efeito da criminalização ultrapassa meus companheiros, se difunde entre quem participava de forma um pouco mais distante... E a eleição de seis manifestantes passa a criar um clima de paranoia: “que foi nos isolando, eu senti muito forte essa coisa do isolamento. A gente ia preso a qualquer momento.”

Entre os seis de Porto Alegre, três homens negros. ‘Antes fosse essa a proporção racial dentro do Bloco de Lutas, né’. Infelizmente não era [risos].”, comenta um de meus companheiros.

Existe receita para se entornar um caldo?

GOIÂNIA

De Porto Alegre à Goiânia, cidade vizinha ao Distrito Federal. Nas minhas memórias como militante do Movimento Passe Livre, Goiânia me lembra “Sonho Real”, um acampamento Sem-Teto que foi brutalmente desocupado pela polícia local em 2005 em operação batizada de “Triunfo”³⁸. As imagens desesperadoras da desocupação chegaram ao DF via Centro de Mídia Independente³⁹ e por companheiros/as que costumam vir de lá para cá. As cenas da violência policial ali apresentadas ajudaram a constituir meu imaginário do que significa ser militante no Brasil.

Figura 7 - Ocupação Sonho Real



Fonte: Instituto Humanitas Unisinos

Para pensar 2013 em Goiânia, escutei duas companheiras daquela cidade. Duas coisas me chamaram a atenção nas conversas: a afirmação constante de que havia muito que não se falava daqueles acontecimentos — “Faz muito tempo que não rememoro” ou “Faz tempo que não falo sobre isso”, trazidas a cada momento em que minhas perguntas pareciam alcançar lugares doídos daqueles dias, como se fosse necessário algum esforço para acessar aquelas memórias às vezes oníricas. E também, justamente, a mistura peculiar entre euforia e melancolia nos tons de voz e nas palavras compartilhadas. Para as minhas interlocutoras, 2013 parece evocar ao mesmo tempo o pior e o melhor de suas

³⁸ A ocupação por moradia ocorrida em Goiânia conhecida por “Sonho Real” ocorreu em 2005, na região conhecida como Parque Oeste Industrial. “Operação Triunfo” foi o nome dado pela Polícia Militar local para a violenta ação de reintegração de posse do local, executada por ao menos 1,8 mil policiais e que deixou ao menos dois mortos, 40 feridos e 800 detidos.

³⁹ O Centro de Mídia Independente era uma rede de coletivos de cobertura ativista e independentes das lutas sociais. Surgido nos protestos de Seattle em 1999, o CMI foi parte fundamental da formação do movimento autônomo aqui no Brasil.

experiências, vitórias inacreditáveis e derrotas acachapantes. Algo como, justamente, um *sonho real*.

Aline, mulher, branca, professora, 30 e poucos anos, havia entrado no coletivo do Tarifa Zero Goiânia no começo de 2013. Tinha alguns/as amigos/as que já integravam o coletivo e por isso abriu espaço em sua sala de aula, na rede pública, para atividades do movimento. “Eu cedi as minhas turmas numa escola pública para fazer uma oficina de transporte público e eles foram. E aí comecei a me aproximar do Tarifa Zero. Isso no começo de 2013. Aí comecei a participar, frequentar as reuniões, entrei no grupo, e nesse tempo a gente tava estudando muito transporte, fazendo oficinas em outras escolas e tal.”

O processo de luta vivido aquele ano, ela me conta, alterou suas escolhas de vida. Aline passou a dar aula na escola privada, diminuindo a carga horária para dar conta das demandas do coletivo. Acabou também adiando o mestrado, pelo mesmo motivo. “Foi uma época muito conturbada”:

— Foi uma época muito importante na minha vida. Uma época muito viva. Uma época muito doida e é muito difícil processar depois ... E foi uma época que me formou muito em vários aspectos. 2013 foi minha primeira experiência enquanto militante, tal... E já vivi aquilo tudo né?

Ao mesmo tempo, Aline me diz: “Eu não sei se eu gosto muito da palavra militante, mas eu aprendi muito”.

Karina, mulher, branca, psicóloga, também mesma faixa etária, estava no Tarifa Zero Goiânia desde o ano anterior, 2012. Naquele ano, passou pelo processo de luta contra o aumento das passagens, diferente do que aconteceu em 2013: atos pequenos, repressão imediata. As coisas esfriaram relativamente rápido. Em 2013, a estória foi para outro rumo.

O Tarifa Zero Goiânia era parte do Movimento Passe Livre. A diferença de nome tem a ver com o momento em que o coletivo surge – quando já havíamos passado do foco na luta pelo passe livre estudantil para a luta para a tarifa zero universal. Como movimento nacional, escolhemos manter o nome de Movimento Passe Livre, por entender que Passe Livre não se restringe aos estudantes e, inclusive, não precisa sequer se restringir ao transporte. Alguns coletivos, no entanto, achavam mais produtivo trazer para o nome a bandeira da Tarifa Zero. Mesmo com um núcleo do MPL, em Goiânia também se articulou uma *Frente de Lutas*, composta por outros movimentos, coletivos e partidos políticos para pensar as manifestações contra o aumento das passagens.

INSPIRAÇÕES, NOTÍCIAS DO FRONT E COTIDIANO COMUM:

Em 2012, a repressão havia desanimado os atos e as manifestações haviam sido principalmente de propaganda. No ano seguinte, já prevendo que o aumento seguiria seu calendário habitual e aconteceria em maio, o Tarifa Zero Goiânia e a Frente de Lutas decidiram se antecipar para fazer as manifestações acontecerem antes do aumento ser decretado.

Mas não era só uma questão de planejamento, mas de inspiração. Histórias de Porto Alegre chegavam pelos nossos meios de divulgação – lista de e-mails, contatos pessoais e militantes que haviam estado na cidade gaúcha. “Porto Alegre tinha conseguido reverter o aumento da passagem – e reverter é mais difícil que barrar! Não foi só isso, mas isso deu um gás diferente.”

O gás diferente dizia respeito a uma sensação de que outros processos na cidade sempre começavam meio “derrotistas”. A perspectiva era sempre a do enfrentamento, como se fosse necessário bradar contra o aumento, mas sem esperança de efetivamente derrubá-lo. Além disso, me contam minhas companheiras, “cada organização tinha seu objetivo particular de construir a luta”. A vitória de Porto Alegre trazia outra perspectiva.

Havia uma disposição, uma disciplina distinta, elas dizem. Poucas pessoas, “em um modelo de dedicação quase integral. Se for para acordar cinco da manhã pra panfletar, beleza! Tinha uma disponibilidade de tempo, por ser estudante... e, além da disponibilidade, uma disposição.”

Uma disposição que mais uma vez invadia o cotidiano de minhas companheiras: três reuniões por semana, atividades nas escolas, oficinas sobre transporte. Tudo feito com muita presença:

— Tem muito essa colocação, como se as redes sociais tivessem feito algo mágico, de propagar a ideia... E não né. Teve muito trabalho presencial ali que possibilitou essa difusão nas redes. Um grupo muito sólido, ali, no dia a dia, em reunião, em atividades diárias, que garantia essa propagação na rede.

CRIATIVIDADE, OUSADIA E PETULÂNCIA

Se meus companheiros de Porto Alegre dizem que 2013 começou em 2012, para as compas de Goiânia, *junho* começou em maio, com um protesto por semana durante aquele mês. O primeiro deles, de manhã cedo, aconteceria em um lugar marcante: um dos cruzamentos mais importantes da cidade, demarcado pelo monumento aos Bandeirantes – aquele que mesmo que, nos sonhos “de todo mundo”, deveria ser derrubado.

Naquela ocasião, o aumento das passagens já havia sido anunciado. O centro de Goiânia foi parado. A estratégia das manifestantes foi, no entanto, não apenas questionar o aumento. Elas queriam as planilhas de custos do transporte e que alguém do órgão governamental responsável se dispusesse a ir ao ato receber a carta de reivindicações. Não sairiam dali enquanto isso não ocorresse. A proposta é lembrada quase com um riso no rosto: quem poderia acreditar que um funcionário se disponibilizaria a ir explicar qualquer tecnicidade a uma manifestação? Ousar fazer esse tipo de demanda, da ordem do inverossímil, é parte do que marca as memórias daquela energia *diferente*, na qual minhas companheiras veem o “segredo de 2013”:

— A gente tinha uma ousadia, sabe? De experimentação. Tinha uma petulância e uma ousadia que foram fundamentais. Se fosse para definir assim, o segredo, eu acho que seria isso, essa capacidade criativa e ousada. E petulante, né?

Figura 8- Manifestação fecha as ruas de Goiânia



Fonte: Passa Palavra

É dessa “petulância” que lembram, ou sentem saudades, minhas companheiras, quando falam da primeira manifestação de maio em Goiânia (e das outras que seguiram).

O ato começou pela manhã e a polícia ia e vinha tentando dispersá-lo. A mídia chegou para cobrir a entrega da tal carta de reivindicações. Simultaneamente, o que menos marcou aquele dia foi a lembrança do que aconteceu diante das câmeras. A espera tinha tom festivo: simultaneamente, “um momento de confrontamento, combativo e também festivo. Não ficava só na tensão, mas também numa potência.”

O ato seguinte foi totalmente diferente. Apesar do contingente de manifestantes, a polícia goiana decidiu agir mais, digamos, como de costume – ou como eu lembra ter visto naquelas imagens de Sonho Real. O comandante da Polícia Militar esmurrava a cara de um manifestante, tiros foram disparados dentro do terminal de ônibus. As imagens, ao contrário do que houve com a ocupação que acompanhei pelas lentes do Centro de Mídia Independente, dessa vez passaram no Jornal Nacional.

NÃO É POR 20 CENTAVOS (É POR 30)

O processo do aumento de passagens insistia em seguir imune ao que acontecia fora dos gabinetes. Uma audiência pública foi feita para discutir a medida e, quem sabe, dar alguma justificativa técnica intransponível para ela. A Frente de Lutas estava presente e anunciou: “se a passagem aumentar, o pau vai quebrar”. Representantes do governo e empresários de transporte se reuniram no Palácio do Governo para deliberar juntos, optando por mudar o preço das passagens de R\$ 2,70 para R\$ 3,00. Do lado de fora, uma manifestação.

Mas foi mesmo na manifestação seguinte que aconteceu o que minhas companheiras lembram como “o nosso principal protesto”. A violência do aumento da passagem já estava em curso. Viver a cidade já tinha outro preço. E a violência da catraca virou, de novo, a violência da polícia:

— Esse dia na minha memória, é muito angustiante. Muitas pessoas foram espancadas nos becos, a gente tem filmagem horrorosas! Mais de 20 presos. Foi um protesto à noite em um terminal de Goiânia que fica numa região muito movimentada. Os comércios ainda estavam fechando, foi no começo da noite, e teve muita repressão.

O protesto seguiu apesar da repressão e acabou dentro da Faculdade de direito da Universidade Federal do Goiás. As então cerca de 200 manifestantes foram cercadas pela cavalaria policial. As detidas tiveram seus pés amarrados, “um cara no cavalo com umas

dez pessoas enfileiradas, presas com corda, sabe?”. Agressões, abusos sexuais. As lembranças são de um cenário de guerra, me contam minhas companheiras.

Contra a ousadia e a petulância, a Polícia goiana reencenou o Monumento aos Bandeirantes, aquele mesmo, onde ocorreu o primeiro protesto daquela travessia, mas que também representa o rechaço à toda resistência, muito mais antiga. Se é verdade que a Polícia performa sempre a colonização, ali ela o fez de forma ainda mais mimética: cavalos, pessoas amarradas, violência sexual, como quem anuncia que qualquer confrontamento resultará no mesmo (pretenso) destino das estórias anteriores.

Uma repressão de raízes antigas e, por vezes, aparentemente invisíveis – é bom lembrar: em 2013, a letalidade da polícia goiana, altíssima, estava entre as menos transparentes do Brasil, de acordo com relatório publicado pelo Fórum Nacional de Segurança Pública naquele ano (COSTA et al., 2013). Como não aparecer nos dados não significa não aparecer no cotidiano, as reações às violências cotidianas exacerbadas contra a manifestação parecem também despertar solidariedade:

— Vários ônibus foram queimados dentro da universidade, no outro campus, mais afastado. Foi um negócio que teve uma combatividade grande no quarto [protesto] né? Uma repressão muito grande, mas tinha um apoio da população muito grande. Foi um negócio que foi sendo construído e ganhando proporções.

Mas além, muito além dos ônibus quebrados e dos apoios marcados como “apoio da população”, essa massa amorfa com quem os laços se estabelecem pela distância, outras relações aparecem como aquilo que não se esquece:

— Eu acho muito curioso esse dia porque quem me deu água para tampar meu rosto foi um aluno da escola que eu trabalhava quando o Tarifa Zero foi fazer trabalho de base. Eu não dava mais aula para ele e eu fiquei emocionada. Ele tava no protesto. Ele surgiu assim, dentro dessa vendinha que ele se escondeu também durante a correria, e me deu uma garrafinha de água e falou: “toma professora”.

MULTIPLICIDADE NA LUTA, TÁTICAS VARIADAS:

Criatividade, ousadia, petulância. Inclusive para articular ferramentas aparentemente contraditórias entre si. Em Goiânia, o caldo de 2013 foi cozinhado com temperos diversos.

— Acho que teve algo muito central ali, diferente de várias outras lutas, que foi a disposição de uma diversidade de táticas. Tanto no nível institucional, de ir, em audiência pública, acionar o Procon e uma negociação no Ministério Público. Mas também de um confrontamento mais direto, de ônibus quebrado, ônibus queimado... E também de arte, né?

Se podemos ver os ônibus queimados como instalação artística, minhas companheiras ressaltam ainda outros aspectos. Havia uma “mobilização estética”: panfletos feitos à mão. Depois de uma forte repressão, surgia um teatro da Tropa Rosa Choque.⁴⁰ Enfrentamento direto, uso tático da institucionalidade, teatro. E solidariedade: varar a noite na delegacia, até que quem tinha sido detido fosse solto. Levantar fianças para desconhecidos. Outras imagens de possível.

— Acho importante citar isso porque as vezes, no nosso campo [autônomo], fica o fetiche da combatividade, e não foi meramente isso o estopim da revolta. Foi ela também, sem dúvida. Mas foi um cenário de uma solidariedade, de uma disciplina, de uma organização, diversidade de tática, que deixou o movimento muito vivo, pelo menos aqui em Goiânia.”

O aumento foi suspenso. Nos primeiros dias de junho. (Sonho Real?)

O SHOW DOS PODEROSOS:

O quinto protesto de Goiânia, já com aumento suspenso, aconteceu no dia 6 de junho. Era também o primeiro ato em São Paulo e, o que aconteceu depois nacionalmente não deixa que nenhuma de nós escape dessa comparação. Ali, com o aumento das passagens derrubado, a ideia era tentar ir mais além. A chance estava posta, quem sabe, para sair dos trinta centavos para a Tarifa Zero, da Tarifa Zero para a vida sem catracas?

Em uma conclusão bastante óbvia para quem olha tudo do retrovisor, essa chance não era tão fácil de alcançar. O que minhas companheiras contam, aliás, é que, a partir daí, já não havia óbvio: “eu já não tava entendendo mais nada.” Dali em diante, as reuniões começaram a ser amplíssimas - “a gente fazia com 20 pessoas, 30 pessoas do

⁴⁰ O Clown Army, ou Exército de Palhaços é uma tática de manifestações que visa brincar com as forças policiais a partir de um agrupamento de palhaços.

movimento, de repente explodiu. Tipo assim, tinha 80 pessoas na reunião”⁴¹. E, entre esse protesto pós-vitória contra o aumento e o seguinte, a sensação de derrota só se expandiu.

— Aí quando começaram as manifestações em São Paulo, eu falo isso, foi quando começou a nossa derrota. Era uma coisa assim que a gente não conseguia entender. Foi ganhando proporções muito grandes e a gente tava muito feliz. A gente não conseguia mais nada, sabe? E aí a gente marcou o sexto protesto pro dia 20 de junho. E entre esse intervalo do quinto pro sexto protesto foi quando o negócio explodiu nacionalmente, né? Quando foi para além disso é quando o movimento foi domesticado, né?

Junto com a sensação de domesticação havia já um contexto grande de repressão. O medo começa a aparecer como uma marca nas estórias de minhas companheiras. A repressão marca com murros, cordas, presos, símbolos. E a domesticação vem com imagens estranhas das manifestações que, de repente, você organizou, mas não se sente mais parte. Pessoas que sempre questionaram a ideia de atuação política passam a estar contigo. Imagens que sempre te questionaram passam a te propagandear:

— Eu lembro que minha irmã tava muito preocupada comigo. Minha mãe brigando muito por eu ir nos protestos, e nesse dia minha irmã me ligou: onde você tá? Porque eu tô indo. As escolas foram liberadas para fazer oficina de cartazes para as crianças participarem. Foi o pior dia, exatamente dia 20 de junho.

A explosão nacional, para o contexto de Goiânia, foi mais a articulação dos poderosos lidando com os protestos do que a articulação entre lutadores/as. As ações tomadas pela Polícia de São Paulo passaram a ser imitadas pela Polícia de Goiânia: a mesma polícia que havia amarrado manifestantes semanas atrás agora os buscava para negociar trajetos, reconhecendo estranhamente a Frente de Lutas como ator político válido. Chegou a haver uma reunião entre manifestantes e secretário de segurança pública, finalizada com um conselho do comandante do corpo de bombeiros: “vocês peguem meu número, bebam água, falem pro povo usar filtro solar... Se precisar de alguma coisa podem me ligar’.”

O espetáculo para quem pretendia ver da vitória contra o aumento das passagens uma possibilidade de avançar na luta foi na verdade um show de horrores. A Polícia Militar distribuía rosas brancas, cartazes contra o aborto se multiplicavam, uma sorveteria local oferecia 20% de desconto para quem ia para as manifestações em homenagem aos

⁴¹ Um parâmetro de crescimento que chama atenção, se considerarmos as estórias de Porto Alegre e suas assembleias em mini-estádios.

20 centavos que sequer se aplicavam à realidade local... Uma faixa grande dizia: ‘a polícia é a favor da manifestação pacífica’, enquanto a banda da PM tocava:

“Prepara
Que agora
É a hora
Do show das poderosas”

— Foram muitos atos em um. Mas predominantemente foi o ato da mídia. Foi tipo 80 mil pessoas. A gente saiu de atos de 500, mil pessoas, para um ato convocado pela mídia de 80 mil pessoas.

— A gente tava no começo da nossa derrota em Goiânia.

Talvez seja difícil passar para o papel a perplexidade das minhas companheiras com a situação. Fica evidente aqui que o que elas estavam vivendo era o processo de alienação em ato: a separação da trabalhadora do fruto do seu trabalho, a partir da espetacularização da luta. As manifestações que elas haviam tão organicamente construído estava se transformando em uma mercadoria, vendida com 20% de desconto e com brinde de rosas brancas e banda da PM.

— A gente viveu um movimento em maio muito grande. A gente ficou muito feliz quando a gente viu tudo explodir nacionalmente, mas a gente não conseguia mais conversar entre a gente, analisar a situação... Foi tudo muito rápido, muito maluco. Eu lembro que na reunião entre o quinto e o sexto protesto depois que São Paulo tinha começado, alguém falou que tinha ocupado o Congresso, aquela imagem do congresso. E eu lembro que a gente ficou em êxtase. A gente ‘nossa, o que está acontecendo?’. A gente tinha uma esperança muito maluca nas coisas, e quando começou a explodir tudo a gente pensava realmente agora vai ter tarifa zero. Mas aí foi tudo ladeira abaixo assim. Eu lembro que eu encontrava as pessoas da frente de luta e tava todo mundo meio assim... A gente não sabia o que fazer. Não sabia mais o que fazer, sabe? Tinha muita gente na rua. E o que eu mais tenho de memória foi que esse dia, para mim, a gente tinha perdido. Tinha perdido tudo.

OPERAÇÃO 2,80

A vida havia sido esse processo de luta, e a vida havia sido sequestrada. O coletivo Tarifa Zero se organizou como pode para dar conta desse processo, “para além de fazer atos específicos”. Outras jornadas de lutas contra o aumento aconteceram, a frente de Lutas também seguiu existindo. “Eu não parei. A gente não parou. Isso foi minha vida durante muitos meses, eu vivi muito isso.” A Copa do mundo veio e, como em Porto Alegre, também se imbuiu de capturar o espaço urbano – houve em Goiânia também resistência, lutas combinadas, cruzadas. E, claro, veio também a repressão.

— A gente teve três companheiros nossos presos e isso foi muito forte, muito impactante, acho que na memória de todo mundo. Na vivência de todo mundo. Foi muito difícil lidar com isso por quê foram pessoas que foram presas em casa, com mandado de prisão.

Já em 2014, diante de um novo aumento de passagem que dessa vez levaria a tarifa a R\$ 2,80, a polícia se coordenou melhor com os empresários. A mando da recém-criada Delegacia Especializada em Crime Nacional, surgiu a “Operação 2,80.”

— A operação se chamava 2,80, porque a gente estava protestando contra o aumento da passagem que ia para 2,80. Em 2014 a gente começou a ir para as ruas de novo, mas não era mais a mesma coisa. Aí rolaram essas prisões e eu lembro que no dia foi uma pressão psicológica muito grande, porque o secretário de segurança pública falava que mais pessoas iam ser presas ao longo do dia. Nossos companheiros foram presos em casa e ficaram seis dias na CPP [Centro de Progressão Penitenciária], e todo mundo que participava ativamente da frente saiu de casa... Os advogados começaram orientar a gente atrás de casa para não ser pego na hora. Foi um trem muito maluco. Foi muito forte para gente depois que essas pessoas foram presas. A gente misturou o medo com revolta...

Junto com as prisões, casos estranhos passaram a ser cotidianos, como carros arrombados e revirados sem nenhum item de valor retirado. O medo foi se tornando uma presença cotidiana. Uma sensação de que, como dizem minhas companheiras, “ser sufocado e de diversos modos.”

Outros respiros vieram depois, como quando as escolas goianas começaram a ser ocupadas por estudantes secundaristas contra a privatização via Organizações Sociais e a militarização e, de novo, minhas companheiras estavam lá. Outras violências também vieram depois, quando um amigo foi morto por seu pai conservador por estar ocupando uma escola em 2016. (E, de novo, minhas companheiras estavam lá).

“A HISTÓRIA NÃO SE FAZ DE PRAÇAS CHEIAS”

O Tarifa Zero Goiânia acabou e ninguém sabe me dizer exatamente por quê. Brigas internas, tensões externas, “uma pessoa foi saindo, outra pessoa foi saindo, a gente foi ficando poucas pessoas”... Nunca sequer foi “um fim completo”. “Foi morrendo aos poucos”.

As memórias das minhas companheiras refletem a densidade de processos como esses – de se organizar coletivamente, de viver junto, de construir uma barricada:

— Quando eu olho foi uma experiência grande, boa, frustrante. Todos os adjetivos juntos. Foi muito vivo. Foi uma época muito viva. Fazia sentido. Na época fazia muito sentido tudo que a gente tava fazendo: as reuniões, os atos, os protestos, as discussões. Acabava que também os grupos de amigos também eram da militância, minha sociabilidade girou muito em torno disso esses anos, sabe? E aí depois foi só um sentimento que aí a gente foi vendo tudo degringolar tão feio, mas tão feio...

— A gente tava cheio de possibilidade; de repente todas essas possibilidades foram sendo sufocadas dos mais diversos jeitos. A gente sentia vitorioso por que conseguiu barrar o aumento e de repente hoje a passagem tá super cara, a gente não consegue mais se organizar coletivamente para pensar nenhuma luta contra qualquer aumento. Aí eu penso “era outra época”.

Era uma outra época?

SALVADOR

Figura 9 - A Revolta do Buzú



Fonte: Passa Palavra

Vieram de Salvador as imagens que, entre meus 16, 17 anos, fizeram meus olhos brilharem. Imagens de ruas cheias de gente, boa parte estudantes secundaristas, reivindicando o passe-livre estudantil e suspensão do aumento da passagem. Imagens de assembleias e mais assembleias, discussões intermináveis, assim como da também interminável disposição de seguir ocupando o asfalto. Imagens de estudantes recusando a burocratização das entidades estudantis que, a sua vez, tentavam negociar por cima uma resolução para as manifestações, apenas para serem solenemente ignoradas por “suas bases”.

Tudo nesse acontecimento que tomou as ruas de Salvador em 2003 e ficou conhecido como “A Revolta do Buzú” tem a ver com o MPL. Ou, melhor dito, o MPL tem tudo a ver com a Revolta do Buzú – da forma de se manifestar à recusa das estruturas burocráticas da esquerda tradicional. A Revolta do Buzú é nosso mito fundador. E esse mito foi escrito à muitas mãos, no site do Centro de Mídia Independente. Nas estórias de meus companheiros, as memórias de 2003 se embaralham com as de 2013. A Revolta do Buzú estava em sua pele e memória, talvez mais que os dias mais recentes de 2013. Além da coincidência quase mística entre os dois acontecimentos – exatamente 10 anos de intervalo – uma estória puxava a outra, um ano se vive através do outro.

“O foco é mais sobre o impacto dessas mobilizações na minha formação e trajetória ou você vai fazer uma análise mais, assim, despersonalizada, se é que isso é

possível para uma antropóloga?” me pergunta Daniel Caribé, nos primeiros momentos da nossa conversa. Caribé é um companheiro de Salvador, também nos seus trinta e poucos anos, negro, formado em administração pública e doutor em arquitetura e urbanismo.

Sua história, ele me conta, “é muito vinculada ao PT”. Embora nunca tenha sido filiado ao partido, Caribé é filho de pai e mãe petistas – o pai dos cargos mais altos do partido, a mãe militante de base da educação – “dois tipos ideais do petismo”. Caribé foi do Movimento Passe Livre até 2015, quando se afastou por motivos que entremearam a nossa prosa. Não fomos amigos enquanto participávamos do mesmo movimento. Talvez tenhamos até chegado a alimentar alguma antipatia. Sem dúvida, tivemos várias divergências.

Mesmo assim, Caribé se disponibilizou a conversar por duas horas comigo, virtualmente, enquanto vivíamos o auge da pandemia, em 2021. Compartilhou comigo suas estórias, suas mágoas, suas alegrias, sobre 2013/2003, sobre seu percurso de militância no MPL- Salvador. Foi uma conversa de uma sinceridade diferente, justamente porque não apenas não éramos próximos, como também tínhamos tido as nossas rusgas. Rusgas ao mesmo tempo importantes e irrelevantes, rusgas que, por outro lado, tornaram nosso diálogo possível. Ao terminarmos a entrevista, Caribé me disse: “Muito bom fazer essa terapia! Eu nunca escrevi sobre 2013. Escrevi de forma sociológica, tá lá na minha tese. Mas eu nunca fiz o que eu fiz hoje, me implicando no processo. É a primeira vez.”

O processo de saída de Caribé do coletivo de Salvador não foi fácil, como também ficará evidente nas páginas que se seguem. Mesmo assim, Caribé atribui ao movimento as escolhas que fez nos anos seguintes: “meu doutorado eu dedico ao MPL. Ele é culpado e eu agradeço. Porque eu jamais teria voltado à universidade, se não fosse 2013. Jamais teria feito doutorado... pra quê? E agora eu tenho essa tese, sobre a tarifa zero.”

Meu outro companheiro a compartilhar suas estórias é Manolo, também um homem, negro, soteropolitano, então na faixa dos 40 anos. Como me disse Caribé, Manolo é um “arquivo humano”: lembra de todos os fatos, todas as referências, tudo. Nos primeiros minutos da nossa conversa de quase três horas, Manolo me interrompeu ainda no meu preâmbulo, enquanto eu o dizia que não tinha a intenção ou a pretensão de explicar 2013, mas de...

— Olha, cada explicação que aparece, ela vem de um lugar diferente, conta uma história diferente e essas histórias, geralmente, não convergem. Isso é que é o mais interessante. Todos os livros e materiais que eu já li sobre o assunto, tem essa mesma

característica: vem do mesmo lugar, ou seja, da análise do que aconteceu em 2013, mas, pelo lugar que ocupa quem tá pesquisando – e, no final das contas, narrando – são histórias diferentes. E eu acho que ainda tem uma outra coisa: todas as pesquisas estão sendo feitas em grandes cidades. E, na época, só na Bahia – tô puxando aqui de memória – circulava essas coisas de Facebook, listas onde ia ter protesto, só aqui houve protestos em pelo menos uns 100 municípios. Eu soube de notícias de protestos que aconteceram mais no interior ainda, em outros estados... Um caso clássico: uma cidade de Rondônia, que tem em torno de 20 mil habitantes, teve protestos que deu em torno de 17 mil pessoas na rua! Todo mundo, todas as pessoas!

A mistura desse tipo de informação – os números de manifestante de uma cidade no interior de Rondônia, evocados como “um caso clássico” – com uma consideração epistemológica, representa bem o que é conversar com Manolo. E Manolo não “arquiva” as coisas porque estudou sobre elas, distante. Sabe por estar diretamente envolvido, como ele me diz: “Eu vou meio que misturar narrativa pessoal com leitura de fato histórico. Então vai sair uma coisa... Meio geral, meio particular, e vai embolando, e nesse ritmo a gente leva.”.

Manolo é um dos fundadores do Coletivo do Centro de Mídia Independente de Salvador, sendo um dos responsáveis pelos inúmeros relatos em tempo real sobre a Revolta do Buzú que saíram na página do CMI e que, a sua vez, impulsionaram a existência do MPL nos anos seguintes. Sua militância se relaciona diretamente ao movimento antiglobalização e a essa geração, à sua forma, imediatamente “anterior” ao MPL.

Assim, parafraseando Caribé, as estórias que ouvi de Salvador me parecem contrapor “tipos ideais” do MPL, em vários sentidos.

Em primeiro lugar, os perfis dos meus dois companheiros: um vindo da área de influência do PT, incomodado com a burocratização do partido; outro cujo trajetória se fez conectada a movimentos contraculturais, aos dias de Ação Global, de influência mais anarquista. Foi esse tipo particular de mistura, desses dois “tipos ideias” de militantes, que fez o movimento ser possível.

Em segundo, os próprios acontecimentos evocados nas estórias – 2003 e 2013 – são também tipos ideais do nosso imaginário. Um, o mito fundador; o outro, a consolidação de nossas estratégias, o momento em que o país inteiro passou a nos conhecer. A forma como os dois eventos se cruzam constantemente nessas estórias

também faz com que pareçamos estar evocando todos os “grandes dilemas” do movimento – e, aqui, de novo, com duas posições muito bem definidas, as próprias opiniões de meus companheiros também sendo posições típicas de um debate não superado.

2003

Caribé não estava em Salvador quando viu explodir a Revolta do Buzú. Aquela revolta que ele via, distante, tomar conta das ruas de Salvador parecia responder a seus próprios anseios. Ele estava à época no fim da faculdade e o primeiro governo Lula tinha apenas seis meses – “eu já estava um processo muito crítico em relação ao Lula. Imagina ser crítico do governo Lula em 2003? Era ultra esquerdista!”. Mas era também, resultado dessa “dualidade”: acompanhar processos de alto escalão muito de perto; reconhecer a trajetória de base do PT.

Ao ver as imagens do que acontecia em sua cidade – “uma cidade inteira em convulsão” - ele não titubeia:

— Quero participar disso, velho! Eu tenho que participar disso. É uma revolta, finalmente vou participar de uma revolta!

Para voltar, toma um ônibus, um ferry boat, atravessa uma ilha, chega de volta ao continente. Tentando se juntar aos protestos, se dá conta: não tem ônibus na cidade. A saída é pular de buzú em buzú: o ônibus dava a partida, andava um pouquinho, apenas para ser parado por manifestantes, que faziam todos os passageiros descerem. Um dia inteiro saltando de ônibus em ônibus, “pulando de barricada em barricada”. Aquela era a cidade convulsionada com a qual ele sonhava.

Não havia universidade participando daquele processo. “E, ao mesmo tempo, não dava para chegar na universidade”. Caribé então decide se juntar aos protestos perto de casa, em uma escola pública que havia virado barricada. Eram pessoas completamente desconhecidas: professores, estudantes muito mais novos que ele. E havia uma profusão de assembleias, nas quais Caribé tentava encontrar seu lugar.

— Eu fiquei realmente deslumbrado com aquilo, né? Pela potência daquelas mobilizações, por aquele processo rápido de formação política de jovens, né? De crianças, praticamente!

Manolo nos conta que era julho, e já se sabia que haveria aumento de passagem. UBES e UNE se dirigiram a Salvador e começaram a querer puxar manifestações, aproveitando que vinham de um acampamento em Brasília. Era coisa pequena, de 50, 60 pessoas, sem fechar a rua, nada do gênero.

Foi só no final de julho que tudo estourou. Aquela manifestação tomou um rumo diferente dos habituais. Ao invés de seguirem rumo à Praça Municipal, “no mesmo circuito do carnaval”, o ato tomou outra direção:

— O percurso era sempre esse, em todos os anos 90 nunca tinha acontecido diferente. Chega na Praça, faz uma fala final no carro de som: “chegamos até aqui, isso é uma vitória, blá, blá, blá” e vamos encerrar o ato e ali dispersa. Em 2003, depois de uns 10 anos aproximadamente, o ato veio até a Praça Municipal, alguém olhou para um lado, olhou para o outro e gritou: ‘Bora ocupar a prefeitura’. Bora!

Ninguém sabia exatamente onde era a Prefeitura e quem acabou ocupada foi a Câmara de Vereadores. “Entraram lá, botaram bandeira da anarquia... Enfim, foi um negócio da hora — da hora no sentido tanto de que foi muito bom, como no sentido de que foi ali, daquele momento.”

A partir de então, as coisas mudam de figura. Ônibus incendiados, outras formas de manifestar. As lideranças no carro de som enfrentam situações inesperadas. Manolo se lembra do que chama de cena mais clássica de sua vida, algo que contará para os netos. Enquanto um conhecido militante do movimento estudantil fazia o cotidiano “karatê de microfone” - quando cada palavra do discurso é seguida de um movimento das mãos que parece querer quebrar um tijolo – uma figura do CEFET⁴² aparece no carro de som e, de repente, se afasta... até que volta com algo nas mãos. Lentamente, abre sua mochila. Ninguém sabe ao certo o que ele carrega, seria uma bombinha? Seria cachaça? Em um súbito movimento, um líquido misterioso é despejado na cabeça daquele que discursava.

— Dois litros de mijo. Essa cena fica gravada até hoje. A concretização daquela coisa da crítica das bases às direções. Quer crítica melhor do que tomar 2 litros de mijo na cabeça?

Caribé lembra que era também naquela época que o Centro de Mídia Independente estava surgindo. Uma “Era Digital”, por ele totalmente desconhecida, mas bem usada por

⁴² Centro Federal de Educação Tecnológica. A referência ao tipo de escola frequentada aqui sugere também uma diferença de classe social, afirmada em outro momento da entrevista.

Manolo. Ainda sem entender o que exatamente poderia vir dali, ele escrevia relatos do que vivia nas ruas.

O ano, é bom lembrar, era 2003. E a cidade era Salvador. Por ali, no coletivo do CMI, não havia câmeras digitais e laptops. Havia um monte de “anarcopunks, todo mundo lascado”. A *era digital* era feita de uma mistura peculiar de notas em papeis, fanzines xerocados, computadores emprestados. (E orelhões).

Manolo tinha acesso aos computadores da faculdade onde estudava e as deliberações do coletivo do CMI local eram registradas lá.

— Como é que um coletivo desse faz alguma cobertura? Só tem um jeito. Primeiro, espalha todo mundo por todos os lados da cidade. Segundo: eu literalmente ocupei o centro acadêmico, fiquei dormindo lá porque lá tinha um telefone. Então as pessoas ligavam de orelhão para lá para o centro acadêmico, eu tomava a nota de tudo que tava acontecendo na rua, fazia um relato e botava no CMI. Todo dia, toda hora, todo dia, toda hora.

Essa junção de analógico e digital ultrapassou o espaço possível do site do CMI. Já não tinha espaço para tanto relato nos editoriais⁴³ da página.

Foram esses relatos, cheios de links e detalhes, feitos com a contribuição essencial dos *anarcopunk lascados*, dos orelhões de Salvador e informações coletadas em incursões dos arquivos dos jornais locais, que nos colocaram a par do que acontecia na cidade. Dez anos antes das “transmissões ao vivo” no *Facebook* aparecerem como novidade, inclusive, na mídia tradicional. Para quem, como eu e meus/as companheiros/as, mergulhou nesse processo mais ou menos desde essa época, essa talvez seja uma das grandes agonias sobre as interpretações de 2013: muita coisa anunciada como inédita já estava sendo vivida e gestada há cerca de uma década (de outra forma).

— 2003 muda completamente a forma como eu via o mundo, como eu faço e como eu fazia militância. 2003 me apresentou para esse processo de lutas radicais pela base, me deu uma crença no poder popular, isso que importa. Rompi de vez com aquela concepção elitista, de que tinha que ter uma elite iluminada para guiar as pessoas e passei a acreditar nas pessoas, né?

⁴³ A coluna editorial do Centro de Mídia Independente era produzida pelos integrantes do coletivo e passava por uma aprovação de toda a rede de coletivos do país. Nela estavam os principais destaques da página web.

PRIMEIRA ONDA:

Para Caribé, entre 2003 e 2013, o que houve foi experimentação. Tempos de petismo no poder. Seu afastamento de uma esquerda ortodoxa, tradicional, burocratizada. E uma profusão infinita de coletivos. “A febre dos coletivos”.

Não é que essa febre importasse qualquer coisa para os partidos. Eles estavam no poder, tinham governadores, ministérios. Mas estar fora do radar trazia outras possibilidades: era possível experimentar. Ser “irresponsável”, inventar.

Caribé não me conta o que inventou, mas lembra que essa onda talvez tenha durado até 2008 – não apenas em Salvador, mas também entre os demais MPL. Daí em diante, coletivos do movimento passam a se dissolver, a minguar. Em Salvador, é como se a febre passasse. O MPL em sua cidade e em sua perspectiva, voltava a existir quando outra vez o aumento tarifário se anunciasse.

— E era sempre muito difícil de fazer qualquer tipo de confrontamento, porque a esquerda partidária era muito forte, muito arrogante, completamente autoritária, passava o trator na gente. A gente construía a luta, eles desacreditavam, mas quando a luta ganhava qualquer tipo fôlego, eles chegavam e tomavam, com 10 coletivos estudantis, dinheiro de partido político, de parlamentares.

Para ele, a profusão de coletivos, ainda que minguada, promovia uma circulação permanente e uma criação constante de camaradagem, companheirismo, cumplicidade. Não é pouca coisa, mas não parecia dar conta, para ele, de confrontar a esquerda partidária. Nessa cumplicidade, havia também uma separação brusca, “um preciosismo, um purismo na gente”.

— Eles vinham e ocupavam o espaço, criavam fóruns, colocavam assessores, dinheiro e tal e aí eles tomavam conta, né? A gente tentava puxar uma radicalidade, mas aí a prefeitura tirava uma comissão, eles entravam e acabou. A gente provocava e perdia o processo. E a galera anarquista, de certa forma, ficava satisfeita com isso: “olha lá, como eles são!”. E isso me incomodava muito: “Caralho, a gente vai perder sempre pra esses caras?”.

2013

Para Caribé, aquele monte de coletivos já não funcionava quando chegou 2013. E 2013 chegou, de fora. Quando ele escuta os relatos de São Paulo, o impulso é parecido

com o de 10 anos antes: “vou pra lá, vou acompanhar meus camaradas”. Até que, em Salvador, também começam a surgir outras coisas. Partidos políticos começavam a se apropriar, a se movimentar como podiam. “Porque era muito grande, era muito potente, e aí, só adiantando o processo, chegou um momento que tinham quatro coletivos do MPL Salvador.”

Manolo, por sua vez, pondera. Quantas derrotas contra aumentos de passagem haviam ocorrido ao longo desses anos? Quanto tempo, reuniões, planos e conspirações haviam se esvaído no ar? Quanto tempo, afinal de contas?

— A maior parte das pessoas do coletivo aqui de Salvador, tinha um perfil de trabalhadores jovens ou filhos de classe trabalhadora, o que era muito diferenciado de outros coletivos [do MPL], que só vieram adotar esse perfil bem mais tarde. Desde o começo aqui sempre foi desse jeito e, claro, quando a família tá vendo que o jovem tá indo fazer outra coisa, começa a vim a pressão.

As condições materiais da existência, adicionadas dos conflitos internos, pareciam haver detonado a possibilidade de coletivo, ainda em 2008.

Mas os atos em São Paulo crescem e atos começam a ser puxados em Salvador, em solidariedade aos acontecimentos da cidade sudestina. Um dia, o vinagre é proibido em São Paulo⁴⁴. A virada paulista incentivou a retomada de contatos: “E aí, cara? Vai fazer o quê? Não sei o quê. Cadê fulaninho?”. Enquanto os ex-MPL discutiam, um poeta chamou uma manifestação. “Puta que o pariu, bicho! Quer dizer: a gente não fez nada, e a coisa chegou ao ponto que já tá surgindo solidariedade a uma coisa que a gente fazia parte!”.

Provocados pelo ato do poeta, Manolo conta que os “macaco velho” começam a pensar o que fazer. E depois começam a se encontrar. E daí voltam a pensar o que fazer.

Para Manolo, aquela manifestação de 2013 em Salvador guardava muitas diferenças com as memórias de 2003. A primeira, coletiva: aquela estrutura, seja do Centro de Mídia Independente, existente em 2003, seja do MPL, a ser criada nos anos seguintes, estava esfacelada, por razões diversas. Mas, além disso, também pelo seu momento de vida: ele ainda era estudante de direito 10 anos antes. Em 2013, era um advogado. Com carteira da OAB.

⁴⁴ Mais detalhes sobre essa proibição serão retomados nos relatos de São Paulo.

— No começo dos atos, eu e outros estávamos pensando em articular um apoio jurídico. Porque vai ter gente presa, e aí? Enquanto a gente conversava, a gente recebe um panfletinho, bem pequeno, que tinha meu telefone e mais de umas sete ou oito pessoas.... Como assim? Não, espera! Que que é isso? E a gente descobre que, um outro companheiro nosso, também advogado, não esperou esse negócio de discussão não. Ele meteu o telefone de todo mundo, imprimiu, cortou na guilhotina e saiu distribuindo por toda Salvador.

Manolo passou de militante à advogado militante. “E isso dá uma outra perspectiva para o negócio”. As prisões arbitrárias começam a se multiplicar e, com seu número distribuído em tudo que é canto, Manolo vira advogado de milhares de detidos. Os casos absurdos se proliferam, entre os quais ele compartilha um exemplo: um maior de idade sendo preso por aliciamento de menores apenas por estarem no mesmo camburão. O maior de idade, ele lembra, morava num bairro popular de Salvador. Saía cedo do trabalho, “dava um ninja” para poder estar nas manifestações e depois ele ia para faculdade. Com o recrudescimento, foi preso.

— Todo endividado por causa do FIES, morando de favor com a mãe, trabalhando de dia, de vendedor no comércio. Chorava: “E agora, o que que eu vou fazer? E minha mãe? Essa fiança é muito alta!” A fiança naquele momento que a delegada tava cobrando era um suborno, sem encaminhamento para o juiz” A gente decidiu pagar, foda-se. Independentemente de quem fosse, a gente estava ali para isso.

A GEOGRAFIA DOS ATOS:

Manolo lembrava que os atos só tinham um percurso em 2003, até que alguém virou para um lado e resolveu fazer diferente. Em 2013, os atos começaram a seguir os ritmos de cidades longínquas – São Paulo, Rio de Janeiro – mas nas geografias políticas de Salvador.

Caribé me conta que há dois lugares históricos de ato em Salvador. Um perto do centro da cidade, em Campo Grande. Outro perto do Shopping Center Iguatemi, o novo centro da cidade – formulado para o automóvel, ruas largas, pensado para o carro. Os atos de 2013 revezavam entre esses dois espaços, de acordo com Caribé, para fazer espalhar as forças na cidade.

Por um lado, os atos no Iguatemi pareciam ter mais impacto na economia de Salvador: parava cidade, tinha uma visibilidade. Por outro lado, ali “a influência da classe média” era maior. “Virava a galera da bandeira do Brasil cantando hino nacional... Eu lembro que chegou a rolar uma tentativa de linchamento de um pichador. A gente quebrou o pau com os caras. Eram tensas as manifestações”.

Não tinha pauta de aumento de tarifa na cidade. Também não tinha um grande processo de remoções de moradia promovido pela Copa do Mundo, como em outras. A angústia de meus companheiros (dos dois) era pensar como “dar uma pauta concreta aos atos. No Iguatemi, “a classe média se sente muito dona do território”.

Mas as disputas não eram só com a classe média do Iguatemi. Manolo pensa que há muitas diferenças geracionais que explicam o que está posto naquele momento, coisas que também se plasmavam na cidade, na forma de pensar manifestação, com quem se pensava em juntar:

— Na minha leitura, a chave para todo esse período é: você tem uma classe trabalhadora cada vez mais jovem, cada vez com maior escolaridade, tem mais acesso à informação, tem mais acesso a meios culturais diversos, teatro, cinema, saraus... E, por isso, quer ter serviços públicos e outras coisas de melhor qualidade. Quer melhorar a qualidade da pavimentação do seu bairro, quer melhorar a qualidade da iluminação do seu bairro, quer que a polícia pare de matar, quer acabar com a corrupção, quer tudo isso. Mas, diferentemente do que tinha sido uma geração anterior, digamos, a geração de mim para cima, essa geração não tinha passado pelo que foram os anos 90. Não tinha passado por aquele período de neoliberalismo, não tinha passado pela construção de cotas nas universidades públicas, construção de políticas de reformar agrária, construção de políticas de reforma urbana. Não tinha passado por isso. Já tinha recebido o que a gente lutou para fazer, sem ter participado da luta. Não tiveram a experiência política que a gente teve. Por mais treta que tenha acontecido, ter estado junto na luta cria um certo respeito mútuo.

MPL®

Se a tentativa era fazer com que os atos mantivessem a pauta no transporte, meus companheiros que haviam feito parte do MPL até seu último desmantelamento em 2008 se depararam com outro fenômeno. De repente, uma série de organizações começam a

surgir na cidade, com o nome de... MPL. Um grupo do Partido dos Trabalhadores organizou seu próprio MPL, com presidente e tudo. Um outro grupo conectado com o Levante Popular da Juventude também disse que iam ser o MPL da cidade. Um coletivo anarquista construiu o “MPL de luta”... uma profusão de movimentos passe livre, nenhum deles conectados à história, ao processo ou aos princípios que vinham sendo construídos desde 2004.

Para Manolo, não havia qualquer sentido que aquele grupo, que de fato tinha tocado o movimento até sua dispersão, reivindicasse para si a sigla. O contexto era outro, não tinha porque “tirar onda de MPL”. Para ele, e para outros, não parecia honesto se apropriar do nome de um movimento que ninguém mais de fato articulado, apenas para aproveitar o momento de legitimidade conquistado pela luta de outra cidade.

Já para Caribé, a ideia de que tantos grupos desconectados queriam ser MPL menos aqueles que teriam o direito de fazê-lo é lembrado com indignação. Uma espécie de síntese de todos os incômodos que ele sentia no coletivo, mas além de tudo uma síntese que aparecia em um momento em que o tempo corria muito rápido, em que as decisões deveriam ser enfáticas e certeiras. Não havia tempo para perder com “purismos” – o Movimento Passe livre tinha um espaço de legitimidade alcançado, “e era incrível. As pessoas abriam espaço, tiravam as bandeiras dos partidos da frente e colocavam a nossa faixa”.

— A gente tem que entrar, disputar e vencer. Não dá para perder esse processo, a gente tem que vencer, a gente tem que conduzir, a gente tem que dirigir essas mobilizações e tem que dirigir isso nacionalmente. Porque esse processo precisa ter uma vanguarda.

Para Caribé, o MPL tinha que ser grande e um só. Que viessem os que quisessem para dentro do movimento, mas que fosse um só.

Nada mais distante da percepção de Manolo, para quem não fazia sentido perder energia disputando o nome. Manolo achava que era o caso de deixar para lá a marca registrada do movimento, e, com outros propõe que eles se articulassesem sob o nome de Coletivo Tarifa Zero. “Então a gente deixou o nome – “Quer ficar com ele? Fica.”

2 DE JULHO

Entre os dilemas internos do movimento, atos constantes em geografias diversas da cidade, MPLs de todos os tipos... Uma manifestação é lembrada com especial carinho

pelos meus companheiros. Era já 2 de julho – dia da Independência da Bahia. Um dia já anualmente marcado pela revolta: quando a polícia é xingada, o prefeito recebe sacos de urina e o governador leva ovadas. Junto com a mudança do Garcia, no carnaval, quando a tônica da festa é também de protesto, o dia 2 de julho “É uma festa cívica, mas anárquica de Salvador”.

2 de julho se celebra partindo em marcha de um bairro popular de Salvador e chegando no Pelourinho. Passa por ruas estreitas, onde duas mil pessoas parecem um mar de gente. Se organiza em blocos temáticos, bloco dos professores, bloco da saúde, bloco dos petistas – algo como as alas de um desfile de escola de samba. A depender da conjuntura política, um ou outro bloco ganha mais destaque. Em 2013, o maior bloco era o da Tarifa Zero.

— A gente passava pela rua assim e as pessoas nos celebravam. Parecia uma coisa religiosa: queriam pegar na faixa, segurar a faixa, estar perto da faixa. Era muito louco! A faixa tinha vida própria! As pessoas aderiram ao ato, foi muito bonito. Foi muito bonito mesmo esse ato do 2 de julho.

Junto com as pessoas, a polícia, que cercou meus companheiros e companheiras o ato inteiro – uma média de dois policiais para cada integrante do coletivo, ou pessoas mais próximas a ele. “Devia ter 200 pessoas nossas, e 500 policiais.”

— Mas a gente não precisou disputar a rua. Não, essa não, essa foi maravilhosa. Essa foi festa! O ato mais bonito de todos.

“SE RECLAMAR, VAI TER DUAS COPAS”: A DOBRADINHA REPRESSÃO E CAPTURA

A faixa tinha “vida própria” e o apoio ao MPL/Tarifa Zero era “quase religioso” na festa cívica-anárquica da Bahia. Internamente, os/as integrantes do antigo MPL debatiam se a disputa pelo nome e pela *vanguarda* do processo valia ou não valia a pena. De cima, as ruas se desdobravam tanto em repressão quanto em captura. Por um lado, a atuação da polícia em prisões se intensificava e, simultaneamente, grupos ligados ao Partido dos Trabalhadores começavam a criminalizar as manifestações. Por outro, grupos ligados também ao PT e a outros partidos tentavam transformar a revolta em moeda institucional, organizando audiências e se apresentando como representante das ruas.

Sair de casa para os atos havia virado um ato dramático. O enteado de Manolo, à época com nove anos, o olhava com olhos de despedida todas as vezes que o via vestindo o paletó, a gravata, o lenço e o vinagre. Presenças incômodas se somavam aos momentos antes das manifestações, e policiais se acercavam nos restaurantes para dizer: “não vai para manifestação, que a gente vai te prender hoje”.

Nenhum dos meus companheiros de Salvador chegou a ser preso. Havia um medo dentro do novamente formado coletivo de que isso viesse a acontecer, o que implicaria que todas as energias seriam direcionadas para a liberdade dessa pessoa. “Se um de nós for preso, acabou. Porque nossa luta vai virar tirar essa pessoa da cadeia”

As detenções em massa, por outro lado, passaram a ser habituais, como em outras cidades do país. A situação mudou um pouco quando, além de levar cerca de 200 pessoas para a delegacia, a polícia passou também manter algumas presas. Não eram pessoas conhecidas pelos meus companheiros, mas gente mais nova, de menos de 20 anos, que de repente estava atrás das grades – muitas vezes sem haver nem mesmo qualquer denúncia formalizada. Prisões aleatórias causam medo e também demandam solidariedade, energia para tirar quem tenha sido levado para a cadeia, tempo de delegacia, advogado, levantar dinheiro para fiança... Funcionam como um bom desmobilizador.

Além disso, a criminalização vinha também em outras frentes: no silêncio dos sindicatos quando havia prisões e era necessário pagar fianças, os mesmos sindicatos que gastavam dinheiro com propaganda na televisão. Na hostilidade recebida nas manifestações de setores à esquerda, em suas palavras de ordem: “Se reclamar vai ter duas copas” — a frase clássica do petismo em Salvador”.

No anual Grito dos Excluídos⁴⁵, a hostilidade da Esquerda alcançou outras proporções. Em meio ao considerável contingente de manifestantes que esta manifestação costuma reunir em Salvador, um padre pediu o microfone no carro de som, logo no início do ato. Seu discurso era simples: xingava e expulsava o Tarifa Zero do evento. Meus companheiros ficaram atônitos: “A gente foi no Grito achando que a galera não podia ser sectária desse jeito. Não sei se foi ingenuidade ou se foi suicídio.” Nesse mesmo dia, depois de serem escorraçados de uma manifestação de Esquerda pela manhã, um outro ato puxado por um dos MPLs (“o mais anarquista, o mais dinamite”), terminou com

⁴⁵ Grito dos Excluídos é um protesto ocorrido sempre no dia 7 de setembro, para se contrapor aos desfiles que celebram a Independência do país.

prisão, porrada, pancadaria. Muito trabalho para tirar gente da cadeia, muita gente machucada. E uma reflexão sobre quem está de fato no mesmo lado da barricada.

— Então em Salvador a gente não tinha os coxinhas fascistas, mas tinha uma esquerda hostil à gente. Uma esquerda hostil, grande, forte, com muita grana. A gente não era companheiro deles. A gente era inimigo e ponto final.

SALDOS ORGANIZATIVOS, DILEMAS QUE PERMANECEM

Com o passar do tempo, as várias vertentes de criminalização, as tentativas de transformar as ruas em voto por alguns setores da esquerda... As manifestações começaram a arrefecer. Nenhuma surpresa⁴⁶, me diz Manolo, que ali já não havia espaço para “conquista”. Iria tudo ficar no “estouro catártico”. E o único que se podia tirar era “um saldo organizativo”.

Claro que “saldo organizativo” pode significar muitas coisas. Há quem pense que o *saldo* desejado era “entrar, disputar, vencer”; “Fazer do MPL o maior movimento social do Brasil”, “disputar nacionalmente”. Mas há também quem pense que essa não é a função do MPL, não pode ser o MPL, que o caminho se constrói de outras maneiras. Essas duas percepções e expectativas acabam por contar duas estórias diferentes.

Manolo conta que o que ficou de 2013 não foi um coletivo formado, mas relações fortes entre as pessoas. Um leque de relações que perdurava até a nossa conversa, promovendo contatos e trocas entre lutas que antes não se encontravam: a formação de um núcleo de petroleiros mais autônomos nas lutas sindicais; uma atuação firme de outro companheiro no movimento negro, a partir de sua atuação prévia no MPL...

— O velho barbudinho russo Bakunin, lá atrás dizia: revolução não é feita por revolucionário. O revolucionário tá pronto para quando a revolução chegar. Não organiza, não planeja, não faz uma coisa por etapas. O que o cara faz, o que a moça faz, é construir

⁴⁶ “Dessa experiência, eu já estava vendo o que estava acontecendo de novo. Ou seja, uma grande manifestação popular que pipoca em torno de alguma coisa pontual, mas que funciona como uma espécie de ato catártico, que explode com um monte de coisas que não tenho alguma forma de, digamos assim, de resolver... É preciso um nível muito mais forte de manifestações, de mobilizações, para conseguir esse tipo de resultado. Como esse nível mais forte, mais intenso não foi alcançado, o resultado é que a baixa vem... A catarse vem e depois baixa. A gente já sabia que isso ia acontecer e, sempre que chega no final, vão ficar os mesmos camaradas revolucionários de sempre, querendo chamar as pessoas pra rua, querendo puxar atos e, no final das contas, estão ele sozinhos fazendo os atos e disputando entre si quem é que vai ser o pai ou a mãe da criança.”

essas estruturas que garantam a organização mínima dos revolucionários para que, quando a revolta pipoque, o papel dele não seja de dirigir a revolução, mas simplesmente de impedir os mecanismos que fazem com que ela se degenera. Ou seja, lá atrás, o sujeito já tinha colocado esse elemento do aleatório. Tanto pode ser que a ação dos revolucionários dê certo quando pode ser que não dê. Se não der, tem que estar pronto para isso. Se der, tem que estar pronto para estar no meio dela sem querer dirigir.

Para Manolo, é se encontrar na luta que importa, ser capaz de articular as relações, criar solidariedade, construir relações políticas, para além das pessoas. “Você pode chamar isso de coletivo, de Federação, de partido, do que quiser. Senão tem esse mínimo de organização nesse sentido, de construir apoio mútuo entre si, não funciona.” As coisas vão pipocar quando tiverem que pipocar, o que é preciso é ter estrutura de apoio mútuo para dar conta de encará-las.

Essa construção definitivamente não parecia estar em curso para Caribé, que já não dava mais conta dos infinitos celeumas do coletivo. Tudo parecia complicado e nada parecia avançar. Debates sem entorno de opções que sequer precisavam ser exclusivas: era possível conciliar os caminhos propostos, desde que houvesse abertura do coletivo para trabalhar “com menos purismo”.

Por outro lado, mesmo em sua “megalomania, de querer transformar o MPL no maior movimento social do país”, não via outra alternativa além de sair das ruas em algum momento de 2013. Olhava seus companheiros e os via todos cansados, a beira de perder emprego, esgotados. Mas, além de cansaço, o MPL não sabia o que fazer com aquilo.

— A gente não tinha ainda noção do que fazer com tamanho poder, com tanto de referência que a gente se tornou naquele processo. De vestir a camisa do MPL e as pessoas na rua te abraçarem na rua. Era muito poder para quem que era anti-poder. Eu que era o megalomaníaco ficava assustado com isso! Imagina pra galera que é anarco mesmo, raiz. Devia ser constrangedor.

Caribé me lembra que é ótimo não ter respostas prontas e deixar que a criatividade da luta nos surpreenda. Nossa papel, afinal de contas, é esse: experimentar, testar outras formas de viver, ver o que funciona e o que não funciona. Mas que não ter respostas prontas também nos deixa perdidos, porque as vezes não dá tempo de criá-las. Além disso, é o fato de ter perdido o tempo de experimentação política em disputas que lhe parecem irrisórias é a lembrança mais dolorosa daqueles tempos.

— Eu travo essa luta cotidiano contra o ressentimento. Eu não posso viver com raiva daquelas pessoas que lutaram comigo. Elas foram meus companheiros, com erros e acertos, concordâncias e discordâncias. Tudo isso fica muito grande quando a gente tá muito pequeno, como a gente tá hoje. Quando eu vejo, por exemplo, as vitórias do Povo chileno⁴⁷, eu tenho vontade de chorar. Por dois motivos: primeiro, por eles. Por eles estarem construindo um país completamente novo, que vai ser referência na América Latina, não tenho um pingo de dúvida, depois de tudo que eles passaram. Mas eu fico triste por nós. A gente poderia ter sido o Chile, em 2013.

O que, afinal, constitui uma vitória?

⁴⁷ Enquanto eu e Caribé conversávamos, o Chile passava por sua própria convulsão social, a sua maneira, mas de características similares as de 2013. Àquela época, ainda não tínhamos ideia de quais seriam seus desdobramentos.

FLORIANÓPOLIS:

Se as ruas cheias de Salvador, difundidas principalmente pelos relatos no Centro de Mídia Independente, são o mito fundador do MPL, a ponte de Florianópolis fechada por uma multidão de jovens é uma espécie de segundo ato. As estórias de luta contra o aumento da passagem na cidade também nos foram contadas a partir das fotos, relatos e vídeos do CMI, em 2004. A chamada Revolta da Catraca foi inspirada pela Revolta do Buzú de Salvador, mas já operava de forma distinta, a partir de um embrião do que viria a ser o Movimento Passe Livre.

Figura 10- A Revolta da Catraca



Fonte: Movimento Passe Livre - Florianópolis

No ano seguinte, em 2005, uma nova revolta na cidade ocuparia a Câmara dos Vereadores e a faria aprovar um projeto de lei que instituía o passe livre estudantil na cidade, depois condenado por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.⁴⁸ O dia da aprovação do projeto, no entanto, transformou-se em data comemorativa do movimento: dia 26 de outubro, dia Nacional de Luta pelo Passe Livre, que aqui no DF celebramos das mais diversas formas desde então.

Florianópolis foi, para quem via de fora como eu, uma espécie de consolidação da experiência de Salvador, mais uma evidência de que fazia sentido construir um movimento como o MPL, tanto por sua forma quanto por sua pauta. Mas a trajetória do

⁴⁸ Recomendo a leitura de “Guerra da Tarifa” e “Guerra da Tarifa 2004 e 2005”, ambos de Léo Vinícius e publicados pela editora Faísca.

que viria a ser o MPL na cidade era muito distinta da nossa experiência no DF. Como diz um de meus companheiros: “O coletivo aqui, ele nunca foi anarquista ou libertário, assim ideologicamente definido... Tinha práticas que apontavam isso, aproximava pessoas dessa ideologia. Mas ele foi criado por uma dissidência do PT.”

Essa marca de ter surgido como “dissidência do PT”⁴⁹ acompanhou o MPL-Floripa dentro no movimento nacional até sua dissolução em 2016. As ruas radicalizadas de Florianópolis pareciam sempre “manchadas” por uma proximidade grande demais com as instâncias de poder que coletivos (ou militantes) de caráter mais “ideologicamente anarquistas” recusavam. Em Floripa, a mistura de perfis que em todo país conformava o movimento parecia *misturada demais*.

Meus companheiros Khaled e Simara resumem essa sensação com o termo “falta de confiança política”. Algo que não surgiu em 2013, mas que, como outras coisas no MPL, parece ter atingido um auge naquele ano – durante o último Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, ocorrido em Brasília. O ressentimento de quem se viu sempre nessa posição está presente em toda a nossa conversa e, em algum sentido, a guiou.

Khaled, homem, negro, na faixa dos trinta e poucos anos no momento de nossa conversa, me conta que começou a militância no MPL-São Paulo, em 2005. Em 2007, quando se mudou para Florianópolis, passou a atuar no coletivo daquela cidade, acompanhando-o até sua dissolução, em 2016. Quando conversou comigo, seguia militando em outras organizações políticas, como o sindicato de sua categoria e o coletivo anarquista Bandeira Negra. Anos depois daquela nossa conversa, já em 2023, estava envolvido na recriação do MPL- Florianópolis.

Simara é uma mulher, branca, igualmente com trinta e poucos anos, atualmente moradora de São Paulo. Entrou no MPL em 2005, tendo uma trajetória prévia de militância pouco usual no movimento: ela é também uma liderança sindical, militante da Intersindical⁵⁰.

Em Florianópolis, como em Salvador e também do Distrito Federal, não havia epicentros de lutas em torno do transporte quando 2013 entrou em cena. A sensação de ser obrigada a jogar um jogo que não é seu perpassa todas as memórias de meus

⁴⁹ Em Florianópolis, o coletivo do que depois viria a ser o Movimento Passe livre surge inicialmente a partir de um racha da corrente petista chamada Juventude e Revolução, depois transformada em Juventude e Revolução Independente.

⁵⁰ Central sindical que surge em 2014, em oposição à Central Única dos Trabalhadores, que possui trabalhos conjuntos com diversos coletivos do MPL no Brasil.

companheiros, e levam os relatos para passados longínquos, ou para análises que parecem sem corpo. Como as feitas por quem se preocupa em explicar “o processo histórico” ou entender “em que etapa da luta de classes” nos encontrávamos naquele ano, dois termos evocados nas nossas conversas. Simultaneamente, ao contrário de Salvador, as duas Revoltas ocorridas em Florianópolis não foram trazidas espontaneamente pelos meus companheiros, sendo mencionadas apenas em perguntas minhas, sem grandes desdobramentos.

Não posso negar que me angustiei. Todas as minhas tentativas de aterrarr aquelas estórias me soaram infrutíferas: elas pareciam que não rendiam, não se rendiam, ao que eu tinha me proposto. Cheguei a pensar: vale contar essa estória/história? Até que entendi que sim. Mesmo a História tem suas estórias (o que é diferente de dizer que muitas estórias juntas resultam em uma História) – e os contos do MPL – Floripa (indomáveis aos meus desejos) “também são 2013”. O 2013 que também existiu, inclusive em cidades em que o MPL tinha estória, vida, trajetória e revoltas.

— Um momento bizarro, que tem uma velhinha conservadora defendendo que tem de quebrar tudo e, ao mesmo tempo, um pessoal novo dizendo que não pode ter violência...

(Escutei a entrevista uma dezena de vezes, apenas para ter certeza de que essa frase não era, de repente, uma premonição de 2023, ou quem sabe uma rememoração de algum evento em curso ao longo da entrevista, em 2021. Mas não. Era mesmo sobre 2013).

OUTROS TEMPOS

Talvez os acontecimentos que menos vivemos sejam mesmo os mais fáceis de explicar. É diferente explicar e contar. Quando contamos, compartilhamos o que vivemos, o que sentimos, nos preocupamos com detalhes – aquela pequena memória, especialmente relevante para o sabor da estória. Na explicação, usamos outros subterfúgios: macroteorias, um quem-sabe-olho-de-Deus, relatos anteriores de algo que, aí sim, nos marcou em outra ocasião que, quem sabe, deixe tudo às claras. Nessas (h)estórias de Florianópolis, o contraste com outros tempos foi constantemente evocado.

De 2006, me contam meus companheiros que atuavam de forma intensa, no que eles chamavam de três frentes: apresentações de projetos parlamentares, construção de

linha política da organização e convocação de atos de rua. Nessa época, os ataques eram constantes e acabaram culminando na prisão de alguns militantes. Um golpe forte e difícil de superar, que resultou num medo até mesmo de fazer reuniões.

De 2010, me contam que vem a última memória de um grande levante contra o aumento da tarifa – de novo com grande repressão. As manifestações eram grandes, mas não conseguiam driblar a polícia. Muitas prisões, muitos feridos. Depois de um mês de manifestação, com todos/as exauridos/as, as manifestações arrefeceram. O novo preço da tarifa se manteve, mas o MPL conseguiu disseminar o debate.

De 2012... não há muitas memórias. Uma atividade ou outra. Alguma provocação à prefeitura. Mas, de 2013, bem, “2013, foi outra coisa”.

ARTIFICIAL: 2013

A memória falta para o que não importa. Mas quando, de repente, o que não importa se impõe? Havia pouca gente no coletivo do MPL em 2013, quem sabe por um processo de “envelhecimento” – não sei dizer se do movimento ou de seus integrantes. As coisas andavam *normais* em Florianópolis: a passagem havia aumentado no começo do ano, dizem meus companheiros, sem tanta certeza. Não havia algum grande chamariz para a luta. Lá, foi como uma resposta ao que acontecia em outras cidades, especialmente em São Paulo, que as manifestações começaram a acontecer – foi da sensação de obrigação de não deixar passar aquele momento, que o MPL começou a se movimentar.

Convocações pela rede social, “sem nenhum coletivo por trás”. Eventos virtuais que de repente contavam com aderência massiva. Tudo “meio atropelado”:

- Foi tudo meio a toque de caixa, até porque a gente teve que se articular para poder fazer frente a um movimento que a gente sabia que ia para a rua de verde e amarelo.
- Foi artificial a nossa participação. A gente até conseguiu dirigir o ato, porque a gente sabia como fazer isso, mas dizer que a gente tinha inserção naquela população que estava ali mobilizada sei lá pra quê, para 1.000 pautas?

O MPL- Floripa parece ter vivido 2013 como muitos outros setores: de surpresa, de supetão. Mas com um elemento a mais: carregava o nome Movimento Passe Livre, o mesmo que subitamente se tornava nacionalmente conhecido. Carregava a história de ser a voz que lutava pelo transporte na cidade, com processos de lutas intensos na bagagem. Tudo isso trazia também alguma responsabilidade.

— Na minha memória hoje, eu poderia dizer que a gente foi o ator principal, embora as manifestações fossem muito maiores do que o MPL... Quem tinha esse respaldo, essa legitimidade para convocar e falar, era o MPL, né? E a discussão que a gente tinha era essa: de não deixar o momento, as manifestações, se perderem em pautas vazias, pautas muito genéricas.

A REVOLTA É O ESPETÁCULO: 20 DE JUNHO

Enquanto o coletivo de Floripa pensava em chamar uma manifestação para dar conta dessa sentida responsabilidade, outras coisas aconteceram. Um ato “espontâneo” foi chamado para o dia 20 de junho, e o movimento resolveu aderir.

— Quando chegou no dia eram, sei lá... muitas dezenas de milhares de pessoas nas ruas. Provavelmente a maior manifestação de rua da história da cidade. Já era tudo muito confuso. Tinha o pessoal da CBF, tinha o pessoal sem partido, tinha o pessoal da esquerda...

— A gente se propôs a tentar dirigir o ato, pelo menos dar uma cara de que não era só aquilo e colocar a pauta do transporte. Mas foi tudo muito artificial: puxamos o ato para onde a gente queria, mas era um ato verde amarelo. A faixa era nossa na frente, parecia que era um ato nosso... Mas aí, quando olhava atrás, depois das 200 cabeças, era só verde-amarelo.

Naquele momento, o coletivo de Florianópolis já havia construído várias outras revoltas, algumas mais, outras menos bem-sucedidas. Já havia, como me relembram meus companheiros, enfrentado diferentes técnicas e formas de repressão: “A força policial aprendeu como lidar também com as manifestações do MPL.”, falando ainda sobre 2011. Mas, no dia 20 de junho de 2013, a polícia não cercou os manifestantes e nem impediu que fechassem a ponte da cidade.

— A gente nunca conseguia ir para a ponte, mas era muita gente! Desceu da ponte e a polícia nem aí, não dava um piu! Ficaram de boa. A gente não estava acostumado com esse cenário.

— Em 2013, não houve repressão. E o discurso da mídia mudou, né? Até 2013, manifestação de rua era vista como baderna. Até para tirar o protagonismo do MPL, houve a adesão dos grandes veículos de comunicação às manifestações, pra disseminar, essa diversidade de pautas que tirava a força dos protestos. O discurso mudou muito. Aí

os canais de televisão começaram a chamar as manifestações, a convocar, a polícia a dizer que era justo, desde que não houvesse vandalismo. Aquele discurso de separar os bons manifestantes dos maus manifestantes.

A sensação de não saber com quem e contra quem se está lutando parece angustiar meus companheiros. Coisas impossíveis pareciam estar acontecendo: ir para a ponte tornou-se possível, ser aclamado pela mídia tornou-se possível. E, se é verdade que sempre falamos que alargar o possível era o que nos propúnhamos a fazer, não era isso que se sentia ali. Não havia modo possível para alargar em nada daquilo: era tudo artificial, espetacular, figurativo. A própria proposta de disputar aqueles atos era, em si, artificial e figurativa.

As acusações contra o movimento se multiplicavam e se misturavam com a disputa por liderar aquele processo. Nos sindicatos, dizia-se que o MPL havia criado o MBL, ao mesmo tempo que se pretendia capitanear o que acontecia nas ruas. Forças diversas apostaram no mesmo caminho e aqui as relações ambíguas do MPL com elas se tornam ainda mais explícitas: oscilam entre defendê-las dos ataques de forças piores – “a direita que queria bater no PT” – e abaixar as bandeiras dos militantes da Esquerda nas manifestações.

— Teve um momento em que o PT tentou dirigir as manifestações e aí deu ruim. Os caras da direita queriam bater neles, e lá íamos nós acudir. Tivemos que salvar os pelegos nesse processo várias vezes. Ao mesmo tempo, apareciam umas criaturas, que nunca vinham em ato nenhum, com uma camiseta novinha do PT, do PcdB... A gente só baixando bandeira. Baixava bandeira do Brasil, baixava bandeira do PT. Era um saco.

Ninguém que tentou *dirigir* as ruas foi bem-sucedido. As manifestações foram perdendo força, até que se esvaziaram de vez. E aí, de novo, o que importa é o *saldo*.

— No final, o saldo foi que o coletivo cresceu muito. O MPL voltou a ter uma relevância maior na cidade. Muitas pessoas se aproximaram e passaram a participar, a gente fez reunião com mais de 50 pessoas. Foi um momento de um crescimento muito grande do coletivo.

Talvez, quando sejamos atropelados, o que nos importe seja o *saldo*, o que podemos computar a partir dali.

DE REPENTE, O QUE IMPORTA

Em meio a essa coleção de estórias dos outros – de *São Paulo, Goiânia, Porto Alegre, da Mídia, da burguesia*, como em algum momento evocaram meus companheiros – que pareciam apenas nos atropelar; a essa coleção de tentativas de não ser mais espectadores (dirigentes? movimento?), havia também as relações que importavam. E essas, elas aparecem no Encontro Nacional do MPL, ocorrido em Brasília, em novembro de 2013.

E é muito duro quando as relações que importam são, justamente, o que nos traumatizam.

— Um balde final de água fria, esse encontro de 2013. A gente viu a situação caótica – negativamente falando, não de um caos inspirador, mas em nível de dissidência mesmo. Uma coisa, assim, que a gente ficou chocado.

Se, como nos disse Manolo em suas estórias, o que mais importa é construir apoio mútuo, foi exatamente o oposto que meus companheiros de Floripa sentiram no Encontro. Em lugar de solidariedade, ali também havia disputa política, acusação, desconfiança. Às vezes personificada em um integrante, às vezes generalizada para todo o coletivo.

— Nosso núcleo era basicamente dividido meio a meio, entre marxistas- leninistas e os anarquistas. A gente resolvia, conseguia tocar as coisas, mas os ataques de outros núcleos com relação a um integrante tensionavam bastante. A gente tinha confiança política com o camarada, mesmo divergindo. E a galera achava que não. Que a gente tinha capitulado porque ele estava no nosso núcleo. Que a gente achava que a luta era via parlamento pra sempre.

As posturas dos demais MPLs pareceram ignorar os debates e construções internas, as complexidades de se atuar junto. As relações entre as dicotomias, construídas no dia a dia do coletivo de Florianópolis, causavam desconfiança em parte do movimento “nacional”. Enquanto isso, eram mais que nacionais as preocupações que afetavam o coletivo de Florianópolis. Como havíamos chegado ali? Estávamos, mesmo, ali? 2013 era muito novo para o movimento, não importava o que se alegava no Encontro. Para meus companheiros, que alguém dissesse que dava para prever o que aconteceu naquele ano era um disparate, um delírio.

— Ver análises altamente deslumbradas com relação ao processo, como se a gente fosse ali, a última bolacha do pacote... E o bagulho falindo total. Claro que ali estavam expostas as contradições todas da sociedade e a nossa também... Borbulha, fervilha, né?

Uma movimentação que acaba eclodindo em movimento de rua no país inteiro, é difícil olhar para isso e avaliar que ‘a gente está falindo’. Mas voltamos com essa decepção.

- O QUE VOCÊ ACHA QUE PRECISAVA TER SIDO REINVENTADO?

- Ah, se eu soubesse a resposta!

O ano de 2013 parece ter sido mais traumático do que criativo, e os relatos de meus companheiros deixam a impressão que o coletivo do MPL-Floripa foi progressivamente desaparecendo, até 2016. Com as mudanças políticas do país, como o impeachment perpetrado contra a então presidenta Dilma Rousseff, as prioridades pareciam outras. Mais do que isso, havia muito desgaste: desgaste de anos lutando juntos, desgastes de muitas derrotas contra o aumento da passagem.

Além disso, as antes criativas táticas de lutar do movimento, haviam se tornado um roteiro. Manifestações contra o aumento da tarifa, debates o resto do ano, tentativas de estruturar alguma força para enfrentar o próximo aumento... O modelo que havia sido “uma novidade pra esquerda, pra nossa geração” se desgastou.

— Não conseguimos nos reinventar, né? Eu acho que as pessoas foram perdendo um pouco do tesão de construir o MPL.

O coletivo foi miando, e era como se ninguém tivesse coragem de terminar algo que, ao mesmo tempo, havia sido muito importante para todo mundo. As reuniões se esvaziavam, mas sempre tinha alguém que reivindicava o MPL. “A gente não tinha como acabar por decreto.” Mas também não dava para continuar por decreto. O movimento ficou num estágio liminar. “Nem morto, nem vivo”.

A crise, aliás, não é só nossa.

— Mas aí não é só o MPL, mas todos os movimentos e organizações... O novo modelo de luta é conciliador e não mais prevê luta de fato. Virou uma luta conciliadora e de negociação eterna. Nenhum confrontamento, porque não é bonito ficar assim enfrentando e batendo no outro e sim sentar numa mesa e negociar para chegar a um acordo bom para todos sobre como avançar nas pautas que temos.

[VIVO]

Encontrei com Khaled em junho de 2023, no 3º Seminário Internacional tarifa zero e Transporte como Direito. Falamos juntos/as na mesa de abertura na qual, justamente, relembrávamos a história de luta pela Tarifa Zero, com a imagem dos 10 anos de 2013 ecoando em nossas falas. Havia ali um intuito de refundar o MPL- Floripa, e foi o que aconteceu, meses depois.

Com que relações se faz um movimento?

DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal, minha *cidade*. Movimento Passe Livre-DF, minha *casa*. Contar as estórias de 2013 no DF está entre o mais fácil e o mais difícil dessa tese. Aqui, mais até do que em outras cidades, as estórias são as minhas. Aqui, mais até do que em outras cidades, conversei com quem estava a meu lado nas trincheiras.

Cled, um homem, negro, nascido em Planaltina, cineasta. Uma das minhas referências da atuação anarcopunk no movimento. Foi pela contracultura que ele entrou em contato com o anarquismo, “como muitas pessoas da minha geração”: do anarcopunk à uma formação em “anarquismo clássico”. Cled viveu em Porto Alegre, e atribui a isso uma parte importante do que veio a ser como militante do MPL. Voltou para Brasília, em 2006, e passou a integrar o coletivo, do qual eu já fazia parte. Quando conversamos, vivíamos o auge da pandemia do Coronavírus. Cled estava na Espanha, fazendo mestrado. Foram cerca de duas horas de conversa, entre atualizações das nossas vidas, impressões sobre 2013, risadas e reflexões.

Meu outro companheiro de estórias é o Paique. Paique é também um homem, negro, antropólogo e doutor em urbanismo. Mais uma de minhas referências de atuação política, com quem convivo ao menos desde o começo do movimento no DF. Paique está na fundação do Movimento Passe Livre, tendo também sido uma figura fundamental no Centro de Mídia Independente. Como Manolo, de Salvador, é conhecido pelo seu talento de reunir e organizar informações sobre quase tudo, o que lhe rendeu o apelido de *Paiquepédia* (dado por essa que agora escreve). Paique também possui amplo

conhecimento do que Cled chamou de “anarquismo clássico”, além de muitas leituras sobre o autonomismo.

Compartilhei boa parte de meus dias de militância com esses dois companheiros. Construímos juntos, mais do que um movimento, a vida. Seria difícil tentar resumir qualquer das duas coisas por aqui. As estórias que agora se apresentam são, assim, frutos de conversas ininterruptas, de muitos anos, o que talvez as tornem um pouco diferentes das anteriores.

DAQUI, DA NOSSA TERRA

Como nas duas cidades anteriores, não passávamos por aumento de passagens no DF quando as manifestações começaram a se multiplicar no país. O último aumento de passagens havia sido em 2006, quando o MPL, que então tinha pouco mais de um ano de atuação, organizou uma longa jornada de lutas contra o processo, a primeira que viveríamos do tipo.

Na época, não conseguimos retroagir com aumento. Criamos, no entanto, esse cenário de impossibilidade de reajustes futuros, que perdurou por nove anos e estava em pleno vigor em 2013. Além disso, em um tortuoso processo sobre o qual refleti em minha dissertação, o DF também havia instituído o Passe Livre Estudantil, em 2009. Com esses dois pontos, o quadro dos transportes no DF era bastante distinto do de outras cidades.

Além disso, como ressalta um de meus companheiros, o surgimento e atuação do MPL-DF tinha como marca o investimento constante em articulações com outras organizações de E/esquerda. Articulações pautadas por conflitos e tensões, mas articulações, tanto na constituição do movimento quanto nas ações que construímos desde sua fundação. De coletivos feministas, coletivos do movimento negro, à movimentos sociais estabelecidos, como o MST, e também partidos políticos.

Muitos dos processos de lutas que impulsionamos ou ajudamos a construir como Movimento Passe Livre desde a nossa fundação possuem essa característica: ocupação da reitoria da Unb, manifestações “Fora Arruda, Santuário dos pajés, a própria luta contra o aumento da passagem em 2006⁵¹. “Era muito desmantelado, mas ao mesmo tempo muito ativo”.

⁵¹ Meu companheiro cita aqui alguns acontecimentos importantes para a vida política do DF, do qual participamos ativamente: ocupação da Reitoria da Universidade de Brasília, diante da denúncia de desvio

Figura 11 - Santuário dos Pajés, 2011



Fonte: Rede de Educação Cidadã

De alguma maneira, essa aposta contínua em construir espaços com forças diversas atingiu seu limite em 2013.

CONTÁGIO

Quando 2013 começou, nós do MPL-DF, andávamos construindo outras coisas: estudando o funcionamento do transporte, tentando formular ferramentas de educação popular, colocando o “trabalho de base” como foco central. “Fazendo uma série de coisas, um tipo de trabalho que a gente não sabia quando ia dar certo, quando ia dar retorno.”

de recursos pela gestão do reitor (2008); “Fora Arruda”, uma série de manifestações contra o então governador José Roberto Arruda, também flagrado em casos de corrupção (2009); Luta pelo território indígena Santuário dos Pajés, invadido pela construção do bairro Noroeste (2011). O próprio Paique construiu uma reflexão sobre os pontos em comum nesses processos, cuja marca principal seria a aposta na ação direta (Lima, 2012).

Esse tipo de trabalho que, na verdade, constitui boa parte da atuação de um movimento, mas que não costuma aparecer muito.

Havia naquele momento, então, uma sensação de descrença no MPL, tanto localmente como nacionalmente. A organização nacional “estava praticamente desmantelada, desde 2008”. Muitos militantes antigos tinham deixado o movimento e havia poucos coletivos ativos Brasil afora. Aqueles que seguiam atuando se viam em dilemas correntes: entendíamos muito de transporte, havíamos nos especializado no tema, mas não queríamos ser gestores, e sim descobrir outras formas de tocar a luta...

Ao mesmo tempo, a nossa principal bandeira, a Tarifa Zero, seguia se espalhando, no que um dos meus companheiros formula como *contágio*, “a ideia autonomista de que você faz uma luta e que os resultados concretos e a cultura que ela cria contagia diferentes instituições da sociedade”. Mas, àquela altura, tudo isso era muito subterrâneo.

— Antes de Junho, o MPL era um movimento que quase ninguém botava fé. Quer dizer, quem acreditava no MPL em 2012 era taxado de louco.

Ainda assim, primeiro das ruas de Porto Alegre, depois das ruas de Goiânia, começaram a nos chegar notícias de processos de lutas contra o aumento da passagem que se disseminavam, ganhavam força. Depois de Teresina, Natal, Vitória. Havíamos vivido essa experiência diversas vezes naquela quase uma década de movimento: acompanhar como podíamos o processo de lutas de outras cidades, fazer o que dava por nossos/as companheiros/as. Mas naquele ano havia algo distinto: várias cidades enfrentando aumento de passagem mais ou menos simultâneos e uma sensação de, como diz um de meus companheiros, “muita coisa acontecendo”.

Os processos ainda localizados de luta contra o aumento de passagem seguiam pipocando pelo país. Nós, por outro lado, seguíamos fazendo o trabalho que víhamos organizando nos últimos meses. Tínhamos entendido que havia uma mudança nos poderes do DF e queríamos entender qual era. Ficamos quase dois anos estudando, debatendo e, quando terminamos, já era maio de 2013. Com tudo pronto para lançar, começa a luta em São Paulo.

Como de costume, corremos para escrever carta de apoio, fazer evento de solidariedade, algo que fazia parte do nosso roteiro, independente da proporção do ato.

— A gente estava fazendo uma coisa que era automática nossa, de perguntar como podia ajudar. E tinha essa cultura de se ligar, de conversar muito. Aconteciam as coisas nas cidades e a gente trocava muito. Fosse por e-mail, fosse quando viajávamos. De

maneira informal, mesmo que o movimento nacional não tivesse uma organização estruturada, tinha toda uma rede se conectando.

Mas não tínhamos a menor ideia do que estava por vir. Enquanto o processo de São Paulo se intensificava, também acompanhávamos, um tanto perplexos, o que acontecia no Rio de Janeiro – víamos as coisas tomando outra proporção, que não imaginávamos.

— No dia imediatamente anterior, nós não sabíamos que a coisa ia explodir em Brasília. E ela chega aqui com duplo descontrole.

(Não era vinculada a nenhum movimento ou coletividade e não tinha qualquer relação com a pauta do transporte).

COPA DAS CONFEDERAÇÕES

Enquanto víamos em outras cidades os processos de luta contra o aumento das passagens se desenrolarem, Brasília se preparava para viver a inauguração da Copa das Confederações. Como em outros locais, também havia se criado no DF o “Comitê Popular da Copa”, uma articulação de diversos grupos para se mobilizar contra as obras que tentavam fazer do espaço urbano um território da FIFA.

Enquanto MPL, tínhamos uma relação tensa com o Comitê. Reconhecíamos, claro, a importância de sua existência. Mas éramos críticos a como a luta parecia se desenvolver por ali, que nos incomodavam pelo personalismo e por girar ao redor de interesses mais ou menos eleitorais de alguns partidos. Como sintetiza um de meus companheiros, um processo de “transformação de luta social em luta institucional e não o inverso”.

Além disso, havia já algum tempo que nossa relação com aqueles grupos em específico estavam balançadas e não se tratava de divergência política. Vez por outra, entrávamos em contato com a difusão de calúnias contra o MPL ou seus militantes.

— O roteiro até ali basicamente consistia em nos acusar de sermos “petistas disfarçados”. Que, apesar da postura aparentemente radical, trabalhávamos secretamente para o governo e que o apartidarismo era apenas um disfarce para isso.

Essa era a acusação, feita por baixo dos panos, que enfrentávamos até então por parte da esquerda em 2013. Foi só naquele ano que outra parte da esquerda resolveu dizer

que éramos justamente o contrário: agentes da CIA, pagos para desestabilizar os governos progressistas (e que o apartidarismo era uma forma de disfarçar esses anseios).

Nesse contexto de alianças esgarçadas, fomos para o ato contra a inauguração da Copa das Confederações. Não era um ato grande, mas tinha “aquele clima lá, sei lá... Junho de 2013”. A repressão não tardou a começar, logo quando a marcha se aproximava do Estádio Mané Garrincha, após se concentrar na Rodoviárias do Plano Piloto. Aqui, um dos meus companheiros compartilha um pouco uma impressão que ajuda a explicar uma parte do que seria esse “clima de junho de 2013”:

— Eu tenho uma memória muito viva da ação da polícia daquele dia. Tinha uma estrutura nova. A gente tinha vivenciado, na nossa trajetória, o escalonamento das formas da repressão policial no DF: de policiais que apenas traziam cacetetes, até policiais que começam a experimentar spray de pimenta, desajeitados, fazendo lacrimejar o próprio olho. Aquele dia, era tudo muito diferente.

A polícia se organizou em blocos, cada qual com um armamento específico. Um bloco com armas de bala de borracha, outro com spray de pimenta, de um outro lado vinha a cavalaria. De cima, helicópteros jogavam bombas de gás lacrimogênio, de forma que demorávamos a entender de onde elas estavam vindo. Nada daquilo parecia ser “exatamente para dispersar, mas para causar pânico”.

Figura 12 - A Inauguração da Copa das Confederações



Fonte: Rede Globo

Como meu compa, tenho muito viva a sensação de me deparar com essa estratégia policial que me parecia *nonsense*: um ataque sem possibilidade de fuga, sem possibilidade de dispersão ou finalização do ato.

Não tendo participado da caminhada entre Rodoviária e Mané Garrincha, cheguei já na entrada do estádio. Ali, minha primeira impressão foi de que também o ato se organizava de um jeito diferente, como se vários grupos tivessem se reunido ali quase por acaso, sem combinarem o jogo, sem liga. O clima de tensão com a polícia era evidente: qualquer coisa parecia poder ser desculpa para o início da repressão: uma pequena discussão entre um manifestante e um PM, uma recusa a dar um passo para trás, um olhar hostil para um soldado. A minha maior agonia com esse clima era, justamente, que não parecia haver uma coletividade para pensar junto.

Enquanto eu analisava a situação, vi uma amiga discutindo com um PM. Pronto. O policial sacou um novo tipo de spray de pimenta, que eu ainda não conhecia e, numa distância de menos de 30 centímetros, atingiu os olhos da manifestante com a espuma branca e ardida. Corridas desesperadas por água, lenço, apoio para a companheira. Foi dada a largada da repressão, que começou a nos atingir por todos os lados.

A sensação de que a força policial tinha se reinventado para aquele ato era nítida. Vivíamos um ataque orquestrado e simultâneo que nos impediu de fazer algo que normalmente fazíamos: nos dispersar na hora do ataque, mas conseguir nos reunir e pensar saídas juntos logo depois.

— Ali, a gente era disperso e rearticulado, muitas vezes, contra a nossa vontade. É um tipo de ataque muito curioso, né? Porque é uma sessão de tortura na verdade. Não é uma forma que quer propriamente acabar com o ato. Ela quer acabar com a sua vontade, seu interesse.

Correr de um lado para outro, por vezes formando um grupo, mas que não podia fazer nada antes da próxima bomba, cavalo, spray, tiro. Ao fundo, um microfone anunciava orientações para os retardatários do jogo de futebol que recém começava. ‘Senhores torcedores, dirijam-se ao portão à direita. O distúrbio está sendo controlado’. Bombas caindo.

Um dos meus companheiros pensa que foi aquele evento de repressão que criou o elo possível para que junho chegasse no DF. “A força foi tão desproporcional que ela inclusive vinculou os manifestantes.” A minha lembrança é a oposta. Em meio aos conflitos que vivíamos com o Comitê e a sensação de que naquela rua não havia coletividade a se contar, não me parecia haver ali vínculo possível.

TUDO AO MESMO TEMPO AGORA

Quando a repressão em São Paulo tomou outra proporção, os discursos midiáticos sobre as manifestações começaram a mudar. As balas de borracha não estavam mais atingindo só o MPL e os manifestantes de sempre, chegavam a olhos desprotegidos de jornalistas e causavam outro tipo de comoção. Quando a Polícia Militar de São Paulo decide prender manifestantes por portar vinagre, o surrealismo da situação provocou um transbordamento da nossa habitual solidariedade.

Em Brasília, um jovem sem organização política definida chamou pelo *Facebook* a “Marcha do Vinagre”, no dia 17 de junho, dando o tom do que seria a maior parte das manifestações na cidade. “O duplo descontrole”, que mencionou meu companheiro, tem a ver com isso: manifestações chamadas por atores novos/as, não vinculados às lutas que se construíam no DF, em uma cidade que não passava por aumento de passagem desde 2006, que havia instituído o passe livre estudantil desde 2009.

Eu não estive em nenhuma manifestação em junho além da manifestação contra a Copa e a que organizamos no dia 19, sobre a qual falarei mais adiante. Em retrospecto, esse dado me parece interessante. Pessoalmente, havia participado de todos os processos de luta que pipocaram no DF antes daquele ano, sempre que estava por aqui. Em 2013 eu havia voltado há pouco para Brasília, mas não me engajei como antes, mesmo continuando ativa no movimento. Parece-me que essa minha deliberada ausência revela algo de como eu mesma estava enxergando o que vivíamos.

São os relatos de meus companheiros que estiveram em outras ocasiões dão o tom de como estava a cidade naquele mês. As misturas entre as cronologias dos eventos são propositais: era confusão o que sentíamos, era “tudo ao mesmo tempo agora”.

Um de meus companheiros acompanhou várias manifestações a trabalho, como cinegrafista. No dia em que o Congresso foi ocupado pelos manifestantes, ele estendeu o expediente: não fazia sentido ir embora. Algo muito grande parecia estar acontecendo.

Por outro lado, a rua deixava explícita que ali nada era exatamente acordado. “Não existia consenso ou construção de qual era o caráter”. Alguém pixava um A na bola da parede, outra pessoa tentava apagar. Alguém ia para cima da polícia, outra pessoa se sentava no chão e gritava “sem violência”.

Em outra ocasião, após uma tentativa infrutífera de ocupar novamente o Congresso, a manifestação se dirigiu ao Itamaraty. Uma multidão adentrando o espelho

d'água do prédio. Uma outra multidão gritando “sem vandalismo”. “Até que foi todo mundo silenciado pelo primeiro molotov.” Primeiro, um susto. Depois, a celebração. As mesmas pessoas que gritavam “não quebra!”, passaram a celebrar o fogo que invadia o edifício.

A multiplicidade não era só de caráter. Ali se via gente que meu companheiro conhecia de outros carnavais, militantes de movimento social, reconhecíveis atrás das máscaras. Havia aqueles que carregavam “toda a indumentária: estilingue, funda, máscara, coturno, luva...”. E logo quem estava no black bloc “de improviso. Tirava a camisa e botava no rosto, de havaiana.” No meio disso, “um povo contra corrupção, um esquema de ‘sou brasileiro, com muito orgulho’, camisa do Brasil, bandeira do Brasil”. É fácil imaginar a explosão desse encontro. Enquanto os black bloc de improviso se esforçavam para derrubar os painéis de metal que cercavam certas partes da Esplanada, os manifestantes de verde-amarelo se juntavam para levantá-los.

— Eram batalhas campais. Essa manifestação, era muita motivação, de tudo. Tinha tiozinho, tiazinha, UNE, *black bloc*, garoto de periferia de chinelo, verde e amarelo...

Um episódio passou a sintetizar o que era a Esplanada daqueles dias: pelas três da manhã, um garoto, com um martelo, destruía a parada de ônibus do lado do Museu Nacional, sozinho, enquanto gritava: SEM VAN-DA-LISMO!

No meio do caos daqueles dias, o improvável parecia tomar forma diante de nossos olhos: encontros entre gente que normalmente não compartilharia os mesmos espaços do DF; discursos multivocais; pessoas nas avenidas largas e sempre vazias da Esplanada, às três da manhã. E o improvável também nos pedia, constantemente, posicionamentos.

— Estábamos em reunião do MPL e uma emissora de TV nos chamou para dar uma entrevista. Eu vou. E aí acontece uma maravilha que é: enquanto eu tô falando, queimam um carro da polícia e o carro da Record, em São Paulo. Ao vivo, o repórter o interrompe a entrevista e comenta: ‘Só um momento, manifestantes estão queimando um carro da Record, o que vocês têm a dizer enquanto movimento social organizado sobre esse ato?’ E aí, no improviso, eu tive uma possibilidade de comentar, ao vivo na TV, um carro pegando fogo.

— Hoje quando eu me lembro de 2013, eu tenho uma sensação parecida com a que eu tinha na pré-adolescência. Tinha uma rua em Planaltina que todo mundo da cidade

ia, ia para não fazer nada, pelo fluxo. 2013 tinha um pouco essa sensação, de estar no lugar onde as coisas estavam acontecendo. Estava todo mundo lá. Para existir, você precisava estar ali. É muito poderoso ver gente na rua. Eu acho que uma coisa que o Brasil tem, a nossa política cotidiana é muito da rua. E 2013 tinha essa coisa gostosa da rua: de andar onde andam os carros, de a vida não funcionar exatamente... 2013 parece uma coisa meio fora do tempo, tinha um quê de surrealismo. Era muito bom estar ali naquele momento, como experiência individual. E, como militante do Movimento Passe Livre, eu sempre tive a ideia de que... Como a gente trabalha com um movimento que é muito prático, para a nossa pauta ser conquistada, precisa envolver muitas camadas da sociedade, né? Então eu sempre vi 2013 com bons olhos. Era incontrolável porque ia em muitos sentidos. Muitos desejos, muitas intenções, muitas ações e muitos caminhos diferentes ao mesmo tempo.

Era bom estar na rua.

19 DE JUNHO: “VAMOS ABRIR O MPL. VAMOS CHAMAR UM ATO.”

— O problema de junho é contrário do problema que a gente enfrentava antes. O MPL passou anos lutando para que houvesse ação direta, porque as organizações estavam tão burocratizadas que estavam sufocando a ação direta. Ali, nós tínhamos o oposto: pouquíssimas organizações, muito fragilizadas e, ao mesmo tempo, muita ação direta nas ruas. Então nós entendemos que o nosso papel de ação tinha que ser o oposto. Era como se tivéssemos passado anos clamando por uma Revolta do Buzú e, quando veio a Revolta do Buzú, nós nos organizamos como o MPL-Floripa fez na Revolta da Catraca. Era essa a ideia: nós fomos às ruas para defender a necessidade de organização, de foco em pautas.

Como MPL e diante daquela profusão de manifestações, nós decidimos puxar uma nossa. Além de tentar fazer avançar a pauta da tarifa zero, a gente queria abrir o movimento, chamar mais gente para o coletivo. Tentar “engrossar um caldo político de uma luta social.” Alguma legitimidade sentíamos ter: nacionalmente, o MPL havia ganhado evidência. Localmente, tínhamos a nossa história e tínhamos, também, a possibilidade de mediar as relações tensas que já começavam a aparecer entre “aquela massa de jovens estranha que tava aparecendo da internet” e as outras organizações de esquerda.

— Justamente porque era um coletivo que, por sua trajetória, tinha vínculo com os bêbados de rua, diálogo com a esquerda institucional, conhecimento dos meandros da esquerda institucional e da linguagem da rua, diálogo com a pauta urbana, com a pauta do transporte, com os técnicos. E que tinha um tipo de performance de rua e de mídia que funcionava ali.

Resolvemos fazer, na prática, uma defesa de 2013. Organizar um ato com uma pauta específica, puxado por um movimento, para as 18h, na Rodoviária do Plano Piloto – o nosso local por excelência de manifestações. Tínhamos um recado em mente: queríamos mostrar que tudo o que estávamos vivendo poderia significar conquistas reais, ampliar nossas possibilidades de vida para além daquele momento. E nossa estratégia para isso era chamar os mais variados tipos de atividade.

Chamamos uma reunião aberta anterior, para organizar o ato. Chegou todo tipo de gente, como em tudo naqueles dias: militantes de movimentos sociais, militantes de partido, gente que nos havia conhecido pela internet, um monte de policial à paisana (P2). Para dar conta daquele momento, decidimos que o MPL ia ter uma hierarquia temporária: quem era do movimento há mais tempo iria tomar decisões estratégicas, mas íamos seguir construindo os grupos de trabalho do ato com quem se juntasse com a gente. Enquanto nos esforçávamos para fazer o ato tomar corpo, recebemos uma ligação. Era o Governo do Distrito Federal, nos chamando para uma reunião na manhã seguinte. Anunciamos na assembleia: nós vamos, mas isso não muda nada.

Se andávamos na nossa antes daquele junho, tentando montar o “mapa do poder” do DF por longos meses, o poder se desdobrava em outras formas e saímos daquela reunião com o governo ouvindo o que já sabíamos: “A tarifa zero é possível”. Os quês de “surrealismo”, de “fora do tempo” que meu companheiro usou para descrever as manifestações na Esplanada pareciam ter chegado também no Palácio do Buriti.

Foi naquele clima do governo cedendo à possibilidade de implementar a tarifa zero que nos organizamos para o ato.

Lá pelas seis da tarde, ainda na concentração, ainda sem saber quantas pessoas chegariam ou exatamente para onde iríamos, toca meu telefone. Atendo a chamada no meio daquela multidão, tentando ouvir o que se dizia no meio dos ruídos de multidão. Do outro lado, um grande amigo de São Paulo, chorava: “Leiloca, Nós conseguimos! Nós abaixamos a passagem!”. Que delícia foi fazer esse anúncio em meio à manifestação que

mal começava. Como em São Paulo, o aumento no Rio de Janeiro também havia sido suspenso. (Tem uns gostos de vitória que nunca saem da boca).

Ao mesmo tempo, não lembro de ter estado na organização de uma manifestação tão difícil quanto aquela. Estávamos entre 7 e 10 mil pessoas – pouca coisa para 2013, muita coisa para o MPL-DF. A nossa proposta de fazer um ato que mantivesse foco na tarifa zero em meio àquela já espalhada cacofonia era ousada e tinha desdobramentos na geografia da manifestação.

Nossos grupos de trabalho, montados na noite anterior, rapidamente se desmantelaram. Subitamente, nos vimos sete pessoas transformadas cada um em GT. “Ou seja, foram sete pessoas tocando uma marcha de 7.000 a 10.000 pessoas. Era uma para mil.”

— Foi um ato que eu me recordo que a gente se desgastou muito para fazer que a coisa acontecesse... Ao mesmo tempo, a gente não precisou de abordagem abrupta. Era um ato difícil, mas era... Era uma sensação de autoridade, uma sensação de poder que, na cabeça do indivíduo, mexe muito... Deixa a pessoa se achando super-herói, né?

O super-herói no DF, a experiência quase religiosa de Salvador... Na prática do ato, no entanto, tudo isso sempre estava por um fio. Qualquer proposta de percurso era rapidamente questionada por uma multidão que insistia em levar o ato para a Esplanada. A proposta era a oposta da nossa, que queríamos manter o caráter local da manifestação, de acordo com sua pauta.

Quando quase resolvíamos esse problema, uma outra multidão queria levar o ato para a sede da Rede Globo. E lá vamos nós, correr para o fundo do ato e tentar evitar que ele se dividisse completamente em dois...

Num quase improviso, passamos a W3 Sul, descemos a Rua das Farmácias, pegamos o Eixão, de novo a caminho da Rodoviária. Tudo isso entre correrias incessantes entre o começo, o meio e o final da manifestação, comunicações trocadas às pressas, tentativas de não deixar as palavras de ordem e música pararem.

A polícia não interferiu. A estratégia do Governo do DF tinha sido, além de declarar que a Tarifa Zero era possível e sinalizar que avançaria com as demandas do movimento, ‘participar’ das manifestações, no melhor estilo captura da revolta. A cena era constrangedora, embora já fizesse parte da tática daquele mandato do GDF há algum

tempo⁵². Agentes do governo vestidos com um colete identificado, percorriam o ato. Dizem eles que fazia parte de uma tentativa de controlar a polícia, de não deixar o caldo entornar. Ao mesmo tempo, como nota meu companheiro, “estavam ali desenvolvendo a inteligência da PM”.

Entre controlar a Polícia e controlar a gente, os agentes do GDF de vez em quando vinham falar com a gente. Em dado momento, um desses agentes, ex-militante do MST e então assessor do GDF, me chama, me puxa uma conversa, me faz uma pergunta sobre o trajeto. Lembro de tentar me desvencilhar rapidamente apenas para, minutos depois, ser interpelada por um manifestante de rosto coberto, que devia ter seus 15 anos.

- Aquele cara é do governo?
- Pior que é – respondi, apressada.
- E você tava falando com ele?
- Sim... quer dizer, não exatamente.

A minha resposta o enfureceu, e ele abaixou a bandana preta que tapava sua boca, como quem quisesse falar mais claro.

— Mas você é do MPL! Como você tá falando com o governo? Eu sou anarquista! Não vou mais participar dos atos com vocês!

Virou as costas e foi embora, como quem tivesse tido o coração partido. Me lembro de ter pensado: “quantas vezes será que eu não fiz isso com outros militantes mais velhos?”

Mas não deu tempo de filosofar. Antes que eu pudesse entender o que havia acontecido, um companheiro do MPL me chama, desesperado: “Ei! O que você tá fazendo aí: Não dá pra ficar aí parada não! Eu tô precisando de ajuda lá na frente, vem, bora!”

O ato foi uma sucessão de eventos como esses. Gente que queria levar o ato para a Esplanada; gente que queria quebrar a Rede Globo, gente que queria tomar o controle do ato, gente que estava nos achando *pelego*. Ao mesmo tempo, muita gente de outros movimentos tinha se disposto a ir ao nosso ato, talvez por acreditar que conseguiríamos levar o ato mais para *nossa campo*. A nossa manifestação foi longe de ser a maior daquele ano, mas havia algo de confiança na gente.

⁵² “O GDF, durante a gestão do PT, de 2010 a 2014, tinha isso de mandar agentes do governo para todos os atos. Mesmo no Santuário, mas sem colete, tinha agente do governo que ia para lá, para fazer mediação. Ficavam do lado da polícia.

— No que a gente volta para rodoviária, a gente anuncia o fim do ato. Aí vem alguém e diz: “não, o ato não pode acabar! A gente não pode parar de lutar! Vocês não podem impedir!” E a gente não podia mesmo. Quem quis seguir para a Esplanada, ou para qualquer outro canto, seguiu.

“MINHA HISTÓRIA NÃO ME AUTORIZARIA”

Nas minhas memórias, dias como aquele 19 de junho e os que se seguiram eram, ao mesmo tempo, muito curtos e intermináveis. Uma lista infindável de tarefas, reuniões, atividades. Telefonomas e notícias de outros coletivos. A vida, como em outros momentos, era o movimento.

As manifestações seguiam acontecendo, de forma que nos parecia ainda mais dispersa depois do anúncio da redução das passagens nas outras cidades. Tentávamos puxar outras iniciativas que seguissem fazendo daquele momento uma possibilidade de ampliação da nossa luta. Até que em uma de nossas reuniões, soubemos que o MPL-SP havia sido convidado para uma reunião com a Presidenta Dilma Rousseff. Meio perplexos, meio conformados, começamos a nos organizar para ir também.

Foi no dia 24 de junho que vivemos um pouco mais da surrealidade daquele ano. Recebidos no Palácio do Planalto, com comida à vontade, matando a fome daqueles dias de tarefas infindáveis. Naquele momento, as manifestações já pareciam ter virado mais “contra a Dilma”. Mas nós estávamos ali, convocados talvez tarde demais pelo governo federal, para falar sobre as pautas do movimento. Bem, quem havia sido convocado era o MPL-SP. Nós, do DF, estávamos ali quase de penetras.

Foi um pouco chocante se dar conta que, depois de tudo que havia acontecido no país, engatilhado pelo aumento da passagem – ou por lutas de direito à cidade, que seja – nada de nossas pautas parecia ser considerado seriamente. Nós que, como movimento nos preocupávamos em não estar estudando tanto sobre transporte a ponto de nos burocratizar, vimos que ninguém ali entendia do que falávamos. Ouvimos argumentos simplórios, como que o ônibus não dava em árvore e por isso era impossível ser gratuito. Da nossa parte, dizíamos que a mobilidade era um problema central do país, na estrutura das cidades brasileiras. E, de novo, ouvíamos a mesma ladainha sobre do Estatuto da Cidade, do Estatuto da Mobilidade, qualquer coisa...

— É como se fosse a primeira vez que ela tivesse ouvindo uma leitura política sobre a questão do transporte que não fosse uma leitura tecnocrata. Na hora que a coisa se acirra um pouco, ela fala: “Tudo bem, então muito obrigado”. E vai embora.

Nunca saberemos se a Presidenta foi embora pelo embate ou pelos 40 minutos que havia destinado àquela reunião. Mas seu assessor, Gilberto Carvalho, se apressou em dizer: “Olha, por favor, escutem. Ela é meio bruta, ela tem um jeito rígido, mas é uma pessoa que está pensando muito no país. Ela pensa o país de forma global. Vocês têm que ouvir ela! Vamos manter esse diálogo.”

Antes que a Presidenta saísse da sala, o MPL-SP reforça dois pontos da carta entregue no encontro. Um deles era o massacre, cotidiano, mas muito alarmante naquele ano, dos Guarani no Mato Grosso do Sul. A carta entregue pelo MPL destacava a urgência de ações efetivas para enfrentá-lo como prioridade. Dilma assentiu, sem maiores comentários. O segundo apelava para a escalada da repressão nas manifestações, destacando os perigos da aprovação da lei antiterrorismo. Quanto a essa, Dilma nos respondeu: “Não vai ter esse tipo de impacto, porque a minha história não autoriza isso”; e se despediu.

Quando acaba a reunião, um anúncio: “A imprensa tá ali embaixo e quer ouvir vocês”. Nos sentamos um pouco para conversar, no primeiro andar do Palácio do Planalto, sem mais ninguém. Quer dizer, quem sabe “com milhares de escutas da CIA, da polícia, deles, da Lava-Jato, sei lá.” Tiramos nossos acordos, avaliamos quem ia falar. Saímos do Palácio e nos deparamos com um mar de jornalistas, câmeras, flashes, microfones. Fiquei desorientada com aquela situação: nada do que havíamos vivido no DF se comparava com aquele nível de exposição, mesmo em 2013. Falei qualquer coisa para algum jornalista, sem me sentir apta àquele tanto de assédio. Um companheiro me afastou dos microfones, ainda desnorteada. Dali, voltamos para a nossa ainda interminável lista de tarefas.

O dia seguia cheio, com uma atividade no IPEA, uma aula pública à noite, uma reunião aberta, uma reunião fechada. Algumas cervejas de noite, na porta de um supermercado. Mais ou menos como sempre.

— O pessoal de São Paulo chegou aqui e nós os buscamos no aeroporto. Não foi carro da presidência, nada assim. Fomos até a reunião da presidência, comemos qualquer coisa, fomos andando até o IPEA, do IPEA até o CONIC. Depois do CONIC a gente vai tomar uma cerveja no Supermaia, fica lá até as 3:00 da manhã e depois... Eles dormiram

aqui em casa, um no sofá, outro na outra cama e outro fazendo valete comigo na cama. Ou seja, o tipo de estrelato, de poder, que acontece dentro do movimento autônomo não está propriamente atrelado ao que seria luxo material. As nossas formas de burocratização não tão vinculadas a necessariamente ganhar dinheiro, ou a empregabilidade. Isso pode ter também, mas os fantasmas do movimento autônomo, as formas de degeneração da nossa luta, são distintas das formas do período anterior. Tem outras coisas acontecendo para desmontar essa luta e transformar ela no seu oposto.

ESCALAS CRUZADAS, AFINAL, BRASÍLIA:

Aquela reunião com a Dilma ressaltava ainda mais uma questão: o cruzamento entre as escalas em que realizávamos a luta no cotidiano do movimento, e na qual se vivia a experiência do transporte coletivo, e a escala da política “nacional”. A gente não tinha estrutura nacional para lidar com o que estava acontecendo. A nossa geração não tinha conseguido firmar nenhuma ferramenta para isso.

—A geração autônoma da década de 90 lutava contra o governo de Fernando Henrique, sob direção da CUT, com os instrumentos da CUT. Depois, o movimento autônomo se afasta disso ao realizar a luta antiglobalização. Mas aí era a luta contra globalização numa dinâmica Global-local, local-global, não tinha Nacional-Global-local. Disso se desenvolve um tipo de luta municipalista, que é o tipo de luta do Movimento Passe Livre. Não tinha ferramentas de luta nacional. Ao não ter ferramentas de luta nacional, se quer passou pela nossa cabeça, por exemplo, uma ideia simples: lá no nosso ato o pessoal queria ir pra Esplanada? A gente pode fazer um ato na Esplanada para pressionar a Dilma pela tarifa zero, representando os movimentos pelo transporte de todo o Brasil. Era uma formulação que sequer passou pela nossa cabeça.

Se essa é uma dimensão generalizada de 2013 para o MPL, para o coletivo do DF ela tinha sabor especial, por conta da trajetória que construímos para tentar fazer de Brasília mais do que a Esplanada. Todo nosso percurso se baseava em dizer que havia vida política no DF, de que aqui havia bandeiras a conquistar, que era possível que Brasília não fosse só um satélite da burocracia federal.

— Ou seja, era o cenário perfeito para o vazio se apresentar e para a direita ocupar o único espaço que nós não tínhamos ocupado com qualidade, que era esse vínculo entre a luta municipal com a luta nacional.

AINDA JUNHO - ASSEMBLEIA DOS POVOS

As ruas continuavam em alguma ebulação no DF, numa intensificação daquele quadro “militantes de organizações de esquerda, black blocs paramentados, “brasileiros com muito orgulho”, gente do “rolê rebelião”, de camisa na cara e chinelo. Logo após o anúncio da redução das passagens, o MPL-SP havia declarado sua retirada das manifestações. A revolta já era espetáculo e alguns veículos de comunicação buscavam desesperadamente construir as “novas lideranças” do processo – quanto mais afastados “da esquerda”, melhor. De outra parte, também as organizações de esquerda procuram “puxar para as suas fileiras”, gente que havia emergido das manifestações. Os partidos de esquerda começavam a ser atacados na rua e, numa estória pouco contada, nós do MPL nos juntávamos para defender nossos militantes. Desse contexto intenso, surgiu a ideia de fazer uma assembleia que procurasse fortalecer as possibilidades de atuação conjunta.

Fazer assembleias de rua não era exatamente uma novidade para a gente. Nos juntamos com outras organizações, militantes do MTST, do PSOL do movimento autônomo, do Grito dos Excluídos, movimento sindical. Tiramos uma metodologia e nos preparamos para a Assembleia dos Povos.

Figura 13 - Assembleia dos Povos do DF



Fonte: Mídia Ninja

Foi um desastre.

Havia uma tensão de que a direita, já forte nas ruas, poderia invadir aquele espaço. Mas havia, acima de tudo, uma tensão entre a E/esquerda. Todos os tipos de disputa

típicas de um espaço como esse se plasmaram ali: debates intermináveis sobre a metodologia; disputas pelo controle da mesa; discursos também intermináveis sobre a etapa da luta de classes em que nos encontrávamos; tentativas de submeter os novos grupos que tinham emergido da internet para a rua a um controle que não fazia o menor sentido⁵³.

A Assembleia dos Povos foi, para mim, angústia e raiva. Havia a tensão com a direita, que já se mostrava bastante articulada nos atos de rua⁵⁴. Os partidos de esquerda estavam, de fato, passando por um processo de intimidação, contando com a nossa atuação para protegê-los. Mas havia, também, um anseio por outro tipo de movimentação que não repetisse a mesma estrutura das velhas organizações de esquerda: falas intermináveis, “caratê de microfone”, disputas de DCE e sindicato. Pouca ação, muita burocracia. Seríamos capazes de construir, ali uma possibilidade de atuação que escapasse disso?

Não fomos.

— Depois de 3, 4 horas, saiu um conjunto de resoluções muito grande e muito bom. Porém, o processo de desgaste interno cindiu a unidade que havia para esquerda e abriu espaço para que a disputa tomasse conta do processo. A democracia de base perdeu para disputa política na Assembleia dos Povos. E o movimento autônomo também abandonou aquele espaço, já deu por perdido muito cedo. Era também a nossa fragilidade em 2013: aparentemente, tudo que a gente propunha estava se realizando. As pessoas não aceitavam menos do que ter tudo aprovado. A Assembleia dos Povos encerra um processo de 10 anos de uma trajetória muito forte de colaboração do Distrito Federal, de articulação e de setores até antagônicos. Em 2013 ela começa a dar errado. Nós tínhamos uma

⁵³ “Eu lembro que tentou se definir, na assembleia, se os grupos poderiam ou não dar entrevista para imprensa, os grupos tipo Marcha do Vinagre. Ou seja, era uma tentativa de controle, sobre a autonomia das organizações...”

⁵⁴ Como afirma um dos meus companheiros: “Quando acontece junho de 2013, já tinha um caldinho bom da direita... No Brasil inteiro. Tô falando só do DF. Em 2007, 2008... Durante a greve dos professores da UNB, um grupo de estudantes funda um coletivo chamado UEI – União dos estudantes Independentes, um grupo que se organiza para lutar contra a greve dos professores. Depois da ocupação da reitoria, Esse grupo vai mais à direita e mais à esquerda e esse grupo ele tem um conjunto de pessoas que esse grupo cinde, uma metade organiza a Aliança pela Liberdade. Direita, liberal, estudantil, não partidária inicialmente. E, em 2011, essa organização ganha a eleição do DCE da Universidade de Brasília. O DF também, de 2005 a 2013, é palco de muitas marchas da direita: “cansei!”, contra corrupção... Havia um clima de organização da direita, espalhado pelo DF.”

possibilidade de vencer ali, uma possibilidade de... Assim, se todas as outras vezes deram certo, imagine se dessa vez tivesse dado certo? O que teríamos projetado ali?

ABERTURA DE HORIZONTES

Recontar 2013 é pensar juntos que horizontes se abriram e fecharam em meio àquelas barricadas. “A Dilma poderia ter feito qualquer coisa em 2013!”. Mas não fez. E, ao mesmo tempo, “A pauta de transporte avançou no mínimo 10 anos em junho de 2013.” Cem cidades tiveram o aumento da passagem revertido.

Mas recontar 2013 é também pensar o que poderíamos ter feito diferente. Se estávamos lá para saber que 2013 não foi uma “revolução colorida”, também estávamos lá para saber que nos deparamos com nossos limites, que vimos nossos sonhos acontecerem e não soubemos o que fazer com eles (ainda que talvez ninguém saiba mesmo). “A gente não pode jogar o inverso. Não foi a CIA que fez 2013, mas nós também falhamos. Nós tínhamos uma brecha de atuação ali para a qual nós não estávamos preparados.”

— Então não é repetir 2013, sabe? Nós fomos, também, belamente derrotados. Porque uma parte da vitória que queriam que nós tivéssemos não era uma vitória que nós queríamos ter, era uma vitória da hegemonia. Mas nós nos recusamos abrir o debate de como ter uma vitória que fosse nossa, do nosso jeito. É muito compreensível que isso tenha acontecido. Mas não é elogiável. Não é absurdo, não é abjeto, mas não é elogiável.

O que seria “uma vitória como a nossa?” É possível inventarmos algo que se pareça com *vitória* e com *a gente*? E, de que *a gente* estamos falando? Se, nos 10 anos que separam a Revolta do Buzú e 2013, nós construímos um movimento e nossa pauta “amadureceu”... Nós também mudamos, ganhamos outras preocupações, prioridades, formas de agir, pensar e sentir.

— 2013 é um marco histórico do movimento, mas também da nossa geração de militantes, né? A nossa geração não se sente da mesma forma, a gente tá ficando velho. A gente não pode pautar as mesmas coisas que nós pautávamos com 20 anos, aos 35. É diferente.

Esses dilemas, que se reproduzem em nossos corpos e relações, também dilemas muito antigos de quem pensa que o mundo como vivemos é insustentável, de quem precisa imaginar e construir outros possíveis, contar outras estórias. Seria pretensão

demais achar que podemos resolvê-los. Mas é também pretensão demais achar que podemos ignorá-los. Eles continuam urgentes, porque imaginar a vida além desta segue tão ou mais urgente quanto antes. E a gente, bem,

— A gente sempre acreditou na capacidade de revolta das pessoas, né? As pessoas não precisam ler a teoria para entender que a vida delas não tá boa. As pessoas sentem que a vida tá pesada, tá precária, elas sentem cada dia. A gente conta com esse sentimento de que a vida vai insistir, mesmo com o capitalismo tentando corroê-la todo dia.

Que possíveis se abrem com uma revolta?

SÃO PAULO

O ano de 2013 vai além de São Paulo, a frase que ouvi repetidamente de meus companheiros e companheiras de todas as outras cidades. Mas 2013 em São Paulo vai também além do que costumamos escutar. Entre a História e as estórias há um hiato. E, apesar da profusão de análises e relatos sobre o que aconteceu em São Paulo naquele mês – o mês que costuma nomear o ano – minhas companheiras⁵⁵ afirmaram diversas vezes que, não, suas estórias não haviam sido contadas:

— Tem muito pouco de 2013 nas análises. Eu sempre sinto isso, elas são muito frias, falsas, distantes mesmo. As pessoas tentam ler 2013 com categorias prontas, e que elas querem enquadrar, não importa que 2013 não se enquadre naquilo.

— Eu sinto muito isso nas entrevistas e nas análises. ‘Não, mas é um processo global’; ‘Não, mas 2011 foi uma influência.’; ‘Não, porque a praça Tahir, a Primavera Árabe....’ Cara, não, não foi uma influência pra a gente, não, não era daquilo que vinha. ‘Ah, mas existe um processo de lutas globais’. Foda-se, entende o processo que tá acontecendo no Brasil e naquela cidade e a história daquele movimento, sabe?⁵⁶

Para escutar sobre o que estava acontecendo “naquela cidade” e na “história daquele movimento”, conversei com quatro companheiras de São Paulo. Duas delas eram já militantes do MPL-SP há alguns anos, tendo passado por várias jornadas de lutas do movimento antes de 2013. As duas participaram ativamente do que foi construído aquele ano, tendo inclusive ocupado o lugar de “figura pública”, naquela jornada. Em 2013, seus nomes e rostos foram expostos constantemente como “representantes do movimento”.

Mayara, integrante do MPL-SP, na minha lembrança “desde sempre”, mulher, branca, na faixa dos 30. Já não lembro de tudo que vivemos juntas, desde que a conheci depois de perder um pedaço de um dedo por conta de um estilhaço de bomba em uma manifestação, lá pelos idos de 2007. No começo de 2013, ela estava afastada do movimento há cerca de seis meses, até ser convencida a voltar por um compa. Ela já desconfiava que voltar para o MPL mudaria tudo: “Eu pensava: Ah, eu não posso mais ir pra esse movimento, que esse movimento vai acabar com a minha vida e eu não vou ter

⁵⁵ Utilizarei o genérico feminino, ainda que tenha conversado também com um companheiro para construir essas estórias.

⁵⁶ A recusa aqui não é, principalmente, a recusa a entender o processo de 2013 dentro de um ciclo global de manifestações. Trata-se, ao contrário, de não deixar que essas conexões invisibilizem o que estava sendo vivido pelas minhas companheiras.

tempo de fazer nada’. Acertei.” Quando conversamos, em 2020, Mayara estava no Chile, por confluência vivendo a revolta popular que incendiava as ruas daquele país.

Nina, também uma mulher, branca, na faixa dos 30, igualmente participou do movimento desde seus primeiros anos, ainda que tenha dificuldade de responder o ano exato em que entrou – foi um processo entre começar a acompanhar o MPL (2006) e de fato se sentir parte, “assumir tarefa” (2010). Nossos contatos não foram tão próximos antes de 2013, talvez até tenhamos tido um ou outro desentendimento naquele ano. Hoje, é daquelas companheiras irmãs. Foi ela quem se dispôs a refazer comigo a cronologia daqueles dias insanos, com todo o esmero e preocupação pelos detalhes que se apresentarão a seguir.

As outras duas companheiras não integravam o coletivo em 2013, tendo passado a participar em 2016.

Uma delas, Biba, mulher, branca, na faixa dos 20 anos, conhecia o movimento desde 2011, quando estava no terceiro ano do ensino médio. Participou da jornada de lutas puxada pelo MPL-SP contra o aumento, depois de um contato do movimento com o grêmio de sua escola.

Já Marquinhos⁵⁷ conheceu o MPL em 2013. Então morador do bairro Tiradentes, ele conta que foi apenas em 2013 que começou a circular pelo Centro de São Paulo, quando tinha 24 anos. Como morador de Tiradentes, há uma feliz coincidência: ele viveu, nos anos 90, aquela que foi a primeira experimentação de Tarifa Zero no país, durante o governo Erundina. “Quando eu conheci o movimento, foi retomar parte dessa história assim.”

Fez bem, para as estórias de São Paulo, contar com essa diversidade de perspectivas. A mistura de dentro e fora do coletivo, o olhar de quem virou noites em reuniões com o de quem se viu atraído pelos atos. O encontro dessas experiências trouxe à tona estórias boas para pensar e, quem sabe, boas para podermos imaginar outras.

Diante da riqueza com a qual me deparei nas minhas conversas, me espanta que faltem fogueiras para varar a noite ouvindo aqueles relatos. Mas a premência de contar estórias contrasta com a demanda por entrevistas, solicitadas tanto pela imprensa como

⁵⁷ Todo o contato que tive com Marquinhos foi por essa chamada online, sem imagem devido a falhas do sinal de internet. Nunca o perguntei como se declarava racialmente, de forma que não tenho com trazer esse elemento para o texto.

por pesquisadores/as. Essa demanda constante apareceu na conversa entre Mayara e Nina⁵⁸:

- Nossa, ainda bem que você nunca mais me passou nenhuma entrevista, cara.
- É, eu não consigo te passar, nem para ninguém na real. Eu sou a única trouxa que topa.

A esta brincadeira, se sucedeu um debate sobre as dificuldades do movimento em contar o que se viveu, individual ou coletivamente. O processo de São Paulo é intenso e, como se verá a seguir, o coletivo que o construiu já não existe mais. O MPL continua e nunca acabou⁵⁹, mas agora construído por outras pessoas – na época em que realizei as conversas, por Marquinhos e Biba, por exemplo. Mas Nina e Mayara debatiam, justamente, a dificuldade que aquelas pessoas que fizeram o 2013 de São Paulo acontecer tiveram de construir juntas as estórias daquele ano.

Aqui vale contar um pouco da cozinha das conversas com minhas companheiras de São Paulo. A ideia de fazê-la coletivamente não foi minha. Ocorreu porque busquei um outro companheiro, também militante do MPL em 2013, que me respondeu que, no caso de São Paulo, as conversas deveriam ser coletivas, mesmo sob meus argumentos de que todas as outras haviam sido individuais.⁶⁰

Este pedido gerou o debate entre Nina e Mayara. Tudo havia sido tão coletivo naquele ano, que seria mesmo difícil falar individualmente sobre o que aconteceu: “Nunca a gente tava como indivíduo. Depois, era como se fosse estranho mesmo fazer análises individuais.”

Por outro lado, destacam, para as pessoas que não apenas saíram, mas também declararam publicamente as divergências com o movimento, falar pareceu mais fácil do que para quem seguiu próximo politicamente: “Para quem saiu, parece que ficou mais fácil falar”.⁶¹

⁵⁸ Ao contrário das outras cidades, com as companheiras de São Paulo, realizei uma conversa em dupla. O motivo será explicado mais adiante, pois que revela algo do processo daquela cidade. Foram, assim, três conversas individuais, com Nina, Biba e Marquinhos; e uma em dupla, com Mayara e Nina. Acompanhar o diálogo das duas – ou mesmo não acompanhar, já que por um longo período segui gravando uma conversa da qual não participei, interrompida por minha filha – também fez com que essas estórias construíssem outros rumos. Para que a leitora acompanhe quando for a minha intenção ressaltar a importância do encontro das duas, substituirei as aspas habituais pelo travessão.

⁵⁹ Ao contrário do que chegaram a afirmar alguns.

⁶⁰ O companheiro que sugeriu a conversa coletiva acabou não podendo se juntar conosco.

⁶¹ Mais um pouco da cozinha: procurei um dos militantes que saiu declarando publicamente suas divergências com o movimento. Este mesmo militante foi “figura pública” do movimento em 2013 e concedeu diversas entrevistas depois sobre aquele ano. Também participou de obras que analisaram os

Já para quem passou a construir o MPL-SP depois de 2013, o tema foi, sim, alvo de debates, reuniões e análises coletivas. Linhas do tempo, conversas, ruminações: “A gente tá sempre digerindo. Conversar sobre 2013, sobre junho de 2013 tem a ver com essa complexidade.” O lugar é outro:

— As gerações mais novas [do movimento], pensam sobre a disputa para manter 2013 enquanto uma revolta viva, potente, porosa. Mas a relação é ambígua, no sentido que parte da geração mais nova não necessariamente tem a dimensão do que foi 2013. Não temos essa responsabilidade de 2013. Com certeza, não temos responsabilidade nenhuma de repetir. (voltaremos a isso mais adiante).

Estórias distintas, mas estórias por contar, apesar da profusão de Histórias:

— A gente tava falando sobre a disputa da história, da memória, do imaginário e... Uma das minhas maiores tristezas é a gente não ter registro desse processo nosso. Eu fico pensando muito concretamente o quanto o livro do Léo Vinicius⁶² foi muito importante politicamente pra nossa formação enquanto militantes. Acho que é um exemplo muito concreto de como a memória ali foi muito importante politicamente. E a gente não tem isso de 2013.

2011

Puxar o fio de 2013 é lembrar de outras revoltas que, muitos anos antes, serviram de inspiração para MPLs de todo país. Mas, para o coletivo de São Paulo, é também lembrar da jornada de lutas contra o aumento da passagem ocorrida em 2011. Daquele ano, o coletivo percebeu um esgotamento de algumas vias de ação, que em 2013 optaram por não repetir.

Três elementos essenciais são destacados aqui. Em primeiro lugar, a duração daquele processo: uma manifestação semanal, por cerca de três, quatro meses. Se, por um lado, o coletivo se viu consolidado ao conseguir manter essa frequência, também se viu exausto. Em 2013, essa percepção de 2011 se juntou com a inspiração em lutas de outras cidades que haviam sido bem-sucedidas: Porto Alegre, Goiânia. Era preciso ser “explosivo”.

acontecimentos quando do marco dos 10 anos. Comigo, no entanto, não quis conversar. Nunca recebi qualquer resposta.

⁶² Trata-se dos livros já citados: Guerra da Tarifa e Guerra da Tarifa 2004-2005, publicados pela Ed. Faísca em 2005 e 2006, respectivamente.

Além disso, também vem de 2011 uma memória de “muito institucional”, me contam minhas companheiras. Naquele ano, tudo havia sido pensado ao redor de pressionar as instituições da cidade para reverter o aumento: audiência pública, articulação com deputados.

— Conseguimos o que seria necessário para barrar o aumento institucionalmente, mas não conseguimos tacar fogo na cidade. Em 2013 a gente tinha isso muito claro: a gente não quer apostar nossas fichas em nenhuma via institucional. A gente não quer perder tempo nesses caminhos burocráticos. E a prefeitura é o PT! Que sabe tirar isso de letra. Então, se a gente não tiver uma pressão popular muito bem construída, eles vão engolir a gente.

A reflexão sobre a falência dos caminhos institucionais não se dirigia apenas à Esquerda no poder. O coletivo de São Paulo estabeleceu novos limites para partidos e organizações com quem habitualmente trabalhavam em processos de luta anterior, a partir da mesma precaução contra a burocratização. Não apenas em 2011, mas todos os outros processos de luta contra o aumento em São Paulo haviam sido construídos em Frentes e as decisões estratégicas tomadas nesse espaço. Segundo minhas companheiras, esse espaço acabava sendo muito pautado pelas demandas dos partidos e outros movimentos, que estavam mais interessados “numa autoconstrução deles” do que em barrar o aumento das passagens. Perdia-se tempo, disposição, vontade nessas disputas.

— [Em outras jornadas] a gente acabou transferindo as decisões pra espaços de amplos que a gente abria... Nessa vibe hiper democrática, que às vezes marca o movimento autônomo, a gente queria ouvir a pataquada que todo mundo tinha pra dizer...

— Então, em 2013 a gente falou: ‘bom, a gente vai decidir tudo sozinho e vai simplesmente chamar as pessoas pra colar com a gente’. E foi efetivamente o que a gente fez.

Por fim, havia ainda outra lição: era preciso reagir de outra forma com a repressão policial. O plano era não a deixar desarticular, enfrenta-la, não deixar mais que “a polícia dite o tom dos atos. Começava a repressão, a gente tinha vários grupos divididos de pessoas encarregadas de reagrupar os atos. Sempre, sempre.”

OQUEFAZER.XLS

“Uma manifestação seguida da outra e não deixar os caminhos institucionais tomarem peso”. Caminhos formulados para dar conta da repressão policial e reagrupar os atos. Decisões estratégicas tomadas dentro do coletivo. Essa era tônica que o MPL-SP havia decidido construir para aquele ano.

É muito curioso como as estórias de São Paulo voltam sempre para a ideia de *plano*: tudo foi milimetricamente discutido, pensado, elaborado, previsto. Desde antes de começar as manifestações, o coletivo havia decidido que seriam três semanas explosivas, e na terceira o aumento seria barrado. Haviam imaginado que o Haddad, então prefeito, iria convidar para uma conversa ainda na primeira semana, que eles recusariam. Haviam organizado, em uma planilha de Excel, todas as ações que iriam fazer até o fim da jornada.

Ao menos um elemento conjuntural possibilitou que tantos planos fossem armados. Desde dezembro de 2012, já se sabia que o aumento de passagem aconteceria em junho na cidade. Junho não era mês de férias, ao contrário de janeiro, quando a cidade se esvazia.

— A gente deu certo primeiro pelo erro dos outros... Porque, se os caras tivesse o mínimo de tino! É que eles achavam que ninguém ia criticar a Esquerda institucional. Porque sequer passou pela cabeça dele que a gente ia se aproveitar desse gancho. Porque ele achava: como assim vão ousar falar mal da a gente?

O Movimento teve, então, tempo para conspirar: “a gente passou literalmente janeiro, fevereiro, março, abril e maio planejando em detalhes o que a gente achava que tinha que acontecer em junho.”

Assim, noites inteiras daquelas seis ou sete pessoas que então compunham o coletivo foram gastas listando, ponto por ponto, tudo que poderia ser feito de ação política para barrar o aumento aquele ano. Armou-se a tal tabela de Excel, com cerca de 100 ideias, inspiradas em tudo que aquelas pessoas haviam experimentado politicamente em sua trajetória. “Abria a planilha e aí tinha as colunas: como fazer, com quem falar, onde, como operacionalizar... E aí depois discutia um por um o que fazia sentido.” (“lembra, amiga, daquela reunião horrorosa?”)

— Era assim: do MST à tia da padaria. Do que fazer, desde pular amarelinha até tacar fogo em pneu, tinha tudo. E ponto por ponto a gente discutiu até a exaustão. A gente

passou dias, horas. Acho que se somar, foi umas sessenta a setenta horas de discussão. E aí nasceu nossa força.

— Porque quando o bagulho explodiu.... (não tô dizendo que a gente planejou uma revolta daquela magnitude). Mas a gente tinha esses passos muito claros assim. A gente sabia muito bem o que a gente tinha que fazer. Um equilíbrio muito bom entre uma revolta e um certo direcionamento que o movimento dava, assim. A gente conseguiu manter uma coesão ali, que eu acho que não teria acontecido se a gente não tivesse tão claro pra onde a gente tava indo, sabe?"

Mais tarde, todos esses detalhes, planos e previsões contrastaram com a surpresa que toma conta de minhas companheiras *depois* que o aumento de passagens é revertido. Tudo havia sido planejado, menos o que fazer depois de vencer.

JUNHO

Com o aumento chegando, outras pessoas que andavam distante do coletivo se reaproximaram, como costuma passar não apenas no MPL-SP, mas também nas outras cidades. Minhas companheiras que o pequeno coletivo aos poucos cresceu para, mais ou menos, a casa dos 50, entre os/as que estavam mais atuantes e os/as que faziam atividades eventuais.

A rotina de reuniões se ampliava: mesmo que as decisões estratégicas do movimento já estivessem mais ou menos tomadas, a ausência de uma Frente com outros movimentos e forças fazia com que o coletivo tivesse que encontrar um por outro para avisar dos próximos passos. Havia ainda a tarefa para fazer “o ato acontecer fisicamente”: garantir a faixa, a estrutura, os materiais. As atividades de agitação nas escolas. E mais demandas por reuniões: do governo local, do governo estadual, do Ministério Público...

— A gente tinha que negociar, aquilo que era sagrado para cada um de nós. Pra uma, por exemplo, era sagrado almoçar. Ela podia ficar sem dormir, ela podia ficar sem tomar café, sem jantar.

— Podia levar marmita no carro, mas não ficava sem almoçar.

— Pro outro, o mais importante era não bombar na faculdade e manter os almoços de família uma vez por semana. Veja que são coisas muito singelas. Pra outra, era o negócio de dormir. Não dava para dormir menos de seis horas, não importa o que acontecesse. Então cada militante escolhia ali uma coisinha.

A vida ficou completamente tomada pela luta e minhas companheiras atribuem a essa disposição a relevância que o MPL-SP ganhou naquele - “foda-se, a nossa vida agora é isso. Agora a gente tá disposto a tudo, a gente abre mão de tudo”. Uma disposição que enfrentava as mágoas de familiares, julgamentos de amigos, que seguramente criavam problemas na vida prática. E, ao mesmo tempo, que evidencia a composição social do coletivo, formado por quem podia fazer esse tipo de escolha.

— Esse sacrifício foi muito necessário pra junho sair daquele jeito. Mas fez a gente ficar muito alinhado. A gente conseguia, por exemplo, falar as mesmas coisas nas entrevistas. O cara podia botar a gente de cabeça pra baixo que a gente falava a mesma coisa. Porque que aquilo era uma coisa construída com muito cuidado, muito carinho, muito respeito, muito ódio, muito amor, muito afeto envolvido também. Mas uma estratégia política muito bem alinhada. Depois virou um vidro espatifado.⁶³

— Isso é uma coisa muito louca e muito bonita de lembrar. Todo mundo fala com muita nostalgia da nossa organização em junho, porque foi uma coesão e uma organização muito foda assim, que foi muito importante pro que aconteceu. Apesar de a gente pensar em Junho como se fosse algo muito desorganizado, tinha uma organização nossa muito sólida.

Quem construía o movimento estava já na rotina de meses, fazendo reuniões intermináveis, escolhendo algo para não abrir mão, montando tabelas do que deveria ser feito para que a jornada de lutas pudesse, de fato, derrubar o aumento das passagens. Mas as conversas com Biba e Marquinhos revelam também os motivos de quem não compunha o coletivo para estar ali, e como aquele processo já começou ultrapassando não apenas as fronteiras porosas do movimento, mas também as da própria cidade.

Marquinho me conta que foi justamente em 2013 que ele começou a andar pelo centro de São Paulo para frequentar um curso. Até então ele, já com seus 24 anos, ficava mais por Tiradentes. Para chegar até o centro, dependia de transporte público e foi nesse contexto que um amigo o chamou para o ato. Esse amigo já conhecia o movimento há pelo menos dois anos, enquanto Marquinhos não tinha muito claro o que era movimento social, ou militância. Mesmo assim, mergulhou de cabeça. E foi quando ele viu gente que não imaginava falando sobre aqueles atos, que ele diz ter entendido o significado daquilo tudo. Já não fazia sentido “levar a vida normal”.

⁶³ Um vidro espatifado, um estilhaço...

— Você não consegue seguir com a sua vida do dia a dia sem estar pensando na luta. Eu lembro de ir pra faculdade e falar: ‘Tá tendo aula sobre a história da arquitetura renascentista?’. Tipo, como assim arquitetura renascentista agora!

Chegar de volta ao bairro, assistir as notícias das manifestações na televisão e dizer para seus vizinhos e amigos que não era bem isso o que tinha acontecido. Ao escutarem Marquinhos falando, outros amigos também começaram a aparecer nas manifestações, no que ele chama de “um ponto de fissura”

— Bem, e daí cada ato, cada semana, é uma aventura, né?

02 DE JUNHO

O primeiro ato daquela jornada não foi no centro da cidade, mas no M’boi Mirim. Começar por lá, me contam minhas companheiras, era começar marcando a diferença de caráter que a luta teria quele ano. Aproveitando de relações construídas com os militantes de base do MTST, o ato foi pensando para ser pequeno, mas radical.

De manhã bem cedo, logo ao amanhecer. Dois grupos se formaram. Um se responsabilizou por travar a avenida com pneus em chamas. O outro, fazer uma manifestação “mais pública”, junto com a Associação de Moradores. E esse foi oficialmente o primeiro ato da luta contra o aumento.

— A gente parou a avenida, foi um ato super difícil porque tava literalmente impedindo as pessoas de ir pro trabalho. Muita gente entrava, muita gente não entrava. Mas ali a gente anunciou um pouco qual ia ser o caráter da luta. A gente pensou muito isso: a gente quer que a primeira manifestação seja na quebrada.

Junho começou dia 2 e é bom lembrar disso, porque pouco se fala dessa manifestação, a menos que seja como um pequeno fracasso, supostamente escondido pelo movimento.⁶⁴ Para quem estava planejando os atos, M’boi Mirim era outra coisa: um símbolo da distância que se queria tomar de caminhos adotados em anos anteriores.

06 E 07 DE JUNHO

⁶⁴ Ver Alonso (2023), quando a autora afirma ser esse um momento revelador dos “pés de barro” do MPL.

O ato do M'boi Mirim também não foi visto por vários/as dos/as que foram ao Centro, e lembram de junho começando no dia 06. Entre aquela primeira manifestação, na segunda feira, e o ato que seria no centro, na quinta-feira, o coletivo se virou como pode para divulgar para grupos próximos qual que era a proposta e o trajeto.

O desejo era o mesmo do anterior: a luta precisava manter o tom radical. O cenário foi bem planejado: Um bandeirão enorme com os dizeres “Se a tarifa não abaixar, a cidade vai parar” seria pendurado no viaduto do Chá. Embaixo, catracas de papelão e pneus seriam incendiados.

— A gente sabia que isso era uma foto de capa de jornal. E, além disso, o Viaduto do Chá é perto da Prefeitura. E aí, bom, na leitura [que tínhamos] do PT, eles iam querer já receber a gente no primeiro dia. E a gente precisava dar um recado bem claro: vamos queimar pneu na frente da prefeitura e mostrar pra eles. Depois a gente soube que o Haddad desceu com algumas pessoas, querendo que a gente entrasse pra conversar com ele. E a gente simplesmente passou, desceu e queimou pneu na frente da janela dele.

O percurso pensado trazia um perigo: era preciso driblar a polícia até conseguir chegar até a Av. 23 de Maio, onde os pneus seriam queimados. Se a repressão estourasse antes disso, o ato não aconteceria como planejado. Por outro lado, pela primeira vez o MPL-SP tinha uma estratégia montada para reinventar o ato quando ela chegasse, como já sabiam ser inevitável diante dos pneus em chama. Sempre que a polícia atacasse, a manifestação viraria várias outras e passaria a tomar simultaneamente outras partes da cidade.

— Eu lembro de olhar para o ato e pensar: nunca que a gente vai conseguir queimar esses pneus, nunca que vai ser grande como a gente pensou. Mas a gente conseguiu: a foto que queríamos, queimar os pneus e reagrupar os atos e seguimos os trajetos pré-definidos.

Para quem não tinha participado do plano, a imagem era também incrível. Era ainda uma manifestação pequena para o que viria acontecer depois: cerca de sete mil pessoas. Quando a repressão começou, um de meus companheiros recebeu um convite:

— A primeira coisa que eu fiz em um ato do movimento foi colocar um sofá na rua pra ajudar a resistir, sabe? Já era uma sensação que eu tinha nos primeiros atos e isso tem a ver total com a coisa da horizontalidade, né? A sensação de que não haveria necessariamente uma pessoa ou algumas pessoas totalmente responsáveis pelo

andamento do movimento. Era todo mundo. Depois eu fui entender o que era movimento social... Mas primeiro, foi muito concreto. E isso não era menor.

A repressão jogou duro. Pela primeira vez, 12 ou 13 pessoas foram presas de fato. Começou a urgência por levantar fiança, arrumar advogado, fazer audiência. E, mesmo assim, funcionando aquele 6 de junho, o plano era convocar uma manifestação para o dia seguinte, na Marginal, lugar ainda não frequentado por manifestações naquela época. No final do dia, o MPL avisou aos outros grupos: vai ter manifestação amanhã e vai ser na Marginal.

— Todo mundo ficou em choque, os partidos daquele jeito: ‘Que? Cês tão louco. Marginal? Sexta-feira! Vocês acabaram de fazer um ato, não vai dar certo’. A gente falou, ‘foda-se, a gente vai’.”

No dia seguinte, o ato também foi “um sucesso”, dessa vez sem repressão. É a única vez que minhas companheiras tem memória de ter saído juntas para comemorar depois da manifestação. Enquanto tomavam uma cerveja, notícias da manifestação passavam na TV. A sensação era de tudo estava saindo como o planejado.

11 DE JUNHO

No auge de junho, as reuniões do MPL deviam ter umas 50 pessoas. Nessa época ainda estavam 30, 40, além de grupos próximos, que também se somavam para organizar o ato. Durante a manifestação, havia ainda uma série de comissões preparadas para dar conta das demandas.

Entre as funções necessárias está a de *negociação*. Em lugar de confrontar a Polícia, um ou dois militantes se responsabilizam por negociar trajeto, conversar. Não adianta muito se negar a falar com a polícia, é mais produtivo e inteligente “ser simpático”. “Muitas vezes a gente fingia um trajeto e fazia outro.” Há, surpreendentemente, quem goste de exercê-la.

— Eu gostava de entender até onde a PM ia deixar, onde iam reprimir, quando que vinha a ordem de cima pra reprimir. A gente sempre tinha que ficar nesse meio termo, de segurar a repressão mesmo pro momento que a gente achava que era inevitável.

Mais uma vez, a ideia era surpreender. Fazer um trajeto diferente, passando por um viaduto que desce a Consolação, embaixo da Praça Roosevelt, até chegar no terminal

Parque Dom Pedro. Ali, o impacto no trânsito seria enorme. Mas a negociação combinou com a polícia um *trajeto comum*. Até que “o ato virou”:

— Acho que a gente não falou nem para a galera qual ia ser o trajeto. Lembro de estar muito concentrada na negociação, atenta ao momento que eu ia ter que falar: ‘virou, vamo pro outro lado’ e dar um perdidão na polícia. A euforia de quem tava na frente do ato com a gente! Era sempre a galera mais punk, black bloc, mais treta. E eu lembro do momento que eu disse: a gente vai entrar no viaduto. E os olhares de surpresa, de entusiasmo. Não me esqueço de dois caras que então me disseram: “agora vai, agora a gente aprendeu a fazer ato, esse ano a gente barra o aumento.”

Traçar novos trajetos, em muitos sentidos. Marquinhos estava pela primeira vez no ato com mais quatro pessoas de Tiradentes. Uns anos antes, ele conta, “se você me perguntasse se estaríamos num ato contra o aumento da tarifa no centro da cidade, eu ia falar que seria difícil.”

Múltiplas sensações de novidade eram, assim, criadas, experimentadas. Algo marcado também na estética dos atos do MPL – em parte pela ausência de elementos clássicos dos atos de Esquerda, em especial o carro de som. Mas também por suas presenças: as faixas em preto e branco, as catracas artesanais ou os sacos de lixo encontrado na rua em chamas. “Tinha isso, de promover esse cenário de revolta.”

A resposta da ordem veio, claro. Algo que minha companheira não havia mencionado é que a polícia não fica exatamente feliz de se sentir passada para trás. Quando a manifestação chegou ao Parque Dom Pedro, a Tropa de Choque já estava a postos para impedir a entrada. Havia chegado o ponto onde a repressão seria inevitável: “não, aqui a gente vai tretar! Foda-se! Vai tensionar até entrar no terminal.”

Apesar da forte repressão, o esquema montado para agrupar os atos seguiu funcionando. Multidões menores se reorganizaram e se encaminharam para a Avenida Paulista. Para os/as manifestantes, estar na Paulista era estratégico: não era como apanhar sozinho no escuro das vielas do centro. Levar o ato e, por consequência, a repressão para a Paulista fazia com que ambos ficassem mais visíveis: “Sempre tem o pedestre que foi atingido, o carro que não sei o quê, o jornalista que filmou.”

A estratégia formulada para tornar visível e assim democratizar a repressão é algo pouco falado sobre 2013 em SP. No geral, menciona-se uma virada midiática na cobertura dos atos após a violência policial ter atingido jornalistas das próprias empresas de comunicação. Também no geral, se atribui a essa virada a efetiva massificação dos

protestos. Pouco se fala sobre como os/as manifestantes construíram um caminho para tornar impossível que a ação violenta da polícia passasse desapercebida. E ela passava por ocupar outras ruas, usar a geografia desigual da cidade a seu favor.

Vem deste ato uma cena que marca as lembranças daqueles dias, tendo virado capa da Folha de São Paulo. Um policial militar, com o rosto ensanguentado, aponta uma arma para uma multidão de manifestantes.

Me chama a atenção como minha companheira relembra o evento: “Foi nesse dia que dois militantes super próximos, foram acusados de agredir um policial. Na verdade, eles meio que salvaram o policial, porque o policial foi cercado por uma galera e perdeu a arma.” A confusão da memória revela mais do que esconde: rodeado de gente e desesperado, mesmo empunhando a arma, o policial parecia ter perdido seu poder habitual.

A partir daí, o ato virou bombas de gás lacrimogênio atiradas a esmo, prisões em massa – “recordes de prisão”. O clima estava, aliás, muito propício para violência policial e criminalização: políticos de diversos poderes já haviam declarado que era necessário “acabar com a baderna”, os editoriais midiáticos já haviam clamado por ações mais duras da polícia. O ato já havia sido grande, muito maior dos que o MPL costumava fazer.

— Nessa época, era o maior ato que o MPL já tinha feito. Eu acho que tinha umas vinte mil pessoas, que era muito pra a gente na época. Hoje em dia se conta como se os atos grandes tivessem sido todos por causa da repressão. Pra gente, aquele ato era enorme.

13 DE JUNHO

A escalada da repressão impediu militantes do MPL-SP de ir ao próximo ato. Por “proibição” dos advogados, uma de minhas companheiras teve que ver tudo de longe, para evitar uma aparentemente inevitável prisão. “Foi a primeira vez na vida que eu fui base,⁶⁵ uma função que eu odeio!”

É deste ato que algumas das crônicas surrealistas de 2013 decorrem. Foi quando, por exemplo, a polícia resolve proibir centenas de jovens de se aproximar da manifestação, pelo perigoso crime de portar vinagre de maçã. Muitos, além dos militantes do MPL-SP, de fato não conseguiram chegar.

⁶⁵ Estar na posição de apoio do ato, lidando com telefonemas e providências necessárias, sem comparecer propriamente à manifestação.

Advogados seguros de que militantes seriam presos se comparecessem; manifestantes impedidos de chegar à manifestação; detenções pelos mais esdrúxulos motivos. Para terminar de compor a atmosfera terrorista, havia ainda os boatos: a PM estaria escondida no Teatro Municipal, haveria já mandados de prisão com o nome de cada integrante do coletivo... “a gente foi meio convivendo com esse medo”.

Este foi o primeiro ato em que cumprir o trajeto planejado foi impossível. E, na memória de minhas companheiras, não foi apenas por conta da ação da polícia.

Em meio ao clima de repressão nitidamente instaurado, os partidos políticos não estavam contentes com os rumos decididos pelo MPL-SP. Diziam que era “irresponsável seguir com o ato e que a gente tinha que ficar parado, com carro de som, levar parlamentar...” Nada mais distinto do que estava na tabela do movimento. Se os atos vinham “numa crescente”, era porque eles haviam sido distintos da ladinha habitual da Esquerda.

Sem espaço de articulação com o MPL como as Frentes de outros anos, os partidos se juntaram entre si. Tomaram para si a função de negociação e anunciaram à PM que o ato ficaria parado. Não era que a polícia visse muita legitimidade naqueles negociadores, não sabiam de quem se tratavam. Mas se beneficiou da briga, que aconteceu diante de seus olhos, com um grupo dizendo que ficaria no local e outro que iria para o Largo da Batata. Soluções intermediárias foram tentadas entre MPL e essa nova “frente”, tentou-se adiar a decisão para um ponto mais adiante no trajeto. Mas, ao chegarem na Praça Roosevelt, foi a PM quem decidiu: “não, daqui vocês não saem”.

A repressão estourou em níveis ainda não vistos. Balas de borrachas, cenas sangrentas. Havia um propósito deliberado da ordem de impedir que o ato chegassem à Paulista. E, de outra parte, o propósito combinado dos manifestantes de se reagruparem. Dessa vez, as pequenas multidões que conseguiam se reorganizar foram por rumos distintos: Higienópolis, Paulista, Angélica, Augusta, gente indo para o Pacaembu. “Os atos foram tomando a cidade”.

— Eu lembro muito das cenas, mesmo sem ir no ato. Um monte de gente começou a ser presa, aí o advogado foi me buscar [para ir à delegacia]. Era meio cena de guerra: um monte de coisa queimando, era muita barricada, muita barricada. Cabine da polícia tombada, coisa pegando fogo, monte de lixo no chão. Barulho de bomba. E tinham cerca de 400 pessoas, muita gente presa por vinagre.

A partir daí, me conta minhas companheiras, a repercussão passou a ser “estrondosa”. Dia 13/06 é visto como uma quebra de paradigma: depois daquele dia, a imprensa mudou seu tom; a composição dos atos passaria a mudar; milhares de outras pautas se juntariam nas ruas. Mas as memórias não são de um processo convocado por cima:

— Cresceu também depois disso porque já tinha aquela potência, já tinha aquilo uma construção... Já estava crescendo antes. E aí cresceu mais loucamente assim, né? Explodiu.

14 DE JUNHO

— Eu acho que demoramos para ter a dimensão do que tava acontecendo. Eu acordei na sexta-feira de manhã com uma ligação do Mário Sérgio Conti do Roda Viva, convidando a gente a participar do programa. Ficamos de cara e vimos que realmente estava tudo explodindo.

Aquele era o começo da terceira semana de ato (a semana em que o aumento deveria ser barrado, segundo a tabela de Excel). O ato havia ficado para segunda-feira, mesmo dia em que o programa seria gravado. “O nosso *Facebook* começou a bombar, de repente a gente tinha 300 mil seguidores”.

17/06

(Cama de gato)

O final de semana havia sido mais um gasto entre reuniões até a madrugada, montando a estratégia do ato seguinte. Na segunda-feira, um milhão de tarefas estavam por fazer. O coletivo foi “solidário” com Nina: já que ela iria para o Roda viva, era importante que estivesse descansada. Ela ficou apenas com a função de comparecer à reunião do Conselho da Cidade. Nina pensou que, entre tudo que havia a ser feito, aquela de fato era uma tarefa tranquila.

A esta altura, no entanto, a prefeitura do PT que, desde o segundo ato tentava contato com o movimento, já entrava na terceira semana de manifestações sem nenhuma

reunião. O Movimento argumentava que não havia por que se reunir: a demanda era clara, era abaixar a tarifa e pronto. A prefeitura insistia, sem sucesso.

Nina foi sozinha para a reunião do Conselho, e sentiu uma mão em seu ombro, a chamando pelo nome. Virou para trás, e era o Prefeito Haddad. No susto, pensou: “me levanto da mesa? Me recuso a falar? Aviso meus companheiros?” Pensou ainda como aquilo tudo parecia uma manobra midiática, para fingir um diálogo que na verdade não havia.

A “tarefa tranquila” de Nina virou conversar, sozinha, depois de toda a recusa coletiva, com o Prefeito da cidade. Ela se lembra que, entre os poderosos, o Haddad era o que mais insistia publicamente que a tarifa não iria baixar.

— Era mais ele do que qualquer outro... a Dilma já tinha falado para ele baixar e ele se recusava. E eu acho que era uma coisa muito contra movimentos autônomos, que não compraram a ideia da gestão dele, né? Não compraram a gestão do prefeito gato, super moderninho, que está transformando a cidade em Amsterdã, ou Paris ou qualquer coisa assim.

Se é que tentou, Haddad não escondeu o rancor em seu encontro com minha companheira. Relembrou cada medida que ele havia proposto e que o movimento não teria apoiado, mesmo quando a situação era o contrário, como o ocorrido com a proposta de municipalização da CIDE. Até mesmo palavras de ordem compunham a lista de mágoas: por que vocês falam que eu não aumentei o salário do cobrador? Vocês têm esse grito!”

Depois de expor suas lamentações, Haddad disse:

— Bom, eu não vou abaixar a tarifa. Não adianta, desiste. Se vocês quiserem a gente discute outras coisas.

— Bom, nós também não vamos sair da rua. As manifestações não vão acabar enquanto você não abaixar a tarifa.

— É, então tá, então vamos ver. Aliás, hoje você vai no Roda Viva, né?

— Vou no Roda Viva hoje. E vai ter manifestação hoje, vai ter manifestação amanhã, vai ter manifestação depois de amanhã, até você decidir abaixar.

(O ato)

Não importou muito a birra do Prefeito. O MPL continuava focado em seguir seu roteiro, dessa vez “realizando um sonho: dividir o ato em dois”. O ato foi marcado para o Largo da Batata, lugar impedido da manifestação anterior e, a partir daí, de dividiria: uma parte pela Faria Lima, outra parte seguiria pela Marginal até a Ponte Estaiada.

— Foi muito doido. Aquela sensação de.... De não conseguir conceber exatamente e compreender tudo aquilo, né? De não encontrar mais a frente de ato, que é onde tá a faixa que coordena o caminho que a manifestação vai seguir. Eu ligava para as pessoas do movimento para perguntar onde estava a frente, e as pessoas respondiam: não tem

Para além do sonho do MPL de dividir uma manifestação em duas, aquela quantidade de gente já não cabia no formato dos atos do movimento. As centenas de milhares de pessoas tomavam a cidade de outra forma, se espalhavam, iam para direções diversas. E a lembrança de haver tomado a cidade tomada não vai embora tão rápido:

— Cara, eu vou lembrar disso pra sempre! Uma experiência política nova, essa outra vivência da rua, essa, esse sentimento de alegria que tinha mesmo de tomar a rua. Isso eu lembro de ser muito, muito forte, muito emocionante. Essas coisas que mexem com o imaginário: a gente atravessar a pé em ato, naquela multidão, a Ponte Estaiada. A Ponte Estaiada que era esse novo cartão postal da São Paulo financeira, globalizada, sei lá o quê. E é uma ponte que não tem passagem de pedestre, você não pode andar a pé ali, é só pra carro. E a gente atravessar aquilo a pé, cantando!

Nina tentava chegar ao Roda Viva, mas era impossível pegar ônibus, simplesmente porque não havia. As ruas estavam, simultaneamente, vazias e cheias de gente. Aqui, ela evoca frase parecida à de Vicente, ao relembrar a sensação de Porto Alegre: “Foi um cenário muito pré-revolucionário, assim, sabe?”

18 DE JUNHO

Nina ama uma estória daquele dia 18 de junho. Aquele era o dia seguinte à entrevista ao Roda Viva e Nina tomou um ônibus rumo ao centro. Já no veículo, ela foi parada por outra passageira, uma senhorinha, que se surpreende com a sua presença ali:

— Nossa, é você! Eu vi você ontem naquela entrevista. Naquela hora que você falou do transporte, e como a gente fica preso na periferia, e como a tarifa impede a gente de se locomover e de ir pro Centro, de fazer o que a gente quiser. Eu fiquei muito

emocionada. Eu até chorei, meu marido também. A gente pulava na sala que você tava falando aquilo.

Parece uma ficção daqueles tempos, mas é, para Nina, o que a deu a dimensão real do que estava acontecendo em 2013.

Se no dia anterior a “frente de ato” se tornou obsoleta, no ato do dia 18 ela não chegou sequer a existir.

— A gente não tinha nenhum controle sobre a manifestação. Era tão grande, mas tão grande, que não tinha como sair. Não tinha como conduzir aquilo. Era simplesmente a Praça da Sé completamente lotada de gente.

Ato sem saída, conflito, quebra-quebra na prefeitura. Mas a repressão teve um tom diferente: foi preso um monte de morador de rua. “E ninguém mais próximo, militante”. A polícia parecia, ali, já começar a reestabelecer a ordem.

No dia seguinte, o aumento foi revogado. Não sem antes o Haddad ter declarado, ainda pela manhã, que não renunciaria ao reajuste. A declaração do petista fez minhas companheiras pensarem que “se não era uma revolta popular tipo essa que abaixa a tarifa...” Mas, no fim da tarde, acompanhado de Alckimin, Haddad foi obrigado a anunciar, que o preço havia voltado aos patamares anteriores. (Esse dia rendeu o bar de comemoração).

20 DE JUNHO

Sem prever que o aumento seria barrado no dia 19 de junho, o ato do dia 20 já estava marcado pelo movimento. Quando do anúncio da conquista, o MPL teve que decidir se mantinha ou não a manifestação.

— Muita gente pressionando pra manter o ato, começou uma disputa de que “o MPL tem que comandar a revolução”. E a saída que a gente deu foi de manter o ato, comemorar a vitória e denunciar a repressão. Ainda tinha gente presa. Comemoração e denúncia. Mas a gente não tinha clareza nenhuma do que a gente queria daquele ato.

É aqui que todo o planejamento anterior já não encontra sentido. Já não havia propriamente trajeto, pauta, objetivo. É bem possível que não houvesse energia em nenhum militante do MPL. “Era uma comemoração na Avenida Paulista, né? Que é a coisa mais pelega!” Sobrava cansaço e também cobrança: de quem achava que o MPL

tinha que comandar a revolução, mas também de quem achava que o MPL tinha que lutar pela PEC 37, contra a corrupção, contra o governo federal...

A pauta concreta, como sonhávamos, havia sido conquistada. Mais do que isso, havia sido conquistada *do jeito* que nós sonhávamos. E, ao mesmo tempo, havia? Muita gente havia se juntado também pela convocação que já não se relacionava em nada com àquelas feitas pelo movimento. Por outro lado, muita gente também se aproximava do que era o movimento, apenas por estar lá: os atos se tornavam um evento social para uma juventude periférica, que ia para a manifestação encontrar os amigos e tomar umas. As músicas sobre transporte se espalhavam... Uma ambiguidade em que o movimento ao mesmo tempo se espalhava e desaparecia.

Aquele dia marca, para minhas companheiras, uma série de ambiguidades antes inimaginadas.

Quando os manifestantes de verde-amarelo se arvoraram da manifestação, aquelas relações tensas anteriores com a Esquerda descambam para um outro lado, não imaginado. Subitamente, o MPL se viu na posição de defender àquelas organizações, levantar bandeiras novamente, tentar reestabelecer um bloco... Em oposição aos coxinhas, os problemas com a esquerda institucional eram irrelevantes e cada um tinha um jeito de tratar.

— O bloco mais anarquista dizia: vamos pra cima dos coxinhas. O bloco de esquerda mais democrática dizia: vamos se juntar e mostrar que estamos juntos e não vai ter violência. E a real é que a gente, como MPL, a gente não tava em nenhum daqueles dois lugares.

Ninguém sabia mais o que fazer. Internamente, os debates também foram intensos. Há quem ache que, diante do que se apresentava, a única saída era sair da rua – e é curioso como se lembra: “A gente deliberadamente tirou a galera da rua” (sendo que *a galera* não saiu da rua). Há quem ache que a ideia de dizer que o MPL se retirava é um erro imperdoável: “Pra mim foi muito errado, porque a gente tinha a faca e o queijo na mão. A gente podia tanto ter avançado! E eu acho que a gente ia conseguir retomar a pauta pra a gente se a gente quisesse, sabe?”.

É difícil não notar como as duas percepções parecem apostar demais no poder soberano do Movimento: o de “tirar todo mundo da rua” ou o de “retomar a pauta” por completo. Simultaneamente, pessoalmente ninguém sabia lidar com a repercussão que o MPL tinha conquistado.

— A gente tinha virado celebridade, sabe? Tinha que atender milhares de entrevistas, jornalistas, reuniões. A gente não tinha pernas assim. Era um grupo muito pequeno pra lidar com isso. A gente tava exausto.

— A partir daí a coisa começou a ser... A gente tava muito exausto, mas a gente começou a pensar como é que a gente vai lidar com isso e a gente tinha uma certa urgência também, de não perder a repercussão que a gente tinha tido. A gente tinha muito essa sensação de: que espaços a gente cria?

24 DE JUNHO

O convite para a reunião com a Dilma veio poucos dias depois e minhas companheiras descrevem o evento a partir do “choque”. A memória perde a nitidez em relação às estórias das manifestações, mas a surpresa não se apaga. Mais reuniões para pensar o que fazer, dúvidas sobre aceitar ou não o convite. Ao contrário das reuniões com a prefeitura e já tendo conquistado a redução das passagens, a ideia é ir. Ao contrário da recusa em agir em Frente, a ideia é levar uma carta com pautas de várias outras lutas, “que deixasse claro toda a nossa crítica ao PT, e o que significava ir naquela reunião.”

— Não era nem desejado, né? A gente nunca imaginou que a gente ia ser chamado, mas também não era algo que a gente queria. Ao mesmo tempo, era difícil de falar: ‘não, não vou me reunir com a presidente, brigada. Tô passando pra próxima’. Acho que a gente até ensaiou fazer isso, falando: ‘primeiro você vai se reunir com representantes dos movimentos indígenas, com representantes das mães de maio, com representantes...’. Mas aí a gente decidiu que ia falar sobre isso na reunião.

Depois disso, elas contam, “cada dia era uma treta nova, um fato grande para lidar”.

POST SCRIPTUM DE JUNHO - OUTUBRO DE 2013

São poucas as estórias do imediatamente pós-junho. “A memória falha”. Mas faz-se muita questão de lembrar que “nada acabou por ali”.

— Em outubro teve o ato do dia da tarifa zero, que foi enorme. Foi lindo! A gente foi até a Marginal Pinheiros, num trajeto que não é uma coisa tranquila de fazer... E rolou um jogo de futebol na Marginal! Foi lindo, lindo! Rolou futebol, rolou a galera botando

um som, rolou meio que um show... Esse momento eu acho que consolidou essa ideia de tomar a rua, fazer festa e fazer protesto, tudo junto, sabe? E rolou também bastante vidraças quebradas, uma concessionária detonada. O Estado continuava sentindo a gente. “O que a gente vai fazer com esses moleques agora?”

REDESENHOS DO COLETIVO:

Junho havia exposto muita potência, mas também muitos limites do MPL-SP. Não dava para se organizar do mesmo jeito. O movimento precisava pensar outros lugares de reunião, outras formas de articulação: “se dividir em vários núcleos da cidade, pilhar a luta na quebrada” – que, segundo consta, estava nas ruas em junho. Mas não estava no Movimento.

— A gente fazia reunião pra novos militantes e a galera fechava a rua! Dava a volta no quarteirão pra entrar na reunião. E a gente sem saber o que fazer com aquilo. Como que a gente faz uma reunião assim? A gente simplesmente não sabia lidar!

E, obviamente, não dava para ser reuniões de seis, sete horas. E então o movimento tentava criar outros formatos, abarcando também outras pautas. Uma pauta para cada realidade de núcleo: às vezes tarifa zero, às vezes redução de tarifa, às vezes que a linha passe em outros cantos. “A gente foi muito se difundindo no que eram as demandas concretas de transporte dos diferentes bairros de São Paulo.”

Mas os holofotes não se dissipavam e, cada convocação, era também um chamado para a Polícia e para a Mídia. “Tudo virava uma grande questão”.

— Esse negócio de estar bombando é assim: uita gente ia ver o que era. Depois, viu que não era bem aquilo, que ia dar muito trabalho... Que não era uma coisa tão glamurosa assim, a militância do dia a dia, né? Muitas dessas comissões planejadas e criadas não duraram muito. Agora, outras, principalmente em lugares que o movimento já tinha contatos com organizações locais, com pessoas, rolaram e continuaram acontecendo. E daí, e é isso assim, foi algo que fez parte da organização do movimento aqui em São Paulo, até por volta de 2016.

JUNHO VIROU

E virou coisa demais. Virou laços construídos entre minhas companheiras, que varavam noites e dias em reunião e precisavam escolher um elemento sagrado da vida cotidiana que fosse inegociável. Virou uma lista interminável de planos e sonhos, destrinchados em uma tabela de Excel. Virou manifestações que esgarçaram qualquer plano, que viraram mais ao menos mais uma dúzia de outros dilemas. Virou uma pauta conquistada. Virou não saber o que fazer com os sonhos. Virou expurgar algumas relações antigas, virou criar outras e virou tentar fugir de ser engolidas por outras. Virou cansaço interminável. Virou brigas, ruídos, rachas.

Virou saudades (e minhas companheiras dizem: elas sentem muitas saudades de ter um coletivo, “mesmo sem nenhum pouco de vida”. E depois pensam: “Acho que também a gente quebrou, a gente quebrou muito todo mundo. Né? Todo mundo quebrou em 2013, como coletivo.”)

Virou, ao mesmo tempo, uma sensação de “ganha mais não leva”:

— Era muito louco ver como como mudou a percepção pública. O discurso público em relação ao transporte, o momento em que viramos um ator político reconhecido. Uma daquelas coisas que antes não alcançavam a grande mídia, não alcançava o discurso público dos partidos de esquerda. Ver isso se consolidando e as pessoas tendo que falar sobre transporte público, isso virando um debate desse grau de importância, foi a sensação de participar de um processo histórico mesmo.

Virou também um ódio à revolta: “gente dessa Esquerda dizendo: ‘não vai pra rua, que vai dar merda’. Onde que a Esquerda vai dizer que ir pra rua é ruim? Você vai falar que não tinha que ter tido a Revolução Cubana por que teve ditadura na América Latina?” E virou crise: “onde estamos agora, sabe?”

Mas, quem sabe, virou também outras coisas? Coisas que, felizmente, estavam sendo tocadas por outros braços.

— Quando os secundaristas ocuparam as escolas e eu fui falar lá, eu disse pra eles não me escutarem. Ou melhor, pra me escutarem e dizer que eu tava errada. Eu lembro bem do primeiro ato que a gente teve em 2005: e aí o fantasma era o A20, os anarquistas velho do antiglobalização que faziam as coisas acontecerem. Todos meus amigos, viu? Mas não tinha vínculo nenhum com a periferia. Por outro lado, com uma visão muito boa do que que pegava na juventude – retomaram o autonomismo, da maneira deles. Mas o

lance é que eu dizia para os secundaristas, naqueles dias de ocupação: se você fizer exatamente o que eu tô te falando, você é um otário, que não tem imaginação nenhuma. Entendeu? Se você depender de uma geração anterior, você tá fadado ao fracasso.

O que fazer quando nossos planos funcionam?

RIO DE JANEIRO

“Se não há igualdade para os pobres
 Que não haja paz para os ricos
 Roda a Baiana
 Fala mais alto
 Desce do morro
 E ocupa o asfalto”

(Afrofunk – “Operação Sabotagem”)

Vem do Rio uma música-estória que escuto e canto desde que comecei a me envolver com o MPL. Acabar com a paz diante da desigualdade, rodar a baiana, ocupar o asfalto. Frases cantadas incontáveis vezes nas manifestações que organizávamos por aqui, que me evocam boas lembranças de estar junto com outros/as na rua. Frases que um dos companheiros do Rio com quem conversei ajudou a compor.

As estórias que trago sobre o Rio me parecem as que melhor caíram na provocação dos *estilhaços* – menos concentradas em datas e sequências de acontecimentos, envoltas em tons oníricos de um tempo vívido demais. Estórias “da vida concreta”, como me disse uma de minhas companheiras, adicionando – de propósito? – um adjetivo ao convite de Le Guin. Ao mesmo tempo, estórias da vida assombradas pelos fantasmas das do herói, da vítima, das bombas, da cadeia, dos grandíssimos números, dos intentos de espetacularização de tudo.

No Rio, o MPL teve seus momentos, mas sempre entre altos e baixos. Existiu em alguns anos, acabou, se refez... Em 2013, estava se reconstruindo, mas em temporalidades distintas de coletivos de outras cidades, como São Paulo, ou Distrito Federal. Isso me provocou a diversificar mais as vozes com as quais eu conversaria, para além do que era o MPL-RJ naquele momento. Assim, são três os/as companheiros/as que me contam suas estórias, uma delas bastante identificada com o movimento, o outro próximo à construção do coletivo na cidade, mas muito atuante em outras organizações e a outra sem atuação no movimento, mas também militante de outros espaços que entre nós chamaríamos de “libertários”.

Conheci Andressa em Brasília, nas reuniões do MPL- DF. Atuamos por alguns anos juntas, não me lembro exatamente quantos, antes dela se mudar para o Rio. Ela também acompanhou o coletivo em um momento complexo, pelos idos de 2007, quando

havia reuniões com três ou quatro pessoas e eu estava longe, em Chiapas. Era uma menina, até mesmo para mim, que naquela época tinha 20 anos. Quando pedi para dizer quem ela era em 2013, é justamente daí que ela começa: “Eu era uma menina de 22 anos. Cheguei no Rio por acaso, em dezembro de 2009, e aí comecei a conhecer a galera da militância, da luta indígena, uma galera de ocupação urbana, que lá é mais forte que em Brasília. A galera do Rio sabia que eu era do MPL, e meio que começaram a achar: “ela vai fundar o MPL aqui no Rio”.

Já Camila, conheci depois de 2013, em um evento que discutia as lutas pelo direito à cidade (e suas inevitáveis relações com 2013) na Universidade Federal do Pará, em 2018. Naquele ano, Camila ainda não podia sair do estado do Rio de Janeiro sem autorização judicial e tinha a explícita proibição de falar publicamente sobre 2013. Camila é uma das “23” e, em 2013, já era professora de Filosofia da UERJ e militante anarquista. Na época, fazia parte da Organização Anarquista Terra e Liberdade, a OATL.

Rathão também era da OATL em 2013, mas segue na organização até hoje. Professor de história na rede estadual do Rio, na época estava com 33 anos e morava em Magé, onde também trabalhava. Rathão fez parte do surgimento da OATL que, em 2013, tinha pouco tempo de existência. Ele foi o único dos meus companheiros que conheci por causa da pesquisa. Ou, ao menos, era isso que eu achava. Além de infinitos/as amigos/as em comum, Rathão é também um dos autores daquela música que ressoou em diversas das nossas manifestações (De alguma forma, então, já nos conhecíamos, por meio de nossas estórias).

RACHADURAS

Antes dos vidros quebrados pelas pedras de manifestantes, minhas companheiras⁶⁶ viviam no Rio o sabor de outras vitrines despedaçadas. Sem dúvida, não um sabor novo e talvez nem mesmo particularmente intenso naquele ano. Mas aquela cidade, vitrine de um certo Brasil, enfeitada para os megaeventos, estava repleta de rachaduras.

A política de remoção de casas andava a todo vapor por conta das obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A Secretaria Municipal de Habitação marcava as casas com

⁶⁶ Genérico feminino.

suas iniciais e um número – e essa era a comunicação feita aos moradores de que aquela residência estava na lista das que seriam removidas. A partir daí, era esperar pela destruição. “Parecia que eles partiam com a faca a casa das pessoas”, relembram minhas companheiras: uma parte da casa continuava de pé, a outra era demolida por estar no caminho dos megaeventos.

Se a separação entre o que permaneceria e o que seria destruído na cidade era feita dentro dos gabinetes, na rua as resistências também se multiplicavam. Minhas companheiras lembram lembrar das assembleias populares contra a construção do teleférico no Morro da Previdência, ou da resistência na Aldeia Maracanã⁶⁷. Mais ou menos como em Porto Alegre, havia um caldo de lutas aconteceram, que se relacionam diretamente com a forma como 2013 foi vivido no Rio de Janeiro – “um caldo que estava fervilhando, que estava entornando, e as pessoas estavam tentando ver a forma pra resistir àquele processo.”

No Rio, o transporte parece ser mais uma pequena faísca num barril de pólvora – apesar da marcada disposição de fazer surgir o MPL na cidade, que durava então já alguns anos. A luta pelo transporte, para minhas companheiras, se articulava à outras a partir da ideia de direito à cidade: resistir às remoções dos megaeventos, insistir pela Aldeia Maracanã. E lutar contra o aumento da passagem. Em anos anteriores, havia se formado um comitê contra o aumento das passagens, que agregava várias organizações, de perfis distintos: partidos, movimentos, tentativas que haviam sido marcadas por rachas e divisões. Da mesma forma, intentos de montar o MPL, adotar a pauta da Tarifa Zero ou difundir práticas que o movimento levava em outras cidades, como o catracação, também iam e vinham, sem necessariamente ganhar corpo.

Mas, ao contrário do que foi mencionado nas estórias das outras cidades, para minhas companheiras do Rio a multiplicidade de pautas não era um problema:

— Quase cada pessoa tinha aquilo que era o Estado na vida dela, que a fazia ir para a rua. E é por isso que não tinha uma demanda que pudesse ser atendida para simplesmente resolver o problema. Isso para mim é muito 2013.

⁶⁷ A Aldeia Maracanã é uma ocupação indígena urbana no Rio de Janeiro, cuja desocupação foi uma das pautas fundamentais de 2013 na cidade.

— É como se tivesse uma rachadura no sistema, na conjuntura ali, que muita gente não estava percebendo, que vai se agudizando... Como se fosse uma rachadura numa represa que pouca gente tá percebendo e, de repente, esse caldo entorna.

RACHAS HABITUAIS, ALIANÇAS IMPENSÁVEIS

As lutas da cidade fervilhavam: casas cortadas pela metade, territórios indígenas que virariam shopping center, estacionamento. Uma ideia vendida de cidade feita para quem vinha de fora, não para os que vivíamos ali. Pegar um ônibus era pagar mais caro, para viver a mesma vida: horas no transporte gastas em direção ao trabalho. Trabalho precário. Mais horas nos ônibus, para apenas dormir em casa.

De outros cantos, ouvíamos estórias do que acontecia na rua. E se, como em Porto Alegre, a luta fosse feita de outra forma? Não dava muito para pensar em ter paciência. Em tantos processos, a aposta tinha sido a paciência. Os ataques vinham de muitos lados e simplesmente não dava mais para ter paciência.

Ao mesmo tempo, as nossas ferramentas de sempre eram poucas, velhas. Aquelas mesmas, que já criticávamos há tempos. Diante da violência da vida como estava, qual era o sentido de se reunir horas para decidir quem coordenaria a mesa de um Fórum que nós mesmos criamos? Qual era o sentido de aguardar até que os partidos fizessem seus acordos, numa disputa por protagonismo que não combinava com a urgência de nossas demandas, de nossos sonhos? Não tinha sentido, mas era exatamente isso que víamos se repetir.

Quando as reuniões convocadas pelo Fórum Contra o Aumento da Passagem ultrapassaram as suas fileiras cotidianas, não era apenas as nossas organizações, autonomistas, libertárias, que se incomodavam. Perder tempo de vida e de luta para votar se haveria votação. Ver aqueles mesmos rostos de sempre, repetirem os mesmos discursos. As reuniões já não eram apenas entre nós! O pátio do IFICS não dava conta da quantidade de gente: transbordamos a universidade e tivemos que ocupar a praça, fazer as reuniões no Largo São Francisco. E, mesmo assim, tudo continuava como antes.

As estruturas da Esquerda não davam conta. As pessoas iam embora. Ninguém queria saber de nada daquelas disputas de sempre. Então nós propusemos outra coisa: vamos fazer outras assembleias, de outro jeito. Daí nasceu a FIP – Frente Independente Popular – um casamento peculiar, e obviamente temporário, entre organizações

anarquistas, autonomistas, gente que se intitulava black bloc, movimento indígena e maoístas. Um casamento impensável, improvável. Mudamos as assembleias para perto da UERJ, perto do Maracanã. E foi ali que vimos as possibilidades de conspirar.

ESTÓRIAS DA VIDA CONCRETA

O que lembrar mais de 2013? Eu lembro da rua. As ruas cheias de gente, de muita gente. Lembro daquele dia, que chamamos de “Tomada da ALERJ”. A gente já vinha numa rotina de manifestações, um ato a cada dois dias, mais ou menos. Imagina, já era dia 17 de junho – o país todo já estava em chamas.

No Rio, tínhamos vivido um ato alguns dias antes, desbaratado pela repressão. Nesse ato, mesmo que tivéssemos o que até então nos parecia muita gente, éramos mais ou menos os mesmos de sempre. Os mesmos rostos, as mesmas bandeiras. No dia 17, já não era assim. Ao contrário de muitos prognósticos da Esquerda, a postura de enfrentamento e a consequente repressão não tinha afugentado as pessoas. Elas estavam lá: saímos de 10 mil para 300 mil naquela noite.

Chamamos de “Tomada” ou “Batalha” da ALERJ porque quase ocupamos a assembleia legislativa do Rio. Chegamos a subir as escadas, com fogos de artifício em punho. Encontramos, claro, a resistência da PM: balas de borracha, bombas de gás.

Mas a batalha campal pela cidade ia muito além do que a ALERJ. Em ruas mais distantes dos prédios do poder, estávamos fazendo outro Rio de Janeiro. Vidraças quebradas, bancos destruídos – nada daquilo era perene, nada precisava ser para sempre. De repente, mesa, computadores e cadeiras que antes encontravam-se dentro de instituições financeiras passavam a ocupar as ruas, como se zombássemos da seriedade, da inevitabilidade autoatribuída do capitalismo.

Três dias depois, a luta parecia ainda mais incontrolável. Já havíamos vencido o aumento de passagem. As manifestações já eram notícia em todo país, há alguns dias. E nós éramos um milhão nas ruas do Rio.

Era como se uma Caixa de Pandora tivesse sido aberta. Estava todo mundo lá. Os rostos de sempre, sim: organizações de E/esquerda, movimentos sociais, partidos políticos. Mas também uma multidão de gente que não conhecíamos, cada um/a com seu cartaz. Pessoas vestidas de verde e amarelo. Uma explosão popular. E uma sensação de que sim, quem estava ali tinha seu motivo para estar: sua casa tinha sido marcada pela

SMH; o ônibus estava caro; a sua ocupação tinha sido removida... A indignação existia e tinha virado revolta. E aquilo era incontrolável: não tinha direção, não tinha vanguarda leninista que segurasse.

Nada disso quer dizer que era simples estar nas ruas. Não era. Depois ouvimos que militantes de partido haviam sido atacados por carregarem suas bandeiras. Até fomos acusados de ter provocado aquilo – não éramos. Podia ser com a gente, não tinha como concordar. É isso, estar na rua com um milhão de pessoas jamais será como estar na rua apenas com os rostos conhecidos.

Mas sabe do que mais lembro? De quando a repressão começou – e ali deu pra ver como tinha tudo mudado. Estávamos na Avenida Presidente Vargas, uma rua grande, larga. As bombas de gás lacrimogêneo começaram a cair do céu, de um helicóptero. Eu ainda não tinha visto nada disso. Era nova a forma da repressão para mim.

Claro que isso causou uma debandada. Um monte de gente correndo, indo embora. Uma parte grande da manifestação se foi. Mas, imagina? Se vai 80% do ato embora, ainda ficam 200 mil pessoas. Era muita gente ficando.

O ato a partir daí mudou. As pessoas começaram a responder àquelas agressões das bombas que vinham do ar, foi chegando a cavalaria. Eu olhava para o lado e via gente precarizada, camelô, gente que tinha perdido suas casas... E, se você pensar, era o centro do Rio! Favela, periferia, tudo ali perto. Gente que tinha até tentado voltar pra casa, mas não tinha ônibus e tinha ficado. Dali eu vi – uma revolta generalizada. Não lembro de ter visto antes uma linha de frente daquele jeito no Rio. E não era gente que tinha saído de casa como black bloc. Era uma massa indignada, mascarada, reagindo.

As pessoas começaram a quebrar uns tapumes, fazer deles escudos. Tudo muito improvisado, da hora. E, de repente, aquele front tinha, sei lá, 2 mil pessoas. Era inimaginável. Eu não tinha imaginado algo assim antes.

Óbvio que a repressão piorou. E resolveu apelar para o principal símbolo da força policial no Rio. Chegou o Caveirão no ato, aquela máquina de matar, blindada, que quando entra na favela gera pânico, todo mundo corre. Claro que o Caveirão não é preparado pra manifestação – ele tem outra função. Mas ele assusta: minha sensação é que a polícia quis usar o símbolo, apostou que íamos todos correr dele.

Só que as pessoas não correram, ninguém correu. As pessoas foram pra cima do Caveirão. Todo mundo acostumado a ver o Caveirão na favela, sabiam que ele matava.

Mas pagamos para ver! Estávamos no asfalto, não no morro, claro. Mas a reação foi ir para cima, tentar quebrar o vidro daquela máquina, jogar capoeira contra o Caveirão.

OCUPA

A gente fazia ato, e também pensava como fazer tudo aquilo ser mais do que manifestações. E bem, já tinha rolado no mundo aquela história toda de Ocupy. Então a gente foi construindo o nosso: primeiro o Ocupa Cabral, depois o Ocupa Cinelândia. Espaços que reunia gente que não tava já há séculos na luta social, gente que tava chegando na hora, com muito foco em atividade cultural. A gente fazia aula pública, sarau, cine debate, exposição de foto. Tinha uma agenda.

Não era só aquele espaço político, caretinha, entendeu? Era um espaço onde as pessoas iam para ouvir música, para assistir uma exposição, para ver um filme, para assistir uma aula. E estava ali onde aconteciam as manifestações, então as pessoas também voltavam ali para dormir... Quanta gente abandonou sua casa em 2013, ficou morando na praça?

A gente transformou a cidade, ao menos naquele dia: era possível espantar o Caveirão; era possível percorrer o Rio de ponta a ponta; era possível dormir na praça com os companheiros; os bancos já não eram para sempre.

“OS VERDADEIROS MANIFESTANTES”

Eu acho que o que a gente viveu no Rio de Janeiro foi diferente. Claro, a gente viu a Rede Globo, em algum momento, chamar gente para a rua. Era um gesto meio desesperado: eles tinham visto que não ia dar mais para tentar convencer ninguém a sair da rua. E aí tentam mudar de tática: dizer que era contra a corrupção, qualquer coisa.

Aliás, é bom lembrar que não é só a mídia que faz isso. Em um dado momento, todas as forças começam a investir nessa ideia, de separar os bons manifestantes dos “maus manifestantes”, que seriam os “vândalos”. Esse consenso juntava um monte de gente no mesmo barco: a polícia, a direita, a Rede Globo, a direção dos sindicatos, a Esquerda... Um consenso esquisito que surgiu ali. O Freixo⁶⁸ mesmo falou: “o que eu

⁶⁸ Ex-vereador e ex-deputado Marcelo Freixo (PSOL), figura até certo tempo proeminente da Esquerda do Rio de Janeiro.

queria mesmo era que todos os vândalos saíssem das ruas e ficassem só os verdadeiros manifestantes”. Eu lembro muito bem, que quem começou com essa história de dizer quem era verdadeiro ou falso, legítimo ou ilegítimo, não foi exatamente a Rede Globo.

Mesmo assim em 2013 outras alianças surgiram. Por exemplo, ali perto de onde era o Ocupa Cinelândia também começa a acontecer a ocupação dos professores da rede, que deflagraram greve. O contato entre os dois criou outras coisas. Os professores sempre foram combativos por aqui. Mas, naquele contato, surge a figura do *Black Prof*.

Era curioso como os partidos que participavam da ocupação dos professores tentavam demarcar uma fronteira: de um lado, a ocupação dos professores, de outro a dos black bloc – aquele pessoal maluco, com quem não podemos nos misturar. Aquela mesma divisão que acontecia nas redes de TV, nas forças da ordem. Mas acontece que, quando chegava a polícia, ela não queria saber: era porrada para todo mundo. E quem que se metia pra defender? A malucada! E foi daí que surgiu a palavra de ordem, que é “o *black bloc*, é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”.

Muita gente quando pensa em 2013 pensa em rede social, perfil de internet, página web. Teve uma importância. Mas a gente sabe que tinha outra coisa: categorias inteiras mobilizadas, pensando a luta de outro jeito. E como teve os black prof, teve também a greve dos garis. Uma greve que aconteceu à despeito do sindicato, assim com a dos professores. Você imagina o que é os garis fazendo greve em pleno carnaval do Rio de Janeiro? Eles fizeram mais uma ocupação, na frente da Prefeitura. Tudo isso era aquele mesmo caldo.

SOBRE O QUE NÃO É VENDÁVEL

Minhas estórias de 2013 passam sempre por lembrar. Há algo que escapa do produto, do vendável. A Globo tentou transformar a gente em produto. Fez matéria dizendo pras pessoas irem de verde e amarelo, pra sentar no chão quando a polícia vier – o que é, aliás, o pior conselho a se dar para alguém. Fez até matéria de “o que levar para a manifestação”. A Veja fez uma entrevista com uma “black bloc”. Mas é que não funcionou.

Aquela ideia de sempre de que: “você está querendo me destruir, então vou vender você”, não funcionou. Ela vem desse momento em que já dava para ver que não sairíamos das ruas. E, claro, a captura sempre vem, de alguma forma. Mas não deu certo! E tem

alguma coisa pra gente aprender com isso, né? Existe algo que não se rende ao produto. Algo que não é vendável.

A vida concreta mesmo não dá para vender, não dá para ser transformado em produto. Não é valor de troca. O que é valor de troca é o que é representável é o que pode ser mais um produto na prateleira. Mas tem uma coisa ali que não é passível de ser negociada. Só pode ser morto ou preso. Tem algo que só destruindo para você poder transformar em imagem e vender. O espetáculo da revolta no Rio de Janeiro só começou a funcionar quando eles nos prenderam. Foi quando eles nos botaram atrás das grades, que eles conseguiram fazer um espetáculo falso do que nós éramos.

Para isso, eu não acho que faz falta necessariamente essa ideia de “organização”, algo que vai reunir vários espaços, vários grupos. No contexto que a gente vive atualmente, ela não é a melhor leitura. Fica sempre esse negócio de querer crescer a organização. Em 2013, você imaginar como nós ficamos famosos. E aquela coisa sobe à cabeça, não só dos indivíduos que são celebridades, mas das organizações também, é dos grupos. Eu tive que passar por 2013 para pensar nisso tudo.

MURALHA DA CHINA DAS CATRACAS:

Para mim, a minha melhor memória é de 2014. Por incrível que pareça, eu tenho mais carinho. A gente tava naqueles processos, de tentar fazer um MPL. E vinha tentando reuniões diversas. Eu me sentia outra vez vivendo reunião com três, quatro pessoas, ainda em 2014. Mas a gente decidiu fazer um catracaço na Central, só que sem ser nos ônibus, nos trens. Ia ser gigantesco. Sabe a Central do Brasil? A Muralha da China de catracas.

Eu confesso que eu não tava muito animada... A gente tinha três pessoas em reunião... Mas a gente puxou o protesto e decidimos que não íamos contar pra ninguém. No dia, a gente ia colocar a proposta e ver se dava certo. Como sempre, nos dividimos em Grupo de Trabalho, organizamos o ato... E aí chegou lá na hora a gente começou a contar para os círculos de confiança. Mas sem certeza ainda de que ia rolar.

Eram seis da tarde e começamos a andar em direção à Central. Fomos andando meio rápido, porque tínhamos um plano, mas tava todo mundo meio puto porque estávamos tão rápido. Mas nossa ideia era pegar a Central ainda no pico, tinha que ser rápido. E a essa altura, os atos já eram pequenos de novo, a polícia já tava invadindo as

manifestações outra vez, batia em todo mundo. E já tinha a proibição de estar de máscara e era mais uma desculpa para entrar e bater em todo mundo.

Foi um caos, mas a gente foi. Nesse dia, no meio de tudo, a polícia quebrou meu dedo do pé. Eu estava mediando qualquer coisa e um PM pisou com toda força no meu dedo. Eu senti muita dor, mas nessa hora eu pensei mais ainda que precisava fazer tudo valer à pena. Saí mancando, mas pensei: nossa, agora a gente pula.

Junho de 2013 parecia ter sido um aquecimento, então até os partidos estavam com a gente. Saímos correndo em direção às catracas: primeiro os black bloc, depois os MPL... Os partidos também vieram e lembro de sentir um alívio: se eles não viessem, não dava para sustentar. Aquele foi o melhor protesto da minha vida.

Depois começou a esfriar meu sangue, e a ficar insuportável a dor, aí eu tirei o sapato, e reparei que tinha quebrado o dedo. Acabei não podendo ir às manifestações posteriores. Mas a minha memória foi: com a distância de uma semana, passamos do que havia sido o melhor protesto das nossas vidas para o pior de todos.

SANTIAGO

— Olha, na verdade, até ali, eu não via derrota. As coisas continuavam acontecendo. Tinha aumentado a passagem de novo, depois de toda a luta de 2013. E a gente continuava fazendo ato. Tava todo mundo pulando catraca. Não era derrota não. E a gente tinha aquela sensação: A gente tinha visto 2013 começar com ato minúsculo e virar uma coisa gigante, então a gente achava que poderia seguir um caminho, sim, similar.

— Naquele dia, o ato seguia normal, caminhando. Do nada, um clarão. Eu estava longe, não via direito o que tava acontecendo. Começaram a surgir os boatos: um cinegrafista da Band tinha sido atingido. Depois, as notícias de que ele havia morrido. Ninguém sabia o que era, de onde tinha vindo: era a polícia? Eram os manifestantes?

— Na verdade, até hoje eu não se de onde veio o rojão. A gente não conhecia os garotos que foram acusados depois... um deles eu identificava de 2013, depois que tudo já tinha pipocado. Eu não tenho a menor ideia do que aconteceu.

— De aí em diante, um choque: “eles mataram uma pessoa!” E sim, foi um choque. Mas é duro saber que o capitalismo não se importa em matar pessoas. A gente está vivendo a pandemia! A gente sabe que o problema não é esse.

— Foi uma angústia absurda. A morte do Santiago aparecia para mim em uma abadão navegador, outras coisas em outras, E aquele barulho de helicópteros sobrevoando tudo. Não dava para entender direito, mas dava para entender que tinha tudo virado um pandemônio.

— Eu tenho certeza, foi um acidente. Pode até ter sido um manifestante. Mas ninguém sabe disso ao certo. Depois, eles fizeram aquele teatro, a reconstrução. E teve até uma confissão. Mas a gente sabe também que aqueles dois foram torturados. O Caio⁶⁹, ele assinou a confissão dele sob tortura. Você assina qualquer coisa. Eu assinava, sabe?

— Sabe que havia manifestação marcada, mas foi um desespero para desmarcar. A gente fez um protesto ou outro, tentando mudar os trajetos. Mas dali em diante, acabou. A gente não conseguiu mais. Depois vieram os garis no Carnaval. E ainda depois tiveram os rodoviários, tentaram entrar em greve pela primeira vez por fora da direção do sindicato... Mas, pra gente, ali acabou.

— O timming foi estranho. Parecia sim, que era urgente tirar aqueles elementos indesejáveis da rua, para preservar a final da Copa do Mundo. Eu não sabia nem que eu tinha essa importância toda. Eles se deram ao trabalho de tirar 23 pessoas de uma manifestação. Os manifestantes que não negociam, os manifestantes que não estão interessados em ocupar um cargo, que não estão interessados em ser celebridades, o que vamos fazer com eles? Tava claro que tinha que botar atrás das grades. Mas, para funcionar, ainda tem uma premissa anterior. Mas não dá para fazer isso do nada, sem algo que não que não fizesse a prisão virar mais revolta. E foi a morte do Santiago. A morte do Santiago cai como uma luva para gerar esse ‘caralho, morreu uma pessoa inocente’.

OS 23 DO RIO

— A gente foi preso em casa. Já vínhamos sendo investigados desde 2013. Tinha infiltrado, mapeamento dos grupos.... Foi logo antes da Copa do Mundo que eles nos dão o bote.

— E foi uma prisão provisória. A acusação era que, se ficássemos soltos, íamos acabar com a Copa do Mundo, íamos explodir o Maracanã. Mas assim, tudo isso numa

⁶⁹ Um dos condenados pela morte de Santiago.

visão preventiva: não estavam nos prendendo pelo que supostamente tínhamos feito, mas pelo que supostamente íamos fazer! E, claro, o crime era associação criminosa, uma tipificação que sempre aparece contra movimentos sociais. O bom dessa acusação é que não precisa ter crime concreto: não precisa dizer quem fez o quê. E começaram a inventar uns absurdos... Todas as coisas que a gente tinha feito na vida de ação política virou cooptação de gente pra ser black bloc, a gente combinava de levar um livro e diziam que era código para molotov...

— Quando chegaram na minha casa, eu saquei na hora. Até perguntei: “vocês querem tirar a gente da rua, do ato do dia 14, não é?”. A partir daí, começaram a procurar bomba, procurar arma, procurar tudo.

— Para mim, o mais doido é que eu não estava em casa. Eu morava bem longe e decidi dormir na casa da minha mãe. Liguei para ela e avisei – tinha uns compromissos no dia seguinte, não animei de voltar pra casa. E não é que eles foram lá certinho? Eles sabiam exatamente onde cada um estava, e já foram preparados na situação, pelos grampos telefônicos... Comigo não acharam nada, só o que eles apreenderam foi o celular e a camisa do ELAOPA⁷⁰. Foi levada como prova.

Todo mundo se encontrou na delegacia.

CÁRCERE

Minhas companheiras foram levadas para a Delegacia de Repressão a Crimes de Informática. Lá ficaram por talvez menos que 24 horas. De lá, foram transferidas para Bangú – um presídio de segurança máxima, onde todos precisam passar antes de entrar de fato no sistema prisional. Passa todo mundo por lá: “assassino, estuprador, a maioria de população inocente que está preso, todo mundo junto.” Como é provisório, não há estrutura alguma.

A performance da prisão, claro, acontece em todos os detalhes: sair do camburão algemado, apertado, sem ter ideia para onde se vai. E a performance da prisão também não acontece em todos os detalhes. Ao menos um dos meus companheiros relata haver ter sentido alguma compaixão:

⁷⁰ Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas.

— A gente desceu do camburão, entrando num presídio de segurança máxima, vários portões, celas fechando... E eu me lembro de um policial mais velho, que nos olhava com pena, o tempo todo. Ele olhou para gente e falou: “fica tranquilo, no começo é meio merda, deve apanhar um pouco... Apanha mesmo, mas depois a cadeia fica normal, no começo eu acho que é meio difícil.” Eu só conseguia pensar que ia apanhar para caralho.

Para quem era professor, entrar na prisão parecia entrar na escola: as mesmas cores, a mesma arquitetura... “Eu olhei e pensei: ‘cara eu estou em casa, mas isso não é legal’. Em seguida, o mesmo policial que parecia haver sentido compaixão explica: ‘Outra lei da cadeia, mão para trás e cabeça baixa. Sempre assim e não olha os agentes no olho senão é pior’.

O medo instaurado, mas também a surpresa. Um policial pergunta, quase rindo, se aqueles ativistas estavam mesmo todos amedrontados, com medo de apanhar. E logo emenda: “Meu irmão, levanta a cabeça todo mundo aí. Vocês não são aquela parada lá do *black bloc*, os malucos que tacam fogo em polícia, carro de polícia, o caralho? Vou mandar a real para vocês: ninguém vai bater em vocês aqui não. Vou mandar a real: vocês são pica pra caralho!” Dizem meus companheiros que esse entusiasmo vinha da briga histórica entre agentes carcerários e polícia. (Vai saber).

Depois, mais prisão, mais como “para todos”. Tira roupa, tira bota o uniforme. A comida que chega sem garfo.

— Sabe comer sem garfo? Tem que aprender, diz um outro agente.

Meus companheiros não tiveram a cabeça raspada. Os agentes justificavam: “A gente não é contra vocês, a gente é contra vagabundo do CV que mata, que estupra que é traficante. Vocês são uns moleques, o bagulho de vocês é o governo.”

Depois, outras informações chegaram. Conta meu companheiro que, apesar do tom pessoal e engajado adotado pelos agentes, a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ estava intermediando a prisão para que ela não fosse “como sempre”. E, bem, tem a Comissão de Direitos Humanos, claro. Mas tem também a cor dos acusados, o perfil e o destaque midiático. O cárcere não era exatamente o mesmo do “vagabundo do CV”.

A diferença imaginada fica explícita quando chega outro grupo de presos. Meus companheiros são ordenados a virar de costas, pois havia chegado “outra rapaziada” e, com eles, o tratamento seria “diferente”. Foi uma sessão de espancamento brutal. Aqueles eram “vagabundos do Comando Vermelho”.

Por um lado, o tratamento diferenciado era uma marca dos privilégios daquele tipo muito particular de presos. Por outro, se fazia questão de mostrar que, ainda assim, era possível que tudo estivesse por um fio.

Ao mesmo tempo, junto aos demais presos, outras solidariedades se criavam. “Caraca, vocês são aqueles malucos que taca fogo no carro de polícia, meu irmão?! Não, na moral, já roubei banco já fiz e aconteci, mas uma parada que sempre achei maneiro quando eu vi no jornal vocês fazendo, taca fogo nos carros dos malucos.” Muitas ideias surgiram, porque quem na cadeia é gente: que ri, chora, zoa.

E não tem muito a fazer além de conversar, me contam. “Um tempo que nunca passa”. E a cadeia ao mesmo tempo um outro universo – meu companheiro me conta, surpreso, de um carcereiro que era neto de um militante do PCB, que ele mesmo conhecia. De vez em quando, uma dica sobre os rumos que a Revolução deveria tomar: falta para vocês uma direção revolucionária, dizia o neto do Raimundão...

Ainda assim, mesmo sem serem agredidos, meus companheiros sabiam que tudo aquilo era um centro de tortura. “A gente ouvia, a gente sabia”.

Meu companheiro saiu rápido da prisão, em cerca de 6 dias. Até chegar o novo pedido de prisão.

— Foi o tempo de eu ir para casa, dormir em casa liberto de noite, acordar... Eu decidi que ia pra praia, ia tomar uma cerveja, curtir a vida, namorar... Qualquer coisa menos aquele lugar. Um banheiro normal, um banho quente. Aí já me ligam e dizem: ‘não sei se você viu na TV, mas tá sabendo que vem tudo de novo?’. Aí foi entrar um tempinho na clandestinidade até o novo habeas-corpus.

Ficar na clandestinidade pode não ter sido a prisão, mas também não foi bom. “Você se sente preso de novo”. Depois do habeas corpus, a vida voltou um pouco ao normal: proibições de ir `manifestações, obrigatoriedade em provar que se estava no Rio, autorização para deixar a cidade... “Essa parte, ela demorou muito para cair”

— Mas, olha, tinha uma galera nossa que tava caindo muito numa visão do heroísmo. ‘Ah, o Estado é burguês, não se iludam, a gente vai ser criminalizado.’ Não! Isso não é um destino inexorável, a nossa condenação. É claro a gente está jogando no território do inimigo, com juízes, com todo aparato judicial... Nenhuma ilusão nisso, mas também não acho que é 100% certo que vai ser todo mundo preso e condenado. E, se for, a gente vai continuar lutando. Não tem outro caminho.

Por outro lado, o cárcere não aprisiona apenas quando se está lá dentro. Minha companheira me conta que, se havia uma possibilidade de “vida dupla” antes do cárcere, ela mudou depois da prisão:

—Como professora, óbvio que as pessoas sabiam que eu era de esquerda. Mas eu tinha minha carreira, meu trabalho, e os meus espaços de construção de militância. Mesmo que pudesse ter alguma interseção em alguns momentos. Quando a criminalização vem à público, não tem mais como. Antes eu era várias coisas, depois disso eu passei a ser só a professora *black bloc*, *Black Prof* num outro nível. Eu tive até tentativa de processo por um professor que era do meu departamento. Colocou policial dentro da minha sala, chegou a se abrir um outro processo contra mim. Aí se abriu uma sindicância depois, tentando me incriminar... Até acusação de conexão com tráfico de drogas eu recebi. Depois o processo foi arquivado. Mas eu tive que lidar com isso.

— Olha, não é bom ser preso. Não é bom mesmo. Pode fazer parte do processo... mas não é bom. Não me arrependo de nada. Faria de novo. Mas também não gostaria de ser preso de novo. Se eu puder fazer o possível e o impossível, dentro da ética do que eu acredito para evitar a minha prisão ou a de qualquer outro companheiro....

— Mas eu também me incomodo com a posição de vítima, sabe? Eu sempre me incomodei com isso. Duas coisas que me incomodaram nesse processo, dois extremos, a posição de herói e a posição de vítima. A gente não é vítima. A gente, de alguma maneira, foi uma ameaça. Eu entendo que é parte de um processo que a gente nunca vai abaixar a cabeça e se conformar com esse processo, mas ele é parte do jogo.

QUESTÕES INTERNAS:

As prisões são uma experiência brutal, mas as “questões internas” são lembradas como ainda piores. O cárcere é algo que faz parte da luta, uma consequência. Mas, “as questões internas...”

O clima de desconfiança se materializa de muitas formas: de acusações de ser “pelego” – o que ouviu o MPL, no Rio – até organizações que viram frangalhos depois da mão pesada da repressão.

— Tem as culpabilizações internas, as pessoas brigam. “Ah, isso aconteceu porque você deu mole, a culpa foi sua”, querem apontar o dedo. Muita gente também só com medo mesmo.

A criminalização causou traumas, mudanças na vida profissional, um único jeito de existir. Minhas companheiras, que eram muitas coisas, foram reduzidas a uma só.

DO MAIS IMPORTANTE DA VIDA A UM GRANDE BORRÃO

Entre minhas companheiras, 2013 contrasta. Se existe o consenso do não arrependimento, ele é um dos poucos nas avaliações posteriores. De certezas de estar vivendo o momento mais importante da vida às memórias borradas; da importância sentida e compartilhada à necessidade de ir além da revolta; da sensação de plenitude à mais completa solidão. Gosto dos estilhaços espalhados, disformes e “incoláveis” – eles mostram como um acontecimento como 2013 são, simultaneamente, uma infinidade de coisas.

— Junho de 2013 é um grande borrão. Acho que eu devia ter feito na época, talvez, um diário, sabe? Pra marcar os dias todinhos, sabe?

— Eu tinha certeza de que aquilo era a coisa mais importante que eu já poderia ter vivido até então, e que talvez eu não vivesse algo tão importante na minha vida, sabe? No dia da Tomada da ALERJ, eu falei com a minha filha no telefone e ela falou: ‘ah, vem pra casa’. Eu disse: ‘não posso ir pra casa, eu vivi todos os dias da minha vida para estar aqui’. Foi uma experiência muito, muito potente, muito transformadora e foi muito importante pra mim enquanto pessoa mesmo, enquanto indivíduo. Tudo foi libertador também pra mim, sabe? Justamente por essa sensação de estar vivendo talvez o momento histórico mais importante da minha vida, eu me doei muito. Por aquela situação de ficar o dia inteiro militando e indo de espaço em espaço, como se a revolução estivesse realmente acontecendo.

— Eu, muitas vezes, me sentia só. A gente se perdia no caos, né? Alguns amigos iam embora logo de cara, outros não, só que a gente não reconhecia... Em muitas das minhas memórias eu estava andando realmente sozinha, sabe? Era uma sensação muito esquisita, parece um sonho esquisito... Você andando sozinha, numa cidade sendo destruída... É muito bom, mas é esquisito. Eu não estava com medo, eu estava de boas. Mas só. Então é uma coisa meio psicodélica... Nessas memórias, eu estou só. Eu ficava andando de um lugar para o outro durante protestos. E quando começava o pau a quebrar, eu estava só, andando perdida. Teve uma hora que eu estava andando, e pensei: deve ter umas 100 mil pessoas aqui, eu estou me sentindo extremamente sozinha.

— Eu não tinha consciência de pensar que eu talvez pudesse me proteger, fazer outras coisas. Eu acho que realmente eu não pensei nisso, porque a coisa meio que tomou vida própria. Mas eu não tenho nenhum arrependimento de nada que eu fiz, eu ainda acho que foi a experiência mais importante da minha vida, dessas que me ultrapassam enquanto indivíduo. É diferente da maternidade, que transforma, mas é pessoal. Enquanto processo coletivo, dificilmente eu acho que a gente vai ter uma outra experiência dessa tão cedo. Infelizmente.

— Eu sei que eu não sou herói. Nem herói, nem mártir. Se eu pudesse decidir “como eu ia ficar para a história”, eu gostaria de ficar como alguém que se posicionou e que acreditou ferrenhamente numa posição. A gente tomou posições firmes e enérgicas, a gente achou que a conjuntura precisava. Alguém precisava fazer, se colocar e apoiar aquela revolta que havia não só aqui, mas no mundo todo. E não me arrependo não. Faria tudo de novo. Eu não me arrependo de nada. Assim, quase nada. Às vezes eu me arrependo de não poder ter feito mais e da gente estar mais bem organizado. Eu acho que um aprendizado com 2013 é justamente pensar, desde as organizações autônomas, como, o levante popular pode ser melhor potencializado. Se não, a gente corre esse perigo de sempre correr atrás do próprio rabo. Se a gente tiver uma retaguarda forte, um povo organizado forte, real...

— Muitas vezes as pessoas diziam, ‘ah, mas vocês achavam o quê? Que não ia acabar nunca? Que vocês iam fazer a revolução?’. Óbvio que ninguém achava que ia fazer a revolução em 2013. Mas as pessoas sabiam que aquilo ali tinha um valor em si mesmo, sabe?

— Mas também não dá pra ficar sendo ‘as viúvas de 2013’, sabe? Eu não quero viver aventuras, eu quero construir uma intervenção concreta e real na sociedade brasileira. O que eu quero é arrebentar essa ordem social e não construir um livro de memórias de como foi legal 2013.

— Só que tudo que conseguiu alguma coisa na história da humanidade tinha uma pegada de ação direta. O motor da mudança social é a ação direta. Então, se você consegue convencer um povo, uma sociedade de que se ela fizer ação direta vai ficar pior, é tudo que o governo estabelecido quer para manter as pessoas imóveis, não fazendo nada. Se fica a ideia de que se a gente se defender fica pior, o que você tá dizendo para as pessoas é que elas não têm direito de se defender, sabe?

— Eu não sei se eu vou viver uma situação dessa de novo, eu não tenho dúvida de que haverá insurreições, e que o processo insurrecionário vai ser retomado. Assim como está acontecendo em outros lugares. Tem um diálogo entre essas lutas que vai muito além de você, de mim, do ator individual que foi criminalizado. Eu tenho certeza que isso vai ser retomado por outras pessoas, já está sendo retomado, está aí, sabe, está acontecendo nesse momento.

— Novos junhos virão.

Novos junhos virão?



Belo Horizonte, junho de 2013 (Fonte: Midia Ninja)

BARRICADAS

“Nas condições vividas durante um evento de barricada, essas atividades ceremoniais serviam para distanciar a existência política cotidiana, com sua presunção estática e de continuidade. (...) Em outras palavras, a construção de barricadas era um ato que convidava as pessoas a questionar a presunção de normalidade.” (Mark Traugott, [tradução livre], 2010:189)

"Fechando ruas para abrir caminhos" (Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca, 2006)

"Uma barricada é uma estrutura improvisada, construída por insurgentes civis como meio de reivindicar o espaço urbano e se mobilizar contra forças militares ou policiais que representam as autoridades constituídas", segundo os dicionários consultados por Traugott (2010, p.21). Embora seja difícil discordar de definição tão literal, o autor está preocupado com entender mais: de onde ela surgiu? Como ela se difundiu em tantos países? Que tipo de relações ela construiu? Sua arqueologia da barricada é gostosa de ler, em primeiro lugar, por nos fazer sentir o cheiro das revoluções de outros tempos⁷¹, aquelas que hoje nos parecem impossíveis e, em alguns casos, indesejáveis. Revoluções não apenas longínquas, mas, em muitos termos, profundamente distintas das experiências de meus/as companheiros/as.

“A barricada é um artefato da imaginação popular”, diz o autor, provocando-me um quase inevitável jogo de palavras. Se é verdade que ela nasce como uma tecnologia proveniente desse agente amorfo que chamamos de “povo”, erguer uma barricada não é também, um jeito de *imaginar* e de *inventar um povo*? Não é delimitar um “nós” – os que erguem a barricada, e um “eles” – aqueles que queremos impedir de passar? E, se a barricada distancia a existência política cotidiana como na epígrafe supracitada, ela não permite, simplesmente, imaginar?

As barricadas de Traugott me evocam não apenas o cheiro contrastante, mas também o familiar.

A primeira barricada que eu ajudei a construir foi no dia 24 de junho de 2005. Estávamos, no MPL-DFE, organizando uma jornada de lutas contra um aumento de passagem que havia sido apenas elucubrado. Nossa estratégia foi nos antecipar: resolvemos fazer uma manifestação antes que o aumento se concretizasse, quando ele

⁷¹ Traugott recupera a barricada como uma invenção do século XVI, para que fique explícito de que distância temporal estou falando.

ainda era um boato, como tantos outros que, depois da normalização da notícia, viraria fato. Nos juntamos para fazer do inevitável, inviável. Éramos alguns moleques, e resolvemos fechar as quatro principais ruas do Plano Piloto.

Antes de construir a barricada, era preciso construir relações. Reuniões e mais reuniões, encontros em escolas, convites. Nosso plano era simples: iríamos levantar uma fronteira no trânsito, próximo de algum lugar onde outras pessoas poderiam se animar com o protesto acontecendo. O horário também era estratégico, na troca de turnos das escolas.

A partir das relações que construímos no processo, nos surgiu o lugar exato. Vias sem cruzamento se transformariam em encruzilhadas, graças à nossa inusitada presença no local. Entramos em contato com um grupo de carroceiros que viviam ali perto, explicamos o plano, combinamos que uma porção de coisas que costumamos chamar de lixo estaria ao lado da escola. Lembro especialmente de um sofá velho, entre outras quinquilharias.

Quando a barricada parou de ser plano e virou gente foi que senti a sensação da qual tenho mais saudade do que gostaria. A vida era possível. Foi aquele sofá velho chegar na rua, nos braços destreinados de vários semiadolescentes que fez, de repente, uma outra cidade existir. Foi naquele dia, vendo e fazendo tudo acontecendo como vimos e fizemos, que eu abracei uma outra amiga, a quem havia acabado de conhecer. Esse abraço selou uma vida, passando a ser conhecido entre nós como “abraço de rodoviária”, a expressão mais genuína de um carinho que surge ao construirmos o que para nós era outra possibilidade de mundo.

Naquele dia, da nossa perspectiva, a barricada construiu um nós, um eles, um “povo”, novos horizontes. Tal como em tantas estórias divididas por meus companheiros sobre suas experiências de 2013.

Assim, para conversar com as estórias de meus companheiros, proponho analisar os acontecimentos de 2013 como eventos de barricada que, ao convidar ao questionamento da normalidade, abriram possibilidades antes impensadas. Ao juntar braços destreinados para inverter objetos cotidianos e fechar a rua, convidaram também à formação de um (ou vários) nós, em oposição a um (ou vários) eles, enquanto inventaram e deram forma a uma (ou várias) ideias de “povo”.

Aqui, nos serão muito úteis as elaborações de Victor Turner (2005, 2013, 1984) sobre o processo ritual e, em especial, sua noção de liminaridade, não à toa tantas vezes

evocada para pensar manifestações e protestos no campo da antropologia política. Partindo de seu trabalho etnográfico junto aos Ndembu, Turner discute o lugar dos rituais na relação entre estrutura e mudança, trazendo novos elementos para essa antiga pergunta antropológica. Inspira-se, para isso, na progressão ritual desenhada por Van Gennep para descrever os ritos de passagem, segundo a qual tais acontecimentos se desenrolam a partir de três estados: separação, margem/liminaridade e agregação/incorporação.⁷²

Para Turner, a liminaridade, o momento fora do tempo entre a separação e a agregação, é quando se experimenta o “retiro dos modos normais de ação social” (2013, p. 97), ou seja, quando as categorias estabelecidas se suspendem e ainda não há outras para substituí-las. Um momento de simultaneamente “não mais classificação” e “ainda não classificação” (Ibidem, p. 140).

Os atributos da liminaridade são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e essas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e ceremonial. (...). (Turner, 2013, p.98)

Calcada nesse efêmero instante do inclassificável que surge após a interrupção do fluxo cotidiano, a liminaridade é principalmente processo, devir (Turner, 2005, p. 138). Para o autor, ela é “o reino da pura possibilidade, do qual novas configurações de ideias de relações podem surgir” (Ibidem, p.141).

Algo muito parecido diziam meus companheiros da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) quando, em 2006, a partir de uma greve de professores, tomaram a cidade mexicana: “Fechar ruas para abrir caminhos”. “Fechar ruas”, lembrando a importância do corte do fluxo cotidiano para a possibilidade de suspensão das categorias vigentes, ou ainda como o primeiro gesto da barricada é sempre recusar.

Turner afirma que a liminaridade “pode ser encarada como o Não a todas as asserções estruturais positivas, mas sendo, de certa forma, a fonte de todas elas” (2005, p.140). Ao encararmos a barricada como entidade liminar, assumimos que erguer uma

⁷² Mais detalhadamente e, ainda segundo Turner, para Van Gennep os ritos de passagem consistem em: i) separação do fluxo cotidiano de atividades; ii) encenação mimética da crise que a provocou; iii) reentrada no mundo cotidiano, a partir do desafio e reelaboração provocados pela anti-estrutura no segundo momento da tríade.

barricada é simultaneamente *recusar* e *dar forma* ao que se recusa. A recusa da barricada a princípio é criativa por explicitar a oposição, deflagrar conflitos virtuais da estrutura.

Nesse sentido, aproximar a noção de liminaridade de Turner dos eventos-barricada de 2013 é também se aproximar de uma das propostas desta tese – evitar reduzir aqueles acontecimentos às suas métricas e “resultados”, ou, para retomar o esquema turneriano, não reduzir a liminaridade à agregação. Se enxergarmos aquelas barricadas como interstício, podemos nos guiar por outras perguntas, perguntas mais afins dos momentos margem: que reinos de possibilidade se construíram naqueles dias? Que mundos se abriram quando a vida não seguia seu fluxo cotidiano? Que outras configurações de relação se fizeram possíveis? Contra que estruturas aquelas barricadas se ergueram?

No entanto, tendo partido de uma situação específica – os ritos de passagem – e com o intuito de se debruçar sobre o inimaginável que emerge da liminaridade, o esquema de Turner talvez peixe por atribuir caráter demasiado rígido às suas oposições. Trata-se, afinal de contas, de um *esquema*, pensado a partir do contraste - nesse sentido, bastante parecido com a própria barricada como *ideia*.

Turner irá, então, opor as relações que emergem em meio à liminaridade – *communitas* – aquelas construídas em meio ao sistema de organização social vigente – *societas*.

“É como se houvesse neste caso dois “modelos” principais de correlacionamento humano, justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico- econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando homens de acordo com as noções de “mais” ou de menos”. O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como *comitatus* não estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciões rituais. (Turner, 2013, p. 99)

Em Victor Turner, assim, a "estrutura" designa a organização social formalizada, composta por papéis definidos, hierarquias, normas e instituições que sustentam a ordem e a estabilidade de uma sociedade. Em contraste, a *communitas* emerge nos momentos liminares dos rituais, quando os indivíduos são temporariamente liberados de seus papéis estruturais. Ela se manifesta como uma forma de relação social intensa, igualitária e espontânea, baseada na vivência emocional do pertencimento e da solidariedade. Dessa forma, o grupo liminar, bem delimitado e com características quase exclusivas, funciona

internamente de forma radicalmente diferente das relações estruturais. *Communitas* do lado de cá da barricada, *societas* do lado de lá.

Se essa dimensão existe, ela seguramente não é a única. A experiência prática de um evento-barricada, como vimos nas estórias de meus companheiros, não segue linhas tão firmes. Mais: se levamos a sério seu caráter de suspensão de classificações, o evento-barricada desloca também as próprias noções de estrutura e anti-estrutura, deixando-as móveis, às vezes elásticas, ainda mais relacionais.

Se o corte do fluxo cotidiano da liminaridade anuncia e dá forma, por sua própria recusa, ao que pode ser a estrutura e a anti-estrutura, em meio à barricada, um mesmo ator pode simultaneamente ocupar dois lugares ou mais, produzir ao mesmo tempo *communitas* e *societas*, a depender da perspectiva, de que relação estejamos analisando. O Movimento Passe Livre, por exemplo, pode ser facilmente identificado como *communitas* em relação aos governos municipais confrontados na luta contra o aumento de passagem. E como algo *societas*, se girarmos a perspectiva para uma multidão de manifestantes que povoaram as ruas de 2013 sem qualquer coletividade prévia.

Assim, é mais interessante pensar essas categorias a partir de seu caráter relacional e co-produtivo, evidente em 2013. Caráter que, aliás, Turner parece anunciar, mas descontinua. Para o autor:

“A *communitas* existe em uma espécie de relação de “figura-fundo” com a estrutura social. Os limites de cada um deles – na medida em que constituem modelos explícitos ou implícitos de interação humana – são definidos pelo contato ou comparações com o outro, assim como a fase liminar de um rito de iniciação é definida pelos status sociais circundantes.” (Turner, 1982, tradução livre, p. 50)

Faltaria talvez ressaltar como a *communitas* também produz a *societas*, não apenas na fase de agregação, quando suas provocações podem ser incorporadas ou provocar mudanças, mas a partir do entendimento de que a estrutura social tampouco está dada, sendo desenhada em meio a essas interações e conflitos. Assim, aqui vamos entender *communitas* e *societas*, estrutura e anti-estrutura também guiados por sua virtualidade.

Cabe aqui ainda comentar como a própria sequência *separação do fluxo cotidiano – liminaridade – reagregação* segue uma ordem demasiado rígida. Para os propósitos dessa tese, uma rigidez curiosa, contrastada com a leitura da luta por essa denominação um tanto fluida que chamamos de autonomismo, inspiração inequívoca do Movimento Passe Livre.

De acordo com as formulações de Bernardo (2009), o capitalismo não é apenas um regime de apropriação econômica, mas uma forma total de organização da vida social, que se realiza pela imposição de disciplina sobre a força de trabalho. Essa disciplina não se dá apenas via Estado formal, mas se estende às empresas, partidos, sindicatos e até aos próprios movimentos sociais quando organizados de forma semelhante à disciplina do trabalho – uma separação entre quem faz e quem decide, entre quem manda e quem obedece. Daí decorre que uma luta anticapitalista não pode se reduzir a demandas materiais ou à transferência de propriedade, mas deve colocar em xeque, desde suas formas organizativas, a lógica gestorial que estrutura o capital.

Nesse sentido, a autonomia não é um ideal abstrato, mas um resultado prático de como se luta. O autonomismo propõe que cada conflito seja também uma experimentação de novas relações sociais, que recusem a delegação, a passividade e a reprodução das estruturas de dominação. A ênfase está na inseparabilidade entre meios e fins: não basta reivindicar mudanças radicais — é preciso que a própria organização da luta encarne essas transformações. Uma luta que reintroduz hierarquias e formas de comando no seu interior já deixou de ser uma luta contra o capital e tornou-se um vetor de sua reprodução. A autonomia, por isso, é menos uma conquista definitiva do que uma prática vigilante, uma forma de cuidado com o processo, com os corpos e com as relações.

É bem verdade que, segundo “o autonomismo”⁷³, a luta sempre pode ser incorporada, quando as formas de organização ou os objetivos perseguidos se encaixam de tal modo na lógica dominante que deixam de ser ameaça. Para Bernardo, essa não é uma exceção, mas uma tendência estrutural – e aqui nos aproximamos do processo ritual de Turner. Mas, por outro lado, contrastar os dois autores, pode nos servir para complexificar o pensamento: por um lado, a agregação está sempre à espreita; por outro, a prática sempre pode desafiá-la. Trazer essa percepção para a análise é também entender como a separação entre etapas do processo ritual de Turner serve e não serve, mais uma vez encarando sua virtualidade: a agregação está sempre potencialmente ali (e não simplesmente vem *depois*); a liminaridade sempre pode ser feita ou desfeita (em qualquer momento).

Não vamos abandonar os contrastes de Turner – as oposições servem para a luta e para pensar. Nossa intuito é jogar com elas da forma mais interessante para a barricada,

⁷³ Uso esse termo entre aspas por seu caráter polissêmico.

às vezes virá-las do avesso, produzindo novos sentidos, tal como fizemos com o sofá velho que, invertido, serviu melhor a nossos propósitos.

RECUSAR É IMAGINAR

Como no esquema de análise ritual turneriano, a recusa declarada na barricada é a separação do fluxo cotidiano. Em 2013, o corte literal do fluxo cotidiano das cidades, interrompendo o sagrado trânsito. Não mais carros circulando nas ruas, mas pessoas permanecendo e, quem sabe, sofás, virados do avesso, como nas minhas lembranças. Ou mesas trazidas de escritórios de bancos para a rua que, ao saírem dos seus inalcançáveis cubículos, tornam-se um deboche de como o dia a dia funciona, como nas lembranças de meus companheiros do Rio de Janeiro. Objetos e atores fora de seus devidos lugares e, justamente por isso, revelando um *devido lugar*.

Mas também um corte de fluxo cotidiano da vida como ela se organiza. Em lugar da rotina ditada pelos horários dos patrões, das escolas, do transporte gerido por outros, um dia a dia tomado por reuniões, assembleias em estádio, “dinâmicas enlouquecidas”, como em Porto Alegre. Com panfletagens às 5 da manhã, cheias de “disponibilidade e disposição”, como em Goiânia. Ou ainda vivida entre escolhas singelas do sagrado para cada sujeito: almoçar, ficar com a família uma vez por semana ou dormir, como nas estórias de São Paulo. Se esses cortes de fluxo podem inicialmente nos chamar atenção por um tom algo sacrificial⁷⁴ é porque não estamos levando a sério o conflito latente da estrutura que ele explicita: o martírio cotidiano de uma vida vivida ao redor da produção. A barricada declara: a vida é o que acontece além do trabalho⁷⁵.

“Só a luta muda a vida”, dizíamos (também) em 2013.

Há uma miríade de formas de se encarar esse dito. Uma delas – que, diga-se de passagem, possui extensa base factual – é considerar como qualquer avanço ou direito dos setores explorados necessariamente se deu pela mobilização e oposição. Nada nunca foi de *graça*, sempre dissemos, e com razão. Aqui, de alguma forma, estamos operando junto com a política como calculadora – o que se ganha e o que se perde na luta?

⁷⁴ Tom em parte reconhecido por meus companheiros, entre os sentimentos ambíguos provocados em suas rememorações: constatações de loucura e simultânea nostalgia.

⁷⁵ “Como ter aula de arquitetura renascentista em meio a tudo isso?” Se perguntava um de meus companheiros.

Mas, ao pensarmos junto com a liminaridade, estamos também dizendo que “a luta muda a vida” em outros termos. Algo se abre nos momentos de liminaridade, ou, como diz Turner, funciona como: “Cápsula ou compartimento institucional que contém os germes de futuros desenvolvimentos sociais, de mudança social”, (1982, p. 45). Ou ainda: “A anti-estrutura, de fato, pode gerar e armazenar uma pluralidade de modelos alternativos de vida.” (ibdem, p, 33)

Os horizontes e possíveis abertos por um evento de barricada como 2013 pululam nas estórias de meus companheiros.

Naqueles dias liminares, foi possível imaginar uma outra cidade. Uma que exigia ser percorrida saltando de ônibus em ônibus, de barricada em barricada, como a Salvador de 2003 de Caribé⁷⁶. Ou uma que havia transformado a Ponte Estaiada, cartão postal da São Paulo do mercado financeiro, em uma multidão de pedestres cantantes⁷⁷. Ou uma cidade em que era possível pular a “muralha da China de catracas”⁷⁸. Ou ainda uma em que os bancos e demais instituições financeiras já não eram sagrados, mas transformados em infinitos pedacinhos. Uma cidade, afinal, marcada pela sensação “gostosa da rua: de andar onde andam os carros, de a vida não funcionar exatamente...”⁷⁹.

Também outra forma de fazer política foi possível de se imaginar, capaz de sublimar as artimanhas do Estado. Uma na qual as decisões seriam tomadas por assembleias feitas em miniestádios de futebol⁸⁰. Uma em que era possível negar as esferas perigosas da negociação: não aceitar planilhas como argumentos⁸¹, se recusar a falar com o prefeito progressista⁸². Uma em que os espaços sempre interditados para os eleitores era tomado por manifestantes e seus corpos, cheiros, crianças, comissões⁸³. Uma política que era capaz de espantar o Caveirão com a capoeira⁸⁴.

E, simultaneamente, uma política que era também capaz de movimentar, quem sabe bagunçar, a estrutura do próprio Estado. Uma em que a inverossímil demanda de manifestantes convenceriam um funcionário do governo a comparecer a um protesto para

⁷⁶ Ver “Salvador” p. 78.

⁷⁷ Ver “São Paulo”, p. 135.

⁷⁸ Ver “Rio de Janeiro”, p. 151.

⁷⁹Por experiência própria arrisco dizer que alguma faísca desses dias tende a se acender sempre que a vida nos leva por acaso a esses mesmos pontos da cidade.

⁸⁰ Ver “Porto Alegre”, p. 108.

⁸¹ Relatos de “planilhas” como instrumentos arriscados estão em Porto Alegre, São Paulo e Goiânia.

⁸² Ver “São Paulo”, p. 134.

⁸³ Como na Ocupação da Câmara dos Vereadores em Porto Alegre (p.55).

⁸⁴ Ver “Rio de Janeiro”, p. 148;

receber uma carta⁸⁵. Uma em que a negociação entre ocupantes da Câmara Legislativa garantiria aprovação de Projetos de Lei elaborados pelos manifestantes⁸⁶. Uma em que a Dilma “poderia ter feito qualquer coisa” diante das multidões nas ruas⁸⁷.

Também o tempo se organizava de outra forma. Aqui é importante relembrar como a luta pelo transporte é também uma luta pelo tempo – não apenas o dinheiro gasto nas passagens, mas as horas diárias que fazem da mobilidade uma extensão da tortura do trabalho. Se, como diz o companheiro e sociólogo Katsiaficas, “a liberdade significa viver sem a compulsão de trabalhar” (2006, p.52, tradução minha), as barricadas de 2013 liberaram os dias de meus companheiros e de tantos outros para fazer da vida outra coisa. Estes momentos, como afirma o autor, “corporificam as aspirações e visões do movimento, em ações de milhares de pessoas” (Katsiaficas, 2013, p. 493).

Não é à toa, assim, que tantos dos meus companheiros lembram desses dias como únicos, fora do tempo, “tudo ao mesmo tempo agora”⁸⁸, como uma profusão de possibilidades, mistura de diversos sentimentos⁸⁹, em descrições que não poderiam estar mais próximas da definição de Turner de liminaridade. Aquele breve instante do inclassificável se desdobra em ações surreais do Estado - o vinagre é proibido em São Paulo – mas também em fenômenos meteorológicos, descritos com tons de realismo fantástico – “choveu como nunca choveu na vida” em Porto Alegre. E, também, em uma sensação: “para existir, você precisava estar ali”⁹⁰ e de que “aquilo era a coisa mais importante que eu já poderia ter vivido.”⁹¹

Mas o instante do inclassificável, ambíguo por definição, não se desdobrou apenas em entusiasmo, mas em assombro e perplexidade para meus companheiros. Termos como “inimaginável” são uma constante em suas estórias e, “não era simples estar na rua”, era “angustiante”, e “a Caixa de Pandora havia sido aberta”⁹². A abertura de possibilidades não quer dizer que as possibilidades que emergem, sob o ponto de vista dos atores, são agradáveis, cômodas. Talvez bem o contrário – mesmo entre aqueles que sonham com uma vida radicalmente diferente da que vivem. Muitas vezes, meus

⁸⁵ Ver “Goiânia”, p.57.

⁸⁶ Ver “Porto Alegre”, p. 55

⁸⁷ Ver “Distrito Federal”, p.117.

⁸⁸ Ver “Distrito Federal, p. 104.

⁸⁹ Ver p.74. e p. 106 respectivamente.

⁹⁰ Ver “Distrito Federal”, p. 108.

⁹¹ Ver “Rio de Janeiro”, p. 157.

⁹² Citação de Rio de Janeiro (p.145), Goiânia (p. 72) e Rio de Janeiro outra vez (p.145)

companheiros/as se sentiram sozinhos, apesar de estarem na rua com multidões⁹³. Ou perdidos, desorientados⁹⁴. Assim, se seguirmos pensando de forma compósita os pares de oposição de Turner, podemos também ver onde o caráter liminar de 2013 suspendeu as nossas próprias categorias, enquanto movimento, e explicitou os conflitos virtuais de nossa própria estrutura.

SOCIABILIDADES EM LUTA

A luta é capaz de reordenar o tempo, subverter o espaço e fazer emergir novas formas de vida, dissemos. Se isso é verdade, a liminaridade de 2013 não apenas suspendeu categorias vistas como estruturais, mas também desorganizou as formas habituais de subjetivação política, possibilitando o aparecimento ou quem sabe criando novas sociabilidades. Estar nas ruas naqueles dias podia ser um outro jeito de estar junto, ou reinventar jeitos de estar juntos anteriores.

É partindo dessa possibilidade que proponho explorar dois modos de sociabilidade que emergiram e se entrecruzaram durante os dias liminares de 2013, como acontecimento amplo. Vou, na esteira de Turner, usar categorias possivelmente demasiado circunscritas: a noção de manifestante e a noção de militante. Claro está que, na prática da vida e da liminaridade, essas duas categorias se fundem e confundem, mas mesmo assim podem ser boas para pensar. Pensem-nas como formas provisórias, modos de fazer-se sujeito na luta — formas virtuais que se misturam, se alternam e, sobretudo, se produzem no calor da experiência.

ESTAR NA RUA EM 2013 - *MANIFESTAR*

Dissemos que, em Turner, a liminaridade cria um tipo específico de relação social, denominada *communitas*. Em oposição às relações reguladas pela estrutura, a *communitas* funciona como “um comitê de camaradas”, “potencial ou idealmente extensiva ao limite da humanidade” (Turner, 2013, p.111), que rompem com as hierarquias vigentes e aproximam atores antes distantes. Algumas das estórias de meus companheiros parecem dialogar diretamente com essa noção. Alianças *improváveis* – como o curioso casamento

⁹³ Ver Rio de Janeiro e Distrito Federal.

⁹⁴ Ver São Paulo e Goiânia.

entre anarquistas e maoístas, no Rio⁹⁵; *de sinal reverso*, quando o aluno se vê cuidador da professora afetada pelo spray de pimenta⁹⁶; ou ainda *potencialmente extensiva ao limite da humanidade*, como quando Manolo se viu advogado de uma multidão de desconhecidos detidos em Salvador.⁹⁷

Ainda com Turner, na *communitas* espontânea⁹⁸,

Há algo mágico (...). Subjetivamente, há um sentimento de poder infinito. Muitos de nós conhecemos esse momento em que pessoas compatíveis obtém um instante de lúcido entendimento mútuo em nível existencial (...). Nós sentimos que é diferente se relacionar diretamente com outra pessoa como ela se apresenta, no aqui e agora. (Turner, 2013, p. 48)

A magia, a sensação de poder infinito ressoam com a estória de Caribé sobre o dia 2 de julho de 2013 na Bahia:

A gente passava pela rua assim e as pessoas nos celebravam. Parecia uma coisa religiosa: queriam pegar na faixa, segurar a faixa, estar perto da faixa. Era muito louco! A faixa tinha vida própria! As pessoas aderiram ao ato, foi muito bonito. Foi muito bonito mesmo esse ato do 2 de Julho. (Salvador, p. 86)

A *communitas* de Turner não é sinônimo de comunidade, não dizendo respeito a uma coletividade pré-existente, com definições e fronteiras delimitadas. Ela é um tipo de relação que se produz em ato, mais próxima do “fazer” do que do “ser”. Nos ritos de passagem, ela emerge entre os sujeitos que estão vivenciando a experiência liminar. Em 2013, até certo momento, *manifestar* parece ter criado uma experiência semelhante, produzindo um tipo de relação que se fez em ato e um sentimento de conexão com outros que emergiu do ato de fazer junto.

Como nos conta um companheiro de São Paulo, as manifestações de 2013 convocavam pelo concreto não apenas da(s) pauta(s):

— A primeira coisa que eu fiz em um ato do movimento foi colocar um sofá na rua pra ajudar a resistir, sabe? Já era uma sensação que eu tinha nos primeiros atos e isso tem a ver total com a coisa da horizontalidade, né? A sensação de que não haveria necessariamente uma pessoa ou algumas pessoas totalmente responsáveis pelo andamento do movimento. Era

⁹⁵ Ver p.147.

⁹⁶ Ver Goiânia, p.71.

⁹⁷ Ver Salvador, p.85.

⁹⁸ Em seus trabalhos mais tardios, o autor elaborará a diferença entre *communitas* espontânea; *communitas* ideológica e *communitas* normativa (Turner, 1982, p. 47- 49).

todo mundo. Depois eu fui entender o que era movimento social... Mas primeiro, foi muito concreto. E isso não era menor. (São Paulo, p. 129)

Se meu companheiro comenta, com razão, que o ato de ser convocado *a fazer* não era menor, é que não apenas a *communitas* se faz em ato, mas que a potencialidade *communitas* de 2013 também resulta na sua oposição à forma corrente das manifestações de Esquerda. Ser convocado a colocar um sofá na rua e montar uma barricada é radicalmente diferente de ouvir discursos seguindo um carro de som e revela em si mesma uma noção de política. Como também ouvimos nas estórias de meus companheiros, as disputas entre essas várias concepções do manifestar estiveram presentes desde os primeiros momentos daquele dia. Causavam angústia, como quando, no Rio de Janeiro, as discussões sobre quem iria coordenar a mesa de assembleias gigantescas pareciam não ter qualquer sentido: “perder tempo de vida e de luta para votar se haveria votação”⁹⁹.

Por outro lado, como nos relembra Turner, a *communitas*, como a própria liminaridade, é efêmera e, para o autor, logo as possibilidades de reacomodação das categorias na fase de agregação/incorporação começam a se refazer. A magia da *communitas* é necessariamente momentânea, algo parecido com se apaixonar. E aqui as elaborações de Turner se aproximam das do sociólogo George Katsiaficas (2013).

Como quem pensa num tipo específico de liminaridade, os levantes, para Katsiaficas esses emergem principalmente de uma dimensão instintiva da natureza humana: o desejo por liberdade e solidariedade. Dialogando com Herbert Marcuse, o autor denomina essa dimensão como “efeito Eros” — uma força vital inconsciente que impulsiona os seres humanos à libertação, à cooperação e à construção de novos mundos possíveis.

As discussões de Katsiaficas sobre a natureza humana me interessam menos do que a possibilidade de encarar o efeito Eros como virtualidade, ou seja, algo que opera no modo subjuntivo. Quem sabe na experiência liminar, o Efeito Eros pode vir a emergir, em oposição aos modos habituais das relações humanas ordenadas pelo capitalismo? Haverá ali, alguma brecha para viver a vida para além da matemática dos interesses? Se, para Turner, a *communitas* trata de

uma ordem, ou qualidade, não transacional de relações humanas, no sentido de que as pessoas não necessariamente atuam em

⁹⁹ Ver “Rio de Janeiro”, p 145.

relação às outras na expectativa de uma reação que satisfaça seus interesses (Turner, 1982 tradução livre, p. 46)

O efeito Eros também diz respeito à possibilidade de se aliançar e se insurgir motivados por um potencial sentimento de solidariedade. Ao juntar Turner e Katsiaficas, então, estamos destacando uma dimensão dos eventos de 2013, que se distancia da ação política como escolha racional, baseada no cálculo entre ganhos e perdas – aquela capaz de perguntar à minha companheira se teria “valido a pena”¹⁰⁰. Mas uma dimensão que também se afasta da ideia de “tomada de consciência” ocorrida na esfera do sujeito, pedra angular de uma ontologia de E/esquerda.

Tanto a *communitas* de Turner como o efeito Eros de Katsiaficas versam sobre algo que excede a ideia de indivíduo. Trata-se de um processo/experiência profundamente coletivo/que inverte a lógica das relações correntes e frutifica em outros laços. Surge aí a possibilidade de uma outra maneira de fazer-se com outro, de fazer-se *communitas*, que traz, em si mesma, a chance de a vida ser diferente.

Se estamos afirmando que, em algum momento, manifestar-se em 2013 produziu esse tipo de sociabilidade, aqui podemos pensar como o corpo do/a manifestante também escapa de ser produzido a partir do contorno do indivíduo. Como na experiência do gás lacrimogênio que relatei no início dessa tese, quando mãos não identificadas encharcam nossos lenços com vinagre e aliviam nossos olhos com leite de magnésia – tecnologias trazidas de quem sabe onde, que nesse momento também se fazem nossas – e braços de companheiros tornam-se suporte para fazer possível uma caminhada, trôpega, à múltiplas pernas.¹⁰¹

Para pensar outras formas de construção de corpo que emergem nesses momentos liminares, as elaborações de Bakhtin podem ser interessantes. Ao analisar a obra de Rabelais, o autor dirá que seu caráter grotesco revela mais do que simplesmente a hipérbole satírica: “o grotesco diz respeito a ultrapassar a si mesmo, misturar-se com outros objetos” (1987, p. 270). O grotesco de Rabelais, para Bakhtin, portanto, aponta para uma forma de entender e fazer corpo não demarcada pelo invólucro da pele:

o corpo grotesco é um corpo em movimento. Ele jamais está pronto, nem acabado: está sempre em estado de construção, de criação, e ele mesmo constrói outro corpo; além disso, esse

¹⁰⁰ Ver Rio de Janeiro, p.160.

¹⁰¹ Como na situação que apresento na introdução dessa tese.

corpo absorve o mundo e é absorvido por ele (Bakhtin, 1987, p. 277)

“No grotesco de Rabelais, as fronteiras entre o corpo e o mundo se apagam.” (p. 278), diz ainda Bakhtin. O corpo grotesco de Rabelais se aproxima ao neófito da liminaridade turneriana, marcado pela ambivalência, produzido no instante do inclassificável, inacabado. Também se aproxima do sujeito movido pelo Efeito Eros de Katsiaficas, movido por uma sempre potencialidade coletiva. Em oposição ao corpo dos “tempos modernos” que, segundo Bakhtin é “um corpo perfeitamente pronto, acabado, rigorosamente delimitado, fechado, mostrado do exterior, sem mistura, individual e expressivo” (:279)

É provocação parecida com a que faz Elizabeth Povinelli (2008), dessa vez ao sujeito do neoliberalismo tardio, a partir da noção de consubstancialidade. A autora parte do conflito entre um jovem aborígene e sua tia para contrastar duas noções diferentes de corpo: a do jovem, protegido pela fronteira da pele, e a de sua tia, pensada necessariamente pela interconexão. Para a tia do jovem rapaz,

Ela e ele compartilham “um só corpo”: ambos são *murrumurru* (inhame longo), um ser ancestral do qual ambos descendem substancialmente, tão certamente quanto um australiano não indígena médio acredita que compartilha a substância genética de sua mãe e de seu pai. Em outras palavras, a mulher estava tentando mobilizar um discurso de corporeidade socialmente consubstancial contra o imaginário social de seu sobrinho, de corpos individualizados engajados em apostas privadas. (Povinelli, op. cit, p. 516-517)

É possível pensar que os corpos dos/as manifestantes, aqueles que caminham a múltiplas pernas, no mínimo evocam o corpo grotesco de Bakhtin ou a consubstancialidade de Povinelli? A suspensão de classificação característica da liminaridade multiplica as possibilidades de se fazer sujeito e, dessa forma, parece possibilitar organizar, ainda que momentaneamente, a experiência por outras categorias que não as do binômio individuo/sociedade.

Assim, aqueles corpos manifestantes, à sua maneira, desafiaram o corpo perfeitamente acabado e rigorosamente delimitado de que Bakhtin fala, ou o corpo individualizado do imaginário social do jovem aborígene citado por Povinelli. Este, por

um lado, é o mesmo corpo que faz política no estado¹⁰²: o corpo do cidadão. O corpo que não apenas não se mistura, mas vive em um mundo marcado pela separação. A separação entre público e privado, a separação entre representantes e representados (etc. etc.). Necessariamente individual, a política do cidadão se faz episodicamente com título de eleitor e documento de identidade.

Todo o contrário, em algum momento, a política dos manifestantes de 2013 misturou, consubstanciou.

Como não rememorar o choque do jornalista-delator de Porto Alegre que, ao escrever sobre a Ocupação da Câmara de Vereadores, não pode mais que falar sobre as montanhas de pênis e bundas roçando uma nas outras, sobre o cheiro de fluidos corporais e crianças, culpados de promover uma mistura insuportável para separação habitual?¹⁰³. Ou quem sabe trazer para cena dias em que o “baixo do corpo”, para usar mais um termo de Bakhtin, voltou a ser parte da ação pública – e lembrar do momento em que “dois litros de mijo foram despejados na cabeça de um dirigente”¹⁰⁴

Ou ainda ignorar a negativa hiperbólica do indivíduo, que tomou força naqueles dias: os sujeitos mascarados que faziam da política uma ação conjunta de anônimos? “Anota aí, eu não sou ninguém”, disse um manifestante para um repórter, em frase repetida à exaustão nas análises posteriores¹⁰⁵. Da mesma forma, as sempre polêmicas máscaras, eventualmente proibidas em cidades como o Rio de Janeiro, pareciam demarcar o mesmo devir. Por fim, é possível ainda considerar a recusa de meus companheiros de movimento de assumirem o papel de líderes tal como exigido pela política cidadã como parte do mesmo gradiente, de um esforço parecido: escapar de construir personalidades políticas individuais, mas fazer da nossa ação política uma composição necessariamente coletiva.

Em Rabelais, Bakhtin vê nessa concepção aberta de corpo uma potência de “imortalidade histórica coletiva” (p. 248):

Pode-se dizer, para concluir, que na concepção grotesca do corpo nasceu e tomou forma um novo sentimento histórico, concreto e realista, que não é a ideia abstrata dos tempos futuros, mas a

¹⁰² A forma como temos usado o termo estado, é bom lembrar, foi discutida no início desta tese.

¹⁰³ Ver “Porto Alegre”, p.61. Como afirma Bakhtin: “Na imagem do corpo individual visto pelos tempos modernos, a vida sexual, o comer, o beber, as necessidades naturais mudaram completamente de sentido, sem relação com a sociedade.” (p.280)

¹⁰⁴ Ver Salvador, p. 81.

¹⁰⁵ A frase dá título a artigo de Peter Pal Pelbart (2013) e epígrafe de capítulo de Safatle (2015), por exemplo.

sensação viva que cada ser humano tem, de fazer parte do povo imortal, criador da história.”(Bakhtin, 1987, p, 322)

Essa pode ser também uma chave interessante para pensar os constantes continuum que meus companheiros fazem entre suas estórias e a de outros, mesmo que por vezes elas apareçam como uma espécie de raciocínio causa-consequência. Se o efeito Eros de Katsiaficas borra fronteiras de tempo e espaço, costurar lutas diversas de tempos diversos não pode ser, também, um jeito de pensar o corpo e a política a partir de uma noção extensiva, consubstancial, grotesca?

Mas se essa é uma forma de fazer relações, sujeitos e corpos que emerge de 2013, ela certamente não é a única.

FAZER BARRICADA FAZENDO O MOVIMENTO PASSE LIVRE - *MILITAR*

A *communitas* de Turner é necessariamente efêmera, vira rapidamente “memória” para aqueles que a vivenciaram. O autor comentará como esse sentimento de haver experimentado o tipo de relação fora do tempo que a liminaridade produz pode estimular uma tentativa de fazê-la perdurar no tempo, o que faz emergir da *communitas espontânea* uma *communitas ideológica*¹⁰⁶ – já não caracterizada principalmente pelo fazer, mas pelo ser:

A *communitas* ideológica é um conjunto de conceitos teóricos que tenta descrever as interações de *communitas* espontâneas. Aqui, o olhar retrospectivo, a "memória", já distanciou o sujeito individual da experiência comunitária ou diádica. Aqui, não é o trabalho em equipe em fluxo que é a quintessência, mas o "estar" junto, sendo "ser" a palavra-chave, não o "fazer". (Turner,1982, p.48)

Pode ser uma categoria interessante para pensar o Movimento Passe Livre. Somos, afinal, frutos de um evento de barricada.

Em 2003, as ruas cortadas de Salvador abriram a possibilidade que pessoas de outras cidades enxergassem a violência do transporte, mas também um outro caminho

¹⁰⁶ É curioso que Turner utilize o termo “espontâneo” para um fenômeno tão circunscrito, cheio de protocolos, muito bem delimitados, como é a liminaridade nos ritos de passagem Ndembu. Ao fazê-lo, no contexto dessa tese, o autor acaba entrando num debate antigo entre espontaneidade a organização, corroborando com a percepção que encontra eco no Movimento Passe Livre de que, a sua maneira, a espontaneidade carrega sempre algo de organização.

para *fazer a luta*. No ano seguinte, em Florianópolis experimentamos outra coisa, o embrião do que viria a ser o movimento. No Fórum Social Mundial de 2005, construímos princípios e protocolos de um movimento pensado a partir do desejo de fazer mais do que tomar as ruas de vez em quando. Nascemos da tentativa de costurar as relações que emergem das barricadas, para assim fazer com que outras fossem possíveis. Claro está que o desejo de *construir um movimento* a partir de uma barricada é apenas um dos que podem emergir. E revela muita coisa.

Aqui, por um lado há o pressuposto de que a barricada é em si mesma produtora de novas realidades, tem um valor intrínseco, já que modifica as relações cotidianas, traz a política para a rua, cria outros laços e outras possibilidades de vida. Ou seja, uma apostila na potência da liminaridade, na experiência da manifestação em si mesma – e então nos aproximamos da sociabilidade do manifestante.

Mas, se a experiência de barricada compõe nosso ideário, ela é, também, um método: um caminho para alcançar objetivos e pautas específicas, cuja centralidade no movimento é inquestionável. E então a barricada tem uma função, um propósito – em 2013, para o MPL, revogar o aumento das passagens. Ou seja, aqui a barricada vale pelo seu efeito pragmático, no que ela muda na política como calculadora – não a partir da perspectiva do cidadão, mas de outro sujeito, o *militante*.¹⁰⁷

Sob essa perspectiva, a barricada provoca, ainda, outras questões. Se a barricada modifica na prática o cotidiano ela não é, em si, cotidiana. Por definição, como a liminaridade, a barricada é efêmera, extraordinária. Escapar do fetiche de um certo conceito de ação direta – aquele que atribui a apenas tomar as ruas e não a tomar a possibilidade de decidir coletivamente sobre a vida – é uma discussão constante no Movimento Passe Livre, como afirmei em minha dissertação¹⁰⁸. Aqui, poderíamos elaborá-la de outra maneira: para o MPL, a barricada é parte importante da luta e informa tanto um modo de conquistar como a abertura das possibilidades de viver, mas ela é fugaz e não se faz sem coletividade/coletivo prévio.

As críticas ao uso do termo “militante” dentro do MPL ocuparam muito tempo de reunião, cujos desdobramentos discuto em mais detalhes em minha dissertação (Saraiva,

¹⁰⁷ Como se sabe, o termo militante é amplamente compartilhado pela E/esquerda de todos os matizes, tendo múltiplos significados a depender de quem o evoca. Aqui vou conectá-lo à experiência do Movimento Passe Livre ou, mais amplamente, do movimento autônomo, marcando o seu uso quando for me referir a militantes de outras organizações.

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, a discussão sobre Horizontalidade, capítulo 2. (Saraiva, 2018).

2018). Reminiscências desse incômodo podem ser encontradas nas estórias de meus companheiros.¹⁰⁹ Muitas sínteses das razões para essa relação desconfortável com termo poderiam ser aqui trazidas, mas vou me manter no simples: de uma forma ou de outra, a ideia de *militância* e a figura do militante operam a partir de uma especialização¹¹⁰, transformando o ato de fazer a política em tarefa de alguns. Por outro lado, a aposta em criar um movimento vem da percepção de que a organização coletiva é indispensável e capaz de contaminar para, quem sabe assim, generalizar o fazer política.

Parafraseando o Exército Zapatista de Libertação Nacional, o MPL é um grupo de militantes que luta para que a militância – como função especializada e atribuída a poucos – já não exista, ao apostar na política como experiência generalizada e cotidiana. É justamente essa relação ambivalente que me provoca a adotar o termo, já que ela é parte de um conflito virtual da estrutura do movimento, que se atualizou na liminaridade de 2013.

Se, assim, fôssemos pensar num tipo de corpo e sujeito que a militância do MPL produz, eu diria que ela simultaneamente se afasta e se aproxima do grotesco do qual comenta Bakhtin e da consubstancialidade tal como elabora Povinelli. Afasta-se, pois, à sua maneira, e, todavia, se aproxima da identidade: o militante é¹¹¹. Mas se aproxima já que, no conceito de militância do Movimento Passe Livre, ainda se trata menos de ser do que de fazer: o militante é aquele que constrói o movimento, que atua cotidianamente para que ele exista. Necessariamente coletiva, a condição de militante tem seu devir extensivo e aberto a quem quer que se disponha a isso, a partir da vinculação com os princípios propostos e a pauta que nos movimenta.

O papel da vinculação com os princípios é central para o movimento e foi discutido amplamente em outros trabalhos (Rosas, 2007, Saraiva, 2010; Saraiva, 2018). Aqui, não me debruçarei profundamente nele, ainda que seja importante ressaltar como ela funciona com uma possibilidade de acoplar formas de ser diversas. Para retomar os exemplos etnográficos, o compromisso com os princípios é o que possibilita que um

¹⁰⁹ Ver, por exemplo, o que diz Aline logo em sua apresentação, em “Goiânia”, p.55

¹¹⁰ Um texto simples, mas que circulou muito entre nós no início do movimento, escrito em meio aos protestos antiglobalização sintetizava algo parecido com esse argumento: “Abandone o ativismo” (Andrew X apud Ludd, 2004). Há algo de diferença entre o que o termo ativismo – conectado à ideia de “campanha” e à forma de ação especialmente presente em organizações não governamentais – e o termo militante, mais conectado à tradição da forma-partido na Esquerda. Para o que pretendemos discutir aqui, no entanto, a crítica da especialização e da separação vale para os dois.

¹¹¹ O papel do revolucionário não é fazer a revolução, nos lembra Manolo, citando Bakunin, e aqui o “revolucionário” é.

mesmo movimento junta militantes de origens diversas como em Salvador, ou que o movimento nacional seja composto de coletivos como o de Florianópolis, oriundos de uma dissidência do PT, em meio a tantos outros marcadamente “mais anarquistas”, como vimos nas estórias daquela cidade. Um acoplamento que jamais se deu sem tensão, como as estórias das duas cidades demonstram. Mas um acoplamento que se baseia no comprometimento com a possibilidade de agir junto.

Aqui, me parece interessante pensar junto a outra noção de sujeito não encapsulado, formulado por Stengers (2005) como “co-pertencimento”. Em oposição ao sujeito universal de direitos, “sem amarras” e marcado por uma liberdade desimpedida, aqui chamado de cidadão, no co-pertencimento:

Os vínculos importam, e a forma como importam se torna evidente quando não se leva isso em conta ou quando se age como se as pessoas fossem livres — ou devessem ser libertas — desses vínculos. Como Latour mostrou lindamente em *A esperança de Pandora*, o vínculo e a autonomia andam juntos. São os vínculos que fazem com que as pessoas, inclusive todos nós, sintam e pensem, que possam ou venham a poder. O problema não está no vínculo; o problema pode estar no fato de que alguns de nós, aqueles que se chamam de ‘modernos’, confundem seus próprios vínculos com obrigações universais e, assim, sentem-se livres para se definir como ‘nômades’, livres para ir a qualquer lugar, para entrar em qualquer território prático, para julgar, desconstruir ou desqualificar o que lhes parece ilusões ou crenças e reivindicações folclóricas. (Stengers, 2005, p. 191)

Os princípios do movimento comprometem seus militantes, e nos fazem pertencer na prática, a despeito de outras possíveis identidades. Não se trata aqui de pertencer como propriedade, mas como saber-se parte de algo que te obriga a responder e a zelar pela coletividade, já que só se é com outros. É uma forma de interpretar, por exemplo, as múltiplas direções que o movimento virtualmente toma – um coletivo que segue a teoria da cebola e/ou que almeja ser o maior movimento social da América Latina¹¹².

Para seguirmos discutindo a sociabilidade militante do MPL, aqui me parece importante fazer um pequeno desvio para jogar luz sobre duas influências importantes para a constituição do Movimento— lutas anteriores que, da nossa perspectiva, à sua maneira, fracassaram, mas que ainda assim ou por isso mesmo nos formaram, entre marcas de inspiração e contraexemplo. Qualquer tentativa de apresentar as reflexões e

¹¹² Ver Salvador, p.88.

desejos que deram origem ao MPL será insuficiente. A genealogia do movimento é feita de experiências vividas, inspirações múltiplas. Por vezes de leituras teóricas de uma ou outra corrente da esquerda, do marxismo de diversas vertentes aos anarquismos mais variados. E também de leitura nenhuma, mas da experiência prática do martírio do transporte. Tudo isso, e mais, faz parte do caldo que gerou o Movimento Passe Livre.

Aqui, no entanto, me interessa partir daquilo que disseram meus companheiros. Voltemos às estórias de Salvador: Manolo, vindo do movimento antiglobalização, e Caribé, “de família petista”, funcionam, como argumentei naquelas páginas, como tipos ideais de tensões que atravessam o MPL desde sua fundação. Suas trajetórias, com reflexões, ambivalências e desejos próprios, condensam uma mistura incômoda entre insurreição e estratégia, entre negação e acúmulo — mistura esta que nunca se resolveu, mas que orientou o movimento como tensão constitutiva, em lugar de síntese conciliadora.

É seguindo o rastro desse embate irresoluto que proponho pensar agora como nossa formação como movimento foi atravessada, ao mesmo tempo, pelas imagens multitudinárias do ciclo antiglobalização e pela chegada e permanência do Partido dos Trabalhadores no poder. Ambas as experiências e as nossas próprias formulações sobre elas são fundantes dos caminhos que traçamos, na tentativa de criar um tipo de movimento que escapasse ao limite das duas. Como vimos, as nossas formulações também apresentaram seus próprios limites, ambivalências, dilemas. Voltaremos a elas logo mais.

IMAGENS DA MULTIDÃO – O MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO E O MOVIMENTO PASSE LIVRE

Em seu trabalho, Júlia Giovanni (2007) retoma três episódios marcantes dos protestos antiglobalização para discutir os dilemas e as possibilidades abertas por aquele “movimento de movimentos”. A partir dos relatos das contra-cúpulas¹¹³ ocorridas em Seattle (1999), Praga (2000) e Gênova (2001), a autora centra a suas análises nas práticas produzidas durante os protestos de rua, entendendo-os como liminaridade, no sentido de Victor Turner. Seja pelo instrumental teórico, seja pelo interesse nas manifestações como

¹¹³Contra-cúpula é um dos possíveis termos utilizados para denominar esses tipos de protestos-síntese do movimento anti-globalização, organizados em oposição às cúpulas de instituições como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, que pretendiam decidir a portas fechadas os próximos passos no aprofundamento do neoliberalismo.

experiência, há muitas aproximações possíveis entre o meu trabalho e o da autora. Agora, no entanto, é a possibilidade de enxergar as relações entre o movimento antiglobalização e o Movimento Passe Livre que me interessa. Muitas das perguntas, propostas e ambiguidades geradas naqueles Dias de Ação Global são simultaneamente inspirações e recusas que seriam fundantes do Movimento Passe Livre, alguns anos mais tarde.

Giovanni nos conta que o movimento antiglobalização emerge do questionamento de uma noção tradicional de movimento social, utilizando a alcunha de “movimento de movimentos” para simultaneamente abraçar uma possibilidade de unidade e de diversidade, construída na prática.¹¹⁴

Surgido em um momento em que as perspectivas de mudança social elaboradas no século anterior se encontravam em frangalhos, (Wallerstein apud Giovanni, 2007), a autora comenta como esses movimentos surgiram não *apesar* da sensação de que a mudança era impossível, mas em diálogo e conflito constante com esta, no que ela sintetizará como “a arte do impossível”. Dessa maneira, a forma de realização do movimento antiglobalização parte não apenas de uma contraposição à ordem capitalista, mas também “às formas de organização política, à representatividade e às relações de poder internas aos projetos de transformação social ao longo do século XX.” (op.cit, 33).

O fantasma da revolução fracassada, nos menciona Giovanni. As revoluções que, mesmo se propondo a transformar todas as estruturas, acabaram transformando-se no seu contrário. Aqui, Giovanni relembraria de Hakim Bey, autor de Zona Autônoma Temporária e bastante popular no meio ativista no começo dos anos 2000, que apostava justamente na fugacidade dos levantes como possibilidade de escapar do possível destino trágico das revoluções.

Para evitar construir uma estrutura que pudesse ser responsável por esse mesmo destino trágico, a diversidade de táticas como princípio de ação. Como fica claro nos relatos trazidos por Giovanni, tal diversidade era também diversidade de sujeitos: uma mudança que não precisasse ser pensada apenas a partir da figura do operário – outra marca dos projetos anteriores – mas algo que pudesse juntar, nas mesmas ruas, tartarugas

¹¹⁴ Dado que a proposta da autora é pensar nas práticas que emergem dos protestos, ela passa ao largo da discussão sobre as estruturas organizativas que possibilitavam que os protestos existissem. Simultaneamente, elas pululam no seu texto: além de comporem um “movimento de movimentos”, os sujeitos de sua pesquisa também constroem outras coletividades, cujos nomes são mencionados sistematicamente, mas sobre os quais não há maiores discussões. Reconheço que outras fontes aqui poderiam me trazer outras informações que enriqueceriam as comparações que faço a seguir entre movimento antiglobalização e Movimento Passe Livre. No entanto, dado que a minha proposta é exagerar nos contrastes, a abordagem da autora me pareceu apropriada.

e caminhoneiros¹¹⁵. E uma diversidade de jeitos de se agrupar: ONGs, sindicatos, mas também coletivos, grupos de afinidade, organizações “de base”.

A organização da luta antiglobalização por meio dos chamados Dia de Ação Global era também condição de possibilidade da diversidade. Como sintetiza um slogan da época: “Um Não” – a recusa às reuniões que pretendiam decidir o destino do mundo à portas fechadas e enfiar goela abaixo o neoliberalismo – “muitos sins” – uma infinidade de projetos ou não-projetos que poderiam emergir dessa recusa, sem necessariamente haver acordo prévio entre eles. Era por meio da aposta na diversidade de táticas e pautas que a aliança era possível. Aqui, vale a pena trazer um relato de um manifestante:

Um dos grandes acertos foi que nos organizamos em torno de um dia de ação. Não era algo que ditasse os slogans ou as agendas deles. Assim, todo mundo podia vir à cidade, vir a Seattle, ou vir a [Washington] D.C., com seu cartaz específico e ser incluído sob esse grande guarda-chuva. E o guarda-chuva era a ação de paralisação do dia. Não é aquele negócio de costume, se você quer que a coisa desapareça para sempre ou se você quer reformá-la. Essa é uma grande lição.

Como também fica claro na análise de Giovanni, todas essas apostas não se davam de maneira fácil, mas conflitivas, tensas. A diversidade de tática é aceitável até certo ponto. As alianças eram construídas também até certo ponto. Coalizões de evento, como diz Tarrow (apud Giovanni, 2007) – marcadas por serem necessariamente de curto prazo e demandarem elevado grau de envolvimento. Além de estarem sempre em risco, como se vê nos conflitos entre manifestantes “não-violentos” e “black blocs”, relatados por Giovanni, mas também na coletânea organizada por Ludd (2003). Os limites dessa concertação chegam a níveis mortais nas manifestações de Gênova, quando a violência policial alcança proporções até então não experimentadas, com o assassinato de Carlo Giuliani, o espancamento de manifestantes que se agrupavam em uma escola e uma lista significativa de desaparecidos.

Eu e meus companheiros do que alguns anos depois viria a ser o Movimento Passe Livre crescemos vendo imagens desses movimentos, dessas contra-cúpulas. DVDs de vídeos gravados por militantes que haviam frequentado aquelas ruas de cidades distantes nos chegavam via Centro de Mídia Independente, ele mesmo fruto das manifestações de Seattle. Alguns de nós havia até mesmo feito parte daquele momento, ajudando a

¹¹⁵ Em uma das manifestações relatadas por Giovanni, caminhoneiros lutando por mais direitos se encontram na rua com manifestantes fantasiados de tartarugas ameaçadas de extinção.

construir os Dias de Ação Global no Brasil. Apesar do terror do estado, aquelas imagens nos enchiam os olhos: uma multidão impedindo que poderosos do mundo se reunissem. Elas nos inspiraram de tal maneira que uma descrição que Giovanni (2007) dá de uma daquelas manifestações poderia ser facilmente confundida com alguma estória de 2013: “A polícia respondeu aos protestos com gás lacrimogêneo, spray de pimenta, canhões de água e balas de borracha. Latas e caçambas de lixo foram incendiadas e algumas ruas foram tomadas por barricadas.” (Giovanni, 2007, p. 43)

As práticas dos Dias de Ação Global estavam imiscuídas no que viria a ser o MPL e isso é perceptível na repetição de táticas, estéticas: dos Black Bloc às fanfarras, no jogral substituindo o carro de som, em palavras de ordem daqueles dias que foram traduzidas ao português e tomaram as ruas do Brasil anos depois. Como nossos companheiros gringos, nós também apostamos nas manifestações como ponto central, como lócus da transformação. Como nossos companheiros gringos, nós também temíamos o destino trágico das revoluções, e precisávamos criar outras coisas, que não pudessem ser seduzidas por ele.

O que, por outro lado, nos separa (e nos junta) dos nossos companheiros gringos é que, à sua maneira, para nós, o movimento antiglobalização também foi uma revolução fracassada. Ou pior, a nossa própria revolução fracassada (mesmo que antes de ser nossa). Um tipo de movimento que, apesar de se afiliar com princípios que também viriam ser os nossos, esbarrou nas suas impossibilidades, ou até mesmo chegou a se transformar, mesmo que não necessariamente por meio da captura do estado, no seu contrário.

Os Dias de Ação Global seguia o calendário dos poderosos. Eram as reuniões deles – e não as nossas – que organizavam a luta. As contra-cúpulas haviam criado um fetiche de que ali havia um movimento, apontam Federici e Cafentzis (apud Giovanni, 2007). Um fetiche de movimento que, apesar dos reclamos de raízes profundas em outras lutas territorializadas, encontrava-se muito longe das demandas concretas do Sul Global, onde os efeitos do neoliberalismo eram sentidos mais do que nas vitrines da Nike. A coalizão momentânea era demasiado frágil e militantes “pacíficos” preferiam entregar manifestantes “violentos” para a polícia do que lidar com vidraças quebradas – ou mesmo atribuíam aos manifestantes uma violência que claramente era proveniente do estado.

A ausência de uma pauta comum, possível de ser conquistada e que tivesse efeitos concretos, também era parte do que transformava as contra-cúpulas em mais um espetáculo. Um impedimento excessivamente temporário da articulação de poderosos

que, de uma forma ou de outra, dariam um jeito de se articular depois. Se, como argumenta Giovanni, é importante pensar transformações como as produzidas no movimento antiglobalização sem equivaler temporário a falso (p.), será o temporário suficiente? Ou, dito de outra maneira, não têm os levantes os seus próprios destinos trágicos?

Quando, em 2003, estudantes de Salvador se recusaram a sair da rua contra o aumento da passagem apesar da negociação espúria da pauta que os mobilizava pelas entidades estudantis, essa mistura de inspiração e contraexemplo que víamos no movimento antiglobalização pode se frutificar em outras coisas.

Por um lado, seguia ali o imaginário das manifestações incontroláveis, avessas às estruturas clássicas – carros de som, entidades estudantis. O que Salvador nos mostrava era uma profusão de barricadas – feitas até mesmo por crianças, como relembra Caribé – de alguma forma quase imunes às instituições que tentavam negociar a luta em nome de outros poderes. Este imaginário, compartilhado também com o movimento antiglobalização, seguiu se aprofundando nas experiências que produziram/foram produzidas pelo MPL nos anos posteriores, e, claro, notadamente em 2013.

Mas, em um sentido oposto ao de nossos companheiros gringos, diante de Salvador, a nossa solução foi ir além de criar coalizões de evento. Trouxemos de volta para a cena a ideia de movimento social, mas uma ideia já transformada de movimento social, que se misturava com as ideias de coletivo que as manifestações antiglobalização evocavam. Para que outras barricadas fossem possíveis, não bastava nos juntar quando quem sabe elas calhassem de acontecer, fazendo-nos a partir de uma contra-agenda dos poderosos, como uma contra-agenda das cúpulas ou dos aumentos de passagem. Era preciso criar espaços para estar juntos, era necessário criar um nós, era preciso formular outras coisas.

As definições desse tipo específico de “nós” ocuparam muito tempo de reunião, construíram carta de princípios, encontro nacionais, processos de deliberação e entrada no movimento, entre outros¹¹⁶. Mas também implicaram em um processo de elaboração da pauta, reuniões com o governo, planejamentos de manifestações, “trabalho de base”. E criaram, ainda, cotidiano: amizades, confiança, jeitos de não se sentir sozinho na rua, poder compartilhar as angústias, saber onde se abrigar. Uma lição que também vem das

¹¹⁶ V scuto parte desses processos em minha dissertação, aqui já citada.

imagens¹¹⁷ que tínhamos das manifestações antiglobalização: a barricada abre possíveis, mas ela é necessariamente extraordinária. A política precisa ser ordinária, e uma forma de fazê-lo é se organizando, para além das praças cheias.

Não era necessário recusar a categoria movimento social, era necessário ampliá-la. Alguns princípios definidos e, simultaneamente, uma miríade de composições e formas. Como vimos nas estórias compartilhadas por meus companheiros, e apenas em 2013, o MPL pôde ser: uma série de reuniões com sete pessoas que criam uma planilha de Excel; um movimento que tenta dirigir atos; um movimento que chama todo mundo para reuniões abertas, e cria uma hierarquia temporária; um mesmo movimento que debate entre não tomar a frente de um processo e querer aproveitar para ser o maior movimento da América Latina; gente de quem sentimos saudade de estar tão juntos; gente de quem sentimos ressentimento. Trouxemos a diversidade de tática de nossos companheiros gringos para dentro de nossa própria organização. Se o movimento antiglobalização era um movimento de movimentos, o MPL sempre foi um movimento de coletivos. Nenhuma estória é tão exemplar dos dilemas dessa mistura como a de Salvador.

Mas havia ainda algo mais na experiência de Salvador que parecia jogar outras luzes sobre os limites do movimento antiglobalização e sobre nossas possibilidades ao tentar criar algo semelhante, mas distinto. Havia uma pauta concreta, que nos incomodava diariamente, que demarcava um tipo de cidade. Algo que, a sua vez, ao ser conquistado (o passe livre, ou a queda do aumento da tarifa) teria um impacto cotidiano em milhões de pessoas. Uma pauta totalmente “sul global”, que nos trazia a chance de vitória. A centralidade da pauta, potencialmente conquistada pelas manifestações incontroláveis, podia fazer ainda mais: mostrar que a luta muda a vida. Em outras palavras, na gênese do MPL está presente a aposta que as práticas de protesto fazem nascer outras realidades, mas que também o fazem a partir de vitórias concretas.

¹¹⁷ Friso o termo imagem para não correr o risco de dar a entender que estou dizendo que manifestações antiglobalização aconteciam sem um grande investimento de tempo de reunião, organização prévia, etc.

A LUTA DEGENERA EM GOVERNO – O PARTIDO DOS TRABALHADORES E O MOVIMENTO PASSE LIVRE

Para retomar o percurso do Partido dos Trabalhadores, poderia ter escolhido fontes diversas.¹¹⁸ Escolhi o livro de Celso Rocha de Barros, por se tratar de obra mais recente, tendo sido escrita após os acontecimentos de 2013.¹¹⁹ Mais uma vez, o interesse aqui não é debater em profundidade a história do partido, mas utilizá-la como um contraste importante para o Movimento Passe Livre, tendo este se conformado já em tempos de gestão petista do governo federal.

Rocha de Barros nos lembra que o PT também nasce em meio às revoluções fracassadas. Por um lado, dos estados soviéticos e de suas derivações, mais próximas ou mais distantes do stalinismo. Por outro, da dura experiência da luta armada brasileira, vítima da repressão do regime militar, mas também de suas próprias impossibilidades. As estruturas políticas até então existentes não pareciam dar conta das demandas que o tempo histórico de então evocavam: era preciso criar algo novo.

O intento de criar algo novo dentro da esquerda, nesse ou naqueles tempos, parece se desdobrar em conversas repetidas. Rocha de Barros nos conta que, nos anos 80, era comum ouvir de algumas correntes políticas estabelecidas que o PT havia surgido dentro do gabinete de Golbery de Couto e Silva, como estratégia de divisão da esquerda. Ou pior: “Na versão mais animada da teoria, o PT teria sido criado com esse propósito por ordem da CIA”. (Aparentemente, para quem quer que ocupe o lugar de *establishment* na esquerda, os únicos capazes de formular qualquer crítica às suas ações são aqueles da direita).

Dentro de suas novidades, não exatamente dividir, mas juntar aliados improváveis. O PT nasce de atores muito distintos. Dos movimentos de base e suas lutas concretas, estimulados pelo catolicismo social, ou como costumamos chamar, da teologia da libertação¹²⁰. De um movimento sindicalista de tipo distinto, longe de declarar-se comunista, mas mais radical em suas práticas que os comunistas, de acordo com algumas percepções do regime. Da junção de correntes diversas de organizações de esquerda, que

¹¹⁸ Por exemplo, o famoso livro de Lincoln Secco (2000).

¹¹⁹ A escolhi, também, a despeito das assunções que o autor faz de 2013.

¹²⁰ Parte do caldo de movimentos sociais diversos em toda a América Latina, inclusive do tantas vezes aqui referenciado Movimento Zapatista.

buscavam outros caminhos diante de suas malfadadas apostas anteriores e com sonhos de revoluções também diversos.

As histórias trazidas por Rocha de Barros (2022) mostram como a constituição do Partido dos Trabalhadores buscou criar soluções para alguns dos dilemas perenes desse amplo campo que gostamos de chamar de E/esquerda. É o caso, por exemplo, da relação conflituosa entre movimentos populares, emergentes naquela época e criados a partir de demandas concretas, e as correntes ideológicas, orientadas por seus projetos de mundo. Ao retomar a trajetória de movimentos como o Movimento Custo de Vida, Rocha de Barros destrincha como a relação entre esses dois campos sempre se deu em bases complexas: a alianças dos “pobres” que compunham as fileiras desses movimentos com as correntes ideológicas funcionava enquanto essas correntes se dispunham a apoiar a luta por suas demandas, mas se afrouxavam quando as organizações procuravam domesticar esta luta em nome de suas próprias plataformas. Os partidos ou correntes de esquerda, por sua vez, oscilavam justamente entre apoiar esses movimentos e disputar sua liderança, entre compor suas fileiras e ver neles a chance de constituir-se como vanguarda.

Para o autor, a experiência de juntar sob uma mesma sigla esses dois fluxos, como experimentado no PT, possibilitou um aprendizado mútuo: as correntes ideológicas algo tiveram que se curvar à autonomia dos movimentos sociais, enquanto os movimentos puderam ver mais que o risco de aparelhamento, uma articulação societária mais ampla.¹²¹ Para tentar manter equilibrada essa equação, Rocha de Barros afirma que a alegada “castidade ideológica” do partido era uma forma, justamente, de submeter as correntes ideológicas à primazia das demandas populares.

A crença na possibilidade de um partido que pudesse simultaneamente aliançar esses distintos setores e garantir a primazia dos movimentos e demandas populares não é apenas de Rocha de Barros, mas constituinte daquilo que era então um sonho, o PT. Talvez a frase que mais sintetize essa aposta tenha sido dita por ninguém menos que Lélia Gonzales: “O PT é um partido que não tem senhor” – e por isso valia a pena construí-lo (Rocha de Barros, 2022, p.40). Mas também pode ser pensada a partir de outros de termos que o livro de Rocha de Barros evoca: o partido como “Confederação de Movimentos”, ainda que tal expressão tenha sido enunciada por FHC.

¹²¹ Percepção da qual eu e meu companheiros discordamos.

Pode, ainda, ser pensada a partir da pequena, porém forte, presença dos chamados “intelectuais autonomistas” dentro do Partido. Provenientes do marxismo crítico, figuras como Francisco Weffort, Marilena Chauí, José Álvaro Moisés, Vera da Silva Telles, Maria Victoria Benevides, Francisco de Oliveira, Marco Aurélio Garcia, Tarso Genro e Eder Sader se juntavam a partir da percepção de um elogio sincero aos movimentos sociais como lócus da experimentação e transformação social, em detrimento da figura do partido revolucionário como alternativa ao Estado capitalista. Para este grupo, a realidade dos partidos leninista tinha se transformado em um bolo murcho, apesar da receita coerentemente impecável. (Barros, 2022, p. 139). Também para este grupo, a maneira como o PT havia surgido tinha tudo para constituí-lo, justamente, como uma Confederação de movimentos, um espaço onde os movimentos sociais poderiam criar uma possibilidade de articulação própria.

Na vida concreta do Partido, claro, nenhum desses desejos fluía de forma tranquila. Ainda em seus primeiros anos, as correntes ideológicas oscilavam entre ver o PT como “tático” ou “estratégico” – mantendo a distinção entre apoiar movimentos populares de fato ou apoia-los diante de sua função de um longo prazo previamente estabelecido. Para os que viam o partido como “tático”, Barros afirma, tratava-se da questão da duas camisas: usar a camisa do PT por cima de sua própria organização, cujo projeto era o que de fato orientava suas ações. Já para alguns/as dos que vinham dos movimentos de base, o convívio com as tendências do PT - a partir das quais as correntes ideológicas se organizavam no partido – era “um horror” (Barros, 2022, p. 143). No “petismo real”, existiam “em quantidade exagerada e perigosa, fenômenos como o aparelhismo, o sectarismo, as manobras espúrias, a falta de democracia.” (Barros, op. cit., p. 244), assunto que ocupava, como no trecho supracitado, as preocupações dos Congressos do partido.

Não era sequer com esse “petismo real” que lidávamos quando, em 2005, iniciamos o Movimento Passe Livre. Desde 2003, a realidade petista tinha se deslocado para a Esplanada dos Ministérios. A aposta aí já não era de movimentos populares e correntes ideológicas construindo um *partido* juntos, mas na capacidade de os dois comporem e, principalmente, *darem a linha ao governo do país*. Um projeto que, antes que Lula subisse a rampa do Palácio do Planalto, havíamos vivido em escalas menores, em nossos estados e municípios.

Como a estória de Salvador deixa claro, entre aqueles que viríamos a formar o MPL, mesmo para quem vinha de “origem petista”, o projeto havia fracassado. Além da política econômica e do conchavo com forças no mínimo duvidosa, nós crescemos vendo a estrutura de captura de movimentos populares dos governos petistas ganhando todo tipo de tentáculo. Não apenas os movimentos e seus militantes ocupavam os ministérios – e se perdiam na papelada ou se deslumbravam com seus poderes. Mas a tão propagada estrutura de participação social do petismo repetia o mesmo encantamento burocrático à movimentos e militantes em todas as escaras: horas e horas perdidas em Conselhos que de pouco serviam, meses e meses envolvidos em Conferências que resultariam em listas quilométricas de resoluções, apenas para em seguida serem guardadas em mais uma gaveta.

Sob o petismo, os movimentos populares haviam se convertido em burocracia, comprometidos com a estrutura do estado e já não mais com a luta, processo que já víamos como bastante aprofundado quando da chegada ao poder federal. Essa crítica, aliás, não era feita apesar do PT ter sido formado com a participação pungente de movimentos populares, mas justamente por ela. Se, mesmo com todos aqueles movimentos de base trabalhando por sua formação, o PT havia se transformado em uma máquina burocrática, era porque estávamos diante de mais uma prova que a forma-partido não servia a nossos propósitos. Assim, se a experiência do petismo não é a única (ou a primeira) que inspirou a nossa crítica à apostila no estado como caminho para a transformação, seguramente tampouco há de ser coincidência que um movimento como MPL seja contemporâneo à ascensão do partido a múltiplas esferas de governo.

Quando, em 2003, estudantes de Salvador se recusaram a sair da rua contra o aumento da passagem apesar da negociação espúria da pauta que os mobilizava pelas entidades estudantis, essa mistura de contraexemplo e inspiração que víamos na trajetória petista pode se frutificar em outras coisas.

Por um lado, víamos ali a luta diretamente relacionada a uma demanda popular, com uma pauta de uma concretude sentida no dia a dia de todos nós e de mais de milhões de pessoas nas cidades brasileiras. A concretude do impacto do aumento das passagens pode facilmente lembrar os movimentos populares contra a carestia ou tantos outros que estão na origem do Partido dos Trabalhadores – apesar de tanta gente falar sobre a sua irrelevância. A irrelevância atribuída ao tema do transporte nas estruturas hegemônicas da E/esquerda aliás, não deixa de ter sido uma vantagem: havia espaço para criar.

A luta de Salvador era concreta, sintetizava uma forma de organização da cidade, e se recusou a ser domesticada pela burocratização que nos assombrava em tempos de hegemonia petista justamente por não renunciar à demanda inicial. De Salvador, veio a ideia de que o compromisso inegociável com a pauta era uma forma de não deixar com que a luta se transformasse em seu contrário. Foi nas mesas de negociação que as entidades estudantis tentaram desbaratinar a Revolta do Buzú. Então, quem sabe, ao não nos dispor a negociá-la, poderíamos evitar a degeneração da luta? A partir desse princípio, era possível pensar em criar uma organização, desde que seu compromisso fosse necessariamente maior com a demanda concreta e com as formas de conquistá-la pela mobilização do que com sua própria estrutura.

A burocratização que o PT encarnava, mas não se resumia somente a ela, também orientou a relação ambígua que construímos com militantes e organizações *institucionais*, para usarmos o vocabulário do movimento. De novo, se o PT, com toda a sua trajetória, tinha se desdobrado nessa armadilha para os movimentos, imaginem só partidos que não possuíam em sua formação um décimo das alianças petistas?¹²² E, simultaneamente, militantes partidários ou “de família petista” faziam parte do movimento, o coletivo de Florianópolis havia surgido de uma dissidência do PT. Em boa parte da nossa história, construímos Frentes com esses mesmos partidos, ao mesmo tempo em que suas bandeiras não eram bem-vindas em muitas das manifestações. Aqui, de novo, um reflexo da Revolta do Buzú contra a hegemonia petista/partidária: o compromisso precisava ser inegociável com a pauta, e não com as organizações.

COMPOSIÇÕES ESDRÚXULAS, MONSTRUOSIDADES LIMINARES

Retomar essas duas experiências, entre tantas outras possíveis que nos serviram de inspiração e contraexemplo, tem principalmente um intuito: mostrar como o Movimento Passe Livre se fez/faz a partir de uma perspectiva composta. As ambivalências nos constituem e, em 2013, se amplificaram.

¹²² Aqui é onde me parece especialmente curiosa a acusação de antipetismo que tantas vezes recebemos depois de 2013. Para muito de nós, mesmo como gestor da ordem, o PT por vezes ganhava mais reconhecimento do que partidos menores, “mais radicais”, com práticas muitas vezes também centradas na captura e na autoconstrução, mas sem nenhum histórico com movimentos sociais.

Não é meu intuito aqui tratar essas composições esdrúxulas do movimento nos termos da *contradição*. Nelas me parecem se encontrar nossa criatividade, a nossa própria tentativa de escapar do destino trágico de lutas anteriores. Mas como, diante dos eventos liminares de 2013, vimos os conflitos virtuais de nossa própria estrutura se atualizarem, a partir da suspensão também das nossas categorias?

No imaginário do movimento, lutar por uma pauta palpável como o transporte poderia nos afastar da dimensão espetacular que o ciclo antiglobalização tomou. Nos conectar por algo concreto, com efeitos imediatos para milhares de pessoas. Além disso, o compromisso inegociável com a pauta era quem sabe neutralizar a burocratização, algo que aprendemos com Salvador em 2003. Ainda mais, lutar contra a cobrança das passagens era lutar contra o capitalismo na prática: a demanda possível de ser conquistada iria demonstrar na prática como a vida sem catracas era não só almejável, mas possível. E, quem sabe daí, toda a normalidade poderia ser questionada.

Em 2013, em alguma dimensão, esse esquema *funcionou*. Uma multidão de pautas tomou as ruas a partir da faísca organizada pela resistência ao aumento das passagens. No entanto, é curioso contrastar o relato do manifestante antiglobalização elogiando a multiplicidade de cartazes em um protesto¹²³ com o nosso espanto, expresso em tantas das estórias de meus companheiros sobre 2013, quando as manifestações que acreditamos puxar ultrapassaram a nossa demanda. Poderíamos retomar a sensação de derrota que minhas companheiras de Goiânia sentiram quando, após reduzirem a passagem, viram as manifestações virarem sobre “qualquer coisa”¹²⁴. Ou os famosos debates de São Paulo sobre a luta “ser ou não ser por vinte centavos”. Ainda que tivéssemos sonhado com que a luta pelo transporte pudesse fazer um salto para uma luta generalizada, ali, de alguma forma, perdemos o nosso mecanismo de segurança: a relação especular entre nossa pauta e a nossa legitimidade, na qual nos abrigávamos, se quebrou. Não tínhamos muito ideia do que fazer com aquilo: tínhamos nos preparados para tudo, menos para a vitória.

Em 2013, outra composição esdrúxula do movimento também ganhou mais tons, aquela formada pelo aparentemente inconciliável par de “organização” e “descontrole”. Como vimos, o nosso imaginário político é composto por uma mistura das duas noções: a urgência de constituir um movimento e a simultânea aposta de que a luta precisa ultrapassar-nos, transformar-se em “incontrolável”. A rememorada lista de Excel do

¹²³ Como citado na página 182.

¹²⁴ Ver Goiânia, P.77.

MPL-SP com todas as ações planejadas para 2013, cujo objetivo era fazer das manifestações ingovernáveis, pode funcionar como uma boa síntese.

O *plano* do Movimento Passe Livre é *perder o controle*. Por um lado, perder o controle pressupõe que ele um dia existiu e que esteve nas mãos da organização, criada com ao menos algumas fronteiras, ainda que porosas. Lembremos de Salvador e dos vários MPL que surgiram na cidade em 2013, considerados ilegítimos por Caribé, ou da urgência por ele apontada de que o movimento tomasse a frente, se tornasse o maior movimento social de direito à cidade da América Latina. Ou ainda da tentativa do MPL-Floripa de “dar a linha” quando as manifestações explodiram aquele ano. Ou da decisão do MPL-SP de sair das ruas depois de constatar que a situação tinha *de fato* escapado de suas categorias, parecendo talvez achar que haveria aí alguma possibilidade de retornar a elas.

Ao mesmo tempo, a aposta de perder o controle é também se propor a criar uma organização que batalha para desaparecer, para ser subsumida no processo da luta. Aqui, podemos lembrar de Manolo e sua posição diametralmente oposta a seu companheiro Caribé. Diante da profusão de MPLs e das disputas pelo nome que surgiam em Salvador, sua resposta foi simples: “pode ficar”. Ou da declaração de meu companheiro do DF: “A gente sempre acreditou na capacidade de revolta das pessoas, né?”¹²⁵ Talvez seja interessante pensar como essa crença na “revolta das pessoas” pode reverberar a noção de Katsiaficas de Efeito Eros tal qual o autor apresenta, como se no imaginário do Movimento Passe Livre também houvesse em algum lugar a crença nesse caráter instintivo do desejo humano pela comunhão e liberdade. Se o movimento poderia ser subsumido, é porque o *povo* que emergiria da e na revolta formaria suas próprias organizações e possibilidades de gerir a vida de outro jeito. Por meio da prática política da barricada, o corte do fluxo cotidiano empurraria a vida para o lado que desejávamos.

Como vimos, não necessariamente. Se a barricada, como a estamos tratando aqui, é “o reino da pura possibilidade” (Turner, 2013, p.141), ela o foi. Inclusive para a gente.

MAIS COMPOSIÇÕES ESDRÚXULAS E O MALDITO RELATIVO

¹²⁵ Ver Distrito Federal, p. 119.

Turner comentará como figuras monstruosas, misturando elementos humanos e animais ou ainda marcadas por representações desproporcionalmente pequenas ou grandes de determinadas partes do corpo, aparecem nas máscaras, vestuários e outros objetos rituais dos Ndembu (Turner, 2013, p. 148). Discordando de outras análises sobre o tema, o autor vê no monstruoso destes símbolos não o propósito de amedrontar os neófitos, mas, ao contrário, um instrumento de distinção da realidade da estrutura que, ao apresentar seus elementos latentes em novas configurações, dá relevo a dita realidade (4, op. cit., p. 150). Ao brincar com elementos familiares os dispondo de formas não familiares, o monstruoso do ritual por um lado traz para a superfície os elementos constituintes da estrutura, por outro faz ser possível, na prática, combiná-los de outro jeito (Turner, 1984, p. 27).

Em Bakhtin (1987), a insistência em não reduzir o grotesco de Rabelais ao exagero do negativo que não deveria existir é justamente a insistência na criatividade do grotesco. As imagens corporais destorcidas versam sobre o caráter mutante do corpo, o contato permanente com outro, o processo que não se termina, que traz em si uma morte prenhe (p. 200).

Nos dois autores, a monstruosidade que emerge da recusa é necessariamente criativa. Não apenas negam; explicitam e atualizam conflitos ao mudar a posição de termos ou, como sintetiza Turner (2013), “o exagero é um modo de provocar o pensamento” (p. 150). Da mesma forma, montar uma barricada é um modo de provocar o pensamento, exagerando distinções, recusas, oposições para trazer à tona conflitos cotidianos usualmente mal notados.

Sob determinada perspectiva, talvez nenhuma figura tenha explicitado o caráter monstruoso daqueles dias de 2013 como a figura do black bloc. Entre mágico – capaz de reverter uma pesquisa de um apresentador sensacionalista de TV e com poderes transmórficos, de black bloc a *Black Prof*¹²⁶ – e ostensivamente opositor de qualquer coisa – do estado, das vitrines, mas também às vezes de um tipo de MPL, como vimos em Brasília e em Salvador¹²⁷. As máscaras negras trazidas de casa ou as camisas tiradas do corpo e improvisadas no rosto, funcionaram como os disfarces dos Ndembu naqueles dias, uma demarcação do exagero e do maldito como modo de fazer pensar e de fazer política. Ao estilhaçar tantas vitrines sagradas e profanar a conciliação prometida entre

¹²⁶ Ver Rio de Janeiro, p 150.

¹²⁷ Ver “Salvador, p. 85, e Brasília, p. 109.

classes propagada pelo governo petista, os black bloc torceram e reviraram categorias estruturais do momento em que vivíamos.

Há muitas elaborações interessantes sobre os efeitos black bloc e do uso da “violência” em protesto, feitas tanto por ativistas como por acadêmicos. Infelizmente, não poderei discuti-las em profundidade.¹²⁸ Aqui, me interessa trazer a figura constituída do Black bloc como Turner (ano) fala sobre o maldito das figuras liminares que, a sua maneira, representam uma moralidade anti-ordem, zombam dela, a desconfiguram. Nesse sentido a tática é o ícone do exagero da recusa proveniente de 2013.

Outras monstruosidades, outros malditos emergiram naqueles dias. Para o governo petista da cidade de São Paulo, que um movimento social se recusasse a sentar numa mesa de negociação era tão estranho como a estátua com corpo de homem e cabeça de Leão sobre a qual comenta Turner.¹²⁹ Para a Esquerda Institucional da Bahia, que houvesse algo como uma forma de lutar que questionasse seu legado era motivo para transformar companheiros de longa data em figuras contaminadas e contaminantes, que deveriam ser isoladas, tal como os neófitos Ndembu¹³⁰.

Mas não é só nesses pares rígidos de estrutura/liminaridade que aspectos de 2013 apareceram como monstruosos. Para o Movimento Passe Livre, também surgiram figuras dismórficas, representações desproporcionais, assombro. Também para nós houve o maldito de 2013.

A monstruosidade expressa na súbita letalidade do estado contra corpos inusuais. Para muitos de meus companheiros, enfrentar a intensidade que a reação policial tomou aqueles dias chocou, não porque não sabíamos ser ela parte de uma realidade cotidiana, mas porque não estávamos acostumadas avê-la sobre os nossos corpos.

Em lugar de detenções provisórias, centenas de manifestantes presos com pedidos de fiança, como vimos em São Paulo. Se sabíamos bem do encarceramento em massa que marca o estado brasileiro, eram outros os que normalmente desciam para Bangu – contraste que meu companheiro do Rio faz questão de frisar ao compartilhar sua experiência na cadeia. E se também conhecíamos a origem e atuação colonial da polícia, não esperávamos presenciar uma reencenação do Monumento ao Bandeirantes, com

¹²⁸ Elaborei algo sobre uma ideia de “ação direta” que também permeia os black bloc em minha dissertação de mestrado. Naquele momento, argumento que há também uma fetichização da ação direcionada contra a propriedade como síntese de uma política, mas além da mediação que mais complica do que soluciona nossas questões. Sigo pensando que trata-se de crítica relevante, mas não exatamente aqui.

¹²⁹ Ver São Paulo, p. 134.

¹³⁰ Ver Salvador, p. 87.

manifestantes amarrados a cavalos sendo arrastados em praça pública, como ocorreu em Goiânia. Claro, os corpos de sempre foram especialmente atingidos – e não podemos esquecer de Rafael Braga, no Rio de Janeiro, ou do meu companheiro citando a peculiar desproporção entre os homens negros acusados nos seis de Porto Alegre e a participação do mesmo grupo no Bloco de Lutas da cidade. Se a violência habitual do estado *exagerou* é que ela também lembrou que a categoria dos indesejáveis sempre pode ser ampliada, e amplificada para os de sempre, na liminaridade.

E, por falar nisso, como não lembrar, por outro lado, da monstruosidade da nossa própria e inesperada, ainda que accidental, letalidade? Mesmo sabendo que o “capitalismo mata todos os dias” e que não é com isso que “eles se importam”¹³¹, não há como ignorar que a morte do cinegrafista Santiago no Rio de Janeiro conjugou a presença familiar da descartabilidade cotidiana da vida em termos absolutamente não-familiares: dessa vez, com ou sem intenção, com ou sem prova, de alguma forma, éramos nós os culpados.

Ainda que de aparência contrária à da letalidade, mas em direção similar, era também monstruosa a incômoda legitimação que o que sempre pretendíamos subversivo passou a ter em algum momento de 2013. A simpatia declarada da *mídia corporativa* às manifestações era no mínimo nauseante e se desdobrava em situações constrangedoras: um desconto de 20% no sorvete e a banda da Polícia Militar tocando o “Show das Poderosas”, em Goiânia; um helicóptero com uma faixa neon circulando em meio ao ato de Porto Alegre; ou a senhora de direita quebrando tudo em Florianópolis. O MPL ser convidado a uma reunião no Palácio do Planalto e difundir pronunciamentos via Jornal Nacional era como ver a nós mesmos representados como as figuras dismórficas dos rituais Ndembu, era vermos a nós mesmos em um lugar sempre maldito em nossa trajetória.

Para além das telas, nas ruas, para nós era também monstruoso o poder que parecíamos ter adquirido. “A gente não tinha ainda noção do que fazer com tamanho poder, com tanto de referência que a gente se tornou naquele processo”¹³², me disse um dos meus companheiros. O caráter quase religioso das faixas em Salvador, ou a sensação de super-herói que emergiu no DF. Se esse poder pode entrar na calculadora como um acúmulo do movimento, nas composições esdrúxulas do MPL, ele também trazia outras questões: se militávamos para a militância não mais existir, éramos nós mesmos os nossos

¹³¹ Ver Rio de Janeiro, P.152 e 153.

¹³² Ver Salvador, p.90.

contrários? “A gente não sabia o que fazer. Não sabia mais o que fazer, sabe? Tinha muita gente na rua. E o que eu mais tenho de memória foi que esse dia, para mim, a gente tinha perdido.”¹³³

E era, ainda, também monstruoso ver como as nossas ferramentas para escapar da burocratização da forma-partido havia virado outra coisa: skinheads em São Paulo intimidando militantes de partido¹³⁴, ou nós do MPL-DF tendo que proteger companheiros com quem tínhamos todas as discordâncias, mas que, óbvio, com cujo espancamento jamais concordaríamos¹³⁵. E aí, de novo, víamos nossas próprias figuras marcadas por membros desproporcionais, com algumas partes excessivamente diminutas, talvez imperceptíveis, e outras demasiado grandes.

Seria impreciso, além de aqui indesejável, falar sobre qual seria a possível cadeia causal entre os múltiplos malditos daqueles dias, em lugar de pensar como eles se relacionam, de forma também composta. Mas havia ainda mais. A possibilidade de viver a vida para além do relógio do patrão era também estar exaustos¹³⁶, cansados¹³⁷, eventualmente perdendo o ganha-pão¹³⁸. As relações se esgarçaram: as questões internas eventualmente são lembradas como pior que o cárcere¹³⁹, e o clima de disputa entre coletivos do MPL no Encontro Nacional como um balde de água fria. A possibilidade de estabelecer alianças com partidos e organizações institucionais, construída há quase uma década no DF, se viu impossibilitada. Eu seguramente gostaria de dizer o contrário: mas isso também foi 2013.

RITUAIS DE PURIFICAÇÃO

Ao seguirmos na esteira de Turner, a suspensão das categorias, os exageros, o monstruoso vividos na liminaridade são malditos para aqueles que se encontram na posição de defesa da estrutura. Segundo o autor:

Pode-se perguntar por que em quase toda parte se atribuem às situações e papéis liminares propriedades mágico-religiosas, ou porque tão frequentemente estas são consideradas perigosas, de mau agouro, ou contaminadoras para pessoas, objetos,

¹³³ Ver Goiânia, p. 72-73.

¹³⁴ Ver São Paulo, p. 200.

¹³⁵ Ver Distrito Federal, P. 116.

¹³⁶ Ver Salvador, p.123.

¹³⁷ Ver São Paulo, p. 90.

¹³⁸ Ver Porto Alegre, p.64.

¹³⁹ Ver Rio de Janeiro, P. 157.

acontecimentos e relações que não foram ritualmente incorporadas ao contexto liminar. Na minha opinião, em resumo, é que, na perspectiva daqueles aos quais incumbe a manutenção da “estrutura”, todas as manifestações continuadas da *communitas* devem aparecer como perigosas e anárquicas, e precisam ser rodeadas por prescrições, proibições e condições. (Turner, 2013, p.108)

Do ponto de vista da estrutura, o monstruoso precisa ser desmontado, reordenado, reclassificado, des-exagerado, normalizado, neutralizado. Nesse sentido, o próprio Turner propõe uma aproximação com Mary Douglas (1996), cujas reflexões também podem servir para pensar os acontecimentos de 2013.

Em “Pureza e Perigo” (1996), Douglas propõe analisar a ideia de sujeira a partir do seu contraste com a ordem: “não existe sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem a vê” (p. 12). Em um sentido próximo ao de Turner, o incômodo provocado pela sujeira se assemelha ao causado pela liminaridade: em ambos os casos, as categorias estabelecidas são suspensas, embaralhadas, deslocadas de seus lugares. Se, para Douglas, o perigo da sujeira reside no fato de ser “essencialmente desordem”, para Turner é justamente o caráter inclassificável da liminaridade, aquilo que ela desestabiliza, que traz consigo a percepção de ameaça.

A diferença entre os dois autores é, principalmente, de perspectiva: enquanto Turner se interessa pela potência transformadora dos momentos entre um estado estruturado e outro, Douglas se detém nos mecanismos de recomposição da ordem por meio dos rituais de purificação. Assim, para retomar o vocabulário turneriano, com Mary Douglas estamos refletindo sobretudo sobre o terceiro momento do processo ritual — o da reincorporação — quando ocorre o restabelecimento, ainda que possivelmente transformado, das categorias da estrutura.

Vale seguiremos na mesma toada e tentar escapar do esquemático, pensando a incorporação/agregação como virtualidade, inspirados pela leitura autonomista da luta. E então, podemos discutir como a explosão liminar de 2013, depois que sua legitimidade se tornou aparentemente incontornável, contaminou noções de purezas articuladas por sujeitos diversos. Contra essas contaminações, cada qual fez e faz uso dos seus rituais de purificação.

Por um lado, as barricadas de 2013 desafiam um consenso silencioso compartilhado por todo o espectro da política institucional, da direita à esquerda: o de que o diálogo só é válido se mediado por certas formas, em certos espaços, com certos corpos,

sob certas regras. As cidades se tornaram assembleias flutuantes, onde a negociação pôde ser recusada, onde os argumentos burocráticos perderam seu monopólio sobre o planejamento e onde até mesmo o sagrado poder das instituições financeiras foi desnaturalizado, exposto e estilhaçado. Nesse sentido, de dada perspectiva, era preciso reordenar o jogo.

Se, como nos afirma Douglas, “atribuir perigo é uma maneira de colocar um assunto acima da discussão” (1996, p. 55), sob o ponto de vista do estado e da política cidadã, uma das ferramentas cruciais para limpar a sujeira quando já não era possível condenar as manifestações, foi criar uma fronteira explícita entre o “bom” e o “mau” manifestante, o verdadeiro e o falso¹⁴⁰. O “bom manifestante” era quem obedecia às regras do jogo, estava ligado com também boas intenções e se utilizava dos métodos já estabelecidos de fazer política ou recém atualizados de estar na rua. O “mau manifestante” era o que se recusava, o que ocasionava a “baderna”, o que se recusava a negociar, questionava as regras do jogo.

Atores diversos desse amplo espectro que estamos chamando de estado fizeram uso da mesma operação de purificação, qualificando sujeitos distintos segundo os dois termos, a depender de que sujeira se pretendia limpar.

Houve quem procurasse fazer das manifestações mais uma mercadoria, e então vimos grandes conglomerados de comunicação convocando atos em rede nacional, enquanto simultaneamente criminalizavam “manifestantes violentos” que estariam “desviando o foco”¹⁴¹. Dessa perspectiva, ampliar o foco ao infinito, aliás, também serviu de ferramenta purificadora, um intento de afastar a demanda inicial por direitos, transformando as manifestações progressivamente em mais amorfas e, assim, afastando-as de seu potencial subversivo.

Houve, por outro lado, uma tentativa de purificação por setores da Esquerda que estavam imiscuídos nos atos, na tentativa de reintroduzir a ordem das manifestações de sempre. E aí vimos partidos políticos e sindicatos tentarem a todo custo separar as mobilizações de Professores das ocupações repletas de black blocs, no Rio de Janeiro. Ou a tentativa de impedir que novos atores surgissem, como o ocorrido na Assembleia dos Povos do Distrito Federal, ou ainda o episódio em que grupos partidários tentaram “tomar

¹⁴⁰ Lembrar do termo “verdadeiros manifestantes”, do deputado federal Marcelo Freixo sobre os “verdadeiros manifestantes”, em Rio de Janeiro, p.

¹⁴¹ Como, por exemplo, na reportagem descrita na introdução dessa tese.

o controle” da manifestação em São Paulo, a despeito do trajeto desenhado pelo Movimento Passe Livre. Aí também estava presente uma separação entre “bons” e “maus” manifestantes, ou quiçá entre “bons” e “maus” *dirigentes*.

No caso da Esquerda que naquele nesse momento estava gerindo a ordem, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, a separação inicial entre “bons” e “maus” manifestantes eventualmente acabou se diluindo numa condenação generalizada daqueles acontecimentos, e todo 2013 virou sujeira. Fomos chamados de fascistas por intelectuais de origem autonomistas envolvidos na formação do PT. E seguimos sendo acusados de termos criado o “ovo da serpente” do que viria a se tornar a política nacional nos anos posteriores. Fazendo questão de apagar qualquer questionamento legítimo que possa ter emergido naqueles dias, qualquer apontamento de problema significativo de sua estrutura, aqui o intuito de restaurar a pureza, repetiu o gesto que Douglas tão bem descreveu: “se seus pescoços forem prontamente torcidos, eles não viverão para contradizer a definição” (1996, p. 54). O resultado de transformar em maldita qualquer manifestação que escapasse ao seu próprio roteiro parece ter contribuído para derrotas significativas até mesmo para este campo – inclusive com uma apropriação mimética pela direita das possibilidades de ruptura.

Por fim, se anteriormente dissemos que também para nós houve o maldito de 2013, nós também fizemos os nossos próprios rituais de purificação, muitas vezes através das mesmas categorias: os “bons” e os “maus” manifestantes. De sinal reverso às purificações anteriores, em quase todas as estórias de meus companheiros é possível perceber que há separações drásticas entre o que consideramos os verdadeiros manifestantes de 2013 – aqueles que se juntaram contra o aumento da passagem, por mais direitos, por outra possibilidade de vida. E os falsos – aqueles que vieram depois da convocatória da mídia, os skinheads que tentavam espancar outros militantes da E/esquerda, a senhora conservadora que quebrava tudo em Florianópolis (ainda que, para meus companheiros daquela cidade, praticamente tudo estava na categoria do falso, ou do “artificial”). Essa mesma purificação se repete em muitas das reflexões públicas dos que fizeram 2013 acontecer e na tentativa já mencionada de “disputar a narrativa” daqueles dias.

Turner vai dizer que o grupo liminar, ao deparar-se com o poder sufocante da estrutura que o tenta neutralizar, irá defender seu legado por todos os meios possíveis (Turner, 1982, p 60). Também nos irá lembrar como a fase de agregação é justamente esse

momento, o de incorporar o que a liminaridade deixou intransponível, mas o de reestabelecer a estrutura em seu máximo. Como afirmamos anteriormente, essa leitura em algo se assemelha à leitura autonomista da luta: qualquer luta que não seja capaz de uma transformação estrutural estará fadada a sua incorporação (Bernardo, 2009).

Em vários sentidos, não poderia concordar mais. Porém, se um dos objetivos dessa tese é criar outra vez possibilidades de encontro, como afirmei anteriormente, me parece que seguir tentando eliminar as ambivalências para reestabelecer o reino da lógica, para parafrasear Douglas (1996, p. 150), me parece um caminho infrutífero. Assim como também me parece infrutífera a ideia de deslocar tudo o que não se encaixa nos nossos sonhos simplesmente como distorções, o maldito e monstruoso *deles*. “Fomos também belamente derrotados”, me disse um companheiro. E é sobretudo por isso que precisamos de novas rotas de fuga.

POLÍTICA NO MODO SELFIE: NOTAS SOBRE AS ATUALIZAÇÕES DA CONTRAINSURGÊNCIA

Falei pouco, ou nada, sobre um fator que costuma aparecer com destaque nas análises de 2013: o papel das “redes sociais” nas mobilizações daqueles dias. Nas mais diversas leituras, há certo consenso que elas foram primordiais para a difusão das manifestações, servindo como ferramenta de convocação e instrumento de contradiscursão quando as narrativas da mídia corporativa ainda estavam declaradamente contrárias ao que acontecia nas ruas.

Houve quem dissesse que 2013 chamou atenção “não apenas para a insatisfação com os rumos da política, mas principalmente para a potência das redes digitais.” (Nunes, 2014, p.83¹⁴²). Houve também quem entendesse as redes como “plataformas de construção política, onde vozes dissonantes ganham escala, pois não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação” (Sakamoto apud Nunes, 2014). E também houve a já repetida associação entre a forma de organização de movimentos como o MPL e o funcionamento da internet, atualizando as elaborações de Castells (1999) para os acontecimentos daquele ano (Gohn, 2014).

As redes sociais foram vistas como

¹⁴² COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL: AS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS EM JUNHO DE 2013. Revista Uninter de Comunicação, vol. 2, n. 2, 2014, 90.

pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (entre os que estão conectados), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (acertos de dia, local e hora para encontros presenciais) (Peruzzo, 2014).

Estávamos diante de uma “mudança no paradigma da comunicação” na qual “a entrada do perfil, da personalidade digital do cidadão, como protagonista de articulação política, de discurso político e de auto-organização, foi (...) também a grande novidade do sistema.” (Torturra¹⁴³ em entrevista). E, mesmo entre os mais críticos de plataformas digitais como o *facebook* viu em seu uso em junho uma reinvención:

Os eventos criados na plataforma ganharam significado: se tornaram espaços autônomos de diálogo dentro do rígido Facebook, muitos destes vitais para tomar as ruas como mecanismo de convocação, cobertura em tempo real e troca de dados em geral. (Moraes et al., 2014, p.19)

É bem verdade que boa parte dessas análises foi elaborada com pouca distância temporal dos acontecimentos de 2013, o que também ajuda a entender as por vezes otimistas percepções das potencialidades do uso das redes e plataformas digitais para manifestações como as que ajudamos a construir. Mas não deixa de ser notável como nessas avaliações é quase possível inferir que, sem as redes sociais, não haveria 2013. É, além disso, curioso contrastar essa inferência com a irrelevância desse fator nas estórias de meus companheiros. Ao menos para eles/as, os eventos de barricada daquele ano não versam tanto sobre o *facebook* e ferramentas do mesmo tipo, mas sobre relações vividas e construídas no concreto, *offline* da luta. Quando versam, é por oposição: o mais importante é o que estava fora das redes sociais, como me mencionou uma companheira de Goiânia.

A relação de movimentos como o MPL com a internet foi discutida anteriormente por outras autoras (Saraiva, 2010, por exemplo). Da mesma forma, há complexas elaborações sobre o efeito da elevação das redes sociais a espaço constituinte da vida pública, o papel atual das *big tech* que as controlam e seus diversos desdobramentos políticos (ver, por exemplo, Nunes, 2022, 2025; Cesarino, 2022 e Klein, 2025).

¹⁴³ <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2022/12/10/perfil-digital-virou-protagonista-de-articulacao-politica>.

Infelizmente, não terei aqui a oportunidade de pensar profundamente com elas, deixando esse caminho aberto para uma outra oportunidade. No entanto, me parece importante aventar uma outra percepção, que talvez ajude a revirar a inferência da imprescindibilidade das redes sociais nas manifestações de 2013. O faço a partir da minha experiência, do que aprendi quando fiz parte do coletivo do Centro de Mídia Independente em Brasília.

DE ONDE SE FILMA, O QUE SE ENQUADRA

Quando comecei a participar do Movimento Passe Livre, em 2004, o Centro de Mídia Independente (CMI) andava a todo vapor no Brasil, tendo sido um veículo fundamental de difusão dos acontecimentos de Salvador em 2003 e de Florianópolis em 2004 que, como se sabe, são episódios fundantes do movimento. Além da importância na difusão dessas e outras lutas, muitos/as integrantes do CMI foram também fundadores do MPL em suas cidades e havia ainda um fluxo grande de militantes que, como eu, tendo entrado no MPL, acabávamos também participando do CMI. Mais do que manejar câmeras ou editar vídeos, o primeiro que aprendi no Centro de Mídia Independente foi a observar como e de onde se produziam as imagens das manifestações.

Nas reportagens da grande mídia, o primeiro que se via era o cordão policial, de costas, e logo mais os rostos distantes dos manifestantes. As imagens feitas desse ângulo de câmera explicitavam uma tomada de lado na barricada: o repórter encontrava-se entrincheirado pelo cordão policial, protegido por ele, do lado oposto ao dos manifestantes.

Já as imagens produzidas pelo Centro de Mídia Independente, exatamente o contrário: o primeiro que se via era as costas dos manifestantes, e logo mais o cordão policial. Nossas câmeras estavam no meio da manifestação, do lado de cá da barricada – e era possível sentir nas imagens, muitas vezes trêmulas e permeadas por nossas vozes, como nossos corpos também se faziam em meio ao protesto: atingidos por uma bomba de gás ou spray de pimenta, puxando as palavras de ordem, gritando para defender um companheiro de um ataque da polícia.

Para nós, portanto, o ângulo da câmera revelava de que lado cada produtor de imagem encontrava-se na barricada.

Foi depois de 2013, quando as redes sociais pareciam já ter consolidado o seu papel na vida pública nacional, que me deparei com um ainda outro ângulo da câmera. A partir da leitura imagética que o CMI havia me ensinado, tive a certeza de estar diante de também outra forma de subjetivação, um ainda um outro lado da barricada, que, se não era a dos repórteres corporativos, definitivamente também não era a nossa.

Lembro mais ou menos do episódio: tratava-se da transmissão ao vivo de uma manifestação na Esplanada dos Ministério, possivelmente contra a reforma da previdência de Temer. O responsável pela transmissão era um manifestante, estava em meio ao protesto, como fazíamos no Centro de Mídia Independente. Mas, em lugar das costas de outros manifestantes ou dos rostos dos policiais que encaravam a manifestação, o primeiro que se via na imagem era o rosto do próprio dono da câmera, que relatava suas peripécias durante o ato também em primeira pessoa: “Oi gente, hoje eu estou aqui nessa manifestação porque...”

Eu, talvez ingênuo, demorei a entender. Como é que aquele camarada estava fazendo a transmissão da manifestação ser fundamentalmente sobre ele? Minha formação no CMI transformava aquelas imagens em um contrassenso, em primeiro lugar porque pareceria narcísico demais trazer o indivíduo para o primeiro plano, diante de um processo tão marcadamente coletivo. Mas também por uma questão de segurança: filmar nossos rostos e assinar nossos nomes era facilitar a criminalização, e então nosso intento era, justamente, não aparecer.

Todo o contrário da política no modo *selfie* que, no dia daquela transmissão, me pareceu ganhar contornos nítidos.

Argumentei, a partir das estórias dos meus companheiros, que aqueles dias de 2013 frutificaram ao menos em dois tipos de sociabilidade, em oposição à cidadã, marcada por fronteiras bem definidas, separações explícitas, necessariamente individual. Por um lado, a “manifestante”, que se produz em ato, cujo corpo se faz a múltiplas pernas, que em algo evocam o corpo grotesco de Bakhtin ou a consubstancialidade de Povinelli. Por outro, a “militante”, que conjuga ser e fazer, necessariamente coletiva, cujo co-pertencimento construído a partir do compromisso com os princípios do movimento revela também sua potencialidade extensiva.

O modo *selfie* da câmera em meio às manifestações atualiza essas duas sociabilidades, reincapsulando-as, criando outra. Ao trazer o indivíduo para o primeiro plano da organização da experiência, surge essa outra figura, o *influencer*. Como na

propaganda das bombas de gás de 1930 citadas no início dessa tese, a política em modo selfie isola o “indivíduo do espírito de multidão” (Feigenbaum 2021, p. 361, tradução minha).

Se, ao menos na minha percepção e ainda no contexto brasileiro, essa mudança de ângulo da câmera aconteceu alguns anos depois de 2013, seguindo a abordagem extensiva daqueles acontecimentos, ela se relaciona necessariamente com a proeminência das redes sociais na vida pública, cuja consolidação remete àquele ano. O modo selfie é um fruto direto das redes sociais, e a política dessa tecnologia é também feita com nome, fotos da vida pessoal, preferências musicais e características bem-marcadas que constituem o *perfil*.

Em algum momento, diz Torturra em entrevista já citada, as manifestações de 2013 passaram a ser algo como a “timeline” na rua - cada manifestante com seu cartaz, cada perfil com sua declaração – e vimos barricadas povoadas de relações serem transmutadas em um aglomerado de expressões individuais. De repente, um amontoado de manifestantes de si mesmo, e experiências profundamente coletivas transformadas em mais um palco da subjetivação capitalista.

Se aqui não é minha intenção construir uma relação simples de causa e efeito, seguir essa linha de pensamento pode provocar uma inversão da hipótese tantas vezes repetida que aqui resumi na frase “sem as redes sociais, não haveria 2013.” Com a proeminência da subjetivação individual promovida pela política que se faz em modo selfie, a sensação que me fica é a contrária: em lugar de dizer que essas tecnologias tornaram 2013 possível, não será, justamente, que elas tornaram ao menos um 2013 *impossível*? Qual é o espaço que uma política potencialmente extensiva, que questiona por sua prática as fronteiras do corpo, que cria novos acoplamentos coletivos, pode ter em meio a um mundo principalmente povoado por *perfis*?

FAÍSCAS

Tenho argumentado que é melhor considerar 2013 de modo extensivo: não como um acontecimento circunscrito, mas como um evento aberto, de certa forma interminável, que segue se desdobrando, se multiplicando. É partindo dessa concepção que me permiti misturar estórias, sujeitos e temporalidades diversas – e pensar 2013 foi também pensar 2003 em Salvador, lembrar de 2005 em Brasília ou refletir junto a dilemas que emergiram para nós apenas alguns anos depois.

É principalmente essa perspectiva que me orientará nessa etapa final da tese, a partir da noção de faísca. Do ponto de vista da barricada, e também da própria noção do Movimento Passe Livre de revolta e conquista, podemos dizer que faísca é o que fazemos para possibilitar que a barricada exista: o primeiro lampejo que quem sabe trará outras pessoas, contaminará mais gente para se somar. Vou aqui, no entanto, em sentido inverso. O que acontece depois que o fogo dos pneus que usamos para fechar uma rua se apaga? Quando as ruas voltam a ser lugar de circulação dos automóveis e das mercadorias, e das próprias pessoas para seus trabalhos, também transportadas como mercadoria¹⁴⁴? Mesmo aí, é possível que sigam existindo faíscas, algo que não se apagou e que tem a chance de se reacender, de outras formas?

Tudo o que dissemos sobre as sociabilidades que emergiram naqueles dias, que marcou a forma de existir de quem sabe quantos sujeitos, me faz crer que sim. Mas, se dissemos que 2013 como liminaridade é necessariamente ambivalente, não há por que pensar que suas faíscas também não o sejam.

Por isso, começo esse capítulo com mais um giro de perspectiva. Afirmei em muitos momentos que aqui me interessava menos a política como ganhos e perdas, a política medida pela calculadora, do que as sociabilidades e os mundos possíveis que se abriram em 2013. Mas também afirmei que a calculadora é parte do imaginário político do Movimento Passe Livre, expressa pelo nosso compromisso inegociável com a pauta, simultaneamente uma maneira de nos proteger da burocratização e uma forma de trazer sentido para a luta, a partir do concreto. O que acontece, então, quando vemos a nossa pauta, antes considerada impossível, não apenas ser vitoriosa pela luta nas ruas – como

¹⁴⁴ Essa discussão é feita brilhantemente por meu companheiro e doutor em urbanismo Paique Santarém (2024). Vou retomá-la a seguir.

vimos com o retrocesso do aumento das passagens em 100 cidades em 2013 – mas também virar bandeira e política pública entre os mais diversos setores, agora desacompanhada das revoltas nas quais sempre apostamos? Haverá, ainda aí, faíscas do mundo que sonhamos?

Me ajudarão a pensar nessas questões dois episódios, que trago aqui à forma de etnografia. São situações em que o debate sobre o transporte como direito ganharam outros tons, anos depois de 2013. Episódios que compõem o trajeto tortuoso da Tarifa Zero – a solução do Movimento Passe Livre para um ciclo interminável de aumentos de passagem e como proposta alternativa de organização da cidade. Quando escrevo, a Tarifa Zero não apenas se tornou possível, mas foi transformada em política pública em centenas de cidades do país.

De algum modo, retomar essa discussão é continuar um assunto sobre o qual me debrucei em minha dissertação, escrita, diga-se de passagem, depois de 2013. Naquela ocasião, argumentei que no Movimento Passe Livre-DF vivíamos o paradoxo da legitimidade, quando simultaneamente parecíamos perder algo do nosso caráter subversivo, mas também víamos a nossa luta significar mudanças concretas na vida de milhões de pessoas (Saraiva, 2018). Vale seguirmos destrinchando esse paradoxo também para entender o caráter sempre aberto, imponderável da luta. As faíscas de um evento de barricada persistem, mas também mudam de direção, tomam rumos inesperados – e aqui a luta não se parece em nada a um cálculo previsível.

O PASSE LIVRE E A DEMOCRACIA

“O único que insiste em atrapalhar é o Movimento Passe Livre”
- Alexandre de Moraes, 2016.

“A garantia do transporte público gratuito é um instrumento importantíssimo para a efetivação da cidadania” - Alexandre de Moraes, 2022.

Era dia 29 de setembro de 2022, e estávamos próximos de viver o primeiro turno das eleições entre Lula e Bolsonaro. Havia muita tensão no ar – no nosso campo, um clima estranho, que misturava esperança de que pudéssemos derrotar o Bolsonaro no primeiro turno com um medo profundo do que um segundo mandato bolsonarista poderia

significar. Era dia 29 de setembro de 2022, e todos os detalhes pareciam ser importantes nas eleições.

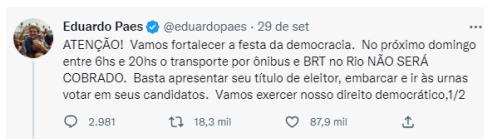
Depois que o prefeito de Porto Alegre anunciou que não haveria passe livre nos ônibus da cidade no dia das eleições, de repente a pauta do transporte passou a fazer parte dessa história. A redução dos dias com transporte gratuito em Porto Alegre já vinha sendo aplicada desde 2021, mas o anúncio da suspensão naquele primeiro turno eleitoral causou rebuliço imediato.

Em resposta a decisão do prefeito de POA, o senador Randolfe Rodrigues (REDE) entrou com um processo no STF para garantir o passe livre nas eleições. Era dia 28 de setembro e tudo deveria acontecer às pressas, para assegurar que, quatro dias depois, eleitores de todo país pudessem se transportar sem pagar para votar.

A ação de Randolfe causou emoção no grupo da Coalizão Triplo Zero.¹⁴⁵ “Imagina se o Supremo Tribunal Federal (STF) dá uma liminar favorável?”, alguém pergunta, em um grupo de WhatsApp que reúne diversas organizações que se mobilizam pelo transporte. “Seria uma experiência fantástica”.

Ainda no mesmo dia, Eduardo Paes – prefeito do Rio de Janeiro em 2013 e novamente em 2022 – declara que a cidade do Rio de Janeiro vai “fortalecer a festa da democracia” e garantir transporte gratuito para os eleitores:

Figura 14 - Twitter de Eduardo Paes



Fonte: Twitter

No grupo de WhatsApp, as notícias de municípios que aderem à medida se multiplicam. De repente Curitiba (PR), São Leopoldo (RS), Manaus (AM), Pelotas (RS), Fortaleza (CE), anunciam que adotaram a medida no primeiro turno das eleições, seja por decisão de seus governos, seja por determinação judicial. Na onda de surpreendentes adeptos da Tarifa Zero nas eleições, Joice Hasselman, ex- bolsonarista, apoia a medida em uma rede social. O prefeito de Porto Alegre recua na proposta de cancelar o passe

¹⁴⁵ A Coalizão Triplo Zero – zero tarifa, zero emissões e zero mortes no trânsito – é uma rede de organizações de distintas cidades do país da qual o Movimento Passe Livre faz parte.

livre no domingo eleitoral. A Frente Nacional de Prefeitos entrou como *amicus curiae* na ação do senador Randolfe para garantir o passe livre como medida de “soberania popular”, solicitando ainda que o Tribunal Superior Eleitoral arcasse com os custos da gratuidade.

As reações entre quem está construindo a luta pelo transporte há mais ou menos tempo eram variadas, mas todas constatando uma vitória inesperada. Surgem propostas de campanha de Tarifa Zero para o dia 2 de outubro, como se tivéssemos diante de uma oportunidade imperdível. “Eles estão descobrindo o quando a tarifa é impeditiva”, afirma Lúcio Gregori¹⁴⁶, um dos primeiros a descobrir isso, ainda nos anos 90. “A gente está vencendo muito”.

Em meio a tantas notícias malucas para quem, como nós, jamais imaginávamos que o passe livre ia servir literalmente à propósitos eleitorais, um tipo de mundo paralelo se abria. Nele, de repente, o transporte era essencial para a “democracia”. Nele, parecia evidente que a tarifa era capaz de impedir muitos direitos, inclusive o de votar. Para completar a perplexidade de quem passou anos ouvindo que lutávamos por uma pauta “menor”, naquele 29 de outubro lidaríamos ainda com Nilto Tatto, deputado do PT de São Paulo, anunciando que Lula queria fazer o SUS¹⁴⁷ do transporte – com repasse de verba federal para estados e municípios garantirem o transporte de seus habitantes. “A gente apelidou de SUS do transporte”, disse Tatto, sem saber que havia entrado em uma longa disputa entre ativistas da pauta sobre quem havia nomeado a proposta.

A ação de Randolfe foi indeferida pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso para aquele primeiro turno. O ministro, no entanto, afirmou ser o passe livre louvável como política pública, devendo, porém, ser assegurado por via legislativa, com orçamento próprio e o devido processo político. Além disso, Barroso autorizou a adoção do Passe Livre nos municípios que assim o puderem, apenas não obrigou sua realização.

No dia primeiro de outubro, a coligação de Bolsonaro entrou com o politicamente inacreditável pedido que o Tribunal Superior Eleitoral revertesse a decisão do STF de possibilitar transporte gratuito nas eleições. O pedido, no entanto, foi visto como absurdo pelo juiz responsável.

¹⁴⁶ Lúcio Gregori foi secretário de transportes da prefeitura de São Paulo, comandada por Luiza Erundina e é responsável pela formulação da Tarifa Zero como política pública.

¹⁴⁷ Entre as diversas propostas para reformulação do transporte coletivo no Brasil, está a do Sistema Único de Mobilidade (SUM).

A partir do debate público sobre a importância do transporte nas eleições, iniciativas como a campanha do “Passe Livre pela Democracia” começam a ser articuladas, estimulando que mais prefeituras e governos adotassem a medida. De acordo com o Instituto de Defesa do Consumidor, no primeiro turno, 62 cidades garantiram passe livre para seus eleitores: 13 delas capitais, 48 sem qualquer exigência de documentação para votação (ou seja, passe livre irrestrito), e as demais com exigência de apresentação do título de eleitor.

De repente, nos víamos diante de mais uma ironia. Nós, que sempre apostamos na urgência da política para além do voto, vivíamos o sonho de tantas cidades com tarifa zero graças, justamente, às eleições. A surpresa daquele dia só não seria tão grande quanto a do segundo turno, com o passe livre de repente tornando-se questão central da eleição mais disputada desde a redemocratização do país.

A importância do transporte para tentar frear a abstenção entre os/as mais pobres estimulou a Campanha Passe Livre pela Democracia, agora com convocações de deputados de esquerda, outros coletivos, mais organizações. A evidência de que a garantia de acesso ao transporte poderia ser também garantia de participação eleitoral de quem não tem dinheiro para se locomover na cidade virou prioridade zero. No dia 13 de outubro, o próprio comitê de campanha de Lula entrou com um pedido de regulamentação de transporte gratuito para eleitores no dia 30 de outubro. Mais uma ironia, então: após quase 10 anos de acusações de havermos contribuído para a emergência do Bolsonarismo, a concretização da nossa pauta parecia ser fator fundamental para sua derrota.

A abstenção e o direito ao transporte viraram tema até mesmo na entrevista de Lula para o “Flow”, podcast *direitoso* no qual o então candidato participou na tentativa de “furar a bolha”. Para quem já tantas vezes havia dito ser contra o passe livre, “pois o trabalhador tem que ter dinheiro para pagar o ônibus e não ter passagem gratuita”, eram outras as bolhas que pareciam ter sido furadas.

Em meados de outubro, o ministro do STF Luís Roberto Barroso autorizou a dispensa da tarifa no segundo turno das eleições, ainda que não tenha aprovado a sua universalidade. A essa altura, a campanha do “Passe Livre pela Democracia” já estava funcionando a pleno vapor, com a participação de mais de 80 organizações. Progressivamente, crescia o número de municípios que adotavam o *passe livre eleitoral*. No dia 19 de outubro, o STF formou maioria para permitir a oferta de transporte grátis nas eleições. No dia 24 de outubro, véspera do aniversário de 18 anos do

Movimento Passe Livre-DFE, praticamente todas as capitais do país haviam garantido a gratuidade no segundo turno das eleições. Praticamente todas, menos quatro: “Tirando Teresina, que viu o transporte coletivo colapsar durante a pandemia e ainda não se recuperou, as 3 capitais que não anunciaram a Tarifa Zero para o 2º turno são também as 3 que tem coletivos ativos lutando pelo passe livre (SP, DF e BH)”, disse um compa, no nosso grupo.

O Governo do Distrito Federal acabou sendo obrigado a adotar a medida, após uma Ação Civil Pública perpetrada pela Defensoria Pública. A prefeitura de São Paulo anunciou pouco depois, após reunião com organizações e com a surpreendente participação da deputada Tabata Amaral (PSB), que também haveria Passe Livre na cidade.

Nas vésperas do segundo turno da eleição mais disputada desde a redemocratização; nas vésperas do segundo turno contra Bolsonaro; nas vésperas das eleições que reconduziria Lula ao poder; nas vésperas de alcançarmos a maioridade como movimento, de repente:

“Somos agora incontornáveis” – era o que se dizia no nosso grupo.

Dia 30 de outubro, segundo turno das eleições. No Distrito Federal, o pleito era apenas entre Lula e Bolsonaro. No Distrito Federal e em outras 393 cidades do país, havia Tarifa Zero no transporte coletivo. De acordo com a contagem da campanha Passe Livre pela Democracia, 103.465.942 pessoas foram impactadas pela garantia de passe livre naquele domingo.

Como em todo o processo eleitoral em curso, ou quem sabe ao longo de todo 2022, os ânimos estavam exaltados. Permanecia naquele domingo a sensação de que havia muito em jogo, para os dois lados da disputa.

Em meio às notícias habituais de um dia de eleições, entre histórias de boca de urna e filas nas sessões, um novo elemento começou a despontar. Tratava-se da multiplicação de ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em diversas rodovias do país, mas especialmente no Nordeste, em ações curiosas de fiscalização de trânsito em pleno dia de pleito. A PRF parecia, de repente, muito preocupada com a qualidade dos ônibus: faróis queimados, pneus carecas, características corriqueiras dos veículos que

transportam milhares de pessoas todos os dias viraram, naquele domingo, motivo de preocupação e atuação emergencial da PRF. Logo as denúncias de que havia trânsito parado e o possível impedimento de que eleitores chegassem às urnas começaram a se espalhar.

Além da súbita preocupação com os veículos de transporte coletivo, havia mais elementos naquelas operações que suscitaram suspeitas. A infiltração bolsonarista na PRF já havia sido alvo de diversas matérias jornalísticas e alcançado outros patamares desde a nomeação do diretor Silvinei Vasques, amigo íntimo da família e aliado declarado do então presidente da república. As operações em rodovias no segundo turno do pleito haviam sido, inclusive, proibidas pelo Ministro Alexandre de Moraes no dia anterior.

Ainda assim, até 12h35 daquele 30 de outubro, 514 operações já haviam sido realizadas pela PRF, número 70% maior que o de operações ocorridas no primeiro turno. Quase metade delas aconteceu no Nordeste brasileiro. O histórico de Silvinei dificultava as dúvidas. Além de desobedecer a ordem expressa do Tribunal Superior Eleitoral, Silvinei fez campanha explícita por Bolsonaro em suas redes sociais no dia das eleições e, para fazer jus às suas afinidades políticas, tentou acobertar a invenção da câmara de gás dentro de um camburão que resultou no assassinato de Genivaldo de Jesus por Policiais Rodoviários Federais, em 25 de maio de 2022, em Sergipe.

As operações da PRF tornaram-se a grande notícia do segundo turno. Debates sobre a necessidade de ampliar o período de votação começaram a aparecer nos telejornais e nas redes sociais de políticos. As operações nas rodovias, assim como os relatos de cidades que não estavam respeitando o passe livre passaram a ser denunciados como indícios de uma tentativa de golpe. A presidente do PT, Gleise Hoffman anunciou publicamente que o partido iria entrar com um pedido de prisão contra o diretor da PRF responsável pelas operações e demais policiais envolvidos:

Figura 15 - Twitter de Gleisi Hoffmann



Fonte: Twitter.

Da nossa parte, acompanhávamos de perto a centralidade que o transporte estava ganhando nas eleições. Após a conquista do passe livre nas eleições, ver ônibus serem atrapalhados a chegar a seu destino pelo corpo policial mais aparelhado pelo bolsonarismo parecia deixar tudo *explícito demais*. A Polícia Rodoviária Federal havia se transformado em catraca contra os eleitores que se locomoviam por ônibus para votar.

Pelas 15h30, o Ministro Alexandre de Moraes fez um pronunciamento público para comentar o andamento das eleições. Aqui vale comentar que Alexandre de Moraes é velho conhecido do Movimento Passe Livre. Antes de que a política brasileira parecesse virar de cabeça para baixo, Moraes foi Secretário de Transporte em São Paulo e depois Secretário de Segurança na mesma cidade – duas secretarias que o colocaram diversas vezes diante do MPL-SP. Desnecessário dizer que não havia nesses encontros qualquer simpatia.

Entre declarações sobre a velocidade da votação, filas nas sessões, problemas com a biometria e fake news, o assunto mais esperado era as operações da PRF. O diretor da PRF havia sido convocado a dar explicações ao TSE e saíra dali há pouco. Havia ansiedade em saber se Moraes consideraria a ampliação do horário de pleito ou se anunciaria alguma medida mais dura contra Vasques. Moraes deixou por últimos os comentários acerca do tema:

A partir das decisões da ADPF do ministro Barroso. Nós determinamos: 1) que o transporte público não poderia ser menor do que a média. 2) que a questão da gratuidade estaria fora da lei de responsabilidade fiscal, uma vez que é um instrumento importantíssimo, a **garantia do transporte público gratuito é um instrumento importantíssimo para a efetivação da cidadania**,

principalmente daqueles eleitores e eleitoras com menos poder aquisitivo. (MORAES, 2022, em entrevista, grifo nosso)

Estávamos ali, em rede nacional, escutando que a garantia do transporte público gratuito era instrumento importantíssimo para a efetivação da cidadania. E quem estava dizendo era Alexandre de Moraes, o mesmo que há anos havia reprimido duramente manifestações organizadas pelo MPL-SP que diziam, ainda que num sentido diferente, que o transporte público gratuito era importantíssimo para a efetivação da cidadania.

O súbito entusiasmo de Moraes com uma forma de tarifa zero foi seguido por uma explicação pouco convincente acerca do compromisso da PRF com a qualidade dos ônibus e o Código Brasileiro de Trânsito. O Ministro afirmou que, ao fim e ao cabo, não houve prejuízo aos eleitores em decorrência do zelo da Polícia com a qualidade dos veículos. Afirmou ainda que mais averiguações seriam feitas, mas que não havia qualquer necessidade de adiar o período do pleito, visto que nenhum ônibus havia sido impedido de chegar a seu destino. Colocou panos quentes na desobediência de Vasques à ordem do TSE, afirmando ser uma questão de “interpretação”. Comentou em seguida sobre a cobrança de tarifa no metrô de Belo Horizonte e como havia atuado para garantir que o transporte público fosse gratuito. Por fim, comentou que a expectativa era que esta garantia diminuisse a taxa de abstenção no segundo turno, tradicionalmente maior que a do primeiro.

Há ainda outro trecho que merece destaque no pronunciamento de Moraes. Ao responder uma pergunta sobre o impacto do transporte público gratuito no processo eleitoral e as alegações de que essa medida beneficiaria a Lula, o ministro respondeu:

Eu não consigo imaginar que a garantia de transporte público gratuito seja apenas para eleitores de uma candidatura. É impossível achar que o transporte gratuito em Belo Horizonte no metrô favorece A ou B, **favorece a democracia, favorece o eleitor.** Se nós tivermos 100% dos eleitores votando, é possível falar que isso é ruim para a democracia? Porque favoreceu A ou B? Claro que não. Não há prejuízo de nenhuma das candidaturas, de nenhuma das chapas, garantindo o transporte público ao eleitor (MORAES, 2022, em entrevista, grifo nosso)

No dia 30 de outubro de 2022, Lula foi eleito pela terceira vez presidente do país. A vitória foi apertada – a diferença entre os dois candidatos foi de menos de 2% dos votos válidos. Diante desse dado, houve certo consenso entre analistas de esquerda: todo e qualquer esforço tinha sido válido e importante para tirar Bolsonaro do poder.

Ainda que seja difícil dizer com precisão qual foi o papel do passe livre para garantir o resultado das eleições, o próprio Bolsonaro chegou a aventar que o passe livre era fator importante de sua derrota. Os dados da abstenção no segundo turno podem corroborar a teoria de Bolsonaro. De forma geral, a abstenção caiu entre o primeiro e o segundo turno, fato em si contrário à tendência das eleições brasileiras. Nas cidades em que houve passe livre, no entanto, a queda foi maior: onde o transporte foi cobrado, a queda foi de 0,29%; nas cidades que estabeleceram o passe livre intermunicipal, a queda sobe para 0,51% e naquelas que estabeleceram passe livre municipal, 0,54%.

Diante do sucesso do passe livre eleitoral, a Campanha Passe Livre pela Democracia decidiu avançar na garantia do direito, construindo um projeto de lei a ser apresentado na Câmara dos Deputados que o instituisse como política regulamentar, incluído nos custos do processo eleitoral. Na reunião de avaliação, um assessor da deputada Tábata Amaral chamou a campanha de “case de sucesso”. O PL, construído coletivamente pelas organizações participantes da campanha, foi entregue por representantes a 4 deputados federais. Em mais uma entre tantas ironias, o projeto elaborado pela Campanha foi apensado a um PL já apresentado pelo presidente da Câmara e deputado do *centrão*, Artur Lira.

Vencemos!

Em meio a um momento político tão conturbado, temos uma grande vitória para comemorar!

Nessa semana vemos nosso sonho de tarifa zero se tornando realidade em pelo menos 216 municípios do país. No dia 30 de outubro, vamos viver um movimento nacional gigantesco e dar um passo a mais na construção da tarifa zero todos os dias. E ainda há quem ache que a ação direta não traga conquistas concretas... (MPL-DFE, em comunicado publicado no dia 26/10/22)

Desde que as revoltas de 2013 se espalharam no país, perdemos as contas das acusações que nós, como Movimento Passe Livre, recebemos. Das mais mirabolantes, que afirmavam termos sido financiados pela CIA, fundamentadas em teorias como a das “revoluções coloridas”, às cobranças por manifestações igualmente grandes diante de aumentos de passagem ocorridos em anos posteriores. Um fator encontrava-se sempre presente. A suposta insignificância da pauta do transporte.

Como argumentei em outro momento desta tese, essas leituras partem, principalmente, de uma análise do *grande*, uma leitura política viciada na centralidade do estado. Somando-me às várias ironias que citei ao longo do processo do passe livre nas eleições, também eu opto por agora me voltar a essa dimensão.

O processo do passe livre nas eleições é uma daquelas vitórias que traz ao fundo um sabor de derrota. Por um lado, evidencia o argumento que estamos construindo há anos – o da imprescindibilidade do transporte na garantia de todos os outros direitos. Por outro, explicita o funcionamento e as categorias do próprio estado: Que direitos importam? Quando os direitos importam? Como se faz o cidadão? Quando a luta pelo transporte é legítima?

Quando Alexandre de Moraes afirma: “a garantia do transporte público gratuito é um instrumento importantíssimo para a efetivação da cidadania”, de que garantia e de que cidadania estamos falando?

No pronunciamento de Moraes, tanto *cidadania* quanto *garantia* têm significado episódico. O ministro parece partir do pressuposto que sim, a cobrança do transporte é capaz de impedir o acesso a direitos, neste caso essa mistura particular entre direito e dever que é o voto no Brasil. No entanto, ainda que a catraca seja instrumento impeditivo cotidiano, ela parece ser um problema apenas em um momento específico, as eleições. Em poucas palavras, a fala de Moraes delimita a temporalidade da cidadania, além de explicitar o que ela significa: ser cidadão é votar. A cidadania, portanto, é participar de um rito, e a política está mais uma vez separada da vida cotidiana.

Da mesma forma, a curiosa aliança entre alguns do *de cima* em nome do transporte gratuito nas eleições, capaz de agregar prefeito e ex-secretário de segurança que reprimiram as manifestações em prol da tarifa zero, dirigentes de partido que nos acusaram de golpistas e assessores de deputados que pensam em mobilizações em termos publicitários, pareceu também pretender definir quando a luta por transporte é *golpista* e quando é *democrática*. É democrática quando garante o voto (neles?). É golpista quando se opõe a seus governos. Aqui está a operação de separar o legítimo do ilegítimo, no melhor sentido da elaboração de purificação de Mary Douglas (1996) (Se, enquanto movimento, nos dedicamos por anos a pensar se o passe livre era *revolucionário* ou *reformista*, agora podemos também somar às nossas análises essas duas outras adjetivações.)

Essa, claro, é apenas uma das maneiras de olhar para história.

Uma outra, construída pelo Movimento, é abraçar a brecha de contradição que o passe livre eleitoral abriu. “Vencemos!”, diz o MPL-DFE. E mais: a possibilidade de viver a tarifa zero em tantas cidades, ainda que no dia da celebração máxima da política feita pela mediação, é vitória da ação direta.

A vitória, afirmada com exclamação, diz respeito a ao menos dois aspectos. O primeiro, a experiência incontrolável de um ou dois dias de tarifa zero nas cidades. O passe livre é eleitoral, mas o que as pessoas fariam tendo direito ao transporte gratuito, não. Na reunião do coletivo que tivemos pós eleições, um compa comentou: “Que coisa mágica, a tarifa zero. Eu dei vários rolês de graça”. Os usos que quem sabe milhares de pessoas fizeram do transporte gratuito naquele domingo de eleições ultrapassa em muito a concepção de cidadania de Alexandre de Moraes.¹⁴⁸

A vitória, afirmada com exclamação, também diz respeito à uma análise do que tornou aquele dia possível. Foram as manifestações categorizadas como ilegítimas pelos mais diversos setores comprometidos com o estado que tornaram a pauta legítima. O passe livre era não apenas possível, como necessário.

Já o sabor de derrota junto com a vitória, ou a mistura de “raiva e conquista” (Saraiva, 2018) não era exatamente novidade. Faz, ao contrário, parte das elaborações que fomos construindo ao longo dos anos de atuação do movimento. No caso do DF, essas elaborações emergiram principalmente a partir da conquista do passe livre estudantil, em 2009. Como argumentei anteriormente:

A conquista de um direito não se deu nos moldes em que pensávamos e parecia nos aproximar em demasia das estruturas que queríamos destruir. À época da aprovação do passe livre estudantil, as discussões sobre se estávamos lidando com uma derrota ou uma vitória foram constantes no movimento, assim como o debate sobre como nossos princípios se ressignificavam a partir da interação com estruturas do Estado das quais discordávamos. Algumas sementes pareciam ser plantadas para nascer de formas totalmente inesperadas, que não estavam sob nosso controle. (Saraiva, op. cit., 109)

Igualmente, nos vermos ao lado de “aliados” improváveis tampouco é inédito. Também em minha dissertação, diante de uma abordagem policial que começou com uma arma em minha cabeça e terminou com um pedido de apoio dos policiais em prol de seu plano de saúde, me fiz algumas perguntas. “O que mudou para que aqueles policiais achassem ser necessário afirmar que nossa luta é justa? O que permaneceu para que mesmo assim nos parassem?” (Saraiva, 2018, p. 103). Os sujeitos mudaram, mas as perguntas parecem seguir relevantes.

¹⁴⁸ Foi o que também apontou uma pesquisa do IPEA (2023) sobre o tema, que analisou o impacto do passe livre eleitoral em outras atividades, como acesso a parques, comércio e lazer. Segundo as estatísticas do instituto, o passe livre para votar foi também transformado em passe livre para viver a cidade.

SOMOS, AGORA, INCONTORNÁVEIS

Se o passe livre eleitoral emergiu como esse feixe de contradições na luta do Movimento Passe Livre, os desenrolares sobre a Tarifa Zero de 2013 para cá não parecem menos complexos. Depois do processo eleitoral e do sucesso da adoção da medida, inclusive, a bandeira de transporte gratuito para todos/as consolidou as dimensões que vinha ganhando há anos, inclusive entre setores politicamente distantes do movimento.

O dia 11 de novembro de 2022, quando começaram a surgir boatos de uma possível adoção da Tarifa Zero pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), foi emblemático nesse sentido. Naquele dia, os meios de comunicação passaram a divulgar que o prefeito estava encomendando estudos para implementação da medida, com o objetivo de fazê-la ainda no atual mandato.

Aliados do prefeito chegaram a garantir que a Tarifa Zero não apenas sairia do papel em 2023 – 10 anos de 2013! – como também seria fundamental para dar reeleição ao prefeito. A medida daria “uma marca popular” para Nunes, disse Milton Leite, vereador de São Paulo pela União Brasil.

A notícia de que um político do MDB poderia efetivar a tarifa zero na maior cidade do Brasil – e naquela que nós mesmas intuíamos ser difícil sua operacionalização – me causou riso. Para completar, vereadores de São Paulo também aproveitaram a ocasião para declarar publicamente seu apoio à causa: “é impossível ficar contra a proposta”, disseram, segundo reportagem. O tempo, e a luta, fazem mesmo o impossível mudar de lugar.

No grupo da Coalizão Triplo Zero, um companheiro escreveu que não se surpreenderia se a política viesse a ser amplamente implementada pela direita. As elaborações de Caribé se relacionam com as análises construídas em sua tese de doutorado, assim resumidas por mensagem:

Eu não vou ficar surpreso se a TZ virar uma política implementada amplamente pela direita. Vi isso na minha tese (França) e vimos isso no encontro de BH. A esquerda não teve coragem de fazer algo simples e necessário, que além dos benefícios sociais e políticos tem o ganho de eficiência. Paciência. Isso nos libera para dar um salto de qualidade na nossa reivindicação, já que viabilidade está dada. Deixou de ser uma utopia esquerdista. Por duas décadas nossa luta foi pra mostrar que é viável, respondendo à pergunta "quem paga a conta?". Essa etapa está prestes a ter a página virada.

Dez dias depois, as notícias sobre a possibilidade de a Tarifa Zero ser implementada em São Paulo mudaram um pouco de direção. O prefeito veio a público dizer que “alguém vazou e foi prematuro” e que, inclusive, sequer podia garantir que não haveria aumento de passagem no janeiro seguinte. A viabilidade real da implementação da política dependeria do estudo a ser realizado pela SPTRANS. Na mesma reportagem, Nunes é questionado se não estaria incorporando uma medida de esquerda e responde como se tivesse conversado com Caribé: “A esquerda se apropria de discursos, mas não alcança o concreto”.

A discussão sobre a Tarifa Zero nasce na mesma época em que a Nova República. Foi em 1989, também em São Paulo, no governo de Luiza Erundina que a ideia começa a ser ventilada. O então secretário de transporte, Lúcio Gregori, elaborou uma proposta para que o transporte fosse de fato concretizado como direito, modificando a forma de pagamento das empresas prestadoras de serviço e propondo que o sistema fosse financiado por recursos públicos, assim como outras políticas como saúde e educação. A medida chegou a ser implementada em projeto piloto no bairro de Tiradentes, mas não conseguiu superar a barreira da campanha midiática contra a reforma tributária que precisaria ser feita para dar conta de seus custos.

Anos depois e longe de qualquer governo, surgíamos nós.

O processo de aproximação do movimento com a pauta foi construído ao longo de vários anos e possui camadas diversas. Uma delas se relaciona à necessidade que sentimos de construir uma análise mais aprofundada e propositiva sobre os direitos que reivindicávamos. Quando o MPL surgiu na cena do país, muita gente se aproximava dos coletivos menos pela pauta do transporte e mais por sua proposta política mais ampla: os princípios de organização, a possibilidade de construir um movimento social autônomo, a promessa e imagens de revolta que cultivávamos a partir de nossas inspirações. Não à toa, tanto no cotidiano do MPL-DFE como nos encontros nacionais, as discussões sobre nossos princípios e forma de atuação ocupavam boa parte dos nossos tempos e afetos.

Talvez pela consolidação do movimento, talvez pela urgência de pensar soluções que nos levassem para além de sucessivas e imparáveis lutas contra aumentos de passagem, chegamos até Lúcio Gregori e a ideia de Tarifa Zero. Daí em diante, muitos/as

de nós passaram a se dedicar ao estudo específico da pauta e às possibilidades de dar a uma política pública surgida no seio da política institucional a cara de nossos sonhos autônomos.

Quando as revoltas populares contra o aumento da passagem emergiram em 2013, nós do Distrito Federal vivíamos outro contexto. Já conversamos sobre isso anteriormente, mas estávamos há nove anos sem aumento de passagem, com passe livre estudantil garantido. Nossa ímpeto, portanto, foi aproveitar a centralidade do transporte no debate nacional para fazer avançar a pauta mais estruturante da Tarifa Zero.

No meio daqueles dias movimentados, organizamos a manifestação do dia 19 de junho, a maior manifestação que já chamamos na história do coletivo do DF. A pauta era, exclusivamente na medida em que qualquer coisa poderia ser exclusiva naquele mês, a defesa da Tarifa Zero. Antes da manifestação, fomos chamados pelo então governador do Distrito Federal para falarmos sobre as nossas demandas – algo também *sui generis*, ser chamado a negociar antes de ocupar as ruas. Saímos da reunião dizendo publicamente: “O governo do DF nos disse o que já sabíamos – a Tarifa Zero é possível.”

Naquele mesmo dia, o aumento de passagem de São Paulo seria revertido. Me lembro com emoção do telefonema de um amigo que recebi, enquanto organizávamos a concentração do ato, avisando que a luta havia sido vitoriosa na cidade. Me lembro de dar aos berros a notícia em uma assembleia da manifestação. O clima foi de festa.

Como já está mais que discutido ao longo dessa tese, a luta percorre caminhos pouco lineares e a promessa de implementação da Tarifa Zero não se concretizou (ainda) no Distrito Federal. Depois da instauração de um Grupo de Trabalho para discutir as possibilidades de implementação da política pelo GDF, seguimos basicamente no mesmo lugar, com muitas palavras, mas poucos avanços concretos. Ainda naquele mês, ouvimos em reunião com a companheira de partido do governador do DF que não, a Tarifa Zero não era possível, já que ônibus não dava em árvore. Quem nos disse foi a então presidente do país, Dilma Rousseff.

Simultaneamente, a luta de 2013 impulsionou a apresentação, pela deputada Luiza Erundina, de Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que incluía o transporte no rol de direitos sociais garantidos pela Constituição Federal em seu artigo quinto. Claro que, junto aos outros direitos, a palavra da lei era mais do que insuficiente, ainda que fosse um avanço: no dia em que a PEC foi aprovada, em 2015, passamos a manhã ouvindo no salão

azul do Congresso que se tratava de uma conquista da luta popular de 2013; de noite, soubemos que a passagem de ônibus do Distrito Federal seria reajustada.

A defesa da Tarifa Zero por um prefeito do MDB e sua incorporação entre as bandeiras do partido veio acompanhada de outros apoios. No período de transição do governo Lula, também circulou a notícia de que o PT estaria estudando a possibilidade de implementar a Tarifa Zero como medida de governo. Houve quem dissesse que se tratava, por fim, de uma reconciliação do partido com 2013.

Além da luta construída ao longo de anos que conquistou, por caminhos tortos, a legitimidade da pauta, outros fatores imponderáveis contribuíram com o processo. A crise sofrida pelo setor de transportes na pandemia alavancou a discussão. Como sobreviveriam os lucros vultuosos dos empresários do setor se todos/as deveriam ficar em casa? Os pedidos de subsídios do setor cresceram e chegaram a ser aprovados, sem qualquer questionamento sobre a forma de cobrança ou sua falta de transparência – no melhor estilo da atualização da ordem vigente produzida pelas lutas populares, como argumento em minha dissertação.

Soma-se ainda a esse caldo a importância que as discussões sobre a emergência climática. A necessidade de adaptar as cidades a um novo modo de vida que zere as emissões de carbono trouxe também para o centro do debate a urgência de modificar a forma como nos locomovemos. O transporte é responsável por 20% das emissões de carbono globais. Há um entendimento importante entre estudiosos da questão do clima em ambiente urbano que, sem modificar a cultura apaixonada pelos carros, não será possível mudar esse quadro, e para isso é necessário tornar o transporte público atrativo – ou seja, público de fato. Dessa forma, para além do contexto nacional, a tarifa Zero ganha urgências internacionais.

“A ideia era tão oportuna que sobreviveu a três décadas”, disse a deputada Luiza Erundina. Sobreviveu, se transformou, se aliançou com outras forças. Nós mesmos fomos uma força impensada quando nos apropriamos da ideia e a transformamos em nossa principal bandeira. Agora, a partir do que construímos, os caminhos são (também) outros.

Quando Ricardo Nunes argumenta a favor da Tarifa Zero, seus principais motivos passam, como era de se esperar, longe dos nossos. Boa parte da argumentação do prefeito

aponta para os benefícios econômicos da medida: a tarifa zero ampliaria o lucro do comércio, faria a roda da economia girar, contribuindo para o enfrentamento da crise pós-pandemia também em outros setores. Ou ainda, quanto se economizaria com fiscalização e gestão de bilhetagem caso a cobrança de tarifa fosse dispensada?

Se é verdade que esses mesmos argumentos foram utilizados até mesmo por nós, chama a atenção o seu deslocamento para centro do debate. Na luta por justiça climática, chamamos de *green washing*, lavagem verde, quando grupos econômicos sabidamente predatórios tentam vestir uma máscara *sustentável*. O que temos acompanhado com a Tarifa Zero é uma espécie de *social washing*, dessa vez não dos atores que a promovem, mas da própria pauta, de seu histórico, do conflito social que a origina.

Esse processo de limpeza da Tarifa Zero de seus efeitos disruptivos fica evidente nos argumentos da prefeitura de São Paulo e em boa parte da cobertura midiática dada ao assunto. Apesar das dimensões que a(s) revolta(s) de 2013 ainda causam no imaginário nacional, as conexões entre a pauta e os eventos são por vezes nebulosas. Chama atenção, por exemplo, um artigo escrito pelo colunista Pablo Ortellado, onde afirma: “seja como for, parece que a proposta de Tarifa zero saiu definitivamente do campo da utopia e está ganhando contornos concretos.”. Em todo o artigo, Ortellado ignora qualquer menção à luta social envolvendo à tarifa zero, seu conflito central, nada – o que é especialmente curioso vindo de quem não apenas acompanhou de perto como, até um dado momento, ajudou a construir o processo. Ao afirmar que a Tarifa Zero saiu do campo da utopia para ganhar contornos concretos, Ortellado está, claro, dizendo que a pauta é de fato possível. Mas está também vocalizando a limpeza que outros atores como Nunes efetivam: para ganhar contornos concretos (e não utópicos), como deve ser a tarifa zero?

Assim, mais uma vez, o Movimento se vê diante do paradoxo da legitimidade. Estamos, muito provavelmente, próximos/as de vermos nossa principal pauta ser implementada em grandes cidades do país. É muito provável que, em pouco tempo, milhares de pessoas possam se locomover sem pagar passagem e que a catraca se transforme em instrumento praticamente sem uso no sistema de transportes. Se for esse o caso, nenhum/a de nós questionará o que isso efetivamente significará na vida dessas pessoas, em suas possibilidades de vivência da cidade, acesso a direitos e inclusive organização política.

Por outro lado, todo esse processo tende a se dar como forma, justamente, de aplacar o conflito social, não de explicitá-lo. A tendência é que as empresas de transporte

continuem garantindo seus lucros, dessa vez via financiamento público e sem os inconvenientes da indignação popular diante de aumentos de tarifa. A tendência é que as concretizações da Tarifa Zero, *longe das utopias*, signifique também qualquer coisa muito distante da nossa proposta de gestão popular do transporte, um dos pilares do nosso projeto para partir da pauta para efetivamente construir auto-organização.

Se, como disse Caribé, somos agora, incontornáveis, o que isso significa? A história da Tarifa Zero vai ganhando contornos diferentes do que imaginávamos e a pauta parece, de fato, incontornável. Os sonhos de sociedade que costuramos a ela ao longo dos anos, ao contrário, parecem *contornados*.

PASSOS COLETIVOS E TRÔPEGOS

Dissemos que as faíscas da barricada versam sobre o imponderável. Nas duas situações que relatei acima, vimos algo dessa natureza da luta, da abertura de caminhos inimaginados, dos desdobramentos não pensados e não planejados. Em um contexto que não preveríamos, as discussões sobre o passe livre ocuparam papel importante nas eleições mais disputadas da história do país. Naquele momento, o passe livre seria literalmente reinventado para propósitos eleitorais.

Também vimos como a Tarifa Zero ganhou fôlego e passou a ganhar adeptos em setores para nós surpreendentes, passando de pauta utópica a política pública. Vimos como essa transformação se deu a partir também de uma operação para obliterar o conflito que deu origem a pauta, mantendo o lucro dos empresários de transporte, dessa vez via orçamento público. Também vimos como nossa pauta deixou de ser uma “demanda das ruas” para virar assunto de gabinetes.

Nada disso é irrelevante, mas há algo de melancólico na análise. Aqui, parece estar demasiado presente o possível destino trágico da luta. Se essa é uma dimensão, seguramente não é a única.

Em sua tese de doutorado, meu companheiro Paique Santarém, traça um caminho compartilhado entre o tráfico escravista, o transporte de mercadorias e o transporte coletivo no Brasil. Segundo sua argumentação:

“A forma aleatória de estabelecimento do índice de passageiros por quilômetro e da taxa de ocupação compreende que a pessoa transportada é mais uma mercadoria a ser movimentada, desde que gere lucro – tal qual o transporte escravista – e com veículos que realizam, com a mesma tecnologia, o serviço de transporte

de cargas ou de pessoas. É por meio do desenvolvimento do transporte de cargas que se desenvolve o transporte de pessoas no Brasil. Há uma linha comum entre ambos, dado que somente pela inumanização da população negra foi possível constituir estes indicadores. O transporte coletivo é herdeiro do transporte de cargas que, por sua vez, é um direcionamento direto do transporte escravista.” (Santarém, 2024, p. 206)

O continuum tecnológico entre tráfico negreiro, transporte de carga e transporte coletivo traz para a Tarifa Zero um caráter disruptivo até aqui não citado. Independentemente de como ela será financiada e se os empresários de transporte manterão suas possibilidades de lucro via orçamento público, o que significa romper com uma tecnologia que reinventa o navio negreiro cotidianamente? Que efeitos não pensados a Tarifa Zero produz nas estruturas racistas de nossas cidades?

Anteriormente, também argumentamos como a luta pelo transporte é uma luta pelo tempo. As horas martirizantes em um sistema de mobilidade orientado pela cobrança individual e, portanto, pela lógica que quanto mais cheio o ônibus melhor, são uma extensão das horas também martirizantes no trabalho. Implementar a Tarifa Zero muda essa equação, já que acaba com a vantagem da escassez dos ônibus, trazendo mais veículos para circulação e diminuindo o tempo gasto em condições precárias como as vividas hoje. O que se poderá fazer com o tempo que se ganha em uma cidade sem tarifa?

Como a experiência do passe livre nas eleições, como enunciou um companheiro do MPL, fronteiras das cidades se abriram para outras experiências, para além do voto. A cidade toda se transforma com a abertura das catracas e a própria circulação de sujeitos antes impedidos pela passagem também cria novos conflitos, provoca novos incômodos, desconfigura a ordem. Ao desnaturalizar a tarifa, o movimento também desnaturalizou os limites da cidadania e da cidade, fazendo com que novas perguntas fossem colocadas: quem pode circular? Para quê? Em que condições? O que significa existir politicamente se não posso atravessar a cidade onde moro?

Há muitos estudos em curso sobre o impacto das experiências de tarifa zero nas cidades brasileiras, seara na qual não entrarei em profundidade. Meu intento aqui é apenas afirmar que, por domesticável que venha a ser a Tarifa Zero, ela também seguirá guardando em si algo necessariamente disruptivo, ingovernável. Seu caráter de conquista social, como uma vez me disse meu companheiro Paique, nunca poderá estar abaixo dos dilemas ensimesmados do Movimento, mesmo aqueles que dizem respeito ao nosso

projeto de sociedade, de vida. Os passos da luta são trôpegos, vão e voltam, mudam de direção. Mas caminham, ou dançam.

IMAGINAR É RECUSAR

- Mamãe, então o Bolsonaro nunca mais vai ser presidente do Brasil?

- Olha, filha, nunca mais eu não sei... mas agora já não vai ser.

- E o capitalismo?

[Pausa]

- Eita, filha. O capitalismo acho que demora bem mais para acabar.

- Já sei! O capitalismo vai acabar em quatro... não! Oito anos! O capitalismo acaba em oito anos!

(Amélie Perfeito Saraiva, novembro de 2022)

“O futuro não existe, nós apenas o imaginamos” (Ailton Krenak, 2022)

“A atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior da pessoa porque essa experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia” (Lev S Vgostisk. 2009).

Comecei essa tese discutindo as bombas de gás que, em 2013, criaram nuvens tóxicas em tantas cidades que acabaram construindo pela experiência comum um laço entre as que fomos por ela atingidas. Como disse desde o princípio, escrevo em meio à essas nuvens, sem tentar dissipá-las para ver mais claramente, mas usando de tecnologias coletivas para voltar a respirar, ultrapassar a visão como sentido principal, andando a muitas pernas e cambaleante, apoiada nos ombros de meus companheiros e companheiras. Nunca foi minha intenção trazer respostas, porque eu sei muito bem que a luta se faz principalmente de perguntas e que qualquer elaboração individual será menos potente do que as feitas coletivamente.

Em *Estilhaços*, busquei enfrentar o desafio de contar estórias de 2013. Inspirada em autoras como Ursula Le Guin e Donna Haraway, distingui entre as *estórias da vida* e as *odisseias heroicas* — entre narrativas que abrem futuros e aquelas que os encerram em glória ou tragédia. As conversas com meus companheiros e companheiras, conduzidas em plena pandemia, expuseram justamente essa tensão: a necessidade de rememorar, mas também a dificuldade de escapar da armadilha do protagonismo. Misturam-se, assim, as estórias e as odisseias: ao mesmo tempo em que buscamos preservar as singularidades, relações e afetos que constituíram 2013, somos atravessados pelo desejo de reafirmar seu legado, ou de nos defender de suas condenações. De minha parte, procurei caminhar por essa ambiguidade, abrindo espaço para múltiplos fragmentos e sentidos a partir de distintas estratégias narrativas. Não há o que resumir dessa primeira parte da tese. Acredito que poder compartilhar as estórias de meus companheiros talvez seja o que faço melhor.

Em *Barricadas*, propus pensar 2013 como um momento liminar, inspirada pelo processo ritual de Victor Turner (2005; 2013; 1982). Na esteira do autor, procurei entender como aqueles dias em que as classificações habituais se encontravam suspensas puderam abrir outros possíveis. Como em todo o trabalho, a intenção de aproximar 2013 da noção de liminaridade foi a de evitar reduzir aqueles acontecimentos a suas métricas e “resultados”. Ao enxergar as barricadas como interstício, pudemos nos guiar por perguntas mais afins dos momentos margem.

Assim, argumentei que as mudanças vividas nas ruas durante aqueles dias liminares não dizem respeito apenas à pauta reivindicada, mas à própria organização do espaço, do tempo e da política. As barricadas que cortaram o fluxo cotidiano não apenas interromperam o trânsito das cidades, mas colocaram em xeque a centralidade do trabalho como organizador da vida. Em seu lugar, surgiram novas rotinas coletivas — reuniões, assembleias, cuidados mútuos — que corporificaram uma outra temporalidade e apontaram para outros modos possíveis de existir em comum. Como afirma Turner (1982), esses momentos funcionam como “cápsulas de futuros desenvolvimentos sociais”. Essa abertura, no entanto, não é apenas luminosa, em especial para os atores que a vivem: e vimos como também as classificações de quem construiu aquelas manifestações desde o início foram confrontadas e desordenadas.

A tese, desse modo, dá contorno há duas formas de sociabilidades emergentes daqueles dias liminares, entre tantas outras, a sociabilidade manifestante e militante. A

primeira se caracteriza por relações que se produzem em ato, no fazer junto, e que evocam diretamente a noção de *communitas* de Turner (2005; 2013) — uma forma de estar com o outro que escapa às hierarquias da estrutura e que se aproxima da experiência do Efeito Eros de Katsiaficas (2012), enquanto virtual desejo de liberdade e comunhão. Essa sociabilidade se manifesta em corpos que contrastam com o cidadão individualizado, se construindo a múltiplas pernas que fazem do andar trôpego, mas coletivo. Nesse sentido, ela evoca também o corpo grotesco de Bakhtin (1987) — permeável, misturado, sempre em processo de criação — e a consubstancialidade de Povinelli (2018), onde o sujeito e o corpo se fazem não encapsulado e em relação.

Já a sociabilidade militante, marcada pelo compromisso com a continuidade da luta e pela construção de um coletivo organizado, aproxima-se da *communitas* ideológica de Turner. O militante, no contexto do Movimento Passe Livre, é aquele que se vincula a princípios e constrói uma organização que pretende, paradoxalmente, desaparecer: um fazer político que quer generalizar-se e que aposta na coletividade como caminho.

As tensões dessa última sociabilidade se complexificam quando observamos os contraexemplos e inspirações que são parte da formação do MPL. O movimento antiglobalização é evocado como referência crucial: suas táticas, sua estética e sua recusa ao centralismo influenciaram o MPL, assim como a nossa percepção de seu fracasso — marcado por uma ausência de pautas concretas, pela incapacidade de sustentar alianças duradouras e por um calendário guiado pelos poderosos. Da mesma forma, o Partido dos Trabalhadores, com sua origem nos movimentos populares e aposta na institucionalização, ofereceu tanto advertências como referências — a importância das lutas concretas, mas também de criar mecanismos de “não degeneração”. Das nossas percepções dessas duas tentativas de transformação, formulamos uma prática política marcada pelo que chamo de composições esdrúxulas, nas quais elementos diversos são justapostos não para alcançar uma síntese, mas para manter viva a tensão. Vimos ainda como muitas das respostas que havíamos formulado foram elas mesmas confrontadas pela liminaridade de 2013.

Também observamos como as composições esdrúxulas não foram exclusivas do MPL, tendo marcado os próprios acontecimentos de 2013, nos quais categorias e alianças se embaralharam de formas não imaginadas. Aqui, parti da ideia de monstruosidade de Turner não meramente como negativa, mas como atualização de conflitos estruturais, ao reorganizar elementos familiares em novas configurações. E então discorro como figuras

malditas emergiram em 2013 – a exemplo dos black bloc com a sua recusa hiperbólica. Como movimento, vimos emergir nossos próprios malditos: a desejada “perda de controle” das manifestações trouxe para a rua sujeitos que não compunham nossas categorias. A cobertura midiática favorável também se transformou em elemento monstruoso, assim como as nossas disputas internas e a letalidade inesperada, tanto da criminalização do estado alcançando corpos inusuais, como a provocada, mesmo que acidentalmente, pelos próprios manifestantes. Aqui, portanto, o maldito é relativo.

Analisei ainda como diante desses malditos, atores diversos construíram seus rituais de purificação, no sentido de Mary Douglas (1996). Fundamental para tais rituais em 2013 é a separação entre bons e maus manifestantes, adotada de maneiras diversas, a depender da perspectiva. Por parte da mídia corporativa, vimos como esse par de oposição serviu para limpar a sujeira subversiva das manifestações, junto com a amplificação ao infinito de suas demandas. Por parte da Esquerda institucional, vimos como o mesmo par de oposição serviu para tentar reconduzir os protestos aos seus formatos tradicionais. Por parte do petismo, a categoria de más manifestações foi ampliada para todo 2013 e qualquer sociabilidade que se aproxime daqueles dias. Por fim, o próprio MPL e movimentos afins, ainda que não sempre, também operaram esse par de oposição, obliterando o transbordamento societário que vivemos em uma tentativa de proteger o legado da luta.

Ainda em barricadas, a tese aponta como, com a proeminência que as redes sociais passaram a tomar na vida pública do país a partir de 2013, emergiu também uma nova forma de subjetivação, que chamei de “política em modo selfie”. Para elaborar seus contornos, contrasto meus aprendizados no Centro de Mídia Independente sobre a relação entre o ângulo da câmera e a posição política, com a realização de transmissões de manifestações feitas no modo selfie, com o indivíduo no primeiro plano. Esse deslocamento sinaliza um novo regime de visibilidade e de produção de subjetividade: um retorno ao indivíduo encapsulado, que desafia a *communitas* e o co-pertencimento que haviam sido possíveis nos dias de barricada e que constituem o próprio Movimento Passe Livre.

Agora, em *Faíscas*, compartilhei duas situações ocorridas distantes das barricadas que demonstram os caminhos e descaminhos da Tarifa Zero, principal bandeira do Movimento Passe Livre, que tem se transformado em política pública em centenas de cidades do país. Retomo brevemente a ideia de “paradoxo da legitimidade”, desenvolvida

em minha dissertação (Saraiva, 2018). A conquista da pauta carrega em si tanto um destino trágico — ao ser absorvida e esvaziada de seu conflito original — quanto um gesto de abertura de possíveis: e a cidade talvez passe a ser outra, rompendo com as tecnologias de opressão que ordenam o transporte e o tempo. Esse giro de perspectiva para as mudanças institucionais nos lembra como, para seus próprios atores, a luta ganha sentidos também inesperados.

Neste meu percurso também trôpego, misturado a uma vida nada regular na produção acadêmica, espero ter contribuído, como me propus, à que possamos, juntas, criar rotas de fuga, abrigos e possibilidades de reencontro.

Disse anteriormente que o binômio derrota/vitória talvez não seja o melhor para pensar a luta, ou a vida. E também disse que me parece indispensável pensar 2013 como fenômeno extensivo. Aqui, é fundamental lembrar como as perguntas que 2013 levantou não foram respondidas, nem provisoriamente. Por um lado, claro, aquelas feitas para quem pensa que a vida além dessa pode ser possível continuam no ar. Por outro, seguimos nos afundando em uma política medida pela governabilidade, cada vez mais restrita a negociações espúrias, marcadas pelas impossibilidades. Nesse sentido, discordo de quem diz que 2013 nos mostrou a importância da representação (Bevins, 2025; entre outros).

Aqui, se “o futuro não existe - nós apenas o imaginamos”, como afirmou Ailton Krenak (2022) e se é verdade que tampouco foi minha intenção apenas elogiar 2013, estou segura de que a urgência da recusa daqueles acontecimentos liminares permanece, contrastada com a nossa crescente incapacidade de imaginar. Mais do que os nossos protagonismos, ou quem sabe das nossas nostalgias, se há um elogio nessa tese é à ousadia de imaginar que o mundo e a vida podem ser diferentes, que não somos obrigadas a seguir esse rumo catastrófico para o qual parecemos inevitavelmente empurradas.

Esse comentário combina com o diagnóstico de Mark Fisher, sintetizado em uma frase repetida à exaustão a partir do livro do autor lançado no Brasil: “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Em uma série de artigos escritos em momentos diversos da sua vida, Fisher (2020) discorrerá sobre como fomos mesmo nos convencendo/convencidos que o fim do capitalismo é impossível, e como qualquer possibilidade de pensar para fora de seu esquema foi necessariamente jogado para o campo do irreal, do impossível. Estaríamos cada vez mais condenados a escolher o menos pior, ou, nos termos de Stengers, presos entre alternativas infernais (2016). Como

argumentei algumas vezes,¹⁴⁹ me parece curioso que a mesma E/esquerda que condena o “realismo capitalista”, não parece ver problema em um “realismo estadista”, substituindo os termos, mas repetindo a operação.

Esse ponto é e não é relevante aqui. Ainda que sem esquecê-lo, agora, no entanto, me parece fundamental pensarmos principalmente no que significa o termo ‘imaginar’.

Aprendi, nos meus anos de professora de educação infantil, que a imaginação não faz se faz na teoria. Nenhuma criança “senta” e “imagina”, tal como um pensador socrático. As crianças brincam, reelaboram experiências, e imaginam; Quando brincam sozinhas, acabam também brincando com outros, ainda que com suas imagens, e então reinventam a si mesmas e aos outros; Desenham disfrutando do movimento do lápis no papel, experimentam, e aí imaginam; Repetem à sua maneira o que vivenciam, subvertem papéis, aí imaginam. É também o que dizem autores como Vigotsky (2009): a imaginação é, fundamentalmente, prática. Uma prática que há que se cultivar com a experiência.

O que esse entendimento pode dizer sobre o diagnóstico generalizado de falta de imaginação da esquerda, quase um consenso? Estarão nossas saídas para a crise imaginativa nas mesas de debates e seminários, de onde emergem um montante respeitável de diagnósticos? Ou com nossas grandes sacadas publicadas em redes sociais, mais uma vez, certeiras? Ou quem sabe de uma entrevista ou outra, onde pudemos por fim elaborar as receitas das novas coletividades e dizer, como numa lista de compras, o que nos falta, a todos/as imaginar?

Compartilho da angústia de meus colegas, mas parece-me que distribuirmos prescrições de como voltar a imaginar ajuda pouco. A vida não emerge dos nossos escritos, mas da luta, da experimentação, dos erros, dos acertos. Dos diagnósticos podem emergir boas ferramentas para pensar, elaborações de nossas ciladas, quem sabe um novo plano para não cair na revolução fracassada. Tudo isso é importante. Mas a imaginação...a imaginação se faz na luta em ato. Na reelaboração ou até em certa mimese de experiências, que, ao serem refeitas, abrem novas bifurcações; nos coletivos e sociabilidades que criamos, às vezes com as imagens de outros, que refazem simultaneamente a nós e a eles; Nos desenhos que fazemos como garatuja, sem nos

¹⁴⁹ Foi tema de minha conversa, por exemplo, no podcast “Viracasacas”, a respeito dos 30 anos do Levante Zapatista.

prender necessariamente no resultado, mas no processo. Se é com a imaginação que estamos preocupados, é desses termos que estamos falando.

Um dia contei para a Amélie, hoje com cinco anos, que ela estaria na minha tese, citada na dedicatória e no capítulo final. Ela, claro, já estava aqui: nas incontáveis horas mamando durante as conversas com meus companheiros/as ou dormindo tranquila enquanto eu adentrava à noite, após o trabalho, escrevendo. Mas quando a disse que usaria um dos nossos mais icônicos diálogos de epígrafe, ela não entendeu (e não apenas porque não sabia o que era uma epígrafe). Fez sua carinha curiosa e me disse: mas porque você tem que escrever para alguém que eu disse que o capitalismo vai acabar? Ao qual eu respondi: bem, filha, é que muita gente acha que o capitalismo não vai acabar nunca. Ela sorriu e, colocando a mão ao redor da boca, como na tentativa de amplificar a própria voz, me disse: então conta para todo mundo!

(Estou tentando, filha).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. D. (2016). **Oh, oh, o gigante acordou! Brasil, junho de 2013: Conceptualizações e metáforas das manifestações**. Acta Scientiarum Language and Culture, 38(2), 139–152. <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v38i2.25277>
- AMADEU SILVEIRA, S.; Savazoni, R. T. **O conceito do comum: apontamentos introdutórios**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 5–18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4150>. Acesso em: 16 maio 2025.
- ANDRADE, F. **Notas sobre os confrontos de junho de 2013 no Brasil: causas prováveis, significados em disputa, possibilidades históricas**. 2015. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2015.
- Andres, R. **A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2023
- ANTUNES, R., & Braga, R. (2014). **Os Dias Que Abalaram O Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013**. Revista Políticas Públicas, 18(july), 41. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18nep41-47>
- BAKHTIN, M. **A cultura popular: da idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Editora Huctec, 1987.
- BARBOSA, H., & Teresa Miceli Kerbauy., G. (2016). **Os protestos de junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações**. 10º Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política Ciência Política e a Política: Memória e Futuro. http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1468352175_AR QUIVO_GiseleHeloiseBarbosaABCP.pdf
- BARROS, C.R. de. **PT: uma história**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDO, J. **A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas**. Disponível em: <https://passapalavra.info/2010/08/27717/>. Acesso em: 19 maio 2025
- BERNARDO, J. **Estado Amplo: para uma teoria do Estado**. Porto: Afrontamento, 2003.
- BERNARDO, J. **Economia Dos Conflitos Sociais** 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2009
- BEY, H. **TAZ – Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2001.
- BORGES, A. **Ser embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 12, n.3, p. 469-488, set./dez. 2012.

BRAGA, Ruy. Cenedic: **uma sociologia à altura de Junho. Blog da Boitempo**, 26 maio 2014. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2014/05/26/cenedic-uma-sociologia-a-altura-de-junho/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRINGEL, B. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. In: BRINGEL, B.; Domingues, J. M. (Orgs.). As jornadas de junho em perspectiva global. Rio de Janeiro: Netsal: Iesp: p. 95. 2013.

CABRAL, C. P. **Protestos de junho de 2013: etnografia do conflito, desdobramentos, controle e mobilização social 2013**. Emblemas Revista Da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, 118–130. 2014.

CALIL, G. **Embates E Disputas Em Torno Das Jornadas De Junho**. Projeto História. Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, 47(0), 377–403, 2014.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESARINO. L. **O mundo do avesso: Verdade e política na era digital**. Rio de Janeiro: Ubu, 2022.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COSTA, M. R. M. **Perfis do ator coletivo “manifestante de rua”: das Jornadas de Junho de 2013 aos Protestos de Março de 2015**. 429 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COUTROT, Thomas. **BRASIL, TURQUIA: algumas lições de Junho de 2013** Dardot, P.; Laval, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAS, V. **Vida e palavras: violência e o descampado do cotidiano**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Unifesp, 2020.
Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23283>

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo, Perspectiva. 2010.

ESTRAT, E. **A percepção dos policiais sobre junho de 2013** (Vol. 1) 2013.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANTON, H. **O Império Vacila: Estados Unidos Ainda São a Maior Potência Militar, Tentam Controloar o Mundo Árabe, Mas Estão Em Declínio**" Revista Adusp. 2014.

FEDERICI, S. **El Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación primitiva.** Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2015.

FEDERICI, S. **Federici: sobre o feminismo e os comuns.** São Paulo: Editora Elefante, 2018. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>. Acesso em: 16 maio 2025.

FEIGENBAUM, A. **Tear Gas: From the Battlefields of World War I to the Streets of Today.** Verso, 2017.

FERREIRA, M. G. M.; júnior, F. T. DE 2013 A 2016: **As Ruas E Ressignificações Políticas.** CSOnline - revista eletrônica de ciências sociais, [S. l.], n. 22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17396>. Acesso em: 19 maio. 2025.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

Gerbaudo, P. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest,** Oxford: Oxford University Press, 2017. 256pp. ISBN: 9780190491567

Germinal: Marxismo e Educação Em Debate, 6(2), p. 4–14, 2014.

GIOVANNI, J. **Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.

GOHN, M. da G. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** Caderno CRH, 27(71), 431–441, 2014. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792014000200013>.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HARAWAY, D. J. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene.** Durham: Duke University Press, 2016.

HARAWAY, D. **Staying with the trouble: Making kin in the Chuchulucene.** , Durhan, Duke University Press Book, 2016.

HARAWAY, D. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective** *Donna Haraway Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3. (Autumn, 1988), pp. 575-599., 1988.

INDÍGENA. In: *A inconstância da alma selvagem.* São Paulo: Cosac Naify, 2004.

JÚNIOR, P. de A. S. **Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. Jornadas de Junho: A Revolta Popular Em Debate,** 1–25, Revista Interesse Nacional. Setembro, 2013.

KATSIAFICAS, G. **Eros and the revolution.** *Radical Philosophy Review*, v. 16, n. 2, p. 491–505, 2013.

KATSIAFICAS, G. **The subversion of politics: European autonomous social movements and the decolonization of everyday life.** Oakland: AK Press, 2006.

KLEIN, N. **Doppelgänger: Uma viagem através do Mundo-Espelho.** Rio de Janeiro: Carambaia, 2025.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime.** In Journal of Chemical Information and Modeling (Vol. 53, Issue 9). 2019. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

LATOUR, B. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.

LE GUIN, U. K. **The Carrier Bag Theory of Fiction.** In: _____. *Dancing at the Edge of the World: Thoughts on Words, Women, Places.* New York: Grove Press, 1989. p. 165–170.

LE GUIN, U. **The ones who walk away from Omelas.** In: *The Wind's Twelve Quarters: Short Stories.* New York: Harper & Row, 1975.

LEVI STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem.** Campinas, Papirus Editora. 1990.

LUDD, N. **A urgência das ruas.** São Paulo: Autonomia Literária, 2013.

MARCOS, S. **Velho Antônio.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade.** Lisboa, Antígona Editores Refratários. 2017.

MENEZES, B. L. R.. **Mobilizações de junho e julho de 2013 em Porto Alegre: o povo acordou à esquerda ou mais conservador?,** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

MORAES, A; Gutiérrez, B; Parra, H. Z. M.; Albuquerque, H.; Tible, J.; Schavelzon, S. (Orgs.). **Junho: potência das ruas e das redes.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 252 p. 2014.

NOBRE, M. **Choque de democracia: Razões da Revolta.** São Paulo, Companhia das Letras (Vol. 1), 2013.

NUNES, R., Gadea, C. A., Medeiros, J. P., Hunt, M., & Ribeiro, R. J. **Junho de 2013.** Revista Do Instituto Humanitas Unisinos, p. 524, 2018.

NUNES, R. **A Palavra E A Coisa: Bolsonarismo Como Convergência, Horizonte, Infraestrutura, Ecologia E Máquina.** 2024.

Nunes. M. de S.. **Comunicação E Sociedade Civil: As Manifestações Brasileiras Em Junho De 2013.** Revista Uninter de Comunicação, vol 2, n. 2, 2014

OLIVEIRA, H. C. N. De quem é a “**Copa das Copas**”, afinal ? – **Império e Multidão em rota de colisão.** Dissertação de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PASSAPALAVRA. **Entre o fogo e a panela: movimentos sociais e burocratização.** Disponível em: <https://passapalavra.info/2010/08/27717/>. Acesso em: 19 maio 2025.

PEDREIRA, Isabella de Magalhães. **A emergência dos black blocs e sua representação na mídia. 2013.** 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PERUZZO, M. **As manifestações de Junho de 2013 e o horizonte dos movimentos sociais no Brasil.** 38º. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Caxambu, 2014.

POVINELLI, E. **Can Rocks die? Life and death inside the carbon imaginary.** In: *Geoontologies: a réquiem to late liberalism*. Durham: Duke University Press, 2016.

POVINELLI, E. **Do rocks listen? The cultural politics of apprehending aboriginal labor.** *American Anthropologist*, v. 97, n. 3, 1995.

POVINELLI, E. **The Child in the Broom Closet: States of Killing and Letting Die.** *South Atlantic Quarterly*, v. 107, n. 3, summer 2008.

QUADROS, C. F. de; Bartz, F. D. **A esfinge da esquerda brasileira: decifrando junho a partir de porto alegre e de um novo ciclo de greves e lutas sociais.** *Revista Tempos Históricos*, Universidade de São Paulo, 21(2), 232–264. 2017.

RAMTHUM, R. **Um ensaio sobre o mês de junho de 2013.** Observatório da Imprensa, 16 jul. 2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed755_um_ensaio_sobre_o_mes_de_junho_de_2013/. Acesso em: 19 maio 2025.

RANCIÈRE, J. **Ódio à Democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ROMÃO, W. M. **#naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014.** *Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 152–167, 2013.

REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 18, p. 33–39, 5 Ago 2014 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2693>. Acesso em: 19 mai 2025.

SAADA, Fravet. **Ser afectada: como medio de conocimiento en el trabajo de campo antropológico.** Avá. *Revista de Antropología* 2013, (23).

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANFELICE, J. L. **Vandalismo ou movimento social? As Jornadas de Junho (2013).** Santos, A. de M. **As manifestações em 2013 no Brasil e o Black Blocs.** Revista Sociologia em Rede, v. 4, n. 4, p. 2–14, 2014. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rsr/article/view/1147>. Acesso em: 19 maio 2025.

SARAIVA, L. **Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF.** Dissertação de Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília: UnB, 2017.

SAWAMURA, M. H. F. **“Junho Fascista” E “Junho Autonomista”: Permeabilidades Entre Sentidos, Saldos E Interpretações De Junho De 2013.** Revista Idealogando, UFPE, v. 2, p. 1-26, 2018.

SCOTT, J. C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed.** New Haven: Yale University Press, 1998.

SILVA, I. G. **Democracia e criminalização dos movimentos sociais no brasil: as manifestações de junho de 2013.** Revista Políticas Públicas, 19(2), 393. 2016. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n2p393-402>. Acesso em: 19 maio 2025.

SINGER, A. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas.** Novos Estudos CEBRAP, n. 97, p. 23–40, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/YjJHqKbD5qFscvcNyJqKQCJ>. Acesso em: 19 maio 2025.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas.** Novos Estudos, 102, 43–71. 2015. http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

STENGERS, I. **Comparison as a matter of concern.** In: Common Knowledge, v. 17, n. 1, 2011.

STENGERS, I **Experimenting with refrains: subjectivity and the challenge of escaping modern dualism.** Subjectivity, v. 22, p. 38–59, 2008.

STENGERS, I **Introductory notes to an ecology of practices.** Cultural Studies Review, v. 11, mar. 2005.

STENGERS, I **No tempo das Catástrofes.** Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2015

STRATHERN, M. **Partial Connections.** Savage, MD: Rowman & Littlefield, 1991.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Ubu, 2017.

TAUSSIG, Michael. **The Nervous System.** New York: Routledge, 1992.

Thompson, E. P. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII.** Lisboa: Antígona, 2008.

TSING, A. **The mushroom at the end of the world: on the possibilities of living on capitalism ruins.**

TRAUGOTT, M. **The insurgent barricade.** Berkeley: University of California Press, 2010.

TURNER, V. **From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play.** New York: PAJ Publications, 1982.

TURNER, V. **Floresta de Símbolos: aspectos dos rituais Ndembu.** São Paulo, Eduf: 2005.

TURNER, V. **O processo ritual.** Rio de Janeiro, Vozes, 2013

VIGOSTKI, L.S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico, livro para professores.** Tradução Zola Prestes - São Paulo: Ática, 2009

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural.** São Paulo: Ubu, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena.** In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

WAISBICH, L. T. **Manifesteos de junho: negação e ocupação da coisa pública.** Jornal de Psicanálise, São Paulo, v. 46, n. 84, p. 141–150, 2013.